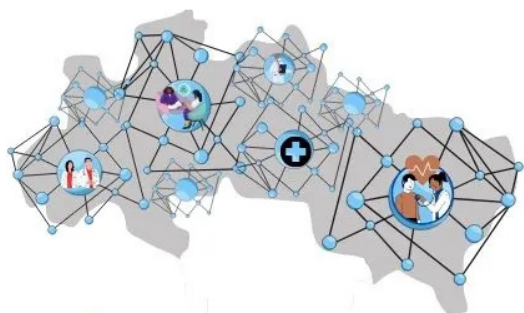


ANAIIS DO III CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE (ON-LINE)

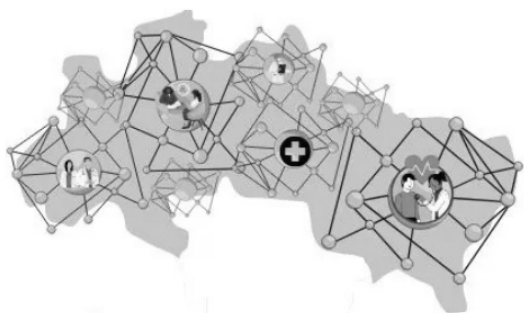


**Resumos Simples
e Expandidos**

EDITORA
OMNIS SCIENTIA

ACADEMICS⁺
Eventos Acadêmicos Online

ANAIIS DO III CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE (ON-LINE)



**Resumos Simples
e Expandidos**

EDITORA
OMNIS SCIENTIA



ACADEMICS



Eventos Acadêmicos Online

Editora Omnis Scientia

**ANAIS DO III CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
(ON-LINE) - (III CONNEAIS): RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS**

Volume 1

1ª Edição

RECIFE - PE

2025

PARTICIPANTES DO III CONNEAIS

Coordenadora Científica

Andrea Kedima Diniz Cavalcanti Tenório

Coordenadora do Evento

Andréa Telino Gomes

Organizadores

Academics - Eventos acadêmicos online

Andréa Telino Gomes

Palestrantes

Aline Veroneze de Mello Cesar

Ana Paula Ferreira

Andrea Kedima Diniz Cavalcanti Tenório

Deyvisson Wesley Gualberto Bezerra

Eduardo Brito do Nascimento Neto

Renata Ramos Santana

Wanessa Vasconcelos

Avaliadores

Alex Gonçalves Feitosa

Ana Paula Ferreira

Lara Cristine Ribeiro dos Santos

Renata Ramos Santana

Rodrigo Lellis Santos

Editor-Chefe

Dr. Daniel Luís Viana Cruz

Conselho Editorial

Dr. Amâncio António de Sousa Carvalho - ESS-UTAD - Portugal

Dr. Cássio Brancalone - UFFS - Brasil

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva – UEPa – Brasil

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão - UPE - Brasil

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior - UFRPE - Brasil

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior - UFRPE - Brasil

Dr. Wendel José Teles Pontes - UFPE - Brasil

Editores de Área - Ciências da Saúde

Dr. Amâncio António de Sousa Carvalho

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dra. Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dr. Marcio Luiz Lima Taga

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Canva e Freepik

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional.

O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial

C749

Congresso Norte-Nordeste de Atenção Integral à Saúde (3. :
2025 : on-line).

Anais do III Congresso Norte-Nordeste de Atenção Integral
à Saúde : resumos simples e expandidos [recurso
eletrônico] / coordenadora Andrea Kedima Diniz
Cavalcanti Tenório. — 1. ed. — Recife : Omnis Scientia,
2025.

Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-284-0231-1

DOI: 10.47094/978-65-284-0231-1

1. Saúde pública - Brasil. 2. Programas de saúde -
Brasil. 3. Promoção da saúde. 4. Educação em saúde.
5. Profissionais da área de saúde - Formação. I. Tenório,
Andrea Kedima Diniz Cavalcanti.

I-1111251

CDD23: 614

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

Editora Omnis Scientia

Av. República do Líbano, nº 251, Sala 2205, Torre A,
Bairro Pina, CEP 51.110-160, Recife-PE.

Telefone: +55 87 99920-5762

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



EDITORIAL

Apresentamos com uma imensa satisfação os anais do III CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE (ON-LINE) - III CONNEAIS. Nessa terceira edição, o congresso objetivou divulgar o conhecimento científico por meio de palestras e por trabalhos que foram submetidos pelos participantes. Proporcionando a divulgação científica e agregando conhecimento com um conteúdo riquíssimo a todos que participaram deste evento.

O III CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE (ON-LINE) ocorreu nos dias 27 e 28 de setembro de 2025. As palestras foram ministradas por profissionais qualificados. Também foram submetidos resumos nas modalidades simples e expandidos com temas relevantes. Os participantes receberam certificados de participação de 20 horas

Nessa edição, os dois melhores trabalhos nas duas modalidades foram concedidos menção honrosa. Conheçam os títulos dos resumos que receberam menção honrosa por ordem de submissão.

Resumos simples

1311117 ANÁLISE DA INTOXICAÇÃO EXÓGENA PROVOCADA POR MEDICAMENTOS E AGROTÓXICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA.

1314949 ANÁLISE DAS COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NO TOCANTINS.

Resumos expandidos

1315203 ANÁLISE PSICOMÉTRICA DE QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA APLICADO A DESORDENS ORAIS POTENCIALMENTE MALIGNAS NO BRASIL.

1316532 CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM SERIOUS GAME PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM SOBRE O DIU: NOTA PRÉVIA.

A comissão organizadora parabeniza a todos os participantes, palestrantes, coordenadores e avaliadores que participaram desse evento, com um excelente resultado. Não perca essa oportunidade de acessar os anais do III CONNEAIS.

SUMÁRIO - RESUMOS SIMPLES

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

ANÁLISE CRÍTICA DO COMPORTAMENTO SEXUAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS FATORES DE RISCO.....22

QUEM LIDERA O CUIDADO? ELABORAÇÃO DE UM JOGO DE CARTAS COMO FERRAMENTA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA INTERPROFISSIONAL.....23

RELATO DE EXPERIÊNCIA - PALESTRA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS PARA IDOSOS NO HIPERDIA DA UNIDADE DE SAÚDE JOSÉ INÁCIO DE MACAPARANA.....24

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DA ATUAÇÃO DE UMA RESIDENTE FARMACÊUTICA.....25

ÁREA TEMÁTICA: NUTRIÇÃO CLÍNICA

IMPACTOS DA DESNUTRIÇÃO EM PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA DURANTE O TRATAMENTO.....27

ÁREA TEMÁTICA: NUTRIÇÃO ESPORTIVA

USO DE ANALGÉSICOS E ANTI-INFLAMATÓRIOS: QUAIS EFEITOS NA HIPERTROFIA MUSCULAR E O QUE DIZ A EVIDÊNCIA CIENTÍFICA?.....29

ÁREA TEMÁTICA: OUTRAS

A EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM CUIDADOS PALIATIVOS COMO REDE PARA ENFRENTAMENTO: RELATO DE CASO SOBRE A HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO.....31

RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE EMOCIONAL E RISCO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM ATLETAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	32
---	----

A FADIGA POR COMPAIXÃO EM CUIDADORA DE PACIENTE IDOSO COM ALZHEIMER EM CUIDADOS PALIATIVOS: RELATO DE CASO.....	33
---	----

RELAÇÃO ENTRE FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE DE MÃES ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE (2014–2023).....	34
--	----

PERFIL OBSTÉTRICO E SOCIODEMOGRÁFICO DE MÃES ADOLESCENTES EM SERRA TALHADA-PE: UMA ANÁLISE DE MÚLTIPLAS VARIÁVEIS (2014–2023).....	35
--	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE COLETIVA

FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA E QUALIDADE DE VIDA DA REABILITAÇÃO CARDÍACA: CASOS EM PACIENTES COM ICC.....	37
---	----

DINAMOMETRIA SEGMENTADA PERIFÉRICA NA FASE I DA REABILITAÇÃO CARDÍACA: CASOS EM PACIENTES COM ICC.....	38
--	----

PERFIL DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM PACIENTES HOSPITALIZADOS COM ICC: SÉRIE DE CASOS TRANSVERSAL.....	39
--	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FORTALECIMENTO DA PARENTALIDADE NA ADOÇÃO DE CRIANÇAS: REFLEXÕES ATUAIS.....	41
--	----

O ADOLESCER NO CONTEXTO FAMILIAR.....	42
---------------------------------------	----

PROMOVENDO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS: MONTAGEM DE CARDÁPIOS.....	43
---	----

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR NO LUTO INFANTIL: RELATO DE CASO DE PERDA MATERNA EM CÂNCER TERMINAL.....	44
--	----

PERFIL DAS VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAL INFANTIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO EM CASOS NOTIFICADOS ENTRE 2013 E 2023.....	45
--	----

PERFIL DE VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE ENTRE OS ANOS 2020 E 2023.....	46
--	----

ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGRAS VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL: CUIDANDO EM SERVIÇOS DE REFERÊNCIA.....	47
---	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DA MULHER

PERFIL DA MORTE MATERNA NO ACRE, BRASIL, 2000-2023.....	49
---	----

ESTADO NUTRICIONAL DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ACRE, BRASIL, 2006-2008.....	50
--	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DO IDOSO

SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA D E FUNÇÃO IMUNOLÓGICA EM IDOSOS: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	52
--	----

ANALISE DOS ÓBITOS EVITÁVEIS NA POPULAÇÃO IDOSA DE UM ESTADO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, BRASIL, 2000-2023.....	53
--	----

TAXA DE MORTALIDADE EVITÁVEL NA POPULAÇÃO IDOSA COMO INDICADOR DA EFETIVIDADE DE SAÚDE NO ESTADO DO ACRE, BRASIL, 2000-2023.....	54
--	----

TENDÊNCIA TEMPORAL DA EVOLUÇÃO DE ÓBITOS TOTAIS NA POPULAÇÃO IDOSA DO ESTADO DO ACRE, BRASIL, 2000-2023.....	55
--	----

TENDÊNCIA TEMPORAL DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE EVITÁVEIS EM IDOSOS, ACRE, BRASIL, 2000-2023.....	56
---	----

POPULAÇÃO DE IDOSOS REGIONAL E NO BRASIL, 2000-2023.....	57
--	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DO TRABALHADOR

RAPPORT E SAÚDE OCUPACIONAL: UMA ABORDAGEM BASEADA EM TÉCNICAS DA PROGRAMAÇÃO NEOLINGUÍSTICA.....	59
---	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE MENTAL

HOLOCAUSTO BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA E REFLEXIVA SOBRE O PROCESSO DE REFORMA PSIQUIÁTRICA.....	61
--	----

AVANÇOS E DESAFIOS NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: REVISÃO DE LITERATURA.....	62
---	----

ASSOCIAÇÕES ENTRE ASPECTOS SOCIAIS E ESCOLARES E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I.....	63
---	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE PREVENTIVA

IMPACTOS À SAÚDE DO CONSUMO DE ALIMENTOS RICOS EM NITRITOS E NITRATOS.....	65
--	----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE PÚBLICA

FRAGMENTAÇÃO DO CUIDADO: OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO DOS CAPS COM A REDE DE SAÚDE E A REDE INTERSETORIAL.....	67
---	----

EPILEPSIA EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: BARREIRAS ESTRUTURAIS AO DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E CUIDADO CONTÍNUO.....	68
--	----

DESIGUALDADES SOCIAIS E BARREIRAS NO ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: REVISÃO DOS DETERMINANTES ESTRUTURAIS.....	69
DETERMINANTES SOCIAIS E DESIGUALDADES NO MANEJO DO DIABETES TIPO 2 EM POPULAÇÕES INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM EM SAÚDE PÚBLICA.....	70
“ALIMENTAÇÃO NO CECOT: EVIDÊNCIA DOCUMENTAL POR MEIO DE VÍDEOS JORNALÍSTICOS”.....	71
RESPONSABILIDADE PENAL JUVENIL NA AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS LEGAIS, IMPACTOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA E DESAFIOS INTERSETORIAIS.....	72
FACÇÕES E GANGUES NAS AMÉRICAS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, MOTIVAÇÕES FUNDADORAS E CONTEXTOS SOCIOPOLÍTICOS DE EMERGÊNCIA.....	73
ANÁLISE DA INTOXICAÇÃO EXÓGENA PROVOCADA POR MEDICAMENTOS E AGROTÓXICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	74
ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES EM CIRURGIAS ABDOMINAIS NO TOCANTINS ENTRE 2021 E 2023.....	75
ANÁLISE DAS COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NO TOCANTINS.....	76
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA SALA DE ESPERA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DE UMA RESIDENTE FARMACÊUTICA.....	77

ÁREA TEMÁTICA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

VIGILÂNCIA EM SAÚDE: IMPORTÂNCIA, PRÁTICAS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE.....	79
--	----

DESIGUALDADES SOCIODEMOGRÁFICAS NO ACESSO AO LAUDO DE
MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS (LME) NA BAIXADA FLUMINENSE: ANÁLISE
DO CONHECIMENTO E USO EM PACIENTES ATENDIDOS NO SUS.....80

O IMPACTO DO LAUDO DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS (LME) NO
ALÍVIO DO PESO FINANCEIRO DOS PACIENTES: ANÁLISE DO ACESSO A
MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NA BAIXADA FLUMINENSE.....81

ADESÃO ÀS RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA NAS PRESCRIÇÕES
DE MEDICAMENTOS EM TERAPIA INTENSIVA ADULTO.....82

TRIGGER TOOL NA BUSCA ATIVA DE EVENTOS ADVERSOS EM
TERAPIA INTENSIVA: COMPARAÇÃO ENTRE NOTIFICAÇÃO E
RASTREAMENTO.....83

SUMÁRIO - RESUMOS EXPANDIDOS

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DA RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA: UMA PERSPECTIVA DE SAÚDE GLOBAL.....86

EDUCANDO PARA A VIDA: INTERVENÇÃO DE CRIANÇAS EM UM PROJETO ESCOLAR TRANSDICPLINAR SOBRE HÁBITOS SAUDÁVEIS.....90

SAÚDE NA ESCOLA: INTEGRANDO EDUCAÇÃO PREVENTIVA NO CURRÍCULO ESCOLAR.....94

SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR O BULLYING E PROMOVER O BEM-ESTAR EMOCIONAL.....99

ÁREA TEMÁTICA: NUTRIÇÃO CLÍNICA

TRANSTORNOS ALIMENTARES: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIAGNÓSTICOS DE ANOREXIA NERVOSA, BULIMIA NERVOSA E COMPULSÃO ALIMENTAR.....105

MANEJO MULTIDIMENSIONAL DAS DOENÇAS CARDIOVASCULARES CRÔNICAS: ABORDAGENS FARMACOLÓGICAS E DIETÉTICAS.....109

INTERAÇÃO FÁRMACO-NUTRIENTE: REDUÇÃO DOS NÍVEIS SÉRICOS DE VITAMINAS E MINERAIS EM PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS.....113

ÁREA TEMÁTICA: OUTRAS

EFICÁCIA DE EMBALAGENS ATIVAS NA CONSERVAÇÃO DE LATICÍNIOS: REVISÃO SISTEMÁTICA.....118

SEGURANÇA NO USO DE PLANTAS MEDICINAIS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	123
NANOPARTÍCULAS MAGNÉTICAS DE ÓXIDO DE FERRO FUNCIONALIZADAS COM BIOPOLÍMEROS NO TRATAMENTO DO CÂNCER: UMA REVISÃO.....	126
O IMPACTO DAS ATIVIDADES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO HOLÍSTICA DE DISCENTES DA GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA.....	130
POTENCIAL ANTIMICROBIANO IN VITRO DA PRÓPOLIS VERMELHA DE ALAGOAS SOBRE BACTÉRIAS MULTIRRESISTENTES AOS ANTIBIÓTICOS, CAUSADORAS DE IRAS E SEPSE.....	135
FLAVONOIDES E ISOFLAVONOIDES ISOLADOS: ATIVIDADE ANTIBACTERIANA, ANTIFÚNGICA E CITOTOXICIDADE EPITELIAL.....	140
INDICADORES DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA - PERNAMBUCO (2017-2021).....	147

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE BUCAL

EVIDÊNCIAS RECENTES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE LÍQUIDOS MODELADORES ASSOCIADOS ÀS RESINAS COMPOSTAS NA ODONTOLOGIA RESTAURADORA.....	151
PROJETO UNIVERSIDADE NAS COMUNIDADES: O IMPACTO DOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A POPULAÇÃO ASSISTIDA.....	153
O IMPACTO CAUSADO NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO.....	157
ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO ENTRE MÁ OCLUSÃO E ALTERAÇÕES POSTURAS EM DIFERENTES ESTÁGIOS DA DENTIÇÃO – UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	161

UNIVERSIDADE NAS COMUNIDADES: AÇÕES EDUCATIVAS PARA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE SAÚDE BUCAL NA PRIMEIRA E SEGUNDA INFÂNCIA.....	164
---	-----

UNIVERSIDADE NAS COMUNIDADES: UMA ANÁLISE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA GESTANTES.....	168
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE COLETIVA

BARREIRAS DE ACESSO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE INFECÇÕES POR HPV EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS.....	173
---	-----

ANÁLISE PSICOMÉTRICA DE QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA APLICADO A DESORDENS ORAIS POTENCIALMENTE MALIGNAS NO BRASIL.....	177
---	-----

TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA NO QUESITO ETNIA EM ITAMARACÁ (2018-2022).....	181
---	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

UMA ABORDAGEM SOBRE TRANSTORNOS ALIMENTARES NO AMBIENTE ESCOLAR.....	186
--	-----

CONTRIBUIÇÕES DA CADERNETA DA CRIANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	190
---	-----

SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO EM UM MUNDO CONECTADO.....	194
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DA FAMÍLIA

EXPERIÊNCIA DE UMA RESIDENTE FARMACÊUTICA EM SAÚDE DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE EM VISITAS DOMICILIARES.....	200
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DA MULHER

CITOLOGIA ONCÓTICA E COLPOSCOPIA COMO FERRAMENTAS ESSENCIAIS NO PRÉ-NATAL: RELATO DE CASO DE NEOPLASIA INTRAEPITELIAL CERVICAL.....	205
---	-----

PLANEJAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	209
--	-----

MANEJO DA DOR NA INSERÇÃO DO DIU: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS DISPONÍVEIS.....	214
---	-----

ESTRATÉGIAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA MANEJO DA DOR DURANTE A INSERÇÃO DO DIU: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	219
---	-----

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM SERIOUS GAME PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM SOBRE O DIU: NOTA PRÉVIA.....	224
--	-----

PREVALÊNCIA DE PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO POR GESTANTES: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	229
---	-----

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA EM SAÚDE DA MULHER NO ENSINO TÉCNICO EM ENFERMAGEM.....	233
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SAÚDE PARA TODOS: O DESAFIO DA ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	239
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DO IDOSO

BARREIRAS PERCEBIDAS POR IDOSOS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER: UM ESTUDO OBSERVACIONAL.....	244
---	-----

VIOÊNCIA CONTRA O IDOSO SOB A ÓTICA DO PROFISSIONAL DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	247
---	-----

O ENFRENTAMENTO DA VIOÊNCIA CONTRA OS IDOSOS NO ESTADO DO CEARÁ SOB A ÓTICA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO – SINAN.....	252
---	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE DO TRABALHADOR

SAÚDE LABORAL DAS MARISQUEIRAS DA REGIÃO COSTEIRA CENTRAL DE PERNAMBUCO.....	258
---	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE MENTAL

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM ADOLESCENTES TRABALHADORES: A POTÊNCIA DOS ESPAÇOS INTERACIONAIS.....	263
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE PARA PESSOAS LGBTQIA+

TUM TÁ TRANS: EFEITOS ADVERSOS CARDIOMETABÓLICOS ASSOCIADOS À HORMONIOTERAPIA EM POPULAÇÃO TRANS.....	268
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE PÚBLICA

ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE NUTRICIONISTA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA UBS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL.....	273
---	-----

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA IMUNIZAÇÃO CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO (HPV) NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA EM NOVA IGUAÇU.....	277
---	-----

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE.....	281
---	-----

IMPACTOS DE ONDAS DE FRIO E CALOR EM BELÉM (PA) ENTRE 2022 E 2023 E SAZONALIDADE DA PRECIPITAÇÃO SOBRE INTERNAÇÕES HOSPITALARES.....	283
DOENÇAS EMERGENTES E REEMERGENTES NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	287
EVENTOS CLIMÁTICOS COMPOSTOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES EM BELÉM (PA) em 2022 e 2023.....	291
FUNGOS ANEMÓFILOS NOS AMBIENTES DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS, MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL.....	296



**III CONGRESSO
NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO
INTEGRAL À SAÚDE (ON-LINE)**

RESUMOS SIMPLES

EDITORA
OMNIS SCIENTIA

ACADEMICS
Eventos Acadêmicos Online

**ÁREA TEMÁTICA:
EDUCAÇÃO EM SAÚDE**

ANÁLISE CRÍTICA DO COMPORTAMENTO SEXUAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS FATORES DE RISCO

Thais Nunes Do Nascimento¹.

RESUMO

Introdução: Durante o período universitário, muitos jovens iniciam sua vida sexual, frequentemente sem informações adequadas ou mesmo suficientes sobre prevenção, o que os torna vulneráveis a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, os principais fatores que influenciam o comportamento sexual de risco entre estudantes universitários, especialmente no cenário pós-pandemia da COVID-19. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando artigos publicados entre 2014 e 2024, visando dados recentes e congruentes. Foram priorizados estudos sobre comportamento sexual universitário, ISTs e os impactos da pandemia. **Resultados:** Os resultados indicam que, embora haja ampla divulgação sobre métodos preventivos, muitos jovens ainda adotam práticas sexuais de risco, como o não uso de preservativos, múltiplos parceiros e consumo de álcool e drogas. Além disso, observa-se que a pandemia acentuou comportamentos impulsivos, dificultando ainda mais a adoção de práticas sexuais seguras. Muitos estudantes relataram sensação de isolamento, o que contribuiu para decisões menos conscientes em suas relações, reforçando a urgência de ações educativas contínuas. O uso das redes sociais e aplicativos de relacionamento também tem influenciado o aumento de parceiros ocasionais, muitas vezes sem proteção. Esse comportamento, aliado à falta de diálogo sobre sexualidade no ambiente familiar e acadêmico, contribui significativamente para a exposição dos jovens às ISTs. A desinformação, o tabu e as barreiras socioculturais dificultam a prevenção efetiva. **Conclusão:** Conclui-se que é fundamental o fortalecimento da educação sexual no ambiente universitário e o aumento do acesso a serviços de saúde e estratégias de acolhimento, visando à promoção da saúde sexual e à redução das ISTs entre jovens.

PALAVRAS-CHAVE: ISTs. Prevenção. Saúde pública. Transmissíveis. Jovens. Riscos.

QUEM LIDERA O CUIDADO? ELABORAÇÃO DE UM JOGO DE CARTAS COMO FERRAMENTA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA INTERPROFISSIONAL

José Henrique Nóbrega Albuquerque¹; Leonardo De Carvalho Melikian²; Maria Luísa Costa Menezes³; Maria Emília Ferraz Almeida De Melo⁴.

RESUMO

Introdução: A Educação Interprofissional, durante o processo de graduação, possibilita que estudantes de diferentes áreas da saúde compreendam o papel do trabalho coletivo, com ênfase no desenvolvimento de habilidades colaborativas e, sobretudo, na melhoria da qualidade do cuidado. Favorece o reconhecimento das especificidades e dos limites de cada área, promovendo a superação da fragmentação e da hierarquia tradicional ainda presentes. Essa abordagem fortalece a identidade profissional, contribui para a integração da equipe e estimula uma liderança compartilhada, horizontal e centrada no cuidado. Assim, é fundamental o incentivo à Educação Interprofissional na formação em saúde. **Objetivo:** Apresentar a experiência acadêmica de um jogo de cartas voltado à compreensão sobre liderança e preconceitos existentes nas equipes de saúde, realizada em um módulo de Educação Interprofissional. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência fundamentado na metodologia do Arco de Maguerez, com foco na problematização da realidade e discussão acerca da hierarquização dos profissionais de saúde na perspectiva interprofissional. O jogo “Tomando a frente: Quem lidera o cuidado?”, composto por 20 cartas - sendo oito representando profissionais da saúde (enfermeiro, médico, nutricionista, odontólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, assistente social e psicólogo), com descrição do papel profissional e dos preconceitos enfrentados por cada um deles, e doze cartas com casos clínicos - foi idealizado como projeto de intervenção do módulo, oferecido no primeiro período dos cursos de saúde da Universidade de Pernambuco. O objetivo do jogo é colocar os participantes em posição de liderança, por meio do lançamento de dados (possibilitando que qualquer “profissional” possa estar à frente da equipe), diante de situações clínicas, organizando as demandas e buscando soluções apropriadas. **Resultados:** A atividade envolveu oito participantes e, após sua execução, foi realizada uma discussão coletiva sobre a dinâmica, permitindo identificar a valorização e a invisibilização de profissionais e as dificuldades na condução de um grupo multifacetado. **Conclusões:** O jogo demonstrou-se relevante para a promoção da Educação Interprofissional e como potencial estratégia de educação permanente, favorecendo uma formação em saúde integrada, com escuta coletiva e cuidado centrado no paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Liderança. Equipes de Saúde. Integralidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA - PALESTRA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS PARA IDOSOS NO HIPERDIA DA UNIDADE DE SAÚDE JOSÉ INÁCIO DE MACAPARANA

Wilza Aparecida Brito de Oliveira¹; Valdízia Mendes e Silva²; Cicera Renata Diniz Vieira Silva³.

RESUMO

Introdução: Entende-se como educação em saúde a combinação de ações e experiências que têm como objetivo transmitir conhecimento e capacitar as pessoas sobre determinados assuntos. Quando se trata de pessoas idosas, essa prática torna-se uma importante aliada para a promoção da qualidade de vida. **Objetivo:** Orientar os idosos sobre o uso seguro e eficaz de plantas medicinais e fitoterápicos. **Metodologia:** A atividade consistiu em uma palestra interativa com distribuição de material educativo (panfleto), abordando plantas da região, formas seguras de utilização, diferenças entre plantas medicinais e fitoterápicos, cuidados necessários e o enquadramento da planta medicinal e dos chás na categoria de alimentos e de fitoterápicos no Brasil. A palestra e o panfleto foram gerados com informações retiradas em materiais oficiais, como a cartilha de orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais da agência nacional de vigilância sanitária - Anvisa. Foi realizada também uma dinâmica sensorial, em que os participantes, vendados, recebiam uma planta medicinal e, por meio do cheiro, do toque e das dicas dos colegas, deveriam adivinhar de qual espécie se tratava. **Resultado:** Participaram 30 idosos, entre homens e mulheres, bastante participativos e curiosos, compartilhando relatos pessoais de uso diário, deixado claro pelos idosos que a utilização das plantas medicinais é algo passado pelas gerações e visto com bons olhos pelos mesmos. A abordagem prática favoreceu a compreensão das informações previamente planejadas, aproximando o conhecimento científico do cotidiano dessas pessoas e fortalecendo o diálogo com o saber popular. **Conclusão:** Portanto atividades educativas desse tipo mostram-se de grande relevância, pois de forma simples, com custo mínimo, porém eficaz foi possível estimular o uso consciente e seguro das plantas medicinais, reforçar a integração entre saberes tradicionais e científicos e valorizar uma prática culturalmente rica e amplamente espalhada. O feedback dos idosos e da equipe de saúde, após o momento foi bastante positivo, mostrando que o objetivo foi alcançado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde. Hábitos seguros. Fortalecimento.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DA ATUAÇÃO DE UMA RESIDENTE FARMACÊUTICA.

Jessika Silva Carvalho¹.

RESUMO

Introdução: O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia intersetorial entre saúde e educação que busca promover a qualidade de vida de crianças e adolescentes em idade escolar, abordando ações de prevenção, promoção e cuidado em saúde. A inserção da farmacêutica residente nesse contexto amplia a integralidade do cuidado, possibilitando a educação em saúde voltada ao uso racional de medicamentos, prevenção de doenças e incentivo a hábitos saudáveis. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma residente farmacêutica na execução de ações do PSE, destacando sua contribuição para a promoção da saúde e integração entre escola e equipe de Atenção Básica. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por uma residente em Saúde da Família, no âmbito do PSE, durante o período de março/2024 à setembro/2025 no município de João Pessoa/PB. As atividades foram realizadas em escolas públicas vinculadas a uma Unidade Básica de Saúde, por meio de rodas de conversa, dinâmicas educativas e oficinas lúdicas, abordando temas como uso racional de medicamentos, automedicação, alimentação saudável e prevenção de arboviroses. **Resultados e discussão:** A participação dos estudantes foi marcada pelo interesse e pela interação durante as atividades, com relatos de experiências pessoais e questionamentos relevantes. Observou-se que a utilização de metodologias ativas favoreceu a compreensão dos conteúdos, estimulando a reflexão crítica e a adoção de práticas de autocuidado. Tais resultados corroboram a literatura, que aponta o PSE como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares e de educação em saúde. **Conclusão:** A experiência demonstra que a atuação da residente farmacêutica no PSE potencializa as ações de promoção da saúde no ambiente escolar, reforçando o papel do farmacêutico como educador em saúde e agente fundamental na Atenção Básica. O trabalho evidencia a relevância da inserção desse profissional em estratégias intersetoriais, capazes de transformar a realidade de escolares e comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Básica. Intersetorialidade. Promoção da saúde.

**ÁREA TEMÁTICA:
NUTRIÇÃO CLÍNICA**

IMPACTOS DA DESNUTRIÇÃO EM PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA DURANTE O TRATAMENTO

Nilziano José Da Silva Santos¹.

RESUMO

Introdução: A desnutrição é uma condição clínica frequente em pacientes com Doença Renal Crônica (DRC), afetando de maneira significativa a qualidade de vida e os indicadores de morbidade e mortalidade destes pacientes. A DRC, caracterizada pela perda progressiva da função renal, gera uma série de alterações metabólicas e inflamatórias que, somadas às intervenções terapêuticas como a diálise ou o transplante renal, favorecem o desenvolvimento de distúrbios nutricionais severo a saúde. Diante desse cenário, a nutrição adequada e assertiva torna-se uma estratégia terapêutica fundamental na gestão da DRC, com potencial para promover melhores desfechos clínicos e visando a qualidade do tratamento. **Objetivos:** Este estudo teve como objetivo identificar os principais fatores associados à desnutrição em pacientes com DRC e analisar de que forma a intervenção nutricional pode contribuir positivamente para o estado de saúde desses indivíduos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada com base em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, acessados nas bases Google Acadêmico, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde, por meio dos descritores “Desnutrição”, “Doença Renal Crônica” e “Nutrição”. **Considerações finais:** Os resultados mostram que a desnutrição em pacientes renais é multifatorial, estando relacionada a inflamações crônicas, restrições alimentares, hipercatabolismo, efeitos adversos de medicamentos e alterações decorrentes da diálise ou do transplante. Esses fatores contribuem para perda de massa muscular, ingestão calórica e proteica insuficiente, além de desequilíbrios metabólicos, elevando o risco de complicações e hospitalizações. Conclui-se que a avaliação nutricional precoce, aliada a intervenções direcionadas e individualizadas, é essencial para mitigar os riscos associados à desnutrição, melhorar o estado clínico e promover a qualidade de vida em pacientes com DRC. Recomenda-se o desenvolvimento de protocolos nutricionais específicos que otimizem o cuidado clínico nessa população.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação nutricional. Terapia dietética. Complicações metabólicas.

**ÁREA TEMÁTICA:
NUTRIÇÃO ESPORTIVA**

USO DE ANALGÉSICOS E ANTI-INFLAMATÓRIOS: QUAIS EFEITOS NA HIPERTROFIA MUSCULAR E O QUE DIZ A EVIDÊNCIA CIENTÍFICA?

Thais Nunes Do Nascimento¹.

RESUMO

Introdução: A hipertrofia muscular é um processo fisiológico resultante de estímulos metabólicos, associado a fatores hormonais, nutricionais e genéticos. No entanto, o uso de analgésicos, especialmente anti-inflamatórios como ibuprofeno, tem sido discutido na literatura científica devido ao seu potencial de interferência em vias moleculares relacionadas à síntese proteica muscular. Assim, compreender a relação entre o consumo de analgésicos e os desfechos de hipertrofia muscular é fundamental para orientar condutas seguras em praticantes de exercícios de força. **Objetivo:** Analisar, por meio de revisão de literatura, as evidências disponíveis sobre os efeitos de analgésicos na hipertrofia muscular, considerando potenciais impactos na composição corporal e no desempenho de força. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados PubMed, SciELO e PMC, entre os anos de 2000 e 2022. Utilizaram-se descritores indexados no DeCS/MeSH, tais como “Analgesics”, “Muscle Hypertrophy” e “Resistance Training”. Foram incluídos artigos originais que abordassem a relação entre o uso de analgésicos e os processos de hipertrofia muscular ou composição corporal, em populações de adultos saudáveis submetidos a treinamento de força. Excluíram-se estudos envolvendo populações clínicas específicas (ex.: doenças inflamatórias crônicas) ou uso de analgésicos em doses terapêuticas não convencionais. Ao final, foram selecionados 26 artigos para análise. **Resultados:** A maioria dos estudos analisados não demonstrou efeito significativo do uso moderado de analgésicos como dipirona e ibuprofeno sobre a hipertrofia muscular em indivíduos jovens adultos. Estudos apontaram baixa redução da síntese proteica muscular associada ao uso crônico de AINEs, porém sem repercussão significativa na composição corporal. Observou-se também ausência de diferenças expressivas entre sexos. Contudo, os resultados variaram conforme o tipo de fármaco, a dosagem utilizada e o tempo de acompanhamento, sugerindo a necessidade de maior padronização metodológica nos estudos futuros. **Conclusão:** Estudos sugerem que o uso ocasional de analgésicos comuns, como ibuprofeno e dipirona, não compromete de forma significativa a hipertrofia muscular nem a composição corporal em jovens e adultos saudáveis praticantes de treinamento de força. Entretanto, doses elevadas ou uso prolongado ainda carecem de evidências mais consistentes, justificando a necessidade de novas pesquisas para esclarecer possíveis impactos em diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação muscular. Resposta inflamatória. Exercício resistido. Anabolismo.

**ÁREA TEMÁTICA:
OUTRAS**

A EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM CUIDADOS PALIATIVOS COMO REDE PARA ENFRENTAMENTO: RELATO DE CASO SOBRE A HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO

Juliane Da Silva Galvão¹.

RESUMO

Introdução: Os cuidados paliativos constituem uma abordagem ampliada, destinada a promover qualidade de vida de pacientes e familiares diante de doenças ameaçadoras da vida. Diferenciam-se do modelo biomédico tradicional por contemplarem dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais, por meio de ações integradas e humanizadas. Nesse contexto, a equipe interdisciplinar é ferramenta fundamental para efetivar um cuidado que valorize integralidade e dignidade no adoecer e morrer. **Objetivo:** Relatar um caso clínico que evidencia a importância da equipe interdisciplinar em cuidados paliativos como dispositivo de humanização do cuidado. **Metodologia:** Relato de caso único, elaborado a partir de observação clínica e acompanhamento interdisciplinar em enfermaria de cuidados paliativos de hospital público do Recife, no mês de fevereiro de 2025. As informações foram sistematizadas a partir de registros de atendimentos, considerando aspectos clínicos, psicossociais e relacionais. **Resultados:** Paciente masculino, 65 anos, com carcinoma de células escamosas (CEC) de orofaringe e metástase em linfonodos cervicais. Proveniente de condição socioeconômica vulnerável e vínculos familiares fragilizados por histórico de etilismo e tabagismo, apresentou, no início do acompanhamento, humor deprimido, anedonia, irritabilidade, distress crônico e baixa receptividade ao contato social, mantendo-se resistente ao vínculo com a equipe. Durante o acompanhamento, mediante atuação integrada da equipe interdisciplinar, passou a percebê-la como rede de apoio ampliada, não apenas assistencial, mas também recurso de enfrentamento às perdas objetivas e simbólicas vividas. Antes do falecimento, apresentou melhora do humor, redução de apatia e retomada de memórias e atividades de interesse, conferindo novo sentido à sua trajetória. Essa mudança foi favorecida pelo cuidado integral e contínuo, que acolheu dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais, contrastando com a fragmentação biomédica de outros contextos. **Considerações Finais:** O caso evidencia que a equipe interdisciplinar é elemento-chave para a humanização em cuidados paliativos, contribuindo para redução do sofrimento, fortalecimento de vínculos e ressignificação subjetiva diante da terminalidade. Ao acolher múltiplas dimensões do existir, o cuidado transcendeu a perspectiva biomédica, promovendo dignidade e integralidade no processo de adoecer e morrer.

PALAVRAS-CHAVE: Multidisciplinar. Palição. Integralidade.

RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE EMOCIONAL E RISCO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM ATLETAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Lívia Moraes Portácio¹; Cleidiane Marcelino².

RESUMO

Atletas profissionais de alto rendimento frequentemente levam o corpo a níveis extremos de exaustão, seja durante treinos ou competições. Esse desgaste físico pode estar associado a sintomas psicológicos, como ansiedade, estresse, distração e preocupação com o desempenho. Tais fatores aumentam a vulnerabilidade do atleta a lesões musculoesqueléticas, além de comprometer a qualidade da recuperação. Esta revisão de literatura teve como objetivo identificar os principais achados científicos sobre o risco de lesões musculoesqueléticas em atletas decorrentes do estresse emocional. Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO e PubMed, considerando artigos publicados entre 2020 e 2025, utilizando os descritores “lesões musculoesqueléticas”, “atletas” e “estresse emocional”. Os estudos analisados mostraram que atletas de diversas modalidades esportivas estão expostos a grandes demandas físicas e emocionais, o que contribui para o surgimento de lesões musculoesqueléticas e para o comprometimento da saúde mental. Sintomas como ansiedade, estresse e alterações emocionais afetam diretamente o desempenho esportivo, pois altos níveis de estresse ativam o sistema nervoso, desencadeando tensões musculares pela elevada liberação de cortisol, além de ocasionar redução da concentração e prejuízo da coordenação motora, aumentando a incidência de entorses, distensões e lesões recorrentes. Dessa forma, a relação entre estresse emocional e lesões musculoesqueléticas é considerada bidirecional, uma vez que essas alterações químicas no organismo eleva a vulnerabilidade física e, consequentemente, esses atletas podem apresentar déficit durante a sua atividade esportiva, refletindo negativamente no seu desempenho esportivo, levando ao desânimo e intensificando os quadros de desgaste emocional, o que pode comprometer a adesão ao tratamento, retardar o processo de recuperação e prolongar o tempo de retorno ao esporte. Consta-se que a gestão psicológica, associada a estratégias multidisciplinares de prevenção e acompanhamento fisioterapêutico, é essencial para reduzir a incidência de lesões físicas e promover melhor desempenho esportivo.

PALAVRAS-CHAVE: Sobrecarga emocional. Performance. Esportes.

A FADIGA POR COMPAIXÃO EM CUIDADORA DE PACIENTE IDOSO COM ALZHEIMER EM CUIDADOS PALIATIVOS: RELATO DE CASO

Juliane Da Silva Galvão¹.

RESUMO

Introdução: A fadiga por compaixão é um fenômeno caracterizado pelo desgaste físico e psicológico de cuidadores que se expõem continuamente ao sofrimento alheio. Em contextos de cuidados paliativos, essa condição é especialmente relevante, considerando a intensidade do cuidado e o enfrentamento do sofrimento prolongado. A atenção aos cuidadores de pacientes com Alzheimer é crítica, uma vez que a progressiva perda de autonomia do paciente e a complexidade do manejo comportamental podem aumentar significativamente o risco de sobrecarga emocional. **Objetivo:** Descrever o desenvolvimento de fadiga por compaixão em uma cuidadora familiar de paciente idoso com Alzheimer em cuidados paliativos, destacando sinais e o papel da equipe interdisciplinar como recurso de suporte. **Metodologia:** Relato de caso baseado em observação participante e entrevistas realizadas com cuidadora principal de um paciente idoso com Alzheimer internado em unidade paliativa de Recife-PE, durante período de junho/2025 a agosto/2025. Foram coletados dados sobre rotina de cuidados, percepção de estresse, qualidade do sono, alterações de humor e estratégias de enfrentamento. Complementou-se a análise com registros da equipe interdisciplinar sobre interações e suporte oferecido. **Resultados:** Durante o internamento do paciente, a cuidadora apresentou sinais de fadiga por compaixão, incluindo irritabilidade, hipersensibilidade emocional, sentimentos de culpa, insônia e dificuldade de concentração. Com o decorrer da hospitalização, observou-se impacto na qualidade do cuidado e na saúde física e mental da cuidadora. O acompanhamento pela equipe - por atendimentos cotidianos em enfermaria, visita interdisciplinar diária e articulação de caso em Projeto Terapêutico Singular - deflagrou-se mediante oferta de sessões de escuta psicológica, orientação sobre autocuidado e estratégias de enfrentamento, bem como de passeios terapêuticos. Tal abordagem revelou-se recurso importante para mitigação do desgaste emocional, promovendo resiliência e manutenção do vínculo afetivo da cuidadora com o paciente. **Conclusões:** Evidencia-se a relevância do reconhecimento precoce do fenômeno em cuidadores familiares e da atuação da equipe interdisciplinar enquanto rede de suporte. Intervenções direcionadas ao autocuidado e suporte emocional contribuem para reduzir o impacto da fadiga, favorecendo a qualidade do cuidado e o bem-estar de ambos os envolvidos. Assim, expressa-se a necessidade de efetuação de políticas ou programas de apoio a cuidadores em contexto de Alzheimer.

PALAVRAS-CHAVE: Sobrecarga do cuidador. Integralidade. Suporte.

RELAÇÃO ENTRE FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE DE MÃES ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE (2014-2023)

Gabrielly Rodrigues Cabral¹.

RESUMO

A gravidez na adolescência é uma realidade que afeta diversas dimensões da vida de jovens, especialmente no que se refere à escolarização. Estudos indicam que a gestação precoce pode comprometer a permanência escolar e reduzir oportunidades educacionais e profissionais futuras. Nesse contexto, torna-se relevante analisar o perfil educacional de mães adolescentes, considerando a segmentação por faixa etária, a fim de identificar padrões de vulnerabilidade e subsidiar ações preventivas. O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre faixa etária e nível de escolaridade de mães adolescentes residentes em Serra Talhada-PE, com base em partos registrados entre 2014 e 2023. Trata-se de um estudo descritivo e quantitativo, fundamentado em dados secundários referentes a partos de mães adolescentes no município, organizados em planilhas por idade e escolaridade. As adolescentes foram agrupadas em dois grupos etários: 12 a 16 anos (Grupo 1) e 17 a 20 anos (Grupo 2). A escolaridade foi categorizada conforme níveis declarados (fundamental, médio, superior, entre outros), sendo analisadas frequências absolutas e relativas. Foram registrados 339 partos no período, sendo 23% (n=78) no Grupo 1 e 77% (n=261) no Grupo 2. Em relação à escolaridade, predominou o ensino fundamental incompleto (20,3%), seguido de ensino médio completo (18,5%) e ensino médio incompleto (17,8%). Observou-se ainda que 0,4% das adolescentes não possuíam escolaridade e apenas 0,2% concluíram o ensino superior. Os resultados revelam um quadro de escolarização incompleta entre as adolescentes, com forte concentração em níveis fundamentais. Conclui-se que a maior parte das mães adolescentes não havia concluído o ensino básico no momento do parto, o que pode impactar negativamente sua trajetória educacional. A elevada proporção de partos no grupo de 17 a 20 anos reforça a necessidade de estratégias preventivas também voltadas a esse público, destacando a importância da articulação entre políticas públicas de educação, saúde e assistência social para garantir acesso à educação e prevenção de gestações indesejadas.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na Adolescência. Nível Educacional. Saúde Reprodutiva.

PERFIL OBSTÉTRICO E SOCIODEMOGRÁFICO DE MÃES ADOLESCENTES EM SERRA TALHADA-PE: UMA ANÁLISE DE MÚLTIPLAS VARIÁVEIS (2014-2023)

Gabrielly Rodrigues Cabral¹.

RESUMO

A maternidade na adolescência representa um fenômeno multifatorial que envolve aspectos sociodemográficos e obstétricos, refletindo vulnerabilidades que repercutem na saúde e na trajetória social das jovens. Este estudo teve como objetivo descrever o perfil obstétrico e sociodemográfico de mães adolescentes residentes em Serra Talhada-PE entre 2014 e 2023, considerando idade, escolaridade, tipo de parto e estado civil. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo e quantitativo, baseado em dados secundários de registros municipais de partos. Foram incluídas adolescentes de 12 a 20 anos, distribuídas em dois grupos: 12 a 16 anos e 17 a 20 anos. Os resultados indicaram 339 partos no período, sendo 23% (n=78) no primeiro grupo e 77% (n=261) no segundo. Quanto à escolaridade, predominou o ensino fundamental incompleto (20,3%), seguido do ensino médio completo (18,5%) e médio incompleto (17,8%). No que se refere ao tipo de parto, verificou-se predominância de cesarianas (77,1%), mais frequentes no grupo de 17 a 20 anos, sugerindo fatores clínicos, institucionais e culturais relacionados à medicalização do nascimento. Em relação ao estado civil, 99,9% das adolescentes eram solteiras, evidenciando baixa formalização conjugal. Apesar da relevância de avaliar a presença paterna ou de outros acompanhantes no momento do parto, tais informações não foram disponibilizadas pela Secretaria de Saúde, constituindo uma limitação do estudo. Conclui-se que a maternidade precoce no município está associada a escolaridade incompleta, prevalência de cesarianas e ausência de vínculos formais, fatores que reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais voltadas à prevenção da gravidez precoce e ao fortalecimento de políticas públicas de acolhimento e suporte social.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na Adolescência. Nível Educacional. Saúde Reprodutiva.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE COLETIVA**

FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA E QUALIDADE DE VIDA DA REABILITAÇÃO CARDÍACA: CASOS EM PACIENTES COM ICC

Fernando Silva Dos Santos¹; Larissa Torres Da Silva²; Jorge Ferreira Da Silva Júnior³; Fernanda De Moraes Brum⁴; Camila Andrade⁵; Paulo Henrique De Moura⁶; Adalgiza Mafra Moreno⁶.

RESUMO

Introdução: A insuficiência cardíaca congestiva (ICC) compromete a função cardíaca, respiratória e a qualidade de vida, resultando em maior risco de hospitalizações e limitação funcional. A força muscular respiratória, quando reduzida, associa-se a pior prognóstico e sintomas como dispneia. A aplicação de protocolos fisioterapêuticos durante a fase hospitalar pode promover ganhos respiratórios precoces e impactar positivamente a percepção de bem-estar. **Objetivo:** Descrever os efeitos de três sessões de fisioterapia sobre a força muscular respiratória e a qualidade de vida em cinco pacientes com ICC internados na fase I da reabilitação cardíaca. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma série de casos com cinco pacientes diagnosticados com ICC (classes II-III da NYHA), internados em unidade hospitalar. As avaliações foram realizadas no primeiro dia de internação e repetidas no terceiro dia, após três sessões de fisioterapia. Foram mensuradas pressões inspiratória (Pimax) e expiratória máximas (Pemax) e aplicada a versão brasileira do Minnesota Living with Heart Failure Questionnaire (MLHFQ) para avaliação da qualidade de vida. O protocolo incluiu exercícios respiratórios com PowerBreathe, associados a treino diafragmático, em três séries de 10 a 12 incursões, com progressão de acordo com a tolerância clínica. **Resultados:** Na avaliação inicial, a média da Pimax foi -48 ± 41 cmH₂O e da Pemax 66 ± 23 cmH₂O, enquanto o escore do MLHFQ foi de $12,6 \pm 8,8$ pontos. Após o protocolo, a Pimax apresentou média de -52 ± 23 cmH₂O e a Pemax 74 ± 8 cmH₂O. O escore do MLHFQ reduziu para $10,8 \pm 8,3$ pontos. Esses achados sugerem melhora respiratória e redução do impacto da doença na qualidade de vida em curto prazo. **Conclusão:** A intervenção fisioterapêutica na fase I de reabilitação cardíaca, fase hospitalar mostrou benefícios na força muscular respiratória e na percepção da qualidade de vida em pacientes com ICC. O acompanhamento precoce pode auxiliar no direcionamento de condutas individualizadas e favorecer a recuperação funcional ainda durante a internação.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitação. Fisioterapia. Insuficiência.

DINAMOMETRIA SEGMENTADA PERIFÉRICA NA FASE I DA REABILITAÇÃO CARDÍACA: CASOS EM PACIENTES COM ICC

Fernando Silva Dos Santos¹; Camila Andrade²; Larissa Torres Da Silva³; Jorge Ferreira Da Silva Júnior⁴; Fernanda De Moraes Brum⁵; Paulo Henrique De Moura⁶; Adalgiza Mafrá Moreno⁷.

RESUMO

Introdução: Pacientes com insuficiência cardíaca congestiva (ICC) frequentemente apresentam redução da força muscular periférica, relacionada à limitação funcional e maior risco de quedas. A dinamometria segmentada possibilita identificar déficits específicos e orientar o treinamento fisioterapêutico. A fase I da reabilitação cardíaca, ainda durante a internação hospitalar, representa uma oportunidade para iniciar estratégias de fortalecimento que favoreçam a recuperação precoce. **Objetivo:** Relatar os efeitos de três sessões de fisioterapia sobre a força muscular periférica em pacientes com ICC internados, utilizando dinamometria segmentada como ferramenta de avaliação. **Materiais e Métodos:** Série de casos com cinco pacientes portadores de ICC (classes II-III da NYHA). As avaliações ocorreram no primeiro e no terceiro dia de internação, após três sessões fisioterapêuticas. A força periférica foi mensurada por dinamometria segmentada (Kinology), contemplando flexão, extensão, abdução e adução de membros superiores e inferiores. O protocolo de exercícios incluiu fortalecimento de membros superiores (cotovelos e ombros) e inferiores (joelhos e quadris), em posição sentada ou em leito. Foram realizadas duas a três séries de 8 a 12 repetições, com resistência leve (elástico ou peso de 0,5-1 kg) e contrações isométricas de 3 a 5 segundos. Nos grupos com assimetrias ou déficits mais acentuados, acrescentou-se uma série unilateral. Monitoraram-se frequência cardíaca, pressão arterial e percepção de esforço (Borg 0-10). **Resultados:** Inicialmente, os pacientes apresentaram valores médios de força entre 15 e 19 unidades, com assimetrias de até 10% entre hemicorpos. Após três sessões, observou-se aumento médio de 1 a 3 unidades em flexão e extensão de membros superiores e inferiores, com maiores ganhos na extensão de joelhos (+18%) e flexão de pernas (+16%). A maioria dos grupos musculares apresentou redução da assimetria, exceto a abdução de membros inferiores, que demonstrou discreto aumento. **Conclusão:** A dinamometria segmentada, aplicada na fase hospitalar, permitiu identificar déficits específicos e acompanhar a resposta ao treinamento. O protocolo proposto promoveu ganhos em curto prazo, sobretudo nos membros inferiores, destacando a importância da avaliação detalhada para prescrição individualizada já durante a internação.

PALAVRAS-CHAVE: Fortalecimento. Fisioterapia. Insuficiência.

PERFIL DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM PACIENTES HOSPITALIZADOS COM ICC: SÉRIE DE CASOS TRANSVERSAL

Fernando Silva Dos Santos¹; Larissa Torres Da Silva²; Camila Andrade³; Jorge Ferreira Da Silva Júnior⁴; Paulo Henrique De Moura⁵; Fernanda De Moraes Brum⁶; Adalgiza Mafrá Moreno⁷; Carlos Dos Santos Garcia⁸.

RESUMO

Introdução: A insuficiência cardíaca congestiva (ICC) é uma condição clínica que compromete a função cardíaca e está frequentemente associada à redução da força muscular respiratória. Essa limitação pode contribuir para maior dispneia, fadiga precoce e hospitalizações recorrentes. A avaliação precoce durante a fase hospitalar de reabilitação cardíaca (fase I) permite caracterizar o perfil funcional dos pacientes e orientar condutas fisioterapêuticas individualizadas. **Objetivo:** Avaliar a força muscular respiratória em pacientes com ICC hospitalizados, comparando os valores obtidos na manovacuometria com os previstos por equações de referência. **Materiais e Métodos:** Foi realizada, entre janeiro e setembro de 2025, uma série de casos com delineamento transversal, composta por cinco pacientes com ICC, classes II-III da NYHA, avaliados no primeiro dia de internação. A força respiratória foi mensurada por manovacuometria, registrando-se pressão inspiratória máxima (Pimax) e pressão expiratória máxima (Pemax). Os valores observados foram comparados aos previstos pelas equações de Neder et al. (1999), ajustadas por idade e sexo. As análises foram expressas em médias, desvios padrão e percentuais em relação ao valor esperado. Para comparação entre dados medidos e previstos utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney, apropriado a pequenas amostras e à ausência de normalidade. **Resultados:** A Pimax média foi -48 ± 41 cmH₂O, correspondendo a $58\% \pm 44\%$ do previsto, com variação individual entre 21% e 118%. A Pemax apresentou média de 66 ± 23 cmH₂O, equivalente a $69\% \pm 29\%$ do esperado, variando de 41% a 112%. A análise estatística indicou diferença significativa entre os valores observados e os previstos ($p < 0,05$), demonstrando redução global da força inspiratória e expiratória. **Conclusão:** Os pacientes com ICC avaliados entre janeiro e setembro de 2025 apresentaram déficit respiratório importante já na fase hospitalar da reabilitação cardíaca. A variabilidade entre indivíduos reforça a necessidade de avaliação individualizada, e a utilização da manovacuometria mostrou-se uma ferramenta útil para subsidiar a prescrição de condutas fisioterapêuticas precoces.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitação. Manovacuometria. Respiratória.

ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FORTALECIMENTO DA PARENTALIDADE NA ADOÇÃO DE CRIANÇAS: REFLEXÕES ATUAIS

Denise Santana Silva Dos Santos¹.

RESUMO

Introdução: A adoção é um processo complexo que envolve não apenas o acolhimento legal e afetivo de uma criança, mas também o preparo e o fortalecimento da parentalidade adotiva. Em um contexto de desafios emocionais, sociais e legais, torna-se essencial discutir estratégias que promovam vínculos saudáveis e permanentes entre adotantes e adotados. No contexto da adoção, a parentalidade exige uma escuta sensível, empatia e compreensão sobre a história de vida da criança, suas possíveis experiências de abandono ou traumas, e uma construção gradual e consciente do vínculo parental. **Objetivo:** refletir sobre as práticas de fortalecimento da parentalidade no contexto da adoção, destacando abordagens contemporâneas que auxiliam famílias a lidar com os desafios da construção do vínculo afetivo e da adaptação familiar. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica e exploratória. Foram analisados artigos científicos, legislações, guias técnicos e experiências de programas de preparação para adoção em diferentes regiões do Brasil. **Resultados:** Observou-se que programas que promovem grupos de apoio, orientação pré e pós-adoção e acompanhamento psicossocial contínuo contribuem significativamente para o fortalecimento da parentalidade adotiva. Os desafios mais frequentes relatados incluem inseguranças quanto ao papel parental, dificuldades no manejo de traumas prévios das crianças e resistência da rede de apoio social. **Conclusão:** O fortalecimento da parentalidade adotiva é um processo contínuo que demanda investimento em políticas públicas, formação de profissionais e suporte às famílias. Reflexões atuais apontam para a necessidade de ampliar espaços de escuta, acolhimento e orientação para adotantes, garantindo não apenas o direito à convivência familiar, mas também à construção de relações afetivas estáveis e saudáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade. Adoção. Criança. Cuidado. Reflexão.

O ADOLESCER NO CONTEXTO FAMILIAR

Maria Raquel Da Silva Lima¹; Marcus Levy Oliveira Mouta²; Fernanda Pimentel De Oliveira³; Ana Soraya Santos⁴; Francinalda Machado Stascxak⁵; Francisca Katia Bezerra⁶; Ana Angélica Romeiro Cardoso⁷.

RESUMO

Introdução: Na adolescência, os jovens são influenciados facilmente, principalmente pela escola, comunidade em que vivem e a família que deverá ser sua base. A família constitui pessoas no qual os adolescentes devem ter maior interação, visto que a relação entre familiares têm grande influência, principalmente em aspectos emocionais (Zardo et al., 2022). Contudo, nessa fase, o apoio da família torna-se fundamental. **Objetivo:** Abordar o contexto familiar com adolescentes. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizando-se uma análise subjetiva dos dados. A atividade ocorreu em uma escola municipal de Fortaleza-CE, localizada no bairro Dias Macedo com alunos do 7º ano do ensino fundamental. A atividade foi executada por uma profissional da Unidade de atenção primária vinculada à escola e à supervisora escolar, integrantes do Programa Gente Adolescente da prefeitura de Fortaleza. Esse programa estimula a prática de atividades sobre diversas temáticas com os jovens. Participaram 21 alunos, que responderam a um questionário com 16 perguntas sobre convívio familiar. **Resultados e discussão:** Diante das quatro opções presentes em cada pergunta, obtiveram-se os seguintes resultados: 47,6%(LETRA A), 14,2% (LETRA B), 33,3% (LETRA C), 4,7% (LETRA D), mostrando que a maioria busca ter uma boa relação familiar, vivenciando momentos juntos, trocando experiências, conversando sobre o cotidiano. Porém, em segundo lugar, 33,3% ainda apresenta grandes dificuldades, com raros momentos para compartilharem e apoiarem uns aos outros. A adolescência é uma fase da vida no qual os jovens passam por vários conflitos de cunho emocional, social e até físico, absorvendo ainda várias influências, necessitando sentir-se seguro para que este assuma um comportamento adequado, diante das diversas situações. **Considerações finais:** Apesar de aproximadamente metade dos adolescentes apresentarem um bom convívio, ainda há muito o que melhorar principalmente no aspecto diálogo, a falta de conversa, muitas vezes dificulta a parceria principalmente entre pais e filhos, podendo tornar relações muito distantes, em que mesmo morando juntos, não se conhecem devidamente, favorecendo consequências negativas por falta de orientação no período da adolescência.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Escola. Família.

PROMOVENDO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS: MONTAGEM DE CARDÁPIOS

Maria Raquel Da Silva Lima¹; Marcus Levy Oliveira Mouta²; Fernanda Pimentel De Oliveira³; Ana Soraya Santos⁴; Francinalda Machado Stascxak⁵; Francisca Katia Bezerra⁶; Ana Angélica Romeiro Cardoso⁷.

RESUMO

Introdução: Alimentar-se de forma adequada durante a adolescência é de grande importância para o crescimento e desenvolvimento, visto que hábitos inadequados podem acarretar agravos à saúde durante a vida adulta (Silva; Teixeira; Ferreira, 2014). **Objetivo:** Promover alimentação saudável na escola, por meio de atividade prática. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência realizado em duas escolas participantes do Programa Gente Adolescente nos bairros Dias Macedo e Boa Vista em Fortaleza-CE com apoio da supervisora escolar, da professora, do fisioterapeuta e da nutricionista da Unidade de Atenção Primária vinculada. A ação foi realizada em agosto de 2025, no qual uma turma de 7º ano do ensino fundamental dividiu-se entre três grupos, totalizando 45 alunos. Cada grupo recebeu 2 folhas de papel sulfite, cola e figuras de alimentos. Em uma folha deveriam colocar 5 alimentos que consideravam saudáveis, e em outra 5 alimentos que não classificavam como saudáveis, formando um lanche ou almoço/jantar. Posteriormente, deveriam explicar porque escolheram determinados alimentos e a nutricionista abordava o que era ou não adequado para manter bons hábitos alimentares. **Resultados e discussão:** Nas composições de pratos adequados predominou figuras de frutas, nos que não eram saudáveis estavam muitos ultraprocessados, como macarrão instantâneo, suco de caixa, biscoito recheado. Uma curiosidade foi a linguiça, no qual houve um questionamento se era ou não saudável se fosse feita na air fryer, ou seja, nem tudo parecia tão claro para eles, até pelo fato de comerem frequentemente produtos industrializados, muitas comidas eram consideradas boas. Outro destaque foi para uma farinha instantânea para o preparo de mingau, pois como notavam que muitas mães ofertavam para crianças pequenas, achavam que seria adequado nutricionalmente. **Considerações finais:** Trabalhar atividades de alimentação saudável na escola é uma maneira ampla de atingir mais pessoas para conscientizá-las, além de ser um espaço de educação não só para matérias tradicionais, mas para prepará-los para a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação nutricional. Estudantes. Educação em saúde.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR NO LUTO INFANTIL: RELATO DE CASO DE PERDA MATERNA EM CÂNCER TERMINAL

Juliane Da Silva Galvão¹.

RESUMO

Introdução: O luto infantil é um processo complexo, influenciado por fatores como idade, fase psicomotora, padrão de apego, vínculo com ente querido, recursos de enfrentamento, rede de apoio e postura da família diante da doença. Crianças em fase escolar, como no caso descrito, têm compreensão gradual da finitude, dependente de desenvolvimento cognitivo-emocional. A intervenção psicológica em hospital permite apoiar a criança na elaboração do luto, considerando sua experiência de perda, a fim de favorecer ressignificação desta e fortalecimento de rede suportiva. **Objetivo:** Relatar um caso clínico que evidencia a atuação do psicólogo hospitalar no acompanhamento de uma criança em luto diante da finitude da genitora por câncer de colo uterino, concebendo repercussões emocionais e outros desfechos psicológicos. **Metodologia:** Relato de caso, baseado em observação clínica e intervenções psicológicas em hospital público de Recife-PE, de abril/2025 a maio/2025. Foram analisados registros e prontuários, relatos familiares e observações comportamentais, emocionais e psicossociais da criança mediante entrevistas iniciais de suporte, atendimentos em ambulatório e em enfermaria durante visita hospitalar. **Resultados:** Paciente feminino, 8 anos, com padrão de apego seguro e vínculo estreito com a mãe, que enfrentava diagnóstico avançado de câncer de colo de útero. Durante adoecimento materno, a criança apresentou ansiedade, medo de abandono, choro frequente e regressão comportamental, bem como dificuldades escolares e isolamento social. A partir da intervenção psicológica, foram desenvolvidas estratégias de enfrentamento, incluindo expressão de sentimentos mediante desenhos, conversas terapêuticas e construção de narrativas sobre a doença e morte da mãe. Após o falecimento, apesar da vivência de tristeza profunda, saudade e sentimentos de culpa, demonstrou capacidade crescente de nomear emoções e buscar suporte familiar. O acompanhamento possibilitou ressignificação da perda, reforço do vínculo com outros familiares e construção de memórias positivas da mãe, promovendo segurança emocional e elaboração gradual do luto. **Conclusões:** O caso evidencia a importância da psicologia hospitalar a familiares de pacientes sob luto infantil, permitindo o desenvolvimento de recursos adaptativos, compreensão da perda e fortalecimento de vínculos afetivos remanescentes. A atuação favoreceu adaptação emocional, uso de recursos internos e externos, ressignificação da perda e promoção da saúde mental em contexto de luto parental.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Enlutamento. Terminalidade.

PERFIL DAS VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAL INFANTIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO EM CASOS NOTIFICADOS ENTRE 2013 E 2023

Victória Eduarda De Lima¹.

RESUMO

Introdução: O abuso sexual infantil é qualquer ato no qual a criança é usada para a satisfação sexual de alguém mais velho que possui uma relação de poder com a vítima (Cândido et al., 2020). O Artigo 213 do Código Penal Brasileiro diz que estupro é o ato de constranger alguém utilizando de violência a ter conjunção carnal (Brasil, 1940), já o estupro de vulnerável é descrito como ter relações libidinosas com menores de 14 anos (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940, artigo 2017-A). O Artigo 228, diz que: “Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual” é o ato de induzir, facilitar ou atrair alguém a prostituição ou outras formas de exploração sexual (Brasil, 1940). **Objetivos:** Identificar o sexo e a idade mais vitimizados assim como a natureza dos abusos. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada utilizando dados cedidos pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, obtidos através da Lei de Acesso à Informação. A população do estudo são crianças e adolescentes com idades entre 0 e 17 anos. Os dados contêm as informações acerca do sexo e da idade das vítimas, e a natureza da agressão sexual. É importante apontar que não foi disponibilizado nenhuma informação que leve a identificação das vítimas. O pacote Microsoft Excel 2016 foi utilizado para organizar os dados e gerar os gráficos. **Resultados:** Entre os anos de 2013 a 2023 o estado de Pernambuco registrou 21.954 casos de abuso sexual infantil, e os dados apontam que 86% das vítimas eram meninas, 13,7% meninos, 0,2% o sexo não foi informado, e 0,1% o sexo da vítima é desconhecido. Em 56,4% dos casos as vítimas tinham entre 12 e 17 anos de idade, 43,6% tinham entre 00 e 11 anos. Em relação a natureza dos abusos, 59,4% das vítimas sofreram estupro de vulnerável, 17,2% estupro de vulnerável familiar, 11,5% estupro, 4,9% importunação sexual, 4,6% foram vítimas de outros crimes contra a dignidade sexual, 1,7% estupro familiar, 0,6% exploração sexual. **Conclusão:** A maioria das vítimas são meninas entre 12 e 17 anos na qual maior parte foram vítimas de estupro de vulnerável.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Criança. Adolescente.

PERFIL DE VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE ENTRE OS ANOS 2020 E 2023

Victória Eduarda De Lima¹.

RESUMO

Introdução: O abuso sexual infantil pode ser definido como o ato de alguém mais velho usar uma criança ou um adolescente para a satisfação sexual própria, e esses abusos pode se apresentar de diversas formas (carícias, penetração, exploração sexual, entre outros) (Pfeiffer e Salvagni, 2005). Crianças e adolescentes são apontados como recorrentes vítimas de abusos sexuais, isso pode estar relacionado com a facilidade que o agressor tem em manipular e amedrontar esses jovens (Borges e Dell’Aglia, 2008). **Objetivo:** Identificar o sexo e a idade com maior probabilidade de sofrer abuso sexual, assim como a natureza e a modalidade as agressões. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada utilizando dados obtidos do Conselho Tutelar de Serra Talhada. Os dados incluem as seguintes informações: sexo e idade das vítimas, natureza e modalidade dos abusos sexuais nos anos entre 2020 a 2023. A população do estudo foram vítimas de abuso sexual com idades entre 0 e 17 anos. Não foi obtida nenhuma informação que pudesse identificar as vítimas. Os dados foram organizados em planilhas utilizando o pacote Microsoft Excel 2016, o mesmo pacote foi usado para gerar os gráficos. **Resultados:** 88 casos de abuso sexual infantil foram registrados entre 2020 e 2023, no qual 94,3% das vítimas eram meninas e 5,7% meninos. 16,1% das vítimas tinham 14 anos de idade, 14,9% 12 anos, 12,6% 13 anos, 9,2% 16 anos, 8% 15 anos, 8% 10 anos, 6,9% 5 anos, 4,6% 11 anos, 3,4% 9 anos, 2,3% 2 anos, 1,1% 9 anos. Em relação a natureza das agressões 92% foram vítimas de violência sexual, e 8% de exploração sexual. 63,2% dos abusos foram extrafamiliar, 34,5% intrafamiliar, e em 2,3% dos casos não foi informado a modalidade. **Conclusão:** A maior parte das vítimas são meninas com 14 anos de idade na qual a maioria foram vítimas de violência sexual extrafamiliar.

PALAVRAS-CHAVE: Agressão sexual. Violência sexual. Jovens.

ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGRAS VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL: CUIDANDO EM SERVIÇOS DE REFERÊNCIA

Marimeire Morais Da Conceição¹.

RESUMO

Objetivo: entender como se dá o acesso de crianças e adolescentes negras a serviços de referência no cuidado a vítimas do abuso sexual. Metodologia: estudo qualitativo, ancorado na Teoria Fundamentada e no Interacionismo Simbólico, desenvolvido entre 2022 e 2025 em três serviços públicos de referência de dois estados do Nordeste do Brasil. Recorreu-se a observação participante, entrevistas com 35 profissionais da saúde e 13 familiares; desenho-estória com 11 crianças e adolescentes acompanhadas no serviço. Na análise elaborou-se memorandos e diagramas. As entrevistas foram submetidas a codificação aberta com derivação para análise axial e seletiva conduzidas no software NVivo. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética parecer nº 5.478.343. Resultados preliminares: inicia-se o cuidado pelo acesso a informação sobre abusos sexuais na infância transmitida pelos meios de comunicação (televisão aberta, redes sociais institucionais, propagandas) e/ou por atividades educativas (na escola). O acesso ao serviço de referência depende da existência de uma pessoa que cuida da vítima. Entretanto, ao longo do acompanhamento no serviço de referência, as vítimas enfrentam barreiras sociais limitantes como: escassez de recursos financeiros da família, sobrecarga de trabalho da cuidadora familiar, dependência da companhia de uma pessoa adulta para cumprir o itinerário terapêutico, bem como, a distância física entre o serviço de referência e os serviços da rede intersetorial (proteção dos direitos, segurança e judiciário). Como consequência, observa-se que as restrições relativas ao deslocamento até o serviço de referência colaboram para a desistência (ou redução da frequência) do acompanhamento. Porém, ao mesmo tempo, observa-se um empenho coletivo e colaborativo na promoção do acesso ao cuidado por meio de políticas públicas como o Programa Bolsa Família. Embora as vítimas de raça/cor branca, em dados quantitativos, sejam minoria na demanda por esse serviço, em geral, elas são menos atravessadas por estas disparidades socioeconômicas que dificultam a manutenção do acesso ao serviço. Conclusão: a peregrinação marca o itinerário terapêutico e o acesso a serviços de referência de crianças e adolescentes negras vítimas de violência sexual infantojuvenil. As dificuldades estruturais e conômicas constituem-se barreiras sociais que colaboram para a desistência e interrupção do tratamento, consequentemente, dificulta o acompanhamento sistemático.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual na Infância. Cuidado da Criança. Equidade no Acesso aos Serviços de Saúde.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DA MULHER**

PERFIL DA MORTE MATERNA NO ACRE, BRASIL, 2000-2023

Iasmin Vasconcelos Souza Rodrigues¹; Heloísa Mel Machado Maciel²; Sarah Thavyne Alencar Cabral³; Jainy De Souza Dantas⁴; Francyanne Rita Matos Da Silva⁵; Francisco Naildo Cardoso Leitao⁶; João Batista Francalino Da Rocha⁷.

RESUMO

Introdução: A mortalidade materna, decorrente de causas associadas à gestação, parto e puerpério, é um indicador global da qualidade da assistência à saúde da mulher. **Objetivos:** Descrever o perfil sociodemográfico da morte materna no estado do Acre, de 2000 a 2023. **Metodologia:** Estudo observacional ecológico descritivo baseado em dados secundários do SIM/DATASUS/MS sobre óbitos maternos de mulheres na faixa etária de 10 a 49 anos. O estudo caracterizou o perfil sociodemográfico e assistencial das mortes maternas segundo faixa etária, cor/raça, escolaridade, estado civil, local de ocorrência e status de investigação. As análises foram realizadas no software Microsoft Excel 2019. **Resultados:** Entre 2000 e 2023, foram registrados 175 óbitos maternos, com uma taxa média anual de 7 óbitos $\pm$ 2 desvio padrão (DP) e uma taxa de mortalidade materna (TMM) de 41,55 por 100.000 nascidos vivos. As mortes maternas diretas representaram 84% dos casos, enquanto as indiretas corresponderam a 16%. A faixa etária predominante foi a de 20 a 29 anos, com 44,88% dos óbitos, seguida pela faixa de 30 a 39 anos, com 31,25%. Os indivíduos pardos foram responsáveis por 59,65% dos óbitos, enquanto os indígenas representaram 9,65%. O nível de escolaridade também teve impacto na mortalidade materna, com maior prevalência entre mulheres com 8 a 11 anos de estudo (22,15%) e 4 a 7 anos de escolaridade (19,31%). Mulheres sem escolaridade representaram 11,93% dos óbitos. As mulheres solteiras foram mais afetadas, representando 43,18% dos casos, sendo que 73,68% dessas mortes ocorreram durante gestação que resultou em aborto. Mulheres casadas representaram 20,45% dos óbitos. A maior parte dos óbitos ocorreu em ambiente hospitalar (88,63%), enquanto 7,95% aconteceram no domicílio. Quanto à investigação das mortes, 61,36% dos casos foram acompanhados por ficha síntese informada, enquanto 9,65% dos óbitos não foram investigados com ficha síntese. **Conclusão:** A mortalidade materna na região estudada apresenta um padrão que reflete desigualdades socioeconômicas e demográficas significativas, evidenciando a necessidade de políticas públicas direcionadas a grupos vulneráveis específicos.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Materno-Infantil. Gravidez. Trabalho de Parto. Mortalidade Materna.

ESTADO NUTRICIONAL DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ACRE, BRASIL, 2006-2008

Vitória Adriele Coutinho Da Silva¹; Iasmin Vasconcelos Souza Rodrigues²; Heloísa Mel Machado Maciel³; Sarah Thavyne Alencar Cabral⁴; Jainy De Souza Dantas⁵; João Gabriel Andrade Francalino⁶; Francyanne Rita Matos Da Silva⁷; Jéssica Andie Fontana Rocha⁸; Francisco Naildo Cardoso Leitao⁹; João Batista Francalino Da Rocha¹⁰.

RESUMO

Introdução: O estado nutricional, condição de saúde de um indivíduo relacionada à ingestão e utilização de nutrientes pelo organismo, reflete o equilíbrio entre a ingestão de alimentos, a absorção e utilização dos nutrientes, e as necessidades do corpo. Estado nutricional adequado é essencial para a saúde e o bem-estar, alterações podem levar a problemas de saúde como desnutrição ou obesidade. **Objetivos:** Analisar o estado nutricional das beneficiárias do Bolsa Família no estado do Acre, de 2006 a 2008. **Metodologia:** Estudo observacional ecológico analítico baseado em dados secundários do registro de informações do estado nutricional de beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Acre, extraídos do Departamento de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Interpretou-se o estado nutricional: normal, sobrepeso, obesidade e baixo peso, e estas condições na gravidez. As análises foram realizadas no software Microsoft Excel 2019. **Resultados:** De 2006-2008 (3 anos) acompanhou-se 101.399 beneficiárias do PBF no Acre, na faixa etária de 10 a 59 anos distribuídas em diferentes categorias de estado nutricional. Do total de mulheres, 975 eram gestantes. Os principais achados por faixa etária foram: adolescentes (10-19 anos) total de 37.803 beneficiárias (37% da amostra): faixa 10-14 anos (n = 21.524), estado nutricional predominante normal (75,7%), sobrepeso 16,7% - percentual preocupante para a idade, baixo peso 7,5% e gravidez na adolescência 32 casos (0,15%); faixa 15-19 anos (n = 16.279), estado nutricional predominante normal (81,6%), sobrepeso 13,2%, baixo peso 4,1% e gravidez na adolescência 187 casos (1,15%); adultas (20-59 anos), distribuição geral do estado nutricional: normal 51,0% (32.436 casos), sobrepeso 29,4% (18.675 casos), obesidade 13,8% (8.748 casos) e baixo peso 4,7% (2.982 casos). Do total de gestantes (0,96% da amostra), apresentou distribuição preocupante: normal 44,6%, sobrepeso 21,4%, obesidade 9,4% e baixo peso 24,5%. **Conclusão:** Perfil nutricional complexo, a população beneficiária do Bolsa Família no Acre apresentou simultaneamente problemas de desnutrição e excesso de peso, caracterizando a transição nutricional típica de populações em desenvolvimento. Os dados sugerem que a prevenção do excesso de peso ou baixo peso deve iniciar na adolescência para evitar a progressão para obesidade ou desnutrição na idade adulta ou durante a gravidez.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade. Desnutrição. Gestação em Pessoa Obesa.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DO IDOSO**

SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA D E FUNÇÃO IMUNOLÓGICA EM IDOSOS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Nilziano José Da Silva Santos¹.

RESUMO

Introdução: A vitamina D desempenha uma função crucial na regulação da resposta imunológica, particularmente em pessoas idosas, que constituem uma população mais suscetível à carência dessa vitamina e às infecções respiratórias e sistêmicas. Níveis inadequados desta vitamina podem prejudicar o desempenho apropriado do sistema imunológico, favorecendo uma maior ocorrência e severidade de infecções. **Objetivos:** O presente estudo teve como meta analisar se a suplementação de vitamina D facilita a melhoria da função imunológica e a diminuição da frequência de infecções em indivíduos idosos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura acadêmica, com seleção de artigos publicados nos últimos anos nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Utilizaram-se os descritores: “vitamina D”, “imunidade”, “idosos”, “suplementação” e “infecções”, com enfoque em estudos que examinaram a relação entre a suplementação de vitamina D e a imunidade em indivíduos da terceira idade. **Resultados:** Os resultados indicam que a suplementação de vitamina D em idosos com níveis séricos reduzidos pode aprimorar a resposta imunológica, elevar marcadores imunológicos específicos e diminuir a incidência de infecções, especialmente respiratórias. Ademais, foi constatado que a eficácia dessa intervenção está diretamente relacionada à dose administrada e à duração do tratamento. Diversas pesquisas apresentaram variações nos resultados, o que acentua a necessidade de padronização nas estratégias de suplementação. **Considerações Finais:** A suplementação de vitamina D constitui uma estratégia promissora para promover a saúde imunológica em indivíduos idosos, especialmente naqueles com risco de deficiência. Pode contribuir de maneira significativa para a diminuição das infecções e para a melhoria do estado geral de saúde. Entretanto, ressalta-se a relevância da realização de ensaios clínicos randomizados que definam protocolos padronizados de suplementação em relação à dosagem e à duração do uso, garantindo sua eficácia e segurança na prática clínica.

PALAVRAS-CHAVE: Imunidade. Deficiência. Infecções.

ANALISE DOS ÓBITOS EVITÁVEIS NA POPULAÇÃO IDOSA DE UM ESTADO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, BRASIL, 2000-2023

Jorgimar Peres Ferreira¹; Francisco Naildo Cardoso Leita²; João Batista Francalino Da Rocha³.

RESUMO

Introdução: os óbitos evitáveis são classificados como aqueles que poderiam ter sido prevenidos ou evitados por meio de intervenções de saúde oportunas, acessíveis e eficazes. Esses casos evidenciam fragilidades no sistema de saúde, sugerindo que as demandas de cuidado não foram devidamente supridas ou que os determinantes da saúde não receberam a devida atenção. A população idosa é o grupo que apresenta maior fragilidade de saúde, diminuindo a qualidade de vida e aumentando o número de óbitos desse grupo etário. **Objetivo:** Analisar a evolução dos óbitos evitáveis na população idosa de um estado da Amazônia Ocidental, Brasil, 2000-2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional do tipo ecológico, de análise de série temporal, de mortes evitáveis na população de 60 anos ou mais no estado do Acre, no período de 2000 a 2023, a partir de dados secundários do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática e Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde (MS). **Resultado:** A análise da Figura revela um aumento consistente no número de óbitos evitáveis entre idosos no período de 2000 a 2018, com variação percentual anual (VPA) de 4,03% ($p < 0,05$). Entre 2018 e 2021, observa-se um crescimento acentuado, com VPA de 12,94% ($p < 0,05$), possivelmente associado ao impacto da pandemia de COVID-19. No período subsequente, de 2021 a 2023, houve redução significativa, com VPA de -12,83% ($p < 0,05$), sugerindo uma retomada à tendência anterior. No acumulado de 2000 a 2023, a variação percentual média anual (VPMA) foi de 3,54% ($p < 0,05$), indicando aumento global ao longo do período analisado. **Conclusão:** O estudo evidenciou que os óbitos evitáveis na população idosa apresentaram tendência crescente entre 2000 e 2018, com aumento acentuado de 2018 a 2021 e redução significativa no período subsequente. Apesar da queda recente, o panorama geral indica elevação ao longo das últimas duas décadas, reforçando a necessidade de estratégias contínuas e efetivas de prevenção voltadas a esse grupo populacional.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Idoso. Sistemas de Saúde. Epidemiologia.

TAXA DE MORTALIDADE EVITÁVEL NA POPULAÇÃO IDOSA COMO INDICADOR DA EFETIVIDADE DE SAÚDE NO ESTADO DO ACRE, BRASIL, 2000-2023

Jorgimar Peres Ferreira¹; Francisco Naildo Cardoso Leita²; João Batista Francalino Da Rocha³.

RESUMO

Introdução: O envelhecimento é caracterizado pelo processo da diminuição das reservas energéticas e consequentemente transformações físicas, fisiológicas e estrutural de um indivíduo. Os idosos são considerados grupos de risco para diversas situações no âmbito da saúde, visto que, são acometidos por comorbidades que quando não tratadas ou tratadas inadequadamente eleva o risco de morte. Entre esses riscos a mortalidade por causas evitáveis, aquelas passíveis de tratamento na atenção primária, tem se mostrado como indicador de um atendimento eficaz e eficiente na saúde dessa população. **Objetivo:** Analisar as ações de prevenção na atenção primária em Saúde com foco na população idosa acreana, Brasil, entre 2000-2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico de series temporais, retrospectivo, a partir dos dados secundários do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Departamento de Informática e Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde (MS). **Resultados:** A taxa de óbitos evitáveis em idosos apresentou crescimento moderado (VPA = 0,95). No período seguinte, de 2005 a 2008, houve queda significativa (VPA = -3,56). Entre 2008 e 2018, verificou-se estabilidade com leve aumento (VPA = 0,57). O intervalo de 2018 a 2021 registrou crescimento expressivo (VPA = 7,07), seguido por forte redução entre 2021 e 2023 (VPA = -15,88). Na análise de todo o período, observou-se discreto aumento de 2000 a 2019 (VPMA = 0,33) e tendência geral de queda de 2000 a 2023 (VPMA = -0,63). **Conclusão:** O estudo revelou variação marcantes na taxa de óbitos evitáveis em idosos, com períodos de aumento e redução ao longo das duas décadas. Destaca-se o crescimento acentuado entre 2018 e 2021, possivelmente associado a eventos críticos, como exemplo a pandemia do Covid-19, seguido de forte queda até 2023. Apesar de variações pontuais, a tendência geral indica discreta redução no período total analisado. Apontando possíveis melhoras na efetividade de saúde do estado do Acre.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Causas de Morte. Saúde Pública.

TENDÊNCIA TEMPORAL DA EVOLUÇÃO DE ÓBITOS TOTAIS NA POPULAÇÃO IDOSA DO ESTADO DO ACRE, BRASIL, 2000-2023

Jorgimar Peres Ferreira¹; Francisco Naildo Cardoso Leita²; João Batista Francalino Da Rocha³.

RESUMO

Introdução: Nos últimos anos, o envelhecimento populacional tem se consolidado como um desafio crescente para os países e para os sistemas de saúde. Embora a expectativa de vida venha aumentando, a melhoria na qualidade de vida nem sempre vem acompanhada desse avanço, o que resulta em maior carga de doenças e no aumento do número de idosos com algum grau de incapacidade. Essa realidade impõe demandas adicionais aos serviços de saúde, exigindo estratégias eficazes de prevenção, tratamento e promoção do envelhecimento saudável. **Objetivo:** Descrever a evolução dos óbitos totais na população idosa do estado do Acre, Brasil, entre os anos 2000-2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional do tipo ecológico, de análise de série temporal, de mortes totais na população de 60 anos ou mais no estado do Acre, no período de 2000 a 2023, a partir de dados secundários do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática e Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde (MS). **Resultado:** Observou-se uma tendência geral de aumento no número total de óbitos na população estudada, com variações significativas nas taxas anuais ao longo dos períodos analisados. Entre 2000 e 2009, a variação percentual anual (VPA) foi de 1,93%, indicando crescimento moderado. No período de 2009 a 2018, essa taxa acelerou para 3,46%, e entre 2018 e 2021 ocorreu um aumento expressivo, com VPA de 9,64%, possivelmente associado a eventos epidemiológicos de grande impacto, como a pandemia de COVID-19. Em contrapartida, entre 2021 e 2023, registrou-se queda acentuada no número de óbitos, com VPA negativa de -13,47%, sugerindo possível estabilização ou redução pós pandemia. A variação percentual média anual (VPMA) para o período de 2000 a 2019 foi de 3,05%, enquanto para 2000 a 2023 foi de 2,04%, refletindo o impacto do declínio recente nos valores médios. **Conclusão:** Entre 2000 e 2023, observou-se tendência geral de aumento nos óbitos totais de idosos no Acre, com pico entre 2018 e 2021 e queda acentuada após 2021.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Saúde Pública. Epidemiologia.

TENDÊNCIA TEMPORAL DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE EVITÁVEIS EM IDOSOS, ACRE, BRASIL, 2000-2023

Jorgimar Peres Ferreira¹; Francisco Naildo Cardoso Leita²; João Batista Francalino da Rocha³.

RESUMO

Introdução: O aumento da longevidade populacional, decorrente do processo de transição demográfica, prolonga o ciclo de vida, porém nem sempre acompanhado de qualidade. Essa mudança repercute no perfil epidemiológico, com maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, prolongando períodos de incapacidade física, fragilidade e risco de mortalidade. Entre as comorbidades que mais acometem a população idosa, destacam-se as doenças cardiovasculares, respiratórias e o câncer, classificadas como causas evitáveis. **Objetivo:** Analisar as principais causas de morte evitáveis em idosos acreanos, Brasil, entre 2000-2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional do tipo ecológico, de análise de série temporal, das principais causas de mortes evitáveis na população de 60 anos ou mais no estado do Acre, no período de 2000 a 2023, a partir de dados secundários do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática e Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde (MS). **Resultados:** A análise das tendências de mortalidade por causas evitáveis na população idosa entre 2000 e 2023 evidencia que a maioria dos capítulos da CID-10 apresentou estabilidade, destacando-se, porém, aumentos significativos nos óbitos por neoplasmas (C00-D48; VPMA = 3,88%; $p < 0,00001$), doenças do aparelho respiratório (J00-J99; VPMA = 2,49%; $p < 0,00001$), doenças do aparelho digestivo (K00-K93; VPMA = 2,05%; $p = 0,0044$) e causas externas (V01-Y98; VPMA = 1,51%; $p = 0,0279$). Em contrapartida, houve redução expressiva na categoria “sintomas, sinais e achados anormais” (R00-R99; VPMA = -8,25%; $p < 0,00001$). Esses resultados sugerem um deslocamento do perfil de mortalidade evitável em direção a condições crônicas específicas e causas externas, possivelmente refletindo mudanças no padrão epidemiológico e nos determinantes sociais e de saúde dessa população. **Conclusão:** Observou-se elevação significativa da mortalidade por causas evitáveis entre idosos, especialmente por neoplasias, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho digestivo e causas externas, acompanhada de expressiva redução das causas mal definidas. Esses resultados indicam uma reconfiguração do perfil de mortalidade evitável, caracterizada pela predominância crescente de condições crônicas específicas e de eventos externos, refletindo mudanças no padrão epidemiológico e nas condições sociais e de saúde que influenciam essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia. Envelhecimento. Covid-19.

POPULAÇÃO DE IDOSOS REGIONAL E NO BRASIL, 2000-2023

Jéssica Andie Fontana Rocha¹; Iasmin Vasconcelos Souza Rodrigues²; Heloísa Mel Machado Maciel³; Sarah Thavyne Alencar Cabral⁴; Jainy De Souza Dantas⁵; João Gabriel Andrade Francalino⁶; Francyanne Rita Matos Da Silva⁷; Vitória Adriele Coutinho Da Silva⁸; Francisco Naildo Cardoso Leita⁹; João Batista Francalino Da Rocha¹⁰.

RESUMO

Introdução: A população idosa mundial está em rápido crescimento, com a ONU estimando que o número de pessoas com 65 anos ou mais dobrará até 2050, atingindo 1,6 bilhão de pessoas. Essa tendência, reflexo de sociedades mais bem-sucedidas em prolongar a vida, traz desafios e a necessidade de políticas públicas consistentes para garantir o envelhecimento saudável, o bem-estar e a dignidade dessa parcela da população. **Objetivos:** Analisar a proporção de população de idosos regional e no Brasil, de 2000 a 2023. **Metodologia:** Estudo observacional ecológico analítico baseado em dados secundários do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da população idosa em: Rio Branco, Acre, Região Norte e Brasil, com estimativas calculadas pelo Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas da Pessoa Idosa (SISAPI). O estudo interpretou a tendência temporal de proporção de idosos regional em: Rio Branco, Acre e região Norte e no Brasil. As análises foram realizadas no software Microsoft Excel 2019. **Resultados:** De 2000-2023 (24 anos), a proporção de população idosa demonstrou crescimento linear consistente em todas as unidades territoriais analisadas. Em Rio Branco, registrou-se incremento de 77,2%, de 5,7% para 10,1% (média: 7,37%). No estado do Acre, verificou-se aumento de 64,3%, de 5,6% para 9,2% (média: 7,0%). A região Norte apresentou crescimento de 80,7%, de 5,7% para 10,3% (média: 7,45%). Em âmbito nacional, o aumento foi de 79,3%, com variação de 8,7% para 15,6% (média: 11,91%). As séries temporais apresentaram correlações extremamente altas ($r > 0,99$), indicando forte linearidade no processo de envelhecimento populacional. A análise temporal revelou três períodos distintos: (i) 2000-2004, estagnação relativa com crescimento mínimo; (ii) 2005-2009, aceleração do processo; e (iii) 2010-2023, crescimento acelerado e sustentado. O crescimento mostrou-se mais pronunciado após 2010, particularmente em Rio Branco. As taxas de crescimento médio anual foram: Rio Branco 2,52%, Acre 2,18%, região Norte 2,61% e Brasil 2,57%. **Conclusão:** Perfil demográfico complexo, observou-se uma transição demográfica acelerada e geograficamente convergente da população idosa regional e no Brasil, com intensificação do envelhecimento após 2010. Este processo demanda adaptações sistêmicas urgentes nas políticas públicas e estruturas sociais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Expectativa de Vida Ajustada à Qualidade de Vida. Epidemiologia.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DO TRABALHADOR**

RAPPORT E SAÚDE OCUPACIONAL: UMA ABORDAGEM BASEADA EM TÉCNICAS DA PROGRAMAÇÃO NEOLINGUÍSTICA

Thais Nunes Do Nascimento¹.

RESUMO

A Programação Neurolinguística (PNL) é um conjunto de técnicas que buscam compreender e intensificar padrões de comportamento e comunicação. O rapport é uma de suas técnicas mais aplicadas, e suas fortes características - empatia, sintonia e conexão entre indivíduos - tornam-no cada vez mais utilizado e necessário no dia a dia pessoal e profissional. No ambiente de trabalho, o uso de estratégias como o rapport é cada vez mais valorizado, especialmente em cenários que exigem cooperação, liderança e resolução de conflitos. É comum ver profissionais em PNL atuando em diversas áreas, sendo Vendas um grande percussor, mas também muito comum em setores como Saúde, Psicoterapia, Marketing e Relações Interpessoais. A verdade é que, em qualquer área, sempre existirá espaço para o uso da PNL. Objetivo: analisar como o rapport, aplicado no contexto laboral, pode influenciar a saúde mental e a qualidade de vida do trabalhador. Metodologia: trata-se de uma revisão de literatura narrativa, realizada em artigos científicos publicados entre 2015 e 2024 em bases como SciELO, PubMed e ResearchGate, utilizando os descritores: “rapport”, “saúde do trabalhador” e “comunicação interpessoal”. Foram selecionados estudos que relacionassem o rapport à qualidade de vida e ao bem-estar ocupacional. Resultados: os estudos revisados indicam que o rapport facilita a comunicação entre gestores e equipes, promove um ambiente de confiança, reduz níveis de estresse e favorece a resolução de conflitos. Também foram observadas melhorias em habilidades de planejamento, aumento de flexibilidade, positividade, felicidade e motivação. Diferenças significativas nos escores de saúde mental reforçam a eficácia da PNL, mostrando que suas técnicas comportamentais contribuem para a redução de adoecimento relacionado ao trabalho, especialmente em casos de burnout, ansiedade, entre outros. Conclusão: o uso do PNL's como o rapport, utilizado como ferramenta de comunicação no ambiente de trabalho, contribui para a promoção da saúde mental, bem como para o desenvolvimento interpessoal, sendo um recurso relevante na gestão de equipes e na autogestão. Atua também na prevenção de doenças relacionadas ao estresse, mostrando que investir na capacitação de profissionais em técnicas de PNL pode representar um avanço nas estratégias de saúde do trabalhador e na qualidade de vida ocupacional.

PALAVRAS-CHAVE: PNL. Saúde do trabalhador. Comunicação. Gestão de pessoas. Interpessoal.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE MENTAL**

HOLOCAUSTO BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA E REFLEXIVA SOBRE O PROCESSO DE REFORMA PSIQUIÁTRICA

Helton Camilo Teixeira¹.

RESUMO

Introdução: A história da saúde mental no Brasil foi marcada por um modelo manicomial centrado na segregação e repressão, que institucionalizava pessoas com transtornos mentais em condições desumanas, muitas vezes sem diagnóstico adequado e submetidas a maus-tratos. A partir da reforma psiquiátrica, iniciada na década de 1970, buscou-se desinstitucionalizar o cuidado, promovendo a atenção comunitária, a inclusão social e práticas terapêuticas humanizadas, estabelecendo políticas públicas voltadas à proteção dos direitos e da dignidade dos pacientes. Nesse contexto, o documentário *Holocausto Brasileiro*, dirigido por Daniela Arbex (2016), relata a tragédia ocorrida no Hospital Colônia de Barbacena, Minas Gerais, onde aproximadamente 60 mil pacientes psiquiátricos morreram devido à negligência e aos abusos institucionais. Diante disso, esse trabalho tem como Objetivo Analisar criticamente a tragédia ocorrida no Hospital Colônia de Barbacena, destacando as condições de negligência e violência institucional, seus impactos na saúde mental dos pacientes e a relação com o processo de reforma psiquiátrica no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma análise qualitativa e documental, baseada na revisão crítica do conteúdo audiovisual do documentário, incluindo depoimentos de sobreviventes, ex-funcionários e registros históricos. As informações foram interpretadas destacando categorias centrais como negligência institucional, violência física e psicológica, superlotação e marginalização social dos pacientes, permitindo compreender os impactos sociais e emocionais das práticas institucionais inadequadas. **Resultados e discussão:** Os resultados evidenciam condições desumanas, internações arbitrárias e uso de tratamentos ineficazes, muitas vezes sem diagnóstico ou por questões de gênero, orientação sexual ou situação social. O documentário demonstra impactos significativos na saúde mental, incluindo depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e outros transtornos comuns, além de marginalização social e efeitos prolongados sobre familiares. Ademais, evidencia o fracasso do modelo psiquiátrico baseado na segregação, reforçando a importância da reforma psiquiátrica brasileira e da promoção de cuidados comunitários e humanizados. **Conclusão:** *Holocausto Brasileiro* preserva a memória histórica de uma tragédia negligenciada e alerta para a urgência de um sistema de saúde mental que respeite a dignidade dos indivíduos, combata preconceitos e promova práticas terapêuticas adequadas. A obra estimula reflexão crítica sobre direitos humanos e a necessidade de atenção humanizada, ética e inclusiva na saúde mental no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Hospitalização. Direitos Humanos.

AVANÇOS E DESAFIOS NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: REVISÃO DE LITERATURA

Thais Nunes Do Nascimento¹.

RESUMO

Introdução: A saúde mental é um tema de extrema relevância atual, principalmente no ambiente acadêmico. A fase universitária é marcada pelo período de experiências e adaptação, destacando a vivência de expectativas, cobranças e novas demandas. A exposição a diversas pressões, sendo elas acadêmicas, sociais ou pessoais dá lugar ao surgimento de ocorrências como quadros de estresse, insônia, ansiedade e depressão, afetando diretamente na qualidade de vida e desempenho acadêmico. Após a chegada da COVID-19, os desafios aumentaram e com eles, surgiram questões como isolamento social, sobrecarga de projetos e as dúvidas quanto ao futuro próprio, intensificando as possíveis prevalências de transtornos mentais. **Objetivo:** O presente estudo teve como principal objetivo, a análise dos principais fatores de risco e como estes afetam a saúde mental de estudantes universitários. Por meio da revisão bibliográfica foram analisados e evidenciados os avanços e desafios intensificados durante a pandemia da COVID-19. **Metodologia:** A revisão foi realizada através das bases, Google acadêmico, SciELO, PubMed e Journal Health NPEPS, utilizando descritores como “saúde mental”, “COVID-19”, “Estudantes universitários”, “University mental health”. Foram incluídos artigos publicados entre 2018 e 2024, em português e inglês, de acesso livre. **Resultados:** Após análise dos artigos, pode-se dizer que a saúde psicológica dos universitários, tem apresentado aumentos significativos de adoecimento mental, durante o período pandêmico, quadros de ansiedade e depressão evoluíram de maneira evidente. Entre os fatores de risco, estão, o isolamento social, sobrecargas acadêmicas, instabilidades financeiras e as incertezas quanto ao futuro. Em resposta, surgiram outras formas de apoio psicológico, dentre elas o acesso remoto e o surgimento de programas institucionais para dar maior notoriedade ao tema. **Conclusão:** A pandemia potencializou os quadros de vulnerabilidade pré-existentes, mas favoreceu também a criação de novas estratégias de cuidado e suporte psicológico. Apesar desses avanços, ainda é necessário criar e fortalecer novas políticas institucionais e públicas, liberando acesso e acompanhamento contínuo para saúde mental dos universitários. É essencial compreender os desafios e estratégias de prevenção, tanto quanto a escassez de políticas públicas para direcionar essa população e haver maior adesão ao cuidado e a promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Acadêmica. Social. Transtornos. Psicológica. Bem-estar.

ASSOCIAÇÕES ENTRE ASPECTOS SOCIAIS E ESCOLARES E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Eveline De Chequi Corrêa¹; Jorge Luiz Da Silva².

RESUMO

A saúde mental de professores vem recebendo atenção crescente nas últimas décadas, especialmente diante dos desafios impostos pelas condições psicossociais do ambiente escolar. Pressões por produtividade, sobrecarga de trabalho, conflitos com alunos, falta de reconhecimento profissional e escassez de apoio institucional são fatores que podem contribuir para o sofrimento psíquico desses profissionais, podendo afetar seu desempenho, qualidade de vida e permanência na docência. O presente estudo teve como objetivo investigar a saúde mental de professores do Ensino Fundamental I e sua associação com aspectos sociais e escolares do cotidiano docente. Trata-se de uma pesquisa transversal. A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos: um questionário estruturado elaborado pelos autores para o levantamento de dados sociodemográficos e escolares, e o Inventário Breve de Sintomas (BSI), composto por 53 itens que avaliam indicadores clínicos de sofrimento psíquico em nove dimensões e três escores globais. Participaram da pesquisa 80 professores de sete escolas (seis públicas municipais e uma particular) de um município do interior paulista. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial no GraphPad Prism 9.3, utilizando correlação de Spearman, ANOVA e Mann-Whitney ($p < 0,05$). A maioria era do sexo feminino (91,25%), com média de idade de 47 anos e tempo médio de experiência de 21,9 anos. A análise estatística revelou associação significativa entre classe econômica e o índice global de severidade de sintomas (GSI) ($p = 0,0221$). Além disso, a sobrecarga de trabalho apresentou correlações com quase todas as dimensões do BSI, especialmente ideação paranoide e hostilidade; os problemas com alunos apresentaram relação com hostilidade, depressão e ideação paranoide; e a pressão dos pais destacou-se em associação com a depressão. Esses achados reforçam que o sofrimento psíquico docente é multidimensional, atravessado por diferentes estressores escolares e sociais. Conclui-se que compreender essas associações é essencial para subsidiar políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental e à valorização da docência na educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Fatores Psicossociais. Qualidade de vida docente. Sofrimento psíquico.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE PREVENTIVA**

IMPACTOS À SAÚDE DO CONSUMO DE ALIMENTOS RICOS EM NITRITOS E NITRATOS

Edivan Lourenço Da Silva Júnior¹; Luisa Fernanda Camacho Gonzalez².

RESUMO

Introdução: Alimentos ricos em nitritos e nitratos, como carnes processadas, podem favorecer a formação de compostos N-nitrosos, associados a efeitos adversos à saúde. Estudos reforçam a necessidade de limitar o consumo desses aditivos, especialmente entre populações vulneráveis, como estratégia preventiva contra doenças crônicas relacionadas à alimentação. **Objetivo:** Analisar os impactos do consumo de alimentos ricos em nitritos e nitratos sobre a saúde, com foco nos mecanismos de ação envolvidos e nos efeitos adversos resultantes. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, conduzida por meio de revisão integrativa, com o objetivo de identificar as principais consequências à saúde associadas ao consumo de alimentos ricos em nitritos e nitratos. As fontes de dados utilizadas foram SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. Foram incluídos artigos completos, de acesso aberto, publicados em português e inglês entre os anos de 2021 a 2025. Excluíram-se publicações fora desse período, em outros idiomas, com tipologias distintas, incompletas ou com população-alvo divergente. Ao final, foram selecionados 15 artigos para análise. **Resultados:** Conforme a literatura consultada, o consumo frequente de alimentos ricos em nitritos e nitratos, presentes principalmente em carnes processadas e ultraprocessadas, está associado a riscos significativos à saúde, como o aumento da incidência de câncer colorretal e câncer gástrico. Esses aditivos, ao serem metabolizados no organismo, podem formar compostos N-nitrosos, como as nitrosaminas, com reconhecido potencial carcinogênico. Além disso, o excesso dessas substâncias, que não deve exceder 150 mg/kg nos produtos cárneos segundo a ANVISA, pode causar efeitos adversos como distúrbios gastrointestinais, alterações genotóxicas e, em crianças, a síndrome do bebê azul. Ademais, a redução no consumo de alimentos naturais, ricos em fibras e antioxidantes, agrava os riscos à saúde, comprometendo a proteção intestinal. Esses dados reforçam a importância de escolhas alimentares conscientes para a prevenção de doenças crônicas. **Considerações finais:** O consumo excessivo de alimentos ricos em nitritos e nitratos, especialmente carnes processadas, está associado ao aumento do risco de cânceres. Assim, a adoção de hábitos alimentares saudáveis, com maior ingestão de alimentos naturais e controle rigoroso de aditivos é essencial para a prevenção de doenças crônicas e promoção da Saúde Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos processados. Neoplasias colorretais. Aditivos alimentares.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE PÚBLICA**

FRAGMENTAÇÃO DO CUIDADO: OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO DOS CAPS COM A REDE DE SAÚDE E A REDE INTERSETORIAL

Alberto Guilherme Da Silva Moura¹; Amanda Honório Da Silva²; Bruno Vinícius Da Silva³; Jâmerson Ruan Dos Santos⁴; Nhycoly Anastácia Barbosa Melo⁵; Polyana Felipe Ferreira Da Costa⁶; Lídia Pinheiro Da Nóbrega⁷.

RESUMO

Introdução: A Portaria nº 3.088, de 2011, instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com o objetivo de reorganizar os serviços de saúde mental no Brasil, promovendo a integralidade e continuidade do cuidado. A RAPS busca integrar diferentes serviços e superar a fragmentação das práticas clínicas tradicionais, destacando-se, nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), baseados na atenção psicossocial e na articulação intersetorial. A integração entre saúde, educação, assistência social, trabalho e cultura é um dos pilares desse modelo. No entanto, persistem desafios importantes na articulação entre os CAPS e os demais serviços da rede. Compreender essas dificuldades é fundamental para qualificar o cuidado, fortalecer a participação social dos usuários e consolidar a efetivação dos direitos previstos na política pública. **Objetivos:** O objetivo é analisar as dificuldades enfrentadas pelos CAPS na integração com outros serviços de saúde. **Metodologia:** A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, com a análise de artigos publicados na base de dados SciELO, utilizando os descritores “Centro de Atenção Psicossocial” e “Articulação intersetorial”, além de documentos governamentais que abordam a temática. **RESULTADOS:** A articulação entre os CAPS e outros serviços de saúde enfrenta diversos desafios, como falhas na comunicação, ausência de critérios claros para admissões e fluxos desorganizados na rede, o que contribui para a superlotação e atendimento inadequado. A situação é agravada pela alta rotatividade de profissionais, dificuldade de contratação e grande demanda de usuários. Além disso, há carência de capacitação para atuação intersetorial, o que limita a integração com áreas como educação, assistência social, cultura, trabalho e justiça. O cuidado em saúde mental exige essa articulação ampla, mas ainda há entraves, como a atuação verticalizada do setor jurídico e os estigmas que restringem a colaboração com o setor cultural. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que o cuidado integral ao usuário perpassa o campo de atuação do CAPS, necessitando de melhor articulação com outros entes. Para isso, é necessária a ampliação de estratégias de educação permanente para capacitar os profissionais, bem como o investimento em recursos humanos e estruturais, que se mostram escassos diante da vasta demanda que exige atenção e comunicação adequada entre os serviços disponíveis.

PALAVRAS-CHAVE: RAPS. Saúde mental. Intersetorialidade.

EPILEPSIA EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: BARREIRAS ESTRUTURAIS AO DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E CUIDADO CONTÍNUO

Neide Marjore Santos Almeida¹; Júlia Borges De Sá Guimarães².

RESUMO

Introdução: A epilepsia é uma condição neurológica crônica tratável, mas ainda subdiagnosticada e mal manejada em contextos de vulnerabilidade, como o sistema prisional. Pessoas privadas de liberdade enfrentam diversas barreiras, incluindo o acesso restrito a neurologistas, ausência de planos terapêuticos individualizados, descontinuidade no tratamento e falhas na articulação entre os serviços de saúde prisionais e os sistemas públicos. Mesmo em países com diretrizes estruturadas, persistem entraves logísticos e estruturais. A escassez de recursos, aliada à alta rotatividade de profissionais, contribui para um cuidado fragmentado, o que agrava o quadro clínico, aumenta o estigma e favorece violações de direitos humanos. **Objetivos:** Analisar, com base na literatura científica recente, as principais barreiras estruturais que comprometem o diagnóstico, o tratamento e a continuidade do cuidado em saúde de pessoas privadas de liberdade com epilepsia. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada na base PubMed, com os descritores “Epilepsy” AND “Prisoners”, utilizando os filtros “free full text” e “últimos 5 anos”. Dos 10 artigos inicialmente encontrados, 6 foram selecionados após leitura na íntegra por abordarem diretamente os desafios relacionados ao cuidado em epilepsia no sistema prisional. **Resultados:** Os estudos analisados revelaram múltiplas deficiências na atenção à saúde de pessoas com epilepsia em prisões, como ausência de protocolos clínicos padronizados, escassez de neurologistas, descontinuidade na administração de medicamentos e negligência com comorbidades psiquiátricas frequentes, como depressão e ansiedade. A qualidade do cuidado variava entre as unidades, impactada por infraestrutura inadequada, escassez de treinamentos específicos e desarticulação com a rede pública de saúde. Alguns estudos destacaram o potencial da estimulação do nervo vago como estratégia terapêutica inovadora, com efeitos positivos na cognição e comportamento. Também foram apontados riscos no uso inadequado de medicamentos como a pregabalina, associada a abuso e efeitos adversos em ambientes de privação de liberdade. **Considerações finais:** O cenário aponta para a urgente necessidade de políticas públicas voltadas à padronização e qualificação do cuidado em epilepsia no sistema prisional. É fundamental garantir continuidade terapêutica, acesso a especialistas, capacitação das equipes e integração efetiva com os serviços externos de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Epilepsia. Determinantes sociais. Prisioneiros.

DESIGUALDADES SOCIAIS E BARREIRAS NO ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: REVISÃO DOS DETERMINANTES ESTRUTURAIS

Neide Marjore Santos Almeida¹; Júlia Borges De Sá Guimarães²; Giovana De Oliveira Araújo³.

RESUMO

Introdução: A tuberculose permanece como um dos principais desafios de saúde pública global, especialmente em países marcados por profundas desigualdades sociais. Apesar de ser prevenível e curável, sua incidência e mortalidade continuam elevadas entre populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua, privados de liberdade, indígenas e pessoas com deficiência. O enfrentamento da doença exige mais do que respostas biomédicas, demandando ações intersetoriais que integrem saúde, assistência social, moradia, educação e trabalho. Fatores estruturais como moradias precárias, baixa escolaridade, desemprego, ausência de saneamento básico e discriminação comprometem o acesso ao diagnóstico precoce, à adesão ao tratamento e aumentam o risco de reinfeção. **Objetivos:** Analisar os determinantes estruturais que dificultam o enfrentamento da tuberculose em populações vulneráveis, com foco nas desigualdades sociais e nas barreiras de acesso à saúde. **Metodologia:** Revisão narrativa da literatura realizada na base PubMed, com os descritores “Tuberculosis AND Vulnerable Populations AND Social Determinants of Health”, utilizando os filtros “Free full text” e recorte dos últimos dez anos. Após triagem dos títulos, resumos e textos completos, 11 artigos foram selecionados por abordarem de forma direta os impactos dos determinantes sociais da saúde sobre a tuberculose em populações vulneráveis. **Resultados:** A análise revelou que a tuberculose é amplamente influenciada por fatores sociais e estruturais, e não apenas biomédicos. Populações expostas a múltiplas vulnerabilidades enfrentam riscos acrescidos de infecção, atraso no diagnóstico e abandono do tratamento. Os estudos destacaram elementos como insegurança alimentar, informalidade laboral, poluição, baixa escolaridade, racismo estrutural, barreiras linguísticas e discriminação institucional como determinantes críticos. Além disso, o status migratório e o acesso desigual aos serviços de saúde dificultam intervenções efetivas. Políticas públicas, como programas de transferência de renda, mostraram potencial para reduzir a incidência e mortalidade por tuberculose, desde que vinculadas a abordagens integradas e intersetoriais que combatam as causas estruturais da vulnerabilidade. **Considerações finais:** O enfrentamento da tuberculose em populações vulneráveis demanda políticas públicas integradas, que vão além do sistema de saúde, atuando diretamente sobre as desigualdades sociais que perpetuam o risco de adoecimento e dificultam a resposta à doença.

PALAVRAS-CHAVE: Determinantes sociais. Tuberculose. Vulnerabilidade.

DETERMINANTES SOCIAIS E DESIGUALDADES NO MANEJO DO DIABETES TIPO 2 EM POPULAÇÕES INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM EM SAÚDE PÚBLICA

Neide Marjore Santos Almeida¹; Júlia Borges De Sá Guimarães²; Giovana Netto Pinheiro³.

RESUMO

Introdução: O diabetes mellitus tipo 2 (DM2) representa um dos grandes desafios de saúde pública contemporânea, especialmente em contextos de desigualdade estrutural. Entre as populações indígenas, observa-se um crescimento preocupante da doença, impulsionado por mudanças nos modos de vida tradicionais, transição nutricional e crescente urbanização. O manejo do DM2 vai além dos fatores biológicos, sendo profundamente condicionado por determinantes sociais da saúde, como acesso a serviços, escolaridade, renda, saneamento, segurança alimentar e reconhecimento de saberes culturais. Políticas públicas desarticuladas das realidades socioculturais frequentemente desconsideram práticas tradicionais, reforçando modelos biomédicos que não dialogam com a diversidade de modos de cuidado presentes nessas comunidades. **Objetivos:** Analisar como os determinantes sociais da saúde e as desigualdades estruturais impactam o manejo do diabetes tipo 2 em populações indígenas, com ênfase nas barreiras de acesso ao cuidado, nas condições socioeconômicas e na integração de saberes tradicionais. **Metodologia:** Revisão narrativa na base PubMed, com os descritores “Diabetes Mellitus, Type 2 AND Indigenous Peoples AND Health Inequities”, utilizando filtros de “free full text” e recorte temporal de 10 anos. Dos 22 artigos encontrados, 19 foram analisados após exclusão de duplicatas e textos tangenciais ao tema. **Resultados:** Os estudos destacam que o manejo do DM2 em populações indígenas é dificultado por barreiras estruturais como racismo sistêmico, desassistência histórica, ausência de infraestrutura, limitações geográficas e desigualdade no acesso a terapias eficazes. A predominância de modelos biomédicos descontextualizados, que ignoram práticas culturais e espirituais, contribui para a baixa adesão ao tratamento e desconfiança nos serviços. Em contrapartida, abordagens que valorizam a interculturalidade, como o uso de narrativas coletivas de cura, alimentação tradicional e mediadores culturais, demonstraram maior eficácia no engajamento terapêutico. A escassez de profissionais culturalmente competentes e a ausência de financiamento para práticas comunitárias também foram apontadas como entraves. Os estudos sugerem a necessidade de políticas intersetoriais e participativas que fortaleçam a autonomia indígena nos cuidados em saúde. **Conclusão:** O enfrentamento do DM2 entre povos indígenas requer políticas públicas que considerem os determinantes sociais e reconheçam os saberes tradicionais. Promover equidade em saúde demanda integração entre sistemas biomédico e comunitário, respeitando a diversidade cultural e combatendo as desigualdades históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades em saúde. Diabetes tipo 2. Populações indígenas.

“ALIMENTAÇÃO NO CECOT: EVIDÊNCIA DOCUMENTAL POR MEIO DE VÍDEOS JORNALÍSTICOS”

Marco Tulio Gerardo Solano Garcia¹.

RESUMO

A alimentação no Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT), em El Salvador, tem sido objeto de atenção a partir de vídeos jornalísticos divulgados em plataformas como YouTube. Tais registros visuais são indicadores importantes das práticas alimentares no sistema prisional de segurança máxima, e permitem análise sob a perspectiva da saúde pública e dos direitos humanos. Objetivo: Descrever e analisar os elementos relacionados à alimentação no CECOT, com base em vídeos jornalísticos disponíveis no YouTube, complementados por relatos de fontes textuais, identificando possíveis implicações para o bem-estar dos internos. Método: Realizou-se busca em plataformas digitais (YouTube, Reuters, PBS) para vídeos contendo termos como “Comida presos CECOT” e “Inside El Salvador mega-prison food”, resultando em registros como “Comida para los presos...”, “Así Es la Comida...”, “Inside the El Salvador mega-prison...”, entre outros. Selecionaram-se vídeos de investigativos ou com produção institucional (réplica da PBS, Reuters, CBS, El País). A análise temática concentrou-se nos seguintes eixos: composição das refeições, frequência, ausência de utensílios e contexto institucional. Resultados: Os vídeos analisados apresentam refeições repetitivas - arroz, feijão, massa, ovos -, servidas três vezes ao dia diretamente nas celas, sem talheres, com justificativa de segurança (prevenção de uso como armas). Vídeos da Reuters e PBS corroboram ausência de variação alimentar e reforçam o padrão uniforme da dieta. Conclusão: Os vídeos confirmam um modelo alimentar padronizado, sem acompanhamento nutricional individualizado, potencialmente insuficiente em termos de diversidade e adequação biológica. Do ponto de vista da saúde pública e dos direitos humanos, esses elementos reforçam a necessidade de protocolos mais claros e medidas transparentes sobre alimentação no CECOT. A produção audiovisual constitui fontes valiosas para auditoria institucional e futuras avaliações interdisciplinares.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação prisional. Saúde pública. Direitos humanos.

RESPONSABILIDADE PENAL JUVENIL NA AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS LEGAIS, IMPACTOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA E DESAFIOS INTERSETORIAIS

Marco Tulio Gerardo Solano Garcia¹.

RESUMO

A responsabilização penal de adolescentes em contextos de desigualdade, violência e ausência de políticas públicas representa um dos maiores desafios para os sistemas de justiça e saúde pública. Este estudo busca analisar os fundamentos jurídicos e políticos da responsabilidade penal juvenil e seus impactos na saúde física, mental e social de adolescentes, a partir de uma comparação entre El Salvador e Brasil. A pesquisa adota abordagem qualitativa, descritiva e comparativa, fundamentada em legislações nacionais como o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil e a Ley Penal Juvenil em El Salvador, relatórios de organismos internacionais e literatura científica das áreas da saúde coletiva, psicologia social e criminologia crítica. A análise se organiza em três eixos: marcos legais e fundamentos normativos; estratégias punitivas versus socioeducativas; e impactos sanitários diretos e indiretos sobre adolescentes em conflito com a lei. No caso salvadorenho, o regime de exceção vigente desde 2022 institucionalizou políticas de encarceramento massivo e repressão militarizada, resultando na detenção de milhares de jovens sob suspeita de vínculos com facções criminosas, frequentemente em condições de ausência de garantias legais mínimas. Relatórios denunciam tortura, mortes sob custódia, disseminação de doenças e danos psicológicos profundos. No Brasil, apesar da legislação pautada pelo paradigma da proteção integral, observa-se precariedade nos centros socioeducativos, com superlotação, maus-tratos e insuficiência de serviços de saúde mental. Ademais, cresce a pressão social e política pela redução da maioria penal, o que revela tendência de retrocesso no campo dos direitos infantojuvenis. Os achados demonstram que a antecipação da responsabilidade penal, articulada à criminalização seletiva da pobreza e da juventude racializada, acentua agravos à saúde pública, como depressão, ansiedade, automutilação, doenças infecciosas e ruptura de projetos de vida. Tais efeitos evidenciam que modelos repressivos, ao priorizarem punição em detrimento da reparação, comprometem a dignidade humana e fragilizam os princípios de justiça social e equidade em saúde. Conclui-se que o enfrentamento da violência juvenil exige políticas públicas centradas na saúde, educação emancipadora, cultura de paz e justiça restaurativa. O fortalecimento das garantias, o investimento em medidas socioeducativas e a valorização da escuta dos jovens constituem caminhos essenciais para romper ciclos de exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública. Adolescência. Justiça restaurativa.

FACÇÕES E GANGUES NAS AMÉRICAS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, MOTIVAÇÕES FUNDADORAS E CONTEXTOS SOCIOPOLÍTICOS DE EMERGÊNCIA

Marco Tulio Gerardo Solano Garcia¹.

RESUMO

A expansão das facções e gangues nas Américas reflete processos históricos de exclusão social, militarização da segurança, falência de políticas públicas e aprofundamento das desigualdades estruturais. Este estudo analisa a evolução histórica, os fatores motivadores e os contextos sociopolíticos que favoreceram o surgimento das principais organizações criminosas do continente, destacando-se o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Brasil; a Mara Salvatrucha (MS-13) e o Barrio 18 na América Central; os cartéis mexicanos de Sinaloa e Jalisco Nueva Generación (CJNG); e as gangues urbanas norte-americanas Crips e Bloods. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseia-se em análise documental e comparativa, utilizando relatórios internacionais, legislações nacionais e literatura científica em criminologia, saúde coletiva e sociologia. Foram considerados três eixos analíticos: (i) a trajetória histórica dessas organizações; (ii) os fatores estruturais e conjunturais de sua emergência; e (iii) as condições sociopolíticas e institucionais que possibilitaram seu enraizamento. Nos Estados Unidos, Crips e Bloods surgiram entre as décadas de 1960 e 1970 como respostas à marginalização racial e à ausência de políticas sociais em comunidades afro-americanas, evoluindo para redes de tráfico, armas e extorsão. No México, cartéis como Sinaloa e CJNG se fortaleceram no contexto do colapso da “guerra às drogas”, marcado por corrupção estatal, fragilidade institucional e controle territorial armado. Na América Central, MS-13 e Barrio 18 nasceram em Los Angeles nos anos 1980, como mecanismos de proteção de jovens imigrantes salvadorenhos, sendo posteriormente reterritorializados no Triângulo Norte após deportações em massa, consolidando-se em meio a pobreza extrema, violência pós-guerra e militarização. Já na América do Sul, o CV surgiu no sistema prisional do Rio de Janeiro durante a ditadura militar, fruto da aliança entre presos comuns e políticos, enquanto o PCC nasceu em São Paulo em 1993, após o Massacre do Carandiru, em reação à repressão estatal. Apesar das particularidades, todas essas organizações compartilham raízes na violência estrutural, na seletividade penal e na exclusão de populações jovens e empobrecidas. Conclui-se que a compreensão da gênese das facções exige uma análise histórica e intersetorial, articulada a políticas públicas de prevenção, justiça restaurativa, saúde integral e redução das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Violência urbana. Prisões. Juventude.

ANÁLISE DA INTOXICAÇÃO EXÓGENA PROVOCADA POR MEDICAMENTOS E AGROTÓXICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Izabela Gomes De Souza Fonsêca¹.

RESUMO

Introdução: As intoxicações exógenas são problema de saúde pública, envolvendo medicamentos e agrotóxicos, com risco de hospitalização e óbito. Em 2024, o DATASUS/SINAN registrou 143.980 casos, sendo 134.724 medicamentos e 9.256 agrotóxicos. A ocorrência varia por idade, sexo, contexto e agente. **Objetivo:** Identificar prevalência, variáveis sociodemográficas, substâncias envolvidas, intencionalidade dos casos das intoxicações exógenas a partir da produção científica no contexto hospitalar. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão realizada nas bases BVS, PubMed, SciELO, Scopus e Lilacs, considerando publicações entre 2015 e 2025, em português e inglês, disponíveis na íntegra e conduzidas em contexto hospitalar. Os critérios de inclusão foram artigos originais, com enfoque em medicamentos e agrotóxicos, enquanto os critérios de exclusão abrangeram publicações duplicadas, relatos de caso, editoriais, estudos realizados fora do contexto hospitalar e artigos sem acesso ao texto completo. O estudo seguiu seis fases: formulação do problema de pesquisa; busca da literatura; avaliação da literatura; extração dos dados; análise e síntese dos resultados; apresentação dos resultados. **Resultados e discussão:** Foram encontrados 180 artigos, dos quais 14 foram inclusos, sendo oito sobre intoxicações por medicamentos e seis sobre intoxicações por agrotóxicos. Os estudos selecionados foram publicados entre 2016 e 2024. Nas intoxicações por medicamentos, a maioria dos casos ocorreu em mulheres (75%), sendo principalmente adolescentes (80,7%). Em todos os artigos analisados, os medicamentos foram apontados como os principais agentes etiológicos, com destaque para os psicotrópicos, especialmente o clonazepam (35,6%). Essas intoxicações ocorreram predominantemente em domicílio, por via oral. Quando por agrotóxicos, 83,3% dos casos envolveram homens, em sua maioria adultos entre 30 e 60 anos. Os agentes mais recorrentes foram os organofosforados (40%), maior parte em contexto ocupacional, no ambiente rural, com exposição por vias cutânea e respiratória. Quanto aos desfechos, as intoxicações por medicamentos foram, em sua maioria, favoráveis, com alta hospitalar em 77,8% dos casos. Já as intoxicações por agrotóxicos apresentaram evolução mais grave, incluindo registros de óbitos. **Conclusão:** Os padrões de intoxicação variam conforme idade, sexo, agente tóxico e contexto de exposição, destacando a necessidade de políticas públicas preventivas, protocolos clínicos e fortalecimento da farmacovigilância, além de incentivo a estudos primários em ambiente hospitalar.

PALAVRAS-CHAVE: Agroquímicos. Exposição a Produtos Químicos. Uso Abusivo de Medicamentos.

ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES EM CIRURGIAS ABDOMINAIS NO TOCANTINS ENTRE 2021 E 2023

Vinicius Barroso De Sousa¹; Maria Clara Veloso Antunes²; Márcio Teixeira Guimarães³; Amanda Regina Carneiro Cazarotto⁴; Guilherme Henrique Dourado De Oliveira⁵; Anna Maria Bringel De Castro Cruz⁶; Maria Eduarda Fragoso Xavier⁷; Gustavo Endrigo De Fabris Sgarbossa⁸; Amilly Vívian Santos Silva Fonseca⁹; João Victor Vieira Lima¹⁰.

RESUMO

Introdução: As infecções pós-operatórias são complicações graves, especialmente em cirurgias abdominais, devido à manipulação de órgãos e tecidos propensos à contaminação. No Tocantins, dados sobre as taxas de infecção e os fatores de risco associados ainda são escassos, o que limita o desenvolvimento de políticas preventivas eficazes. Este estudo avaliou as taxas de infecção em cirurgias abdominais realizadas em hospitais públicos do Tocantins e identificar os principais fatores de risco. **Objetivos:** Determinar as taxas de infecção pós-operatória em cirurgias abdominais no Tocantins e identificar os fatores de risco associados a essas infecções. **Metodologia:** Estudo retrospectivo realizado com base na análise de prontuários médicos de pacientes submetidos a cirurgias abdominais em três hospitais públicos de referência no Tocantins entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023. Foram incluídos pacientes com idades entre 18 e 80 anos, submetidos a cirurgias abdominais eletivas e de emergência. As infecções foram classificadas como superficiais, profundas ou de órgãos/cavidades. Fatores como idade, morbididades, tipo de cirurgia, duração do procedimento e cuidados pré-operatórios foram analisados. **Resultados:** Entre os 950 pacientes avaliados, a taxa de infecção pós-operatória foi de 12,5%. As infecções de órgão/cavidade representaram 45% dos casos, seguidas por infecções superficiais (35%) e profundas (20%). Os principais fatores de risco identificados foram cirurgias de emergência, presença de morbididades como diabetes mellitus e tempo cirúrgico prolongado (>3 horas). Pacientes acima de 60 anos apresentaram maior risco de infecção. **Considerações Finais:** É válido avaliar estratégias para melhorar o controle de infecções, como otimização dos cuidados pré-operatórios em pacientes de risco, são fundamentais para reduzir complicações. A taxa de infecção em cirurgias abdominais no Tocantins é significativa, especialmente em pacientes submetidos a cirurgias de emergência e com comorbidades. Intervenções voltadas à prevenção, como maior rigor nos cuidados pré-operatórios e redução do tempo cirúrgico, podem reduzir essas complicações, melhorando os desfechos cirúrgicos na região.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenções. Complicações. Cuidado.

ANÁLISE DAS COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NO TOCANTINS

Vinicius Barroso De Sousa¹; Maria Clara Veloso Antunes²; Márcio Teixeira Guimarães³; Amanda Regina Carneiro Cazarotto⁴; Guilherme Henrique Dourado De Oliveira⁵; Anna Maria Bringel De Castro Cruz⁶; Maria Eduarda Fragoso Xavier⁷; Gustavo Endrigo De Fabris Sgarbossa⁸; Amilly Vívian Santos Silva Fonseca⁹; João Victor Vieira Lima¹⁰.

RESUMO

Introdução: As complicações pós-operatórias representam uma preocupação significativa no cuidado cirúrgico, impactando tanto a morbidade quanto a mortalidade. No Tocantins, a carência de dados específicos sobre a epidemiologia dessas complicações limita a implementação de medidas preventivas adequadas. Este estudo visa descrever o perfil das complicações pós-operatórias nos hospitais públicos do Tocantins, contribuindo para a formulação de estratégias de melhoria nos cuidados cirúrgicos. **Objetivos:** Analisar a prevalência e os tipos de complicações pós-operatórias em pacientes submetidos a cirurgias nos hospitais públicos do Tocantins, além de identificar os fatores de risco associados. **Metodologia (Materiais e Métodos):** Estudo retrospectivo, observacional, baseado na revisão de prontuários médicos de pacientes que realizaram cirurgias em três hospitais públicos de referência no Tocantins entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022. As complicações foram classificadas em infecções, hemorragias, complicações respiratórias e tromboembolismos. Fatores de risco analisados incluíram idade, comorbidades, tipo de cirurgia e tempo de internação. A análise estatística foi realizada usando o software SPSS, com significância de $p < 0,05$. **Resultados e Discussão:** Foram analisados 1.200 prontuários, com uma taxa geral de complicações pós-operatórias de 18%. As infecções (8,5%) foram as complicações mais frequentes, seguidas por complicações respiratórias (4,2%) e hemorragias (3,8%). Pacientes com idade superior a 60 anos e portadores de comorbidades, especialmente diabetes e hipertensão, apresentaram maior risco de complicações ($p < 0,01$). Cirurgias de emergência tiveram o dobro de complicações comparadas às eletivas. **Considerações Finais:** Os resultados indicam que as complicações pós-operatórias no Tocantins seguem padrões observados em outras regiões do Brasil, com prevalência significativa de infecções. A identificação dos fatores de risco reforça a necessidade de otimizar os cuidados perioperatórios, especialmente para pacientes idosos e com comorbidades. A alta taxa de complicações pós-operatórias, especialmente em cirurgias de emergência, destaca a importância de políticas de prevenção e cuidados intensivos em pacientes de alto risco no Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados. Prevenção. Risco.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA SALA DE ESPERA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DE UMA RESIDENTE FARMACÊUTICA

Jessika Silva Carvalho¹.

RESUMO

Introdução: A sala de espera é um espaço estratégico na Atenção Básica para desenvolver ações educativas em saúde, uma vez que permite o contato direto com a comunidade durante o tempo de espera por consultas e procedimentos. A atuação da farmacêutica nesse contexto amplia o cuidado, promovendo o uso racional de medicamentos e fortalecendo o vínculo com os usuários do sistema de saúde. **Objetivo:** Relatar a experiência da atuação de uma residente farmacêutica na condução de atividades educativas em sala de espera, destacando sua importância para a promoção da saúde e para a qualificação do cuidado em saúde. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de João Pessoa por uma residente farmacêutica. As atividades foram realizadas na sala de espera, utilizando metodologias ativas e linguagem acessível, abordando temas como uso racional de medicamentos, automedicação, armazenamento e descarte adequado, além de orientações sobre doenças prevalentes no território. **Resultados e discussão:** Observou-se a participação ativa dos usuários durante as rodas de conversa, com relatos de experiências pessoais e dúvidas sobre tratamentos em curso. A prática contribuiu para a desmistificação de informações equivocadas, estimulou o autocuidado e favoreceu a aproximação entre a equipe multiprofissional e a comunidade. Além disso, o espaço revelou-se como ferramenta eficaz para promover a educação em saúde, integrando a atuação farmacêutica ao cotidiano da Atenção Básica. Esses achados corroboram estudos que apontam a relevância das práticas educativas na sala de espera para ampliar o acesso à informação em saúde e fortalecer a autonomia dos usuários. **Conclusão:** A experiência demonstra que a sala de espera, quando conduzida pela farmacêutica, constitui uma importante estratégia de educação em saúde, capaz de potencializar o uso racional de medicamentos, promover a corresponsabilização do usuário no cuidado e reforçar o papel do farmacêutico como educador e integrante ativo da equipe de Atenção Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Medicamentos. Promoção da saúde.

**ÁREA TEMÁTICA:
VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

VIGILÂNCIA EM SAÚDE: IMPORTÂNCIA, PRÁTICAS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE

Vitor Mendes Vieira E Silva¹.

RESUMO

Introdução: A Vigilância em Saúde constitui um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável por monitorar, analisar e intervir nos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença. Envolve diferentes componentes, como a vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador, articulando ações para promover a prevenção de riscos e o controle de agravos que impactam a população. **Objetivo:** Discutir a relevância da Vigilância em Saúde e seus desafios atuais, considerando seu papel estratégico na proteção da coletividade e no fortalecimento das políticas públicas de saúde. **Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional, incluindo documentos técnicos do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, publicados entre 2010 e 2024. **Resultados:** A análise destacou que a Vigilância em Saúde é fundamental para identificar precocemente surtos, epidemias e riscos ambientais, além de monitorar doenças crônicas e agravos emergentes. Sua atuação contribui para subsidiar políticas públicas, fortalecer a rede de atenção à saúde e orientar intervenções mais eficazes. Entre os avanços observados, destacam-se a informatização dos sistemas de informação em saúde, a integração entre vigilância e atenção básica e o fortalecimento das estratégias de resposta a emergências sanitárias, como evidenciado durante a pandemia de COVID-19. Contudo, persistem desafios relacionados à fragmentação entre áreas da vigilância, à insuficiência de recursos humanos e tecnológicos e à necessidade de maior integração intersetorial. **Conclusão:** A Vigilância em Saúde é essencial para a promoção da saúde e prevenção de agravos, pois possibilita respostas rápidas e qualificadas frente a ameaças sanitárias. O fortalecimento de sua estrutura, associado à inovação tecnológica e à participação social, é determinante para enfrentar os atuais e futuros desafios da saúde pública no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção. Monitoramento. Políticas públicas.

DESGUALDADES SOCIODEMOGRÁFICAS NO ACESSO AO LAUDO DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS (LME) NA BAIXADA FLUMINENSE: ANÁLISE DO CONHECIMENTO E USO EM PACIENTES ATENDIDOS NO SUS

Jorge Ferreira Da Silva Júnior¹; Fernanda De Moraes Brum²; Fernando Silva Dos Santos³; Adalgiza Mafra Moreno⁴.

RESUMO

Introdução: O acesso a medicamentos de alto custo representa um dos maiores desafios da saúde pública brasileira. O Laudo de Medicamentos Especializados (LME) é o principal instrumento que garante a disponibilização gratuita desses fármacos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, desigualdades sociais e raciais ainda influenciam o conhecimento da população sobre esse direito, comprometendo a equidade do cuidado em saúde. **Objetivos:** Analisar a associação entre características sociodemográficas e o conhecimento sobre o LME em pacientes atendidos em um Polo de Preenchimento de Laudos localizado na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. **Metodologia:** Estudo observacional, transversal e analítico, desenvolvido em 2024. Foram aplicados questionários padronizados a pacientes durante admissão ou renovação do LME. As variáveis incluíram idade, sexo, raça/cor, bairro de residência, presença de plano de saúde e conhecimento prévio sobre o LME. Realizou-se análise descritiva com frequências absolutas e relativas, além da comparação entre grupos sociodemográficos. **Resultados:** Foram analisados 115 questionários. Constatou-se que 76,5% dos pacientes desconheciam a possibilidade de acesso gratuito a medicamentos de alto custo pelo SUS. Entre os que desconheciam, 81% eram negros ou pardos e 68% não possuíam plano de saúde. Pacientes brancos com cobertura privada apresentaram maior nível de informação sobre o LME. A análise territorial demonstrou que moradores de bairros periféricos relataram mais dificuldades em receber orientações adequadas durante o processo de solicitação. Esses achados revelam desigualdades relevantes ligadas à cor/raça, condição socioeconômica e território, que impactam diretamente o acesso equitativo às políticas públicas de fornecimento de medicamentos especializados. **Conclusão:** Apesar de o LME ser um instrumento de equidade, persistem barreiras associadas a determinantes sociais da saúde. Os dados reforçam a necessidade de ampliar estratégias de educação em saúde, fortalecer a integração entre serviços médicos e farmacêuticos e promover maior divulgação do direito ao acesso gratuito. Evidencia-se que a superação dessas desigualdades é essencial para assegurar a integralidade e universalidade do SUS, reduzindo iniquidades e fortalecendo a garantia de direitos em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos Socioeconômicos. Acesso Serviços de Saúde. Políticas de Saúde.

O IMPACTO DO LAUDO DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS (LME) NO ALÍVIO DO PESO FINANCEIRO DOS PACIENTES: ANÁLISE DO ACESSO A MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NA BAIXADA FLUMINENSE

Jorge Ferreira Da Silva Júnior¹; Fernando Silva Dos Santos²; Fernanda De Moraes Brum³; Adalgiza Mafra Moreno⁴.

RESUMO

Introdução: Os medicamentos de alto custo são fundamentais no tratamento de doenças crônicas e complexas, mas representam uma barreira econômica significativa para grande parte da população. O Laudo de Medicamentos Especializados (LME) possibilita o acesso gratuito a esses fármacos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atuando como política de proteção social. No entanto, pouco se sabe sobre a real percepção dos pacientes quanto ao impacto financeiro da disponibilização desses medicamentos. **Objetivos:** Avaliar de que forma o acesso a medicamentos de alto custo por meio do LME influencia na redução de gastos diretos dos pacientes atendidos em um Polo de Preenchimento de Laudos na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. **Metodologia:** Estudo observacional, transversal e descritivo, realizado em 2024. Foram aplicados questionários padronizados a pacientes no momento de admissão e renovação do LME. As variáveis analisadas incluíram: tipo de obtenção do medicamento (compra direta, doação, amostra grátis ou fornecimento pelo SUS), forma de pagamento (à vista ou parcelado), presença de plano de saúde e perfil sociodemográfico. A análise estatística baseou-se em frequências absolutas e relativas. **Resultados:** Foram incluídos 115 pacientes. Antes do acesso pelo SUS, 63,5% relataram ter adquirido medicamentos com recursos próprios, sendo 33% de forma parcelada e 30,4% à vista. Além disso, 9,6% dependiam de doações e 8,7% utilizavam amostras grátis. Após o ingresso no LME, observou-se expressiva redução de gastos diretos: 76,5% passaram a receber o medicamento de forma gratuita. Entre os pacientes sem plano de saúde, a proporção que deixou de arcar com custos foi ainda maior (82%). Esses resultados evidenciam o papel protetivo do SUS ao reduzir a sobrecarga financeira, especialmente em famílias com renda de até dois salários mínimos, predominantes na amostra. **Conclusão:** O LME demonstrou impacto positivo na redução de gastos com medicamentos de alto custo, aliviando o peso financeiro das famílias e reforçando a importância do SUS como instrumento de equidade. Tais achados sugerem a necessidade de ampliar a divulgação do programa e aprimorar sua gestão, garantindo regularidade na oferta e maior alcance populacional.

PALAVRAS-CHAVE: Medicamentos de alto custo. Economia da saúde. Acesso universal.

ADESÃO ÀS RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA NAS PRESCRIÇÕES DE MEDICAMENTOS EM TERAPIA INTENSIVA ADULTO

Silvia Lindolfo¹; Verusca Soares De Souza².

RESUMO

Introdução: A segurança na prescrição de medicamentos é crucial nas Unidades de Terapia (UTIs), considerando o grande complexibilidade e gravidade dos casos tratados. **Objetivo:** Avaliar o nível de adesão às recomendações de segurança referentes à estrutura das prescrições de medicamentos em unidade de terapia intensiva adulto. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo documental transversal. Foram analisadas prescrições de medicamentos de uma unidade de terapia intensiva adulto localizadas no Paraná. Foram incluídos pacientes com idade superior a 18 anos e internação mínima de 24 horas. A coleta foi realizada utilizando a Lista de Verificação Segura da Prescrição Médica (LVSPM), observando aspectos de identificação, padronização e segurança medicamentosa. Os dados foram processados em planilha Excel e analisadas pelo software SPSS. **Resultados e discussão:** Foram analisadas 67 prescrições. A idade média dos pacientes foi de 60 anos (Desvio Padrão =15,59; no máximo 91 e mínimo 26). As prescrições tiveram em média 13 medicamentos prescritos, sendo o mínimo 7 e o máximo 22 medicamentos e um total de 880 itens prescritos analisados. Observou-se adesão em maior conformidade na padronização da nomenclatura de medicamentos (99,9% sim, 0,1% não) e utiliza ponto em substituição da vírgula (100% sim). Os itens com menor adesão foi a indicação de diluentes para o medicamento (42% sim; 31,5% não; 26,2% eram medicações em que apontar o diluente não se aplicava). Outro item com baixa adesão, foi o que indagava sobre a utilização da expressão “se necessário” com dosagem, posologia, dose máxima diária e condição que determina a interrupção do uso (7,5% sim; 73,4% não e 19% não se aplicava) e checagem das doses administradas (67,8% sim, 19,2% não e 12,9% não se aplica). **Considerações finais:** A adesão às recomendações de segurança na estrutura das prescrições de medicamentos na UTI evidenciaram fragilidades que carecem de intervenções para garantir maior segurança ao paciente, em especial, na eliminação do uso de expressões vagas como uso contínuo e se necessário; na inclusão de informações sobre diluentes e velocidade da infusão dos medicamentos prescritos e na checagem das medicações.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança do Paciente. Erros de prescrição. Medicação.

TRIGGER TOOL NA BUSCA ATIVA DE EVENTOS ADVERSOS EM TERAPIA INTENSIVA: COMPARAÇÃO ENTRE NOTIFICAÇÃO E RASTREAMENTO

Nicolle Goes¹; Verusca Soares De Souza².

RESUMO

Introdução: Os eventos adversos (EA) em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) configuram um desafio para a segurança do paciente, em razão da elevada complexidade assistencial, da gravidade clínica e da frequência de procedimentos invasivos. A subnotificação desses eventos dificulta a compreensão de sua real incidência e compromete a adoção de medidas preventivas (OMS, 2021). Nesse contexto, a ferramenta Global Trigger Tool (GTT), proposta por Griffin e Resar (2009), apresenta-se como estratégia de busca ativa capaz de ampliar a detecção de incidentes e EA em registros clínicos. **Objetivo:** Rastrear incidentes e eventos adversos em registros de prontuários de pacientes internados em uma UTI adulta de hospital filantrópico. **Metodologia:** Estudo retrospectivo, documental e quantitativo, realizado em uma UTI adulta geral, com análise de prontuários de pacientes internados no período de junho a outubro de 2024. A ferramenta GTT foi utilizada para identificação de gatilhos que indicassem a possibilidade de incidentes e eventos adversos. **Resultados:** Foram avaliados 87 prontuários, nos quais se identificaram 352 gatilhos, com média de três por paciente. Destes, 190 eventos adversos foram confirmados em 55 prontuários (63,5%). As ocorrências mais prevalentes foram lesões por pressão, parada cardiorrespiratória, complicações decorrentes de procedimentos invasivos, disfunção renal e lesões relacionadas à assistência prestada. **Considerações finais:** O uso do GTT mostrou-se eficaz na detecção de eventos adversos em UTI, permitindo maior visibilidade de situações de risco e contribuindo para o fortalecimento da cultura de segurança. Além disso, reforça a importância dessa ferramenta como estratégia de qualificação da assistência, redução de danos e promoção de cuidados mais seguros.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança do paciente. Evento adverso. Unidade de Terapia Intensiva.



**III CONGRESSO
NORTE-NORDESTE DE ATENÇÃO
INTEGRAL À SAÚDE (ON-LINE)**

RESUMOS EXPANDIDOS

EDITORA
OMNIS SCIENTIA

ACADEMICS
Eventos Acadêmicos Online

**ÁREA TEMÁTICA:
EDUCAÇÃO EM SAÚDE**

ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DA RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA: UMA PERSPECTIVA DE SAÚDE GLOBAL

Gabriela Guimarães Subar¹.

¹Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Bauru, SP.

PALAVRAS-CHAVES: Farmacorresistência microbiana. Conscientização. Medicina preventiva.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

A Resistência Antimicrobiana (RAM) emerge como uma das mais prementes e complexas ameaças à saúde global no século XXI, desafiando a eficácia dos tratamentos para uma vasta gama de infecções bacterianas, virais, fúngicas e parasitárias (WHO, 2019). Este fenômeno, que ocorre quando microrganismos resistem aos antimicrobianos, pode transformar infecções comuns em condições intratáveis e potencialmente fatais. Projeções alarmantes indicam que a RAM poderá ser responsável por até 10 milhões de mortes anuais globalmente até 2050, superando óbitos por câncer e impondo um ônus econômico devastador aos sistemas de saúde (O'NEILL, 2016). A complexidade da RAM reside em sua natureza multifacetada, impulsionada pelo uso inadequado e excessivo de antimicrobianos em saúde humana, animal e agricultura, práticas deficientes de saneamento e higiene, falhas em vigilância e controle de infecções, e a lentidão no desenvolvimento de novas classes de antimicrobianos (CDC, 2019; PAHO, 2021). Em países de baixa e média renda, desafios são exacerbados pela falta de acesso a diagnósticos precisos e infraestrutura sanitária adequada, criando um ambiente propício para a emergência e disseminação de cepas resistentes (OPAS, 2021). Estudos epidemiológicos destacam a rápida evolução e disseminação da RAM globalmente, alertando para a urgência de intervenções coordenadas (PREVOST et al., 2023). Nesse cenário, o enfrentamento da RAM exige uma abordagem intersetorial e global, conhecida como “One Health” (Saúde Única), reconhecendo a interconexão entre saúde humana, animal e ambiental. Dentro dessa estratégia, a educação em saúde assume papel fundamental, capacitando profissionais e a população sobre o uso racional de antibióticos e prevenção de infecções, sendo crucial para modificar comportamentos e frear a disseminação da resistência (WHO, 2017). A colaboração internacional e a troca de conhecimentos se mostram vitais para construir uma resposta global eficaz e sustentável contra a RAM (ECDC, 2020). Diante da magnitude do desafio imposto pela RAM, este artigo de revisão integrativa tem como objetivo analisar as

principais estratégias de educação em saúde direcionadas ao seu enfrentamento. O estudo busca discutir a eficácia dessas estratégias, os desafios inerentes à sua implementação em diversos contextos e a perspectiva da colaboração internacional como pilar essencial para a contenção desse fenômeno em escala global, contribuindo para a proteção da saúde pública e a sustentabilidade dos antimicrobianos para as futuras gerações.

OBJETIVO

Este trabalho objetiva analisar as principais estratégias de educação em saúde para o enfrentamento da resistência antimicrobiana, discutindo eficácia, desafios de implementação e a colaboração internacional para sua contenção global.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão de literatura exploratória e descritiva, visando sintetizar o conhecimento atual sobre estratégias de educação em saúde para o controle da resistência antimicrobiana. A busca sistemática foi conduzida em bases de dados eletrônicas (PubMed, SciELO, BVS e Google Scholar), utilizando descritores controlados (MeSH/DeCS) e termos livres em português e inglês, como “Farmacorresistência Microbiana”, “Educação em Saúde”, “Uso Racional de Antibióticos”, “Saúde Global” e “Vigilância Epidemiológica”, combinados com operadores booleanos (AND, OR) para refinar os resultados. Incluíram-se artigos originais, estudos de revisão, diretrizes e relatórios de organizações de saúde (OMS, CDC), publicados nos últimos dez anos (2015-2025), em português e inglês, que abordassem ações educativas e seu impacto na RAM. Trabalhos duplicados ou não alinhados aos objetivos foram excluídos. A análise dos dados foi qualitativa, focando na síntese das evidências mais robustas sobre as estratégias de educação em saúde e seus desfechos no contexto da RAM. Por utilizar dados secundários de domínio público, dispensa-se aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A RAM foi investigada por revisão de literatura com critérios metodológicos rigorosos, resultando na seleção de corpo substancial de artigos, diretrizes e relatórios. A análise desses materiais revelou a complexidade inerente à RAM e a necessidade de abordagens educativas e colaborativas. A educação em saúde para profissionais é vital, com programas de educação continuada sobre prescrição racional de antibióticos, uso de diagnósticos microbiológicos e controle de infecções hospitalares. Capacitação de médicos, enfermeiros e farmacêuticos sobre diretrizes de antibioticoterapia, vigilância de resistência e higiene das mãos, impacta positivamente nas taxas de resistência (CDC, 2019; OPAS, 2021). *Stewardship programs* antimicrobianos, baseados em educação e auditoria, otimizam o uso de antibióticos, reduzindo consumo e pressão seletiva para resistência (COTE et al.,

2021). A adesão a protocolos baseados em evidências é determinante para o sucesso das estratégias (ECDC, 2020). A conscientização pública é igualmente fundamental. Campanhas de educação em saúde para a população são eficazes na mudança de comportamento, visando uso correto de antibióticos, não automedicação e adesão ao tratamento completo (WHO, 2017). Compreensão de que antibióticos não tratam infecções virais e importância de medidas preventivas simples, como higiene das mãos e vacinação, são mensagens-chave. Desinformação e hesitação complexificam os esforços, exigindo abordagens comunicacionais claras e acessíveis. A efetividade das estratégias de educação em saúde no combate à RAM é limitada por desafios como fragmentação dos sistemas de saúde, falta de investimentos em programas educativos e vigilância, e resistência a mudanças de práticas (OPAS, 2021). Ausência de recursos diagnósticos rápidos em muitos contextos dificulta a prescrição direcionada de antibióticos, promovendo uso empírico. Nesse cenário, a colaboração internacional, exemplificada pelo Plano de Ação Global da OMS (WHO, 2019), é crucial na padronização de diretrizes e disseminação de boas práticas globalmente, promovendo a abordagem “One Health”. A troca de experiências e o fortalecimento de capacidades em países de baixa e média renda são essenciais para construir rede global de vigilância e resposta à RAM. A integração de ações multissetoriais entre saúde humana, animal e ambiental garante a sustentabilidade dos antimicrobianos, exigindo compromisso político e financeiro contínuo (O’NEILL, 2016; DAVIES; DAVIES, 2010). A vigilância epidemiológica global e a padronização de dados são vitais para monitorar a disseminação da RAM e guiar intervenções em tempo real (PREVOST et al., 2023; ECDC, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RAM é um desafio urgente à saúde global, exigindo resposta coordenada para proteger a eficácia dos tratamentos futuros. Esta revisão integrativa consolida o papel indispensável da educação em saúde como pilar fundamental no enfrentamento da RAM, abrangendo capacitação profissional (prescrição racional, controle de infecções) e conscientização populacional (uso adequado de antimicrobianos, medidas preventivas) (WHO, 2017; CDC, 2019). Estratégias educativas, embora eficazes, são influenciadas por desafios como fragmentação de sistemas de saúde e resistência a mudanças de práticas (OPAS, 2021). Contudo, a experiência global ressalta que a colaboração internacional e o engajamento multissetorial (“One Health”) são cruciais para políticas públicas robustas. A vigilância epidemiológica global e a padronização de dados são vitais para monitorar a disseminação da RAM e guiar intervenções em tempo real, evidenciando responsabilidade compartilhada e contínua (PREVOST et al., 2023; ECDC, 2020). Conclui-se que o fortalecimento da educação em saúde, integrado a compromisso político e investimentos contínuos, é imperativo para mitigar a ameaça da RAM e promover uma saúde global mais segura.

REFERÊNCIAS

- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Antibiotic Resistance Threats in the United States**, 2019. Atlanta, GA: **U.S. Department of Health and Human Services, CDC**, 2019. Disponível em: <https://www.cdc.gov/drugresistance/pdf/threats-report/2019-ar-threats-report-508.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- COTE, G. A. et al. **Antimicrobial Stewardship Programs in Low- and Middle-Income Countries: A Scoping Review**. *Clinical Infectious Diseases*, v. 72, n. 4, p. 719-729, 2021. DOI: 10.1093/cid/ciaa556.
- DAVIES, J.; DAVIES, D. **Origins and Evolution of Antibiotic Resistance**. *Microbiology and Molecular Biology Reviews*, v. 74, n. 3, p. 417-433, 2010.
- EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL (ECDC). **Antimicrobial resistance in the EU/EEA (Annual epidemiological report)**. Stockholm: **ECDC**, 2020. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/antimicrobial-resistance-eu-eea-annual-epidemiological-report-2020>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- O'NEILL, J. **Tackling drug-resistant infections globally: final report and recommendations**. London: **The Review on Antimicrobial Resistance**, 2016. Disponível em: https://amr-review.org/sites/default/files/160525_Final%20paper_with%20cover.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Estratégias para o uso racional de antimicrobianos na atenção primária à saúde**. Brasília, DF: **OPAS**, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54890>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- PREVOST, G. et al. **The Global Burden of Bacterial Antimicrobial Resistance in 2019: A Systematic Analysis**. *The Lancet*, v. 401, n. 10390, p. 2070-2089, 2023. DOI: 10.1016/S0140-6736(22)01538-8.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global action plan on antimicrobial resistance**. Geneva: **WHO**, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241509763>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Antibiotic resistance fact sheet**. Geneva: **WHO**, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/antibiotic-resistance>. Acesso em: 05 jul. 2025.

EDUCANDO PARA A VIDA: INTERVENÇÃO DE CRIANÇAS EM UM PROJETO ESCOLAR TRANSDICIPLINAR SOBRE HÁBITOS SAUDÁVEIS

Fernanda Pimentel de Oliveira¹; Maria Raquel da Silva Lima²; Marcus Levy Oliveira Mouta³; Ana Angélica Romeiro Cardoso⁴; Francisca Kátia Bezerra⁵.

¹Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará.

²Universidade Estácio de Sá (Estácio do Ceará), Fortaleza, Ceará.

³Centro Universitário Estácio (Estácio do Ceará), Fortaleza, Ceará.

⁴Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

⁵Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde. Saúde da Criança. Estilo de Vida Saudável.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

Nos projetos destinados a crianças, as intervenções educacionais desempenham um papel crucial para o estabelecimento de hábitos saudáveis, proporcionando o suporte necessário para garantir o desenvolvimento integral e evitar doenças crônicas, enquanto promovem autonomia, bem-estar físico/mental e cidadania durante a infância. Para apoiar tais práticas, o clima escolar, o clima familiar e a colaboração com a equipe de saúde são indispensáveis. As crianças são mais vulneráveis devido ao rápido crescimento e ao sistema imunológico imaturo. Assim, idades jovens requerem uma dieta equilibrada precoce para reduzir problemas nutricionais e doenças causadas pela falta de nutrientes. Essas carências causarão diarreia, infecções e distúrbios no desenvolvimento dos sistemas nervoso e visceral e também influenciam o progresso mental e intelectual das crianças pequenas (CARVALHO et al., 2015).

No Brasil, houve uma grande mudança no perfil nutricional da população, com redução da desnutrição severa e aumento da obesidade e do sobrepeso (RAMOS; DUMITH; CÉSAR, 2015). O estilo de vida mais sedentário e o alto consumo de preparações ricas em lipídios pela maioria da população são elementos que exacerbam essa situação (SERRA et al., 2018).

As escolas são locais onde as crianças não apenas aprendem, mas também onde podem aprender sobre saúde, escolhas alimentares e de estilo de vida, atividade física e autocuidado. O ambiente escolar se constitui em uma avenida econômica para reforçar

o conhecimento e disseminar informações essenciais sobre cartão vital. Por essa razão, não apenas a questão da atividade física deve ser enfrentada, mas também outros pontos conectados por um estilo de vida saudável. Assim, torna-se necessário promover programas educacionais que alavanquem hábitos alimentares equilibrados e direcionem a atenção para a saúde, com potencial ganho para a saúde pública no futuro (SANTOS, et al., 2016).

Instilar hábitos de higiene saudáveis nas crianças é algo que pode se tornar uma parte normal de sua vida diária. Trazer o aprendizado junto com a prática de um novo cuidado de higiene corporal é estabelecido como um importante eixo para diminuir as taxas de transmissão de doenças (por exemplo, diarreia, doenças dermatológicas, infestações parasitárias e saúde bucal) (KHATOON et al., 2017), mas também como incentivador do bem-estar pessoal. Essas tradições incentivam a autonomia e a autossuficiência, promovem a socialização, instituem hábitos saudáveis e contribuem para a construção de níveis mais altos de autoestima e confiança.

OBJETIVO

Transmitir todas as informações relevantes à comunidade educacional sobre os hábitos saudáveis das crianças em um quadro educacional, com contínua necessidade de mais treinamento e facilitação informativa e acolhedora.

METODOLOGIA

Relato de experiência sobre uma ação educacional realizada em um projeto de pesquisa intitulado “Espaço Cultura e Vida Dorotéias”, na localização Boa Vista-Castelão, município de Fortaleza-CE. Estabelecido em 2011, o “Espaço Cultura e Vida Dorotéias” tem trabalhado para o pleno desenvolvimento e inclusão de crianças, adolescentes, jovens e mulheres com o objetivo de estimular a participação ativa na sociedade, expandindo seu horizonte através de projetos sociais estruturados que promovam autonomia e protagonismo, bem como provoquem sua inclusão social, aumentando possibilidades que apoiarão um mundo mais justo.

A atuação incluiu 08 estudantes de medicina de uma escola particular, 03 educadores de saúde e 12 crianças com idades entre seis e nove anos que participaram do projeto de reforço escolar matutino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na estação de atividade física, uma atividade de mímicas foi realizada no momento 01 com crianças previamente divididas em 02 grupos. As crianças do primeiro grupo foram instruídas a imitar exercícios físicos saudáveis e não saudáveis para as crianças do segundo grupo, criando inovação e comunicação. O segundo momento foi organizado na estação de

higiene, onde uma dinâmica entre mito e verdade foi realizada, com o estímulo de algumas afirmações sobre o tema que requeriam uma resposta verdadeira ou falsa e justificando por que escolheram uma dessas opções. No terceiro período, na estação de nutrição, as crianças do grupo 1 foram mostradas imagens ilustrativas de alimentos, além de dicas sobre as características desses alimentos para os participantes do grupo 2. Assim que o participante identificava, eram perguntados se era saudável e por quê.

Programas educacionais mantêm-se as crianças com iniciativas que as capacitam a tomar decisões saudáveis e assertivas, promovendo autonomia e autogestão emocional. Atividades que ajudam no desenvolvimento constante de habilidades motoras, cognitivas e emocionais, bem como consciência corporal e higiene pessoal, podem promover o processo de crescimento geral.

As atividades realizadas indicaram que a criatividade combinada com a dimensão da educação foi uma ótima maneira de aumentar o conhecimento sobre coisas vitais para pessoas dessa idade, como higiene corporal, nutrição saudável e atividades esportivas. A participação ativa das crianças teve bons resultados, evidenciados por seu interesse nas atividades propostas e também pela dinâmica de grupo. Além disso, o projeto também contribuiu para a formação de hábitos de autocuidado e cidadania desde a infância, de acordo com a concepção de que os ambientes educacionais podem se tornar espaços transformadores para saúde e bem-estar.

O aprendizado baseado em jogos é reconhecido como uma questão de relevância fundamental - não só garante momentos de entretenimento para as crianças, mas também promove um contexto de apoio para o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem durante a infância. Também serve como um recurso poderoso para captar a atenção das crianças, desenvolver habilidades de observação e imitação de comportamento (MORAES; COELHO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade realizada no projeto foi bastante produtiva, estimulando uma interação com a comunidade, e especialmente com as crianças. Usar modelos divertidos foi útil para proporcionar insights sobre os comportamentos de estilo de vida das crianças. As atividades no projeto estimulam atitudes e valores coletivos, favorecendo o trabalho em equipe, a comunicação interna e externa e a reflexão sobre o assunto.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CARVALHO ,C.A;FONSECA,P.C.A;PRIORE S.E;FRANCHESCHINI S.C.C;NOVAES,J.
Consumo alimentar e adequação nutricional em crianças brasileiras: revisão sistemática. Rev Paul Pediatr. 2015;33(2):211-221.

KHATOON, R. et al. **Impact of school health education program on personal hygiene among school children of Lucknow district.** Journal of Family Medicine and Primary Care, v. 6, n. 1, p. 1-3, 2017. 10.4103/2249-4863.214973. Disponível em: . Acesso em: 05 mar. 2021

MORAES, G. S. C.; COELHO, H. G. **A importância do lúdico na educação infantil. REEDUC**, [s.l.], v.7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11569>. Acesso em: 09 set. 2025.

RAMOS, C. V.; DUMITH, S. C.; CÉSAR, J. A. **Prevalência e fatores associados ao déficit de altura e excesso de peso em crianças de 5 anos do semiárido.** Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 91, n. 2, p. 175-182, mar./abr. 2015.

SANTOS, C.; LUZ, C.; MERCÊ, C.; FERREIRA, J.; RAMOS, L. & ROFRIGUES, L. ET AL. (2016). **ESCOLA ATIVA - Atividade Física e Saúde em Contexto Escolar.** In Rocha, R.; Simões, V. & Pimenta, N. (Eds.) Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior - Instituto Politécnico de Santarém.

SERRA, B. K.; LOCH, F. C. C.; CARVALHO, D. R. SCHEEREN, E. M.; VOSGERAU, D. S. R. **Intervenções de atividade física e educação nutricional para combater a obesidade infantil na escola: revisão sistemática.** Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, São Paulo, v.12, n.73, 2018.

SAÚDE NA ESCOLA: INTEGRANDO EDUCAÇÃO PREVENTIVA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Auricélia Gomes Tavares¹; Antônio Paulo Tavares²; Elizângela Paulo Tavares³; Kátia Eliane Santos Avelar⁴.

¹Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

²Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

³Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

⁴Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

PALAVRAS-CHAVE: Educação preventiva, Saúde escolar, Programa Saúde na Escola.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde no ambiente escolar é uma estratégia crucial para enfrentar desafios epidemiológicos e sociais que impactam crianças e adolescentes no Brasil. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 33,5% das crianças e adolescentes brasileiros apresentam sobrepeso ou obesidade (IBGE, 2023), enquanto 15% dos adolescentes relatam sintomas de depressão e ansiedade (Lima & Albuquerque, 2025). Além disso, a cobertura vacinal contra doenças como HPV e meningite tem apresentado quedas preocupantes, com taxas nacionais abaixo de 70% em 2024, segundo o Ministério da Saúde (Bezerra et al., 2025). O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, que representam cerca de 30% da dieta de escolares, também agrava o quadro de doenças crônicas não transmissíveis (Assunção et al., 2024). Nesse contexto, a escola emerge como um espaço estratégico para a educação preventiva, capaz de promover autocuidado, bem-estar e cidadania, alinhando-se aos princípios da Constituição Federal de 1988, que consagra saúde e educação como direitos fundamentais (Brasil, 1988).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de integrar competências de autocuidado e promoção da saúde ao currículo (Brasil, 2018), enquanto o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, fomenta a articulação intersetorial entre saúde e educação para implementar práticas preventivas (Brasil, 2007). Apesar dessas diretrizes, a literatura aponta lacunas significativas na implementação dessas políticas. Estudos como o de Scaldaferrri et al. (2024) revelam que a adesão ao PSE é desigual, com apenas 60% dos municípios do Norte e Nordeste participando plenamente, devido à falta de infraestrutura e recursos. A formação docente,

essencial para integrar a saúde ao currículo de forma interdisciplinar, também é insuficiente: Soares e Goi (2025) indicam que apenas 30% dos professores de escolas públicas se sentem preparados para abordar temas de saúde. A escassez de psicólogos escolares, apontada por Santos et al. (2025), agrava a dificuldade de enfrentar questões como saúde mental, com apenas 10% das escolas públicas brasileiras contando com esse profissional em 2024.

Essas falhas evidenciam a necessidade de estudos que analisem a integração da educação preventiva no currículo escolar, identificando estratégias eficazes e propondo soluções práticas. Embora o PSE e a BNCC ofereçam bases sólidas, sua aplicação prática enfrenta barreiras como desigualdades regionais, comunicação ineficaz entre setores e falta de materiais pedagógicos (Silva et al., 2025). Este trabalho busca preencher essa lacuna, examinando como legislações, políticas públicas e evidências de 2024 e 2025 podem fortalecer a escola como espaço de promoção da saúde, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e a redução de desigualdades sociais.

OBJETIVOS

Analisar os desafios da integração da educação preventiva em saúde mental e alimentar no currículo escolar brasileiro, considerando as diretrizes do Programa Saúde na Escola (PSE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como desigualdades regionais e insuficiência na formação docente, e identificar estratégias para superá-los, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de caráter integrativo bibliográfico, analisou a integração da educação preventiva em saúde mental e alimentar no currículo escolar brasileiro. A busca foi conduzida nas bases SciELO, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os descritores “saúde escolar”, “educação preventiva”, “currículo integrado” e “Programa Saúde na Escola”, combinados com operadores booleanos (AND, OR, NOT). Foram incluídos artigos, monografias e relatórios nacionais publicados entre 2024 e 2025, indexados, com foco em integração curricular, formação docente, psicologia escolar e intersetorialidade, excluindo materiais não revisados por pares ou fora do escopo temático. Seguindo um fluxograma adaptado do PRISMA, a triagem envolveu quatro etapas: identificação de 150 registros, remoção de 30 duplicatas, exclusão de 90 estudos por leitura de títulos e resumos (devido a irrelevância ou ausência de revisão por pares), e análise completa de 30 textos, resultando em 11 estudos selecionados. A análise qualitativa e comparativa identificou estratégias, desafios e contribuições para a promoção da saúde escolar, garantindo rigor e transparência no processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrativa de estudos de 2024 e 2025 mostra que a integração da educação preventiva no currículo escolar brasileiro, apoiada pelo Programa Saúde na Escola (PSE) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfrenta barreiras que restringem sua capacidade de promover saúde e equidade. A saúde, como eixo transversal, é crucial para o bem-estar estudantil, mas desigualdades regionais, insuficiência na formação docente e falhas na articulação intersetorial revelam uma desconexão entre diretrizes nacionais e sua aplicação, comprometendo os sistemas educacional e de saúde pública. Projetos interdisciplinares, como os descritos por Assunção et al. (2024), engajam alunos ao integrar disciplinas, mas sua implementação é limitada por disparidades regionais. Scaldaferrri et al. (2024) apontam baixa adesão ao PSE no Norte e Nordeste devido à falta de infraestrutura, enquanto Liz (2024) destaca sucessos localizados em Santa Catarina. Essas diferenças evidenciam que a ausência de investimentos equitativos perpetua desigualdades, impedindo a universalização da educação preventiva.

A formação docente, conforme Soares e Goi (2025), é um obstáculo central, com a falta de capacitação contínua restringindo a integração da saúde em disciplinas como educação física, voltada à prevenção de obesidade (Bezerra et al., 2025). A escassez de materiais pedagógicos, notada por Anacleto (2024), intensifica essa limitação, refletindo uma falha sistêmica na preparação do sistema educacional para atender demandas de saúde pública. A psicologia escolar, embora eficaz em reduzir conflitos (Santos et al., 2025), é subutilizada devido à presença de psicólogos em apenas 10% das escolas públicas (IBGE, 2023), dificultando o enfrentamento de questões como ansiedade, que afeta muitos adolescentes (Lima e Albuquerque, 2025). Isso contrasta com as prioridades socioemocionais da BNCC, sinalizando a necessidade de equipes multidisciplinares.

A intersetorialidade, essencial ao PSE, é prejudicada por falhas de comunicação e financiamento, levando a ações fragmentadas (Silva et al., 2025). Currículos integrados, como os de Caldas et al. (2024), mostram eficácia, mas dependem de coordenação robusta. Criticamente, a dependência de iniciativas locais e a sobrecarga docente subvalorizam a saúde no currículo, limitando a escola como espaço de promoção da saúde. Investir em capacitação docente, recursos equitativos e articulação intersetorial é essencial para transformar a educação preventiva em uma prática que fortaleça a cidadania e reduza desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desafios e estratégias para integrar a educação preventiva no currículo escolar brasileiro destaca o potencial da escola como espaço de promoção da saúde e equidade, mas evidencia barreiras que comprometem sua efetividade.

As desigualdades regionais no acesso a recursos e infraestrutura, a insuficiência na

capacitação docente e a limitada presença de profissionais especializados, como psicólogos escolares, resultam em uma implementação fragmentada, incapaz de atender plenamente às demandas de saúde pública, como o combate à obesidade infantil, problemas de saúde mental e a baixa cobertura vacinal. A ausência de uma estratégia nacional coesa, que vá além de iniciativas locais, reflete uma visão fragmentada que não traduz diretrizes em práticas consistentes.

A sobrecarga curricular dos professores e a escassez de materiais pedagógicos agravam o cenário, limitando a saúde como eixo transversal do currículo. Para superar tais limitações, é fundamental priorizar a formação contínua de docentes, fortalecer a articulação intersetorial e ampliar equipes multidisciplinares. Assim, a escola pode consolidar-se como um ambiente que não apenas previne doenças, mas promove cidadania e reduz desigualdades, alinhando-se aos direitos sociais e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, R. M. Reflexões e tendências da prática em Educação em Saúde dos docentes da educação básica brasileira: uma revisão integrativa. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

ASSUNÇÃO, M. L. B.; LEAL, L. P.; OLIVEIRA, D. A. L.; PONTES, C. M. Ações educativas em saúde por professores do ensino fundamental: uma revisão de escopo. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 19, n. 00, e024042, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18269>.

BEZERRA, M. E. N. et al. Estratégias de promoção da saúde em escolas: educação alimentar, saúde bucal e vacinação. Revista Caderno Pedagógico, v. 22, n. 11, p. 1-16, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n11-098.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 2007.

CALDAS, R. D. et al. Políticas públicas: o papel do Programa Saúde na Escola (PSE) como ferramenta para a integração entre saúde e educação. Lumen et Virtus, v. XV, n. XXXIX, p. 3296-3304, 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, 2023.

LIMA, A. M.; ALBUQUERQUE, V. G. R. Educação em saúde como estratégia na abordagem de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis em escolas públicas: uma análise da literatura. *Lumen et Virtus*, v. XVI, n. XLVIII, p. 5979-5994, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n48-104>.

LIZ, G. M. Promoção da saúde na educação: a estratégia do Programa Saúde na Escola em Santa Catarina. TCC (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

RODRIGUES, C. F. S.; SANTOS, L. P. Promoção da saúde no contexto escolar: desafios e oportunidades para uma integração efetiva entre educação e saúde. In: *Pesquisas e Debates sobre a Saúde Coletiva: um intercâmbio entre Brasil e Portugal*, v. 2, cap. 14, 2025.

SANTOS, J. E. S.; TAVARES, A. M. B. N.; NASCIMENTO, J. M. Currículo integrado e a contribuição da psicologia escolar. *Revista Faculdade FAMEN - REFFEN*, v. 6, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a03>.

SCALDAFERRI, M. M.; PIMENTEL, G. S. R.; et al. Os caminhos da promoção de saúde e do Programa Saúde na Escola: o contexto de influência. *Práxis Educacional*, v. 20, n. 51, e13491, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v20i51.13491>.

SILVA, L. T. et al. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: estudo de caso de um município de Minas Gerais. *Interface (Botucatu)*, v. 29, e230431, 2025. DOI: [10.1590/interface.230431](https://doi.org/10.1590/interface.230431).

SOARES, M. C. M.; GOI, M. E. J. Percepções de professores sobre a saúde na escola: desafios e perspectivas. *Revista Interdisciplinar*, v. 10, n. 1, e914, 2025. DOI: [10.52641/cadcajv10i1.914](https://doi.org/10.52641/cadcajv10i1.914).

SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR O BULLYING E PROMOVER O BEM-ESTAR EMOCIONAL

Auricélia Gomes Tavares¹; Antônio Paulo Tavares²; Kátia Eliane Santos Avelar³.

¹Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

²Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

³Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Escolar. Apoio Psicossocial. Integração Escolar.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, além de espaço de aprendizagem formal, é locus privilegiado de socialização e desenvolvimento humano. A Constituição Federal de 1988 assegura saúde e educação como direitos fundamentais, vinculando-os à promoção da cidadania (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação deve promover o pleno desenvolvimento do educando, sua formação cidadã e preparação para a vida social (Brasil, 1996). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça a proteção integral e determina que a escola seja espaço seguro e acolhedor (Brasil, 1990).

Mais recentemente, a Lei nº 13.431/2017 instituiu mecanismos de prevenção e proteção contra a violência, reconhecendo o bullying como forma de violação de direitos (Brasil, 2017). Complementarmente, a Lei nº 13.935/2019 assegurou a presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica, como forma de ampliar o cuidado com a saúde mental (Brasil, 2019). A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, homologada em 2018, inclui o desenvolvimento socioemocional como competência essencial à formação integral (Brasil, 2018). Por fim, o Decreto nº 6.286/2007, que instituiu o Programa Saúde na Escola - PSE, reafirma a necessidade de ações intersetoriais entre saúde e educação (Brasil, 2007).

Nesse contexto, o bullying e o cyberbullying representam ameaças crescentes ao bem-estar de crianças e adolescentes, acarretando quadros de ansiedade, depressão, baixa autoestima e evasão escolar (Moura; Lima; Santos, 2025). Paralelamente, escolas que integram a saúde mental ao currículo, com práticas de escuta, acolhimento e promoção da empatia, alcançam melhores indicadores de desempenho acadêmico e convivência social (Figueiredo, 2025; Rosa, 2025).

Diante desse cenário, que combina avanços legislativos e desafios persistentes, torna-se imprescindível analisar as estratégias práticas implementadas nas escolas brasileiras para promover a saúde mental e prevenir o bullying. Este estudo busca, portanto, identificar abordagens eficazes que dialoguem com as diretrizes legais e as necessidades da comunidade escolar, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e inclusivos.

OBJETIVOS

Analisar as estratégias de promoção da saúde mental adotadas nas escolas brasileiras entre 2024 e 2025, identificando práticas eficazes para prevenir o bullying e promover o bem-estar emocional dos estudantes, em consonância com a legislação educacional e de proteção à infância.

METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica qualitativa, fundamentada em artigos científicos, dissertações e documentos acadêmicos nacionais publicados entre 2024 e 2025. A seleção ocorreu a partir dos descritores: Assédio Escolar; Apoio Psicossocial; Integração Escolar; e prevenção contra o Bullying. A análise comparativa contemplou evidências empíricas sobre programas de prevenção ao bullying, políticas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas, buscando identificar convergências, lacunas e recomendações para o contexto brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados revelam que o bullying permanece como fator de risco central para a saúde mental de estudantes. Segundo Moura, Lima e Santos (2025), uma pesquisa com 1.200 estudantes de escolas públicas em três estados brasileiros mostrou que 45% das vítimas de bullying relataram sintomas de ansiedade e 30% apresentaram sinais de depressão, com impactos diretos no desempenho acadêmico (média de notas 15% inferior à de não-vítimas). O cyberbullying, caracterizado por agressões em plataformas digitais, foi identificado como um agravante, com 60% dos casos envolvendo exposição pública de conteúdos humilhantes. Esses dados reforçam a necessidade de intervenções pedagógicas que contemplem tanto o ambiente presencial quanto o virtual, com foco na prevenção e no apoio às vítimas.

Iniciativas como o Projeto Escola Escuta, no Paraná, destacam-se como exemplo de política pública voltada ao acolhimento emocional e à construção de uma rede de proteção aos estudantes (Figueiredo, 2025).

Um exemplo prático é o programa “Círculos de Diálogo”, implementado em escolas públicas de São Paulo em 2024. Esse projeto, inspirado em práticas de justiça restaurativa, promove rodas de conversa mediadas por psicólogos escolares, nas quais estudantes discutem conflitos, expressam emoções e constroem acordos coletivos para melhorar a convivência. Avaliações preliminares indicam uma redução de 30% nos relatos de bullying em escolas participantes, além de maior engajamento dos alunos em atividades colaborativas (Silva; Pereira, 2024). Essa iniciativa destaca a importância de espaços estruturados de escuta e mediação, que fortalecem a empatia e reduzem comportamentos agressivos.

De modo semelhante, experiências em diferentes regiões brasileiras demonstram que a promoção da saúde mental depende do engajamento docente, da articulação com profissionais de saúde e da implementação de políticas adaptadas às especificidades locais (Lemos et al., 2025).

A literatura evidencia que professores reconhecem a relevância do tema, mas apontam barreiras como sobrecarga curricular, ausência de formação em saúde mental e carência de suporte institucional (Taveira, 2025). Esse cenário reforça a necessidade de programas de formação docente continuada, que capacitem profissionais a identificar sinais precoces de sofrimento psíquico e a intervir de forma preventiva.

Outro aspecto recorrente é a relevância da educação socioemocional. Pesquisas recentes demonstram que escolas que priorizam empatia, práticas inclusivas e resolução pacífica de conflitos reduzem significativamente a incidência de bullying e solidão infantojuvenil (Rosa, 2025). Além disso, a atuação dos psicólogos escolares é apontada como essencial para desenvolver estratégias de prevenção, apoio às vítimas e mediação de conflitos (Rodrigues; Andrade, 2024).

Por fim, a análise comparativa demonstra que a efetividade das políticas públicas e das ações escolares depende da integração entre saúde, educação e comunidade. O Programa Saúde na Escola (PSE), previsto no Decreto nº 6.286/2007, aparece como marco intersetorial, mas ainda enfrenta desigualdades regionais e limitações estruturais que dificultam sua plena execução (Lemos et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da saúde mental no ambiente escolar é condição indispensável para prevenir o bullying e fortalecer o bem-estar emocional de estudantes. Este estudo demonstrou que estratégias eficazes incluem: investimento na formação docente, ampliação da atuação de psicólogos escolares, inclusão de práticas socioemocionais no currículo e fortalecimento de políticas públicas intersetoriais.

Recomenda-se a ampliação de programas de escuta e acolhimento, como o Projeto Escola Escuta, com a criação de protocolos nacionais para sua implementação em todas as redes de ensino. Para superar barreiras financeiras, sugere-se a alocação

de verbas específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para a contratação de psicólogos e assistentes sociais, conforme previsto na Lei nº 13.935/2019. Além disso, a formação inicial e continuada de professores deve incluir módulos obrigatórios sobre saúde mental e mediação de conflitos, oferecidos em parceria com universidades públicas. A integração do combate ao bullying às diretrizes da BNCC deve priorizar metodologias participativas, como projetos interdisciplinares que promovam empatia e resolução pacífica de conflitos. Por fim, o fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) pode ser alcançado por meio de parcerias com secretarias estaduais de saúde, garantindo a capacitação de agentes comunitários para atuar nas escolas e reduzindo desigualdades regionais.

Assim, a escola poderá consolidar-se como espaço seguro e inclusivo, assegurando o direito fundamental à educação e à proteção integral, conforme previsto na Constituição Federal (1988) e no ECA (1990).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola □ PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

FIGUEIREDO, Y. C. A importância da saúde mental na educação infantojuvenil: conhecendo o Projeto Escola Escuta. *Mentalis*, v. 1, n. 1, p. 1-37, 2025.

LE MOS, R. L. F.; SANTOS, N. M.; MENDES, M. L. M.; FERNANDES, F. E. C. V.; OMENA, C. M. B. Promoção de saúde mental no ambiente escolar: desafios e estratégias em duas realidades brasileiras. *Revista Semiárido De Visu*, v. 13, n. 1, p. 136-151, abr. 2025.

MOURA, A.; LIMA, W. E.; SANTOS, G. M. P. O impacto do bullying no desempenho e bem-estar dos alunos. *JNT Facit Business and Technology Journal*, v. 62, p. 3-16, 2025.

RODRIGUES, R. G.; ANDRADE, A. L. A. Atuação do psicólogo e a violência nas escolas: estratégias de prevenção ao bullying. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 9, p. 1-12, 2024.

SILVA, J. M.; PEREIRA, L. C. Círculos de Diálogo: práticas restaurativas para a prevenção do bullying em escolas públicas. *Revista Educação e Sociedade*, v. 45, n. 2, p. 78-92, 2024.

TAVEIRA, M. C. M. Promoção da saúde mental nas escolas: percepções, atitudes e estratégias de professores e profissionais de saúde escolar. Dissertação (Mestrado em Gestão da Saúde) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.

ROSA, E. L. Solidão na infância e adolescência: o papel da escola na promoção dos direitos humanos e do bem-estar emocional. Revista Contemporânea, v. 5, n. 5, p. 1-11, 2025.

**ÁREA TEMÁTICA:
NUTRIÇÃO CLÍNICA**

TRANSTORNOS ALIMENTARES: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIAGNÓSTICOS DE ANOREXIA NERVOSA, BULIMIA NERVOSA E COMPULSÃO ALIMENTAR

Nilziano José da Silva Santos¹.

¹Centro Universitário Internacional Uninter (UNINTER), Gama, Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Histeria. Ascetismo. Cultura.

ÁREA TEMÁTICA: Nutrição clínica.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, os transtornos alimentares (TAs) - anorexia nervosa (AN), bulimia nervosa (BN) e transtorno de compulsão alimentar (TCA) - representam condições clínicas complexas, cuja compreensão exige mais do que uma abordagem biomédica. Sua emergência e consolidação como categorias diagnósticas refletem transformações profundas nos paradigmas médicos, nas normativas culturais e nos discursos sobre o corpo, a moral e o sofrimento psíquico. Dessa forma, a trajetória diagnóstica desses quadros é marcada por deslocamentos entre interpretações religiosas, morais, sociais e psiquiátricas, que contribuíram de forma decisiva para a sua configuração atual (Mousteri *et al.*, 2019).

Além da relevância clínica, os TAs vêm sendo analisados sob uma lente crítica, envolvendo disciplinas como a história da medicina, a antropologia e a sociologia da saúde. Por conseguinte, os comportamentos alimentares desviantes, como jejuns prolongados ou episódios de compulsão, são frequentemente mediados por normas culturais, valores simbólicos e estruturas de gênero, os quais variam historicamente (Parry-Jones, 1991; Mcnaught; Treasure; Griffiths, 2023).

Ao longo do tempo, como o DSM-5, representam apenas um estágio recente na longa construção histórica dos TAs, que se iniciou no campo moral-religioso e se consolidou no âmbito biomédico moderno. Ainda que, o processo de validação diagnóstica do TCA, por exemplo, contou com forte ativismo de associações como a Binge Eating Disorder Association (BEDA), assim, o corpo e sua alimentação tornam-se arenas simbólicas para disputas sobre pureza, identidade, sofrimento e controle social (Heaner; Walsh, 2013).

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo revisar, sob perspectiva histórico-conceitual, o processo de formação diagnóstica da AN, BN e TCA, destacando como fatores culturais, simbólicos e psicopatológicos interagiram na constituição dessas entidades clínicas

autônomas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, com abordagem histórico-interpretativa. O percurso metodológico centrou-se em uma revisão bibliográfica crítica, com ênfase no capítulo “Aspectos históricos dos transtornos alimentares” da obra *Transtornos alimentares: diagnóstico e manejo* considerados referência nacional no tema (Appolinario; Nunes; Cordás, 2021).

Complementarmente, foram selecionadas publicações científicas recentes (2019-2024), com o objetivo de integrar os debates clínicos contemporâneos às análises históricas, especialmente no tocante à evolução dos critérios diagnósticos e aos fatores sociais implicados. Com base nisso, a análise foi estruturada em três períodos cronológicos principais: (1) a era teológico-ascética medieval; (2) a fase médico-descritiva dos séculos XVII a XIX; e (3) a consolidação nosológica no século XX (Mcnaught; Treasure; Griffiths, 2023; Heaner; Walsh, 2013).

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se, três eixos interpretativos: os aspectos culturais (valores, normas e símbolos sociais), os marcos clínicos (descrições empíricas e observações médicas) e os critérios diagnósticos (construção dos manuais classificatórios, como o DSM). A fim de garantir a coerência, seguiu-se os pressupostos da história conceitual e da epistemologia crítica da medicina e os princípios da história conceitual, em diálogo com a epistemologia das ciências médicas, e está ancorada em uma leitura crítica da literatura (Parry-Jones, 1991).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a Idade Média, práticas alimentares extremas eram lidas como sinais de santidade. O caso de Santa Catarina de Siena, por exemplo, ilustra um ascetismo alimentar radical que hoje poderia ser interpretado como AN, revelando a interseção entre espiritualidade, sofrimento e corporeidade. No século XVII, Richard Morton foi um dos primeiros médicos a descrever a recusa alimentar como sintoma clínico, embora ainda sem uma categorização psiquiátrica definida.

No século XIX, William Gull e Charles Lasègue introduziram o termo “anorexia nervosa”, estabelecendo os primeiros critérios semiológicos da condição. A partir do século XX, a AN foi inicialmente confundida com doenças endócrinas, como a doença de Simmonds, até ser reconceituada como transtorno psiquiátrico por autoras como Hilde Bruch, que destacou a distorção da imagem corporal como núcleo psicopatológico (Parry-Jones, 1991; Mcnaught; Treasure; Griffiths, 2023).

Os resultados obtidos revelam que, na BN foi descrita por Gerald Russell em 1979

como uma variação da AN com episódios de compulsão alimentar seguidos de purgação. Além disso, comportamentos semelhantes tenham sido registrados na antiguidade greco-romana, somente no final do século XX esse padrão foi formalizado como diagnóstico específico no DSM (Heaner; Walsh, 2013; Parry-Jones, 1991).

Os achados do estudo indicam que, o TCA, por sua vez, foi identificado por Stunkard em 1959 e reconhecido oficialmente apenas em 2013, no DSM-5. Caracterizado pela ingestão excessiva de alimentos sem comportamentos compensatórios, o TCA tem alta prevalência em populações com sobrepeso e obesidade. Por outro lado, a medicalização ganhou impulso com a aprovação da lisdexanfetamina, marcando um novo paradigma terapêutico (Mcelroy *et al.*, 2020).

Ao discutir os dados encontrados, percebe-se que OS TAs estão intrinsecamente relacionados aos processos de validação institucional e científica. Um exemplo paradigmático é a clorose, condição outrora comum nos diagnósticos de jovens mulheres europeias no século XIX, que desapareceu dos manuais médicos no século XX sem que houvesse alterações significativas em sua base fisiológica (Parry-Jones, 1991). Dessa forma, esse desaparecimento não ocorreu por avanços biomédicos concretos, mas sim por mudanças nas concepções sociais e epistemológicas sobre o corpo feminino e sua medicalização. Tal fato evidencia que determinadas entidades clínicas podem ser historicamente produzidas, estabilizadas e posteriormente desativadas, de acordo com os interesses e discursos dominantes de cada época. (Mcelroy *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que, o histórico-conceitual dos TAs revela que seus diagnósticos são produtos de construções sociais, culturais e científicas que se entrelaçam ao longo dos séculos. A anorexia nervosa, a bulimia e o transtorno de compulsão alimentar não podem ser dissociados dos contextos em que surgiram - desde práticas ascéticas religiosas até sistemas classificatórios biomédicos. Reconhecer essa trajetória histórica é essencial para uma prática clínica mais crítica, ética e humanizada.

Nesse sentido, compreender os transtornos alimentares como categorias dinâmicas permite ultrapassar o reducionismo diagnóstico, promovendo abordagens terapêuticas que considerem os determinantes sociais e simbólicos do sofrimento alimentar. Ao fazê-lo, a nutrição clínica se alinha a uma epistemologia mais sensível ao sujeito, ao corpo e à cultura, elementos fundamentais para o cuidado integral.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

APPOLINARIO, J. C.; NUNES, M. A.; CORDÁS, T. A. *Transtornos Alimentares: Diagnóstico e Manejo*. Porto Alegre: Artmed/Grupo A, 2021. Disponível em: <https://loja.grupoa.com.br/transtornos-alimentares-diagnostico-e-manejo9786558820314-p1017814>. Acesso em: 24

de julho de 2025.

HEANER, M.K.; WALSH, B. T. A history of the identification of the characteristic eating disturbances of Bulimia Nervosa, Binge Eating Disorder and Anorexia Nervosa. *Appetite*, vol. 71, p. 445-448, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2013.06.001>. Acessado em: 24 jul. 2025.

MCELROY, S. L. et al. Medicação para compulsão alimentar. Em: GRILO, C. M.; MITCHELL, J. E. (org.). *Binge eating: a transdiagnostic psychopathology*. New York: Springer, 2020. p. 227-241. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341808743_Medication_for_Binge_Eating. Acessado em: 24 jul. 2025.

MCNAUGHT, E.; TREASURE, J.; GRIFFITHS, J. *Eating disorders: the basics*. London: Routledge, 2023. Disponível em: <https://www.routledge.com/Eating-Disorders-The-Basics/McNaught-Treasure-Griffiths/p/book/9781032379579>. Acessado em: 24 de julho de 2025.

MOUSTERI, V. et al. Adolescent mental health and unemployment over the lifespan: Population evidence from Sweden. *Social Science & Medicine*, v. 222, p. 305-314, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.12.030>. Acessado em: 24 de julho de 2025.

OLIVA, R. et al. Caracterizando a impulsividade e a conectividade funcional em estado de repouso em comedores compulsivos de peso normal. *International Journal of Eating Disorders*, v. 53, n.º 3, p. 478-488, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/eat.23212>. Acessado em: 24 jul. 2025.

PARRY-JONES, W. L. Historical terminology of eating disorders. *Psychological Medicine*, vol. 21, n.º 1, p. 21-28, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0033291700014616>. Acessado em: 24 jul. 2025.

MANEJO MULTIDIMENSIONAL DAS DOENÇAS CARDIOVASCULARES CRÔNICAS: ABORDAGENS FARMACOLÓGICAS E DIETÉTICAS

Nilziano José da Silva Santos¹.

¹Centro Universitário Internacional Uninter (UNINTER), Gama, Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Hospitalização. Fração de ejeção Ventricular. Terapia Nutricional.

ÁREA TEMÁTICA: Nutrição clínica.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é importante destacar que a insuficiência cardíaca (IC), em especial a forma com fração de ejeção reduzida (HFrEF), continua a ser uma das principais razões para hospitalizações e mortes em nível global. Portanto, é fundamental adaptar os protocolos de tratamento contemporâneos, que recomendam o uso de bisoprolol, espironolactona e amiodarona. Esses medicamentos têm como objetivo diminuir a mortalidade, normalizar o ritmo cardíaco e aliviar sintomas em indivíduos com IC e arritmias (McDonagh *et al.*, 2021; Heidenreich *et al.*, 2022; Pitt *et al.*, 1999).

Simultaneamente, pesquisas científicas recentes têm mostrado que os benefícios dessas drogas são potencializados quando combinados com intervenções nutricionais adaptadas, especialmente em grupos que apresentam alto risco nutricional. Nesse cenário, orientações globais - como as da American Heart Association (AHA), American College of Cardiology (ACC) e Heart Failure Society of America (HFSA) - ressaltam a importância de incluir a intervenção nutricional como um elemento essencial no plano de atendimento ao paciente com insuficiência cardíaca (Heidenreich *et al.*, 2022; Driggin *et al.*, 2022).

Por meio de intervenções nutricionais fundamentadas em evidências científicas, o nutricionista desempenha um papel crucial, ao promover a adesão ao tratamento e prevenir possíveis descompensações clínicas. Dessa forma, a nutrição clínica se estabelece como um recurso vital para a modulação de processos inflamatórios, a potencialização da eficácia terapêutica e a redução de eventos adversos, contribuindo de maneira significativa para o prognóstico e a qualidade de vida de indivíduos com insuficiência cardíaca (Yu; Chen; Xu Lou, 2024; Liao *et al.*, 2024).

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia da combinação farmacológica de bisoprolol, espironolactona e amiodarona em pacientes com insuficiência cardíaca e

arritmias. Busca-se também analisar o impacto da alimentação saudável e da intervenção nutricional no controle inflamatório, adesão ao tratamento, hospitalizações e função cardíaca. Propõe-se, com isso, um modelo integrativo de cuidado, com ênfase na atuação do nutricionista clínico como agente central na promoção da saúde cardiovascular.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão qualitativa da literatura científica de 2019 a 2025, contemplando diretrizes internacionais, ensaios clínicos randomizados e revisões sistemáticas sobre farmacoterapia em IC e intervenções nutricionais específicas (como dieta DASH ou Mediterrânea). Foram considerado diretrizes internacionais reconhecidas, como as da American Heart Association (AHA), American College of Cardiology (ACC) e Heart Failure Society of America (HFSA) (2022), além de bases como PubMed, Scopus e SciELO. Consequentemente, a busca concentrou-se em estudos que abordassem a eficácia terapêutica da combinação entre bisoprolol, espironolactona e amiodarona, considerando sua aplicabilidade clínica e efeitos na função cardíaca (Heidenreich *et al.*, 2022; McDonagh *et al.*, 2021).

Além disso, a análise do material selecionado foi estruturada em três eixos temáticos: a eficácia clínica dos fármacos utilizados, o impacto da alimentação saudável - com ênfase em padrões como a dieta DASH e a dieta Mediterrânea - e a adesão às intervenções nutricionais. Foram priorizados estudos que relacionassem essas estratégias ao controle da inflamação, redução de hospitalizações e melhora da qualidade de vida dos pacientes. Por fim, essa abordagem metodológica permitiu integrar achados relevantes que sustentam a proposta de um modelo multidisciplinar, com atuação qualificada do nutricionista clínico no cuidado cardiovascular (McDonagh *et al.*, 2021; Driggin *et al.*, 2022; Yu; Chen; Xu Lou, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A farmacoterapia tem demonstrado eficácia significativa no manejo da insuficiência cardíaca (IC), especialmente quando baseada em fármacos com sólida evidência clínica. A espironolactona, um antagonista da aldosterona, mostrou-se eficaz na redução de aproximadamente 30% da mortalidade e 35% das hospitalizações em pacientes com IC grave. Embora seus efeitos sejam mais discretos em casos de fração de ejeção preservada (HFpEF), observa-se ainda um papel terapêutico complementar em subgrupos específicos (Pitt *et al.*, 1999; Yu; Chen; Xu Lou, 2024).

O bisoprolol, amplamente estudado em ensaios multicêntricos como o CIBIS e CIBIS II, demonstrou redução de mortalidade em cerca de 29% em pacientes com IC, além de melhora da função ventricular. Sua eficácia é potencializada quando utilizado em associação com inibidores da enzima conversora da angiotensina (ECA) e diuréticos, compondo uma

abordagem farmacológica sinérgica e com boa tolerabilidade clínica (Heidenreich *et al.*, 2022).

A amiodarona, indicada no tratamento de arritmias ventriculares e supraventriculares em pacientes com IC, tem se mostrado eficaz na estabilização do ritmo cardíaco. Entretanto, seu uso contínuo requer atenção clínica constante, devido à possibilidade de efeitos adversos hepáticos, pulmonares e tireoidianos. As diretrizes atuais destacam a necessidade de monitoramento regular para garantir a segurança e a efetividade dessa intervenção (McDonagh *et al.*, 2021).

No campo da nutrição clínica, intervenções dietéticas personalizadas têm se consolidado como componentes fundamentais no cuidado integrado ao paciente com IC. Modelos alimentares cardioprotetores, como a dieta DASH e a Mediterrânea, associados à restrição de sódio (60 a 100 mmol/dia), apresentaram impacto positivo na redução da retenção hídrica, na melhora da função diastólica e na modulação de marcadores inflamatórios. Essas estratégias têm contribuído também para a melhora da adesão ao tratamento e redução das hospitalizações em pacientes com maior fragilidade metabólica (Driggin *et al.*, 2022; McDonagh *et al.*, 2021).

A atuação do nutricionista clínico é indispensável na segurança e no ajuste das condutas alimentares em função do regime farmacológico. O uso da espironolactona, por exemplo, exige atenção à ingestão de potássio, sendo necessário o acompanhamento dietético rigoroso para evitar hipercalemia. De forma semelhante, o bisoprolol, ao favorecer maior estabilidade hemodinâmica, amplia a capacidade do paciente para aderir a intervenções dietéticas e atividades físicas. A amiodarona, por sua vez, requer suporte nutricional voltado à prevenção de disfunções hepáticas e endócrinas, o que reforça o papel central da nutrição clínica na minimização de riscos e na otimização de resultados terapêuticos (Yu; Chen; Xu Lou, 2024; Driggin *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a terapia combinada com bisoprolol, espironolactona e amiodarona demonstra eficácia consistente na redução da mortalidade, das hospitalizações e dos sintomas em pacientes com insuficiência cardíaca e arritmias. Quando associada a estratégias nutricionais baseadas em padrões alimentares cardioprotetores, restrição de sódio, suporte comportamental e acompanhamento contínuo, observa-se potencialização dos desfechos clínicos e funcionais.

Contudo, a atuação ativa do nutricionista clínico, enquanto agente central na equipe multiprofissional, é essencial para garantir a adesão terapêutica, a modulação de processos inflamatórios e a estabilidade metabólica desses pacientes. Assim, o modelo de cuidado interdisciplinar proposto se consolida como eixo estruturante para intervenções mais eficazes, integradas e humanizadas no contexto da saúde cardiovascular.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DRIGGIN, E. et al. Nutrition assessment and dietary interventions in heart failure: JACC review topic of the week. *Journal of the American College of Cardiology*, New York, v. 79, n. 16, p. 1623–1635, 2022. Disponível em: <https://www.jacc.org/doi/10.1016/j.jacc.2022.02.025>. Acesso em: 28 jul. 2025.

HEIDENREICH, P. A. et al. 2022 AHA/ACC/HFSA guideline for the management of heart failure. *Circulation*, Dallas, v. 145, p. e895-e1032, 2022. Disponível em: <https://www.ahajournals.org/doi/10.1161/CIR.0000000000001063>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LIAO, L. P.; PANT, A.; MARSCHNER, S.; TALBOT, P.; ZAMAN, S. A focus on heart failure management through diet and nutrition: a comprehensive review. *Hearts*, Basel, v. 5, n. 3, p. 293-307, 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-3846/5/3/22>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MCDONAGH, T. A. et al. 2021 ESC guidelines for the diagnosis and treatment of acute and chronic heart failure. *European Heart Journal*, [S. l.], v. 42, p. 3599-3726, 2021. Disponível em: <https://www.ahajournals.org/doi/10.1161/CIR.0000000000001062>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PITT, B. et al. The effect of spironolactone on morbidity and mortality in patients with severe heart failure. *The New England Journal of Medicine*, Boston, v. 341, n. 10, p. 709–717, 1999. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJM199909023411001>. Acesso em: 28 jul. 2025.

YU, X.; CHEN, Q.; XULOU, I. Dietary strategies and nutritional supplements in the management of heart failure: a systematic review. *Frontiers in Nutrition*, Lausanne, v. 11, e1428010, 2024. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fnut.2024.1428010/full>. Acesso em: 28 jul. 2025.

INTERAÇÃO FÁRMACO-NUTRIENTE: REDUÇÃO DOS NÍVEIS SÉRICOS DE VITAMINAS E MINERAIS EM PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS

Thalita Mercês Azevedo Carvalho¹; Samyra Giarola Cecílio².

¹Afya Centro Universitário São João del Rei, São João del Rei, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Polifarmácia. Deficiências nutricionais. Biodisponibilidade de fármacos.

ÁREA TEMÁTICA: Nutrição Clínica

INTRODUÇÃO

A associação entre os fármacos e nutrientes pode ocasionar episódios de interações entre eles, propiciando alterações como o aumento ou diminuição da eficácia do fármaco, como também, prejudicar o estado nutricional do indivíduo. Em determinados casos, quando os alimentos e os fármacos são consumidos de forma simultânea, ocasionando uma interação, os nutrientes podem interferir na aceleração, diminuição ou atraso da absorção de diferentes classes medicamentosas, interferindo assim na sua biodisponibilidade.

OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar a relação da interação fármaco-nutriente com a perda de vitaminas e minerais em pacientes diabéticos e/ou hipertensos que fazem uso de, pelo menos, um medicamento de forma contínua. E junto a isso, ressaltar a importância do nutricionista e da equipe multiprofissional na prevenção de deficiências nutricionais associadas ao uso de fármacos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com coleta de dados por meio de pesquisa em bases científicas e publicações indexadas em bases de dados como Google Acadêmico, PubMed, SCIELO e Portal Regional da BVS, consistindo assim, em um estudo de natureza exploratória com abordagem quantitativa. Foram analisados inicialmente 200 estudos, dos quais apenas 10 atenderam aos critérios de inclusão, abordando diretamente o tema proposto pelo estudo. O recorte temporal compreendeu publicações de 2017 a 2024, com exceção de materiais oficiais como guias e diretrizes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciaram interações significativas entre fármacos e nutrientes, com a pesquisa observou-se que:

A metformina, medicamento amplamente utilizado no tratamento do diabetes tipo 2, foi associada em múltiplos estudos (NAZÁRIO et al., 2018; PEREIRA et al., 2020; BELLO et al., 2017) à deficiência de vitamina B12, sendo esse deficit vitamínico atribuído à interferência do fármaco na absorção intestinal da vitamina;

Entre os anti-hipertensivos, foram destacadas interações importantes com nutrientes como potássio, magnésio e vitamina D. Medicamentos como a furosemida e a espironolactona demonstraram impacto direto sobre os níveis desses minerais: a furosemida promove perda excessiva de potássio e magnésio, enquanto a espironolactona pode causar retenção de potássio, exigindo atenção especial à dieta desses pacientes para evitar complicações como hipopotassemia ou hiperpotassemia. Além disso, outros fármacos, como atenolol, carvedilol e hidroclorotiazida, apresentaram interações variáveis com alimentos, o que também pode influenciar sua absorção e eficácia terapêutica (ANJOS et al., 2019; OLIVEIRA; BATISTA, 2021; PEREIRA, 2018).

Observou-se também que a presença de alimentos ricos em proteínas aumentou a biodisponibilidade de certos fármacos, como o propranolol, evidenciando que nem todas as interações são deletérias; algumas podem ser benéficas quando bem controladas (ADIO et al., 2022; OLIVEIRA; BATISTA, 2021).

Em conjunto, os artigos analisados evidenciam a necessidade de monitoramento clínico nutricional contínuo, especialmente em pacientes polimedicados. A participação ativa do nutricionista, em parceria com farmacêuticos e médicos, é imprescindível para prevenir deficiências vitamínicas e garantir a eficácia terapêutica dos fármacos, melhorando a qualidade de vida dos pacientes. (ADIO et al., 2022; ANJOS et al., 2019; PEREIRA, 2018; KAMPA et al., 2020).

A pesquisa evidenciou a complexidade das interações medicamentosas com alimentos, que podem ocorrer por mecanismos diversos, como interferência na absorção intestinal, competição por transportadores ou alterações na biodisponibilidade (KOZIOLEK et al., 2019). Essas interações podem ter efeitos positivos, como proteção gástrica e melhora da eficácia, ou efeitos negativos, como a perda de nutrientes essenciais ou redução da eficácia do fármaco (ANJOS et al., 2019).

Medicamentos como atenolol, carvedilol e hidroclorotiazida apresentaram interações variáveis com alimentos. A presença de alimento durante a administração pode, em alguns casos, melhorar a tolerância gastrointestinal e a efetividade da medicação (ANJOS et al., 2019; OLIVEIRA; BATISTA, 2021).

A falta de estudos específicos e aprofundados sobre a temática foi apontada como uma limitação na literatura atual, destacando a importância de mais pesquisas interdisciplinares

que integrem conhecimentos de nutrição, farmacologia e medicina (ADIO et al., 2022; PEREIRA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam que as interações entre fármacos e nutrientes são frequentes e apresentam potencial para comprometer tanto a eficácia terapêutica quanto o estado nutricional dos pacientes. Sendo assim, os alimentos podem interferir na absorção, biodisponibilidade e concentração de diversos fármacos, afetando diretamente o sucesso do tratamento medicamentoso. Da mesma forma, os medicamentos podem influenciar o estado nutricional, por meio da indução de deficiências vitamínico-minerais ou pela modulação do apetite.

O presente estudo destacou a associação da metformina com a deficiência de vitamina B12 e as interações dos anti-hipertensivos com minerais essenciais, especialmente potássio, magnésio e vitamina D. Destacando assim, a necessidade do monitoramento laboratorial e acompanhamento clínico nutricional integrado e contínuo, envolvendo nutricionistas, médicos e farmacêuticos, para uma abordagem clínica mais segura, eficaz e personalizada buscando a prevenção de complicações clínicas como desequilíbrios eletrolíticos e hipovitaminoses.

Tendo em vista as limitações observadas na literatura, especialmente quanto à escassez de estudos focados nas interações fármaco-nutrientes específicas, recomenda-se a necessidade de novas pesquisas que elucidem melhor esses mecanismos e auxiliem na formulação de estratégias preventivas aplicáveis à prática clínica. Nesse cenário, a integração entre farmacologia e nutrição revela-se fundamental para garantir intervenções mais seguras e a melhoria da qualidade de vida de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ADIO, W. S. et al. A review on drug-diet interaction. **World News of Natural Sciences**, [S.l.], v. 43, n. 43, p. 108–125, ago. 2022. Disponível em: <https://psjd.icm.edu.pl/psjd/element/bwmeta1.element.psjd-f1404c30-669f-479a-b944-e022d3ce3ab9>. Acesso em: 20 setembro. 2024.

ANJOS, M. K. dos et al. Potential drug-food interactions in patients hospitalized in the cardiology unit. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.32, e180147, maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180147>. Acesso em: 12 setembro. 2024.

BELLO, C. T. et al. Déficit de vitamina B12 na diabetes mellitus tipo 2. **Revista Científica da Ordem dos Médicos**, [S.l.], v. 30, n. 10, p. 719-726, out. 2017. DOI: 10.20344/amp.8860. Acesso em: 12 setembro. 2024.

KAMPA, J. C. C. et al. Patients under enteral nutritional therapy and prevalence of drug-nutrient interactions in the hospital environment. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e162932680, mar. 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i3.2680. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/2680>. Acesso em: 18 setembro. 2024.

KOZIOLEK, M. et al. The mechanisms of pharmacokinetic food-drug interactions – a perspective from the UNGAP group. *European Journal of Pharmaceutical Sciences*, [S. l.], v. 134, p. 31-59, jun. 2019. DOI: 10.1016/j.ejps.2019.04.003. Acesso em: 18 setembro. 2024.

NAZÁRIO, A. R. et al. Prevalência da deficiência de vitamina B12 em indivíduos portadores de diabetes mellitus tipo 2 em uso de metformina. *Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, Curitiba, v.16, n.2, p. 99-103, abr./jun 2018. Disponível em:

<http://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/view/340>. Acesso em: 20 setembro. 2024.

OLIVEIRA, L. N.; BATISTA, A. M. Potenciais interações medicamento-alimento e medicamento-planta medicinal em farmácias distritais de um município do Seridó Potiguar. *Infarma – Ciências Farmacêuticas*, Brasília, v. 33, n.3, p.257-268, out. 2021. DOI: 10.14450/2318-9312.v33.e3.a2021.pp257-268. Acesso em: 25 setembro. 2024.

PEREIRA, J. M. et al. Relação entre o uso de metformina e a deficiência de vitamina B12 em pacientes com diabetes mellitus tipo 2. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S.l.], v. 12, n. 10, e4469, 2020. DOI: 10.25248/reas.e4469.2020. Acesso em: 25 setembro. 2024.

PEREIRA, M. T. L. *Interação fármaco-nutriente de anti-hipertensivos e antidiabéticos prescritos no Hospital Universitário Alcides Carneiro*. 2018. 59 f. Monografia (Graduação) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, PB, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/6983>. Acesso em: 25 setembro. 2024.

**ÁREA TEMÁTICA:
OUTRAS**

EFICÁCIA DE EMBALAGENS ATIVAS NA CONSERVAÇÃO DE LATICÍNIOS: REVISÃO SISTEMÁTICA

Marília Aparecida Ferreira de Lemos¹; Hillary Dayane de Souza Silva².

¹Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, RN.

²Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, RN.

PALAVRAS-CHAVE: Embalagens ativas. Laticínios. Conservação.

ÁREA TEMÁTICA: Outros

INTRODUÇÃO

O setor de laticínios é um dos segmentos que apresenta uma importância significativa na indústria de alimentos, sendo responsável pela produção de uma ampla variedade de produtos perecíveis, como leite, queijos (Silva *et al.*, 2023). Esses produtos são altamente suscetíveis à deterioração microbiológica, física e química devido à sua composição rica e alta atividade de água, tornando-se um excelente meio para o crescimento de microrganismos patogênicos e deteriorantes (Anari *et al.*, 2022).

O avanço nas tecnologias de embalagem tem proporcionado o desenvolvimento de soluções inovadoras como forma de combate a esses microrganismos, como as embalagens ativas, que interagem com o alimento liberando ou absorvendo substâncias com a finalidade de prolongar a vida útil e manter sua qualidade (Anari *et al.*, 2022; Keskin, N., & Yildirim, S, 2025).

OBJETIVO

Avaliar a eficácia das tecnologias de embalagens ativas aplicadas à conservação de laticínios, considerando seu impacto sobre a qualidade microbiológica, sensorial e a extensão da vida útil dos produtos.

METODOLOGIA

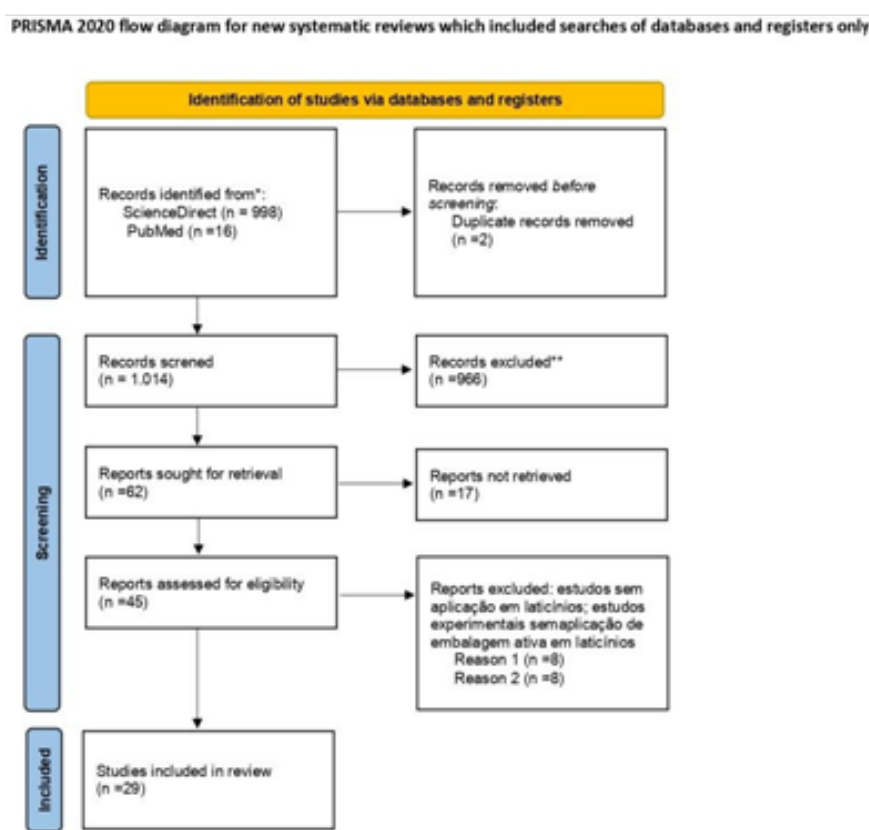
Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo revisão sistemática, com base nas diretrizes PRISMA. Foram realizadas buscas nas bases PubMed e ScienceDirect, com os descritores: “active packaging”, “milk”, “cheese” e “shelf-life”, no período de 2015 a 2025. Foram incluídos artigos que abordavam embalagens ativas em laticínios como o seu tipo, compostos ativos, vida útil, qualidade sensorial e microbiológica, sendo estes

publicados em inglês.

Excluíram-se artigos duplicados, que abordavam embalagens convencionais ou outros tipos de alimentos. A triagem foi conduzida por dois revisores, utilizando de critérios de elegibilidade e análise de risco de viés (Figura 2).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1 – Fluxograma PRISMA



Fonte: Elaboração própria com base no PRISMA.

A triagem inicial resultou em 1.014 artigos que após aplicação dos critérios de elegibilidade, 29 estudos foram incluídos na análise final. Estes estudos revisados contemplaram diferentes tipos de laticínios, como leite fresco, queijo fresco e maturado. Demonstrou-se que embalagens ativas aplicadas à conservação de laticínios tem se mostrado uma alternativa promissora para prolongar a vida útil dos produtos e garantir sua qualidade microbiológica e sensorial. Tendo como principais formulações compostos naturais como quitosana, óleos essenciais, além de nanopartículas e compostos antioxidantes, como o ácido cítrico.

Em estudos realizados por *Mei et al (2025)*; *Zhang et al. (2025)* observou-se que o uso da quitosana contribuiu na inibição de microrganismos deteriorantes como *Listeria monocytogenes*, *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas spp.* Além de contribuir para a segurança microbiológica, seu uso em embalagens também se mostrou eficiente

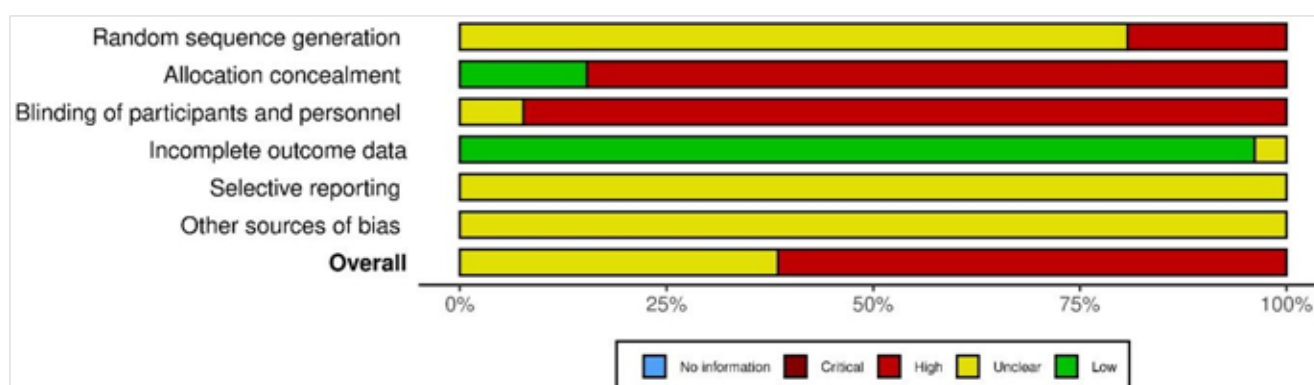
na redução da oxidação lipídica e na manutenção da qualidade sensorial dos produtos ao longo do armazenamento, *permitindo prolongar a vida útil dos produtos em até 14 dias.*

Além disso, estudos como o de *Anjos et al. (2023)*; *Shahri et al. (2025)* reforçaram a eficácia dos óleos essenciais incorporados a filmes biodegradáveis na conservação de queijos, especialmente pela ação inibitória de crescimento sobre *Listeria monocytogenes* e *Staphylococcus aureus*.

Já *Zhang et al. (2020)* e *Cui et al. (2017)* destacaram o uso de nanopartículas de prata e nisina, podendo ser combinadas a pectina em embalagens para leite pasteurizado e queijos maturados, resultando em aumento significativo da vida útil do produto, sem comprometer sua aceitação sensorial.

Já de acordo, com *Ressutte et al. (2022)* as embalagens que utilizaram agentes antioxidantes, como o ácido cítrico, também apresentaram efeitos benéficos na preservação da qualidade dos produtos, ao retardarem reações de oxidação e manterem o frescor dos laticínios por mais tempo.

Figura 2 – Análise de risco de viés dos estudos incluído



Fonte: Plataforma automatizada de revisão.

No entanto, um ponto recorrente no viés entre os estudos analisados foi a ausência de padronização metodológica, especialmente no que se refere aos métodos de avaliação microbiológica, sensorial e de liberação dos compostos ativos. Apontando ser uma lacuna crítica para a transição entre a pesquisa experimental e a aplicação prática.

Tais resultados reforçam a necessidade de maior rigor metodológico, com detalhamento nos procedimentos de randomização, alocação e cegamento, além de maior transparência na condução dos ensaios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As embalagens ativas representam uma inovação sustentável e funcional para a conservação de laticínios. Sua eficácia é evidente na extensão da vida útil e na manutenção da qualidade microbiológica e sensorial dos produtos. A incorporação de compostos naturais, como óleos essenciais, quitosana e nanopartículas, mostrou-se promissora.

No entanto, desafios como a necessidade de padronização metodológica e validação industrial ainda persistem. Mesmo assim, o uso de materiais biodegradáveis e a substituição de conservantes químicos indicam um caminho positivo para o desenvolvimento sustentável na indústria de laticínios.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- ANARI, M. N. B., *et al.* (2022). **Natural antimicrobials in milk packaging.** Foods, 11(3), 321.
- ANJOS, H., *et al.* (2023). **Gelatin-based films incorporated with buriti oil (*Mauritia flexuosa* L.) as active packaging for artisanal cheese conservation.** Bioresource Technology Reports, Volume 23, 101526.
- CUI, H., *et al.*, (2017). **Improving anti-listeria activity of cheese packaging via nanofiber containing nisin-loaded nanoparticles.** LWT – Food Science and Technology, Volume 81, Pages 233-242.
- KESKIN, N., & YILDIRIM, S. (2025). **Bioactive packaging technologies.** Food Bioscience, 54, 102903.
- MEI, J., *et al.* (2015). **Evaluation of Chitosan-Starch-Based Edible Coating To Improve the Shelf Life of Bod Ljong Cheese.** Journal of Food Protection, Volume 78, Issue 7, Pages 1327- 1334.
- RESSUTTE JB., *et al.* **Ácido cítrico incorporado em um filme de quitosana como um material de embalagem ativo para melhorar a qualidade e a duração da vida útil do queijo curado.** Jornal de Pesquisa de Laticínios. 2022; 89(2):201-207. DOI:10.1017/S0022029922000383
- SILVA, M. A., *et al.* (2023). **Advances in active packaging systems for dairy preservation.** Trends in Food Science & Technology, 139, 412-427.
- SHAHRI, M., *et al.* (2025). **High performance carbohydrate-based films incorporated with thyme essential oils/zinc-based metal-organic frameworks for cheese preservation.**

International Journal of Biological Macromolecules, Volume 306, Part 4,141756.

ZHANG, R., *et al.* (2024). **Milk-derived antimicrobial peptides incorporated whey protein film as active coating to improve microbial stability of refrigerated soft cheese;** International Journal of Food Microbiology, Volume 419, 110751.

ZHANG, D., *etal.* (2025). **Effect of Transglutaminase Combined With Chitosan Composite Film on the Quality of Goat Milk Halloumi Type Cheese During Refrigeration.** Journal of Food Science, Volume 90, Edição 6.

SEGURANÇA NO USO DE PLANTAS MEDICINAIS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Wilza Aparecida Brito de Oliveira¹; Pedro Paulo Rodrigues²; Cícera Renata Diniz Vieira Silva³.

¹Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba.

²Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba.

³Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas tradicionais. Regulamentação. Seguridade

ÁREA TEMÁTICA: Outras

INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm ganhado espaço especialmente a partir de sua regulamentação pelo Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, o Ministério da Saúde reconhece 29 procedimentos no âmbito das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, entre os quais se destaca o uso de plantas medicinais, definidas como aquelas que possuem, em suas partes (folhas, flores, raízes, cascas), substâncias com propriedades terapêuticas capazes de tratar ou aliviar doenças, sintomas ou condições de saúde.

A utilização dessas plantas no SUS regulamentada pelas diretrizes do Ministério da Saúde, visa promover cuidados acessíveis, sustentáveis e seguro, tudo isso alinhada a valorização aos saberes tradicionais. No entanto, a segurança e a eficácia da utilização dessa prática dependem diretamente da qualificação técnica dos profissionais de saúde, sendo a formação adequada e atualizada um fator essencial para garantir o uso seguro, prevenindo riscos associados à utilização inadequada que podem acarretar riscos à saúde da população.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde tem diretrizes, manuais e documentos com o objetivo de orientar o uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, bem como subsidiar a formação técnica dos profissionais. Assim, torna-se relevante analisar o conteúdo e a abrangência desses materiais, para analisar se são suficientes para promover o uso seguro e qualificado dessas práticas no cotidiano dos serviços de saúde.

OBJETIVO

Analisar os documentos do Ministério da Saúde relacionados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no âmbito do SUS e avaliar se o conteúdo disponível é suficiente e adequado para a capacitação dos profissionais de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem documental, onde foi examinado os documentos oficiais publicados entre os anos de 2006 e 2022. Foram analisados 6 materiais, identificados como resoluções, cartilhas, diretrizes e políticas públicas relacionadas ao uso seguro de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. A seleção dos documentos foi feita por meio de busca em bases institucionais, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e o portal oficial do Ministério da Saúde. Após a coleta, o material foi lido e analisado de forma criteriosa, com foco na identificação de diretrizes voltadas à formação profissional e à promoção do uso seguro dessas PICS, além das orientações de utilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das resoluções, cartilhas, diretrizes e da política pública relacionadas ao uso seguro de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, revelou que existe um conjunto robusto de documentos. Dentre os principais materiais examinados está a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) que apresenta fundamentos legais, técnicos e operacionais para a incorporação dessa prática no SUS.

Foi possível identificar nesses documentos pontos que tratem do incentivo a qualificação dos profissionais de saúde como elemento central para a aplicação segura e eficaz dessas práticas. O item 3.8 da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos enfatiza a importância de apoiar a qualificação técnica dos profissionais de saúde e demais envolvidos na cadeia produtiva e no uso dessas práticas, reconhecendo que a formação é um dos pilares fundamentais para garantir a segurança, eficácia e qualidade no uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.

Tudo isso voltado a maiores incentivos para realização de ações voltadas à capacitação contínua e integrada. Existem programas de educação continuada eficazes e acessíveis, fornecidos pelo governo, porém bastante limitados ainda. Além disso, há pouca padronização nas práticas de capacitação, podendo resultar em diferenças significativas no nível de preparo dos profissionais em diferentes regiões do país.

Os documentos analisados apresentam informações pertinentes para os profissionais e também para a população que se interesse, reforçam a necessidade de embasamento científico na escolha e utilização das espécies vegetais, controle de qualidade e uso racional. Para que esses princípios se concretizem no cotidiano da população, é imprescindível que

os profissionais estejam capacitados não apenas em aspectos técnicos, mas também na promoção do diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares.

Porfim, os resultados indicam que a formação profissional continuada é uma ferramenta fundamental para a consolidação do uso seguro de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, e isso pode acontecer através desses materiais informativos atualizados e com grande divulgação em massa, no entanto, isso depende de um compromisso contínuo das gestões locais e federais com a oferta de capacitações qualificadas, estruturas institucionais que favoreçam a troca de experiências, a pesquisa aplicada e a construção coletiva do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos do Ministério da Saúde, observa-se que há diretrizes sólidas e materiais de grande relevância, refletindo uma política bem estruturada em relação ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. No entanto, ainda persistem desafios evidentes, como a ampla disseminação desses materiais, atualização, a efetiva implementação na prática e a fiscalização do uso. Nesse cenário, a formação profissional continuada se destaca como um pilar essencial para garantir um uso seguro, eficaz e baseado em evidências científicas, respeitando também os saberes tradicionais.

A capacitação contínua e padronizada dos profissionais é fundamental para superar as lacunas existentes na consolidação dessa prática. Embora o acesso às informações oficiais seja crucial, é igualmente importante fortalecer a articulação entre gestores, profissionais de saúde e comunidades. Ao investir na atualização de materiais com essa temática, na qualificação técnica, na ampla divulgação das normativas e protocolos, o SUS avança na integração dessa prática como recurso terapêutico seguro e acessíveis, sempre com foco na segurança do paciente e na efetividade do cuidado em saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 96 p. il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; Cadernos de Atenção Básica, n. 31).

NANOPARTÍCULAS MAGNÉTICAS DE ÓXIDO DE FERRO FUNCIONALIZADAS COM BIOPOLÍMEROS NO TRATAMENTO DO CÂNCER: UMA REVISÃO

Alex Gonçalves Feitosa¹; Thiago Mielle Brito Ferreira Oliveira².

¹Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, Ceará.

²Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Nanobiotecnologia. Terapia direcionada. Hipertermia magnética.

ÁREA TEMÁTICA: Outras

INTRODUÇÃO

O câncer é uma das principais causas de morte no mundo, com cerca de 10 milhões de óbitos anuais, representando um dos maiores desafios de saúde pública global (Sun et al., 2023). Apesar dos avanços obtidos com cirurgia, radioterapia, quimioterapia e imunoterapia, essas modalidades apresentam limitações importantes, como a ausência de seletividade, o surgimento de resistência tumoral e os efeitos adversos sobre células e tecidos saudáveis (Raguraman & Suthindhiran, 2020). Nos cenários de alta complexidade em saúde, em que os pacientes demandam tratamentos eficazes, seguros e integrados, essas limitações tornam-se ainda mais críticas, reforçando a necessidade do desenvolvimento de estratégias inovadoras.

Entre as alternativas estudadas, as nanopartículas magnéticas de óxido de ferro (MNPs) emergem como plataformas promissoras, uma vez que apresentam propriedades superparamagnéticas, biocompatibilidade, estabilidade química e fácil funcionalização com biopolímeros. Tais características ampliam suas aplicações em diagnóstico e terapia, permitindo desde a utilização como agentes de contraste em exames de ressonância magnética até o uso como sistemas de liberação controlada de fármacos e agentes de hipertermia magnética (Vieira et al., 2020; Bian et al., 2021).

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância e o potencial terapêutico das nanopartículas magnéticas de óxido de ferro funcionalizadas com biopolímeros no tratamento do câncer, ressaltando sua aplicabilidade em contextos de alta complexidade da saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo e natureza aplicada, realizada entre abril e junho de 2025. As buscas foram conduzidas nas bases de dados PubMed, Scopus, Web of Science e ScienceDirect, utilizando os descritores “magnetic nanoparticles”, “iron oxide”, “biopolymers”, “cancer therapy”, “drug delivery” e “hyperthermia”. Foram inicialmente encontrados 97 artigos. Após a leitura de títulos e resumos e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 34 trabalhos para análise aprofundada. Foram incluídos artigos originais e de revisão publicados entre 2015 e 2024, disponíveis em inglês e português, que tratassem de nanopartículas magnéticas de óxido de ferro funcionalizadas com biopolímeros aplicadas ao diagnóstico ou tratamento do câncer, desde que disponíveis na íntegra em periódicos indexados. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos que abordavam apenas nanopartículas não magnéticas, aplicações ambientais ou industriais sem relação com oncologia, além de resumos simples, dissertações e teses. Os artigos selecionados foram analisados quanto às formas de síntese, modos de funcionalização, mecanismos terapêuticos descritos, vantagens, limitações e perspectivas clínicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O câncer é uma doença caracterizada pela proliferação descontrolada de células anormais, resultante de mutações no DNA ou alterações no processamento de RNA de células normais. Essas células frequentemente desenvolvem mecanismos de escape da vigilância imunológica, como a expressão de marcadores tolerogênicos, a regulação negativa da apresentação de antígenos e a reprogramação metabólica, tornando-se indetectáveis para células T antitumorais. Como consequência, proliferam de forma autônoma, podendo invadir tecidos vizinhos e metastatizar para órgãos distantes. Tal comportamento agressivo faz do câncer a segunda principal causa de morte nos países ocidentais, representando grave problema de saúde pública. Embora avanços significativos tenham sido obtidos com cirurgia, radioterapia, quimioterapia e imunoterapia, essas abordagens ainda enfrentam limitações relacionadas à toxicidade sistêmica, baixa seletividade e resistência adquirida, o que reforça a necessidade de novas estratégias terapêuticas (Raguraman & Suthindhiran, 2020; Sun et al., 2023).

Nesse contexto, as nanopartículas magnéticas de óxido de ferro (Fe_2O_3 ou Fe_3O_4) surgem como alternativa promissora. Essas estruturas apresentam propriedades superparamagnéticas que permitem aplicações simultâneas em diagnóstico e terapia, incluindo o uso como agentes de contraste em ressonância magnética, carreadores de fármacos e indutores de hipertermia magnética, processo no qual o calor gerado sob campos magnéticos alternados leva à morte seletiva de células tumorais (Song et al., 2021).

A funcionalização dessas nanopartículas com biopolímeros aumenta sua estabilidade coloidal e biocompatibilidade, ao mesmo tempo em que possibilita maior seletividade

de ligação a receptores tumorais. Polissacarídeos, proteínas e outros ligantes permitem direcionamento ativo, reduzindo a toxicidade sistêmica e aumentando a eficácia terapêutica (Jungcharoen et al., 2024). A associação com moléculas bioativas, como a quercetina, tem demonstrado aumento da solubilidade, biodisponibilidade e especificidade, resultando em melhor desempenho antitumoral (Askar et al., 2022).

Além disso, gliconanopartículas magnéticas têm sido aplicadas para explorar interações entre carboidratos e lectinas endógenas, frequentemente superexpressas em células malignas, o que auxilia tanto no diagnóstico quanto no desenvolvimento de terapias mais precisas (Kavunja et al., 2015). Outro campo emergente é o uso de nanopartículas modificadas com ligantes específicos em terapias fotodinâmicas e imunoterapias, sendo capazes de induzir morte celular imunogênica e modular macrófagos associados ao tumor, favorecendo o fenótipo M1 e promovendo respostas imunes mais eficazes contra células cancerígenas (Kovalenko et al., 2023; Song et al., 2021).

Essas múltiplas funcionalidades reforçam o caráter teranóstico das MNPs, combinando diagnóstico e tratamento em uma única plataforma. Essa versatilidade é especialmente relevante em ambientes de alta complexidade em saúde, nos quais se busca não apenas maior eficácia terapêutica, mas também rapidez diagnóstica e redução dos efeitos adversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nanopartículas magnéticas de óxido de ferro funcionalizadas com biopolímeros representam uma das estratégias mais promissoras da nanomedicina para o tratamento do câncer. Sua capacidade de atuar em diferentes frentes, como sistemas de liberação controlada de fármacos, agentes de hipertermia magnética, imunomoduladores e ferramentas diagnósticas, evidencia seu potencial no desenvolvimento de terapias personalizadas e integradas. O fato de possibilitarem a união entre diagnóstico e tratamento em uma única plataforma as torna especialmente relevantes para a alta complexidade hospitalar, em que decisões rápidas e precisas são fundamentais.

Apesar dos avanços, a translação dessas tecnologias para a prática clínica ainda enfrenta desafios, incluindo a padronização dos métodos de síntese, a avaliação toxicológica de longo prazo e a realização de ensaios clínicos em larga escala. Superados esses obstáculos, é possível que as nanopartículas magnéticas de óxido de ferro funcionalizadas com biopolímeros ocupem um papel central na oncologia moderna, contribuindo para a saúde integral e para melhores resultados terapêuticos em pacientes com câncer.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Askar, M. A., El-Nashar, H. A. S., Al-Azzawi, M. A., Rahman, S. S. A., & Elshawi, O. E. (2022). ***Synergistic Effect of Quercetin Magnetite Nanoparticles and Targeted Radiotherapy in Treatment of Breast Cancer***. *Breast Cancer: Basic and Clinical Research*, <https://doi.org/10.1007/s12282-022-01455-8>.

Bian, X., Guo, T., Zhang, J., Xia, J., Feng, X., Wang, F., Lin, M., & Tian, W. (2021). ***The Magnetic Nanomaterial Biofunctions in Cancer Diagnosis and Therapy***. Journal of Nanomaterials, <https://doi.org/10.1155/2021/9968166>

Jungcharoen, P., Thivakorakot, K., Thientanukij, N., Kosachunhanun, N., Vichapattana, C., Panaampon, J., & Saengboonmee, C. (2024). ***Magnetite nanoparticles: an emerging adjunctive tool for the improvement of cancer immunotherapy***. Exploration of Targeted Anti-tumor Therapy, 5(2), 316–331. <https://doi.org/10.37349/etat.2024.00220>

Kavunja, H. W., Voss, P. G., Wang, J. L., & Huang, X. (2015). ***Identification of lectins from metastatic cancer cells through magnetic glyconanoparticles***. Israel Journal of Chemistry, 55(3–4), 423–436. <https://doi.org/10.1002/ijch.201400156>

Kovalenko, V. L., Komedchikova, E. N., Sogomonyan, A. S., Tereshina, E. D., Kolesnikova, O. A., Mirkasymov, A. B., Iureva, A. M., Zvyagin, A. V., Nikitin, P. I., & Shipunova, V. O. (2023). ***Lectin-Modified Magnetic Nano-PLGA for Photodynamic Therapy In Vivo***. Pharmaceutics, 15(1). <https://doi.org/10.3390/pharmaceutics15010092>

Raguraman, V., & Suthindhiran, K. (2020). ***Preparation and characterisation of magnetosomes based drug conjugates for cancer therapy***. IET Nanobiotechnology, 14(9), 815–822. <https://doi.org/10.1049/iet-nbt.2020.0082>

Song, Q., Javid, A., Zhang, G., & Li, Y. (2021). ***Applications of Magnetite Nanoparticles in Cancer Immunotherapies: Present Hallmarks and Future Perspectives***. Frontiers in Immunology, 12. <https://doi.org/10.3389/fimmu.2021.701485>

Sun, L., Liu, H., Ye, Y., Lei, Y., Islam, R., Tan, S., Tong, R., Miao, Y. B., & Cai, L. (2023). ***Smart nanoparticles for cancer therapy***. Signal Transduction and Targeted Therapy, 8(1). <https://doi.org/10.1038/s41392-023-01642-x>

Vieira, J., Maurmann, N., Venturini, J., Pranke, P., & Bergmann, C. P. (2020). ***Production and Characterization of Magnetic Fe₃O₄ Nanoparticles Coated with PCL for Biomedical Applications***. Symbiosis Online Publishing.

O IMPACTO DAS ATIVIDADES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO HOLÍSTICA DE DISCENTES DA GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

Matheus Tavares Reis França¹; Diêgo de Oliveira Camargos¹; Augusto José Alves¹; Maria Eduarda Peres Gonçalves¹; Giovana Veloso Souza¹; Karen Laíssa da Silva Araújo¹; Daniele das Graças Silva¹; Paula Cristina Pelli Paiva¹.

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Formação acadêmica. Discentes de odontologia.

ÁREA TEMÁTICA: Outros

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um dos elos da tríade que sustenta a universidade com qualidade acadêmica, reiterando a esta as atividades de ensino e pesquisa, destacando-se pela aproximação com a comunidade, atuando de forma dialógica e promovendo a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa (Júnior, 2025). Através das práticas extensionistas, os discentes têm a possibilidade de colocar em prática o aprendizado acadêmico, baseado em práticas científicas robustas, beneficiando a consolidação da aprendizagem e a sociedade pelo contato com o público-alvo das ações. As ações extensionistas tornam-se, então, uma via de mão-dupla onde acontece a troca de conhecimentos entre a comunidade e a universidade (Souza *et al.*, 2007). Além do mais, é de vital importância este retorno que os discentes tenham contato com as peculiaridades sociais, culturais e regionais e com uma formação generalista e humanizada ofereçam aos cidadãos e as contribuições que o mundo acadêmico impactando positivamente na qualidade de vida da população (Mattos *et al.*, 2020).

Neste contexto, é encorajado o desenvolvimento de projetos que visem beneficiar os diversos setores da sociedade, além de complementar a formação acadêmica. A exemplo disto, o projeto extensionista “Integração dialógica entre os discentes do curso de odontologia e as mulheres do Vale do Jequitinhonha no cuidado integral à saúde”, que tem sua função de promover o cuidado de pacientes quilombolas dos Vales do Jequitinhonha, com ações educativas, de promoção de saúde e quando necessárias curativas através de atendimentos clínicos odontológicos. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi apresentar o relato das atividades realizadas no projeto e seu impacto nas práticas extensionistas na formação dos discentes do curso de odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

OBJETIVO

Relatar as atividades realizadas no projeto “Integração dialógica entre os discentes do curso de odontologia e as mulheres do Vale do Jequitinhonha no cuidado integral à saúde” e avaliar seu impacto na formação dos discentes do curso de odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), ao longo do primeiro semestre do ano de 2025.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, construído mediante as experiências oportunizadas aos discentes do curso de odontologia da UFVJM, durante o desenvolvimento do projeto “Integração dialógica entre os discentes do curso de odontologia e as mulheres do Vale do Jequitinhonha no cuidado integral à saúde”. Para a realização das atividades inicialmente são contatadas as pacientes, e organizado junto às instituições parceiras (Prefeitura e Ong Tingui) a logística para o deslocamento das pacientes de sua localidade (Comunidades Quilombolas do Médio Jequitinhonha) até a cidade de Diamantina, onde são realizadas as atividades. Também são convidados discentes do Curso de Odontologia de todos os períodos para participar da atividade, sendo designado sua atuação de acordo com o grau de desenvolvimento no curso. São realizados treinamentos prévios à atividade, com exposição dos objetivos do projeto, atendimento humanizado e revisão dos protocolos de atendimento clínico de acordo com as áreas que serão atendidas na ação. Antes de iniciar os atendimentos é realizado uma roda, para apresentação dos membros, brincadeiras e cantigas para aproximação entre os participantes para posterior iniciar os atendimentos clínicos. Após as atividades clínicas os prontuários são devidamente preenchidos e recolhidos para auxiliar no próximo atendimento. Também é solicitado aos discentes que dê um feedback sobre a ação e as experiências vivenciadas, para auxiliar no planejamento e melhoria das atividades. O projeto conta também com professores e técnicos administrativos que colaboram para a sua execução. O diferencial desta iniciativa é ofertar um atendimento humanizado e acolhedor para os seus assistidos, sendo que antes de cada intervenção os alunos recebem as informações necessárias acerca das necessidades de cada paciente. Além do mais, para àqueles discentes que vão participar pela primeira vez, é disponibilizada uma capacitação como forma de alinhar os interesses no cumprimento dos objetivos do projeto. No mais, os participantes voluntários recebem certificação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da atividade discentes do 2º ao 10º período, seguindo a distribuição: 1 aluno do 2º período; 11 alunos do 3º período; 3 alunos do 4º período; 8 alunos do 5º período; 2 alunos do 6º período; 13 alunos do 7º período; 3 alunos do 8º período; 3 alunos

do 9º período; e 1 aluno do 10º período. A incorporação de discentes de períodos iniciais é um de seus diferenciais, pois agrega pertencimento aos mesmos e ganhando familiaridade com a prática, enquanto os mais avançados atuam como operadores, consolidando suas habilidades técnicas, isso é possível pela metodologia adotada e esmero no planejamento. As atividades ocorreram sempre nas segundas sextas feiras de cada mês sendo executadas partir do mês de abril, contando com cinco encontros até o momento no ano de 2025.

Tabela 1: atendimentos e participação de alunos no projeto “Intercâmbio da Saúde” no 1º Semestre de 2025.

	Nº de alunos participantes	Nº de pacientes atendidos	Nº de procedimentos realizados	Abrangência de períodos
11/04/2025	21	9	35	2º à 9º
09/05/2025	20	10	18	3º à 10º
06/06/2025	20	13	32	3º à 8º

Fonte: autores, 2025.

Analisando além dos dados numéricos, foram coletados depoimentos de alunos que participaram do projeto:

Depoimento Aluno 1

“Na minha visão, participar de um projeto como o “Projeto Integração Dialógica” acrescenta muito na jornada acadêmica de qualquer aluno de Odontologia. A vivência com pessoas de comunidades quilombolas, em um contexto marcado por desafios sociais, culturais e geográficos, nos possibilita enxergar a prática clínica para além do consultório, entendendo a saúde de forma coletiva e ampliada. O contato direto com realidades diferentes da sua rotina acadêmica desenvolve empatia, senso crítico e responsabilidade social, características essenciais para um profissional mais humano e completo. Além disso, o projeto favorece a integração entre teoria e prática: ao mesmo tempo em que nós discentes aplicamos os conhecimentos técnicos adquiridos na graduação, aprendemos a lidar com limitações estruturais, a valorizar saberes tradicionais e a adaptar a linguagem para tornar a educação em saúde mais acessível. Essa experiência fortalece a formação acadêmica, porque estimula a autonomia, o trabalho em equipe e a capacidade de pesquisa, já que há coleta de dados e análise dos impactos das ações.”

Depoimento Aluno 2

“O projeto soma e me ajuda a crescer tanto profissionalmente, quanto pessoalmente, pois me dá a oportunidade de abrir novos leques de aprendizado (dia a dia clínico) e novos aprendizados de novas culturas. Quanto discente do curso de odontologia o projeto me

ajuda a criar laços interpessoais, integralizar e interagir com outros discentes do curso, aperfeiçoar as técnicas dos protocolos de odontologia que são fundamentais no dia a dia clínico da clínica, além da relação interpessoal direta com o paciente.”

Depoimento Aluno 3

“Participar do Projeto Integração Dialógica tem sido uma experiência transformadora para mim. Promover o atendimento odontológico de mulheres de comunidades quilombolas na clínica da UFVJM tem ampliado minha visão sobre diferentes realidades sociais e ainda mais a importância do nosso papel como futuros profissionais da saúde. O projeto é valioso não só para a comunidade, que recebe um atendimento humanizado e de qualidade, mas também para nós, discentes, que conseguimos aplicar nosso conhecimento técnico-científico na prática, em um ambiente multidisciplinar, com a presença de docentes, profissionais formados e pessoas da pós-graduação. Ademais, essa experiência fortalece nosso lado humano, promovendo um cuidado mais acolhedor e significativo.”

Somado ao impacto positivo notado na qualidade de vida destes pacientes, os quais estão inseridos num contexto de diversas vulnerabilidades, há o enriquecimento da formação discente, onde os alunos têm a oportunidade de colocar em prática o que aprendem nas salas de aula, além de oportunizar aos mesmos a possibilidade de estimular o atendimento humanizado por meio do intercâmbio de saberes culturais com os pacientes atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato sugere que as ações extensionistas atuam como uma ferramenta eficaz e múltipla para a formação integral dos discentes do curso de Odontologia da UFVJM. Conforme o objetivo proposto, o relato de experiência evidenciou o impacto positivo da prática extensionista, que vai além do aprimoramento técnico e alcança dimensões essenciais da atuação profissional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

JÚNIOR, Ernani. A TRÍADE DO ENSINO SUPERIOR: PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO COMO ALICERCES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA. **Revista Mythos**, v. 16, n.2, p. 100-104, jul/dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/%2010.36674/mythos.v21i2.912>. Acesso em: 19 de setembro de 2025.

MATTOS, Júlia *et al.* Extensão universitária: Impacto de um programa sob a perspectiva de promoção de saúde e formação profissional. *Revista Kinesis*. Santa Maria, p.01-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316546449215>. Acesso em: 19 de setembro de 2025.

SOUZA, Adalbi. A extensão universitária no processo de educação e saúde: um estudo de caso. **Revista Eletrônica de Extensão - Extensio**. v. 4 n. 5, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5727>. Acesso em: 19 de setembro de 2025.

POTENCIAL ANTIMICROBIANO IN VITRO DA PRÓPOLIS VERMELHA DE ALAGOAS SOBRE BACTÉRIAS MULTIRRESISTENTES AOS ANTIBIÓTICOS, CAUSADORAS DE IRAS E SEPSE

Wesley Soares Holanda Silva¹; Natanael Lemos de Albuquerque²; Jhuly Carolynne Freitas Silva Teodosio³; Breno Matheus Pinto Duarte⁴; Rafael Inácio de Almeida⁵; Ticiano Gomes do Nascimento⁶; Regianne Umeko Kamiya⁷.

¹Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL-UFAL), Maceió, Alagoas.

²Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL-UFAL), Maceió, Alagoas.

³Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁴Universidade Federal de Alagoas (FANUT-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁵Universidade Federal de Alagoas (FANUT-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁶Universidade Federal de Alagoas (ICF-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁷Universidade Federal de Alagoas (ICBS-UFAL), Maceió, Alagoas.

PALAVRAS - CHAVE: Septicemia. Multirresistência. Biofilme.

ÁREA TEMÁTICA: Outros

INTRODUÇÃO

A Sepsé é uma reação multissistêmica grave com alta taxa de morbi-mortalidade e que pode evoluir de uma infecção primária como feridas em mucosa oral ou pele, principalmente em pacientes hospitalizados, imunodeprimidos e sob antibioticoterapia prolongada. A pressão seletiva de bactérias causada pela antibioticoterapia pode limitar as alternativas de tratamento convencional com terapia antibiótica (SAXENA *et al*, 2008), o que ressalta a importância do rastreamento de candidatos com potencial inibitório.

Atualmente, tem-se utilizado a aplicação tópica de produtos naturais como a própolis em superfícies de infecção primária, como feridas em pele e mucosa, promovendo a terapia antimicrobiana adjuvante e profilática, bem como a promoção da cicatrização tecidual. Diante desse contexto, esta pesquisa testou a atividade antimicrobiana de um nanoproduto de Própolis Vermelha de Alagoas (PVA) sobre bactérias causadoras de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) e Sepsé, como uma alternativa terapêutica, devido ao seu potencial antimicrobiano e cicatrizante.

Considerando que em focos de infecções primárias (como em superfícies de cateteres, de próteses, de feridas em pele e mucosa etc), bem como em sítios fontes de

colonização bacteriana (como a superfície dental), as bactérias oportunistas causadores de IRAS e Sepse encontram-se sob a forma de biofilmes (GIMA *et al*, 2020), este trabalho testou, adicionalmente, a atividade

antimicrobiana do nanoproduto de PVA sobre biofilmes monoespécie maduros produzidos por cepas de bactérias multirresistentes, isoladas de pacientes diagnosticados com Sepse

OBJETIVOS

Avaliar a atividade antimicrobiana e antibiofilme de um nanoproduto de Própolis Vermelha de Alagoas (PVA) biocompatível, sobre células planctônicas e sobre células em biofilme pré-formado, respectivamente de bactérias isoladas de pacientes diagnosticados com Sepse e internados no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas (HUPAA-Ebserh-UFAL).

METODOLOGIA

1. Coleta de Isolados Clínicos e caracterização do perfil de resistência aos antibióticos

Após aprovação do CEP (CAAE 83045924.9.0000.0155), as cepas foram isoladas prioritariamente de hemoculturas. A identificação das espécies bacterianas foi realizada por espectrometria de massa e os isolados foram caracterizados quanto ao perfil de resistência aos antibióticos em equipamento de antibiograma automatizado (BD Phoenix TM M50) no setor de microbiologia da Unidade de Análises Clínicas e Anatomia Patológica (UACAP/HUPAA-Ebserh-UFAL). As principais classes de antibióticos testadas foram: β -lactâmicos, aminoglicosídeos, quinolonas e macrolídeos.

2. Preparação das amostras de nanoproduto a base de Própolis vermelha de Alagoas

A Própolis Vermelha de Alagoas (PVA) foi nanoencapsulada com inclusão em β -ciclodextrina utilizando solvente tamponado para a formulação de um nanocomplexo a base de PVA (NPVA), com menor teor alcoólico, maior biocompatibilidade, ação residual prolongada e boa hidrossolubilidade em relação à PVA não encapsulada (dados não demonstrados).

3. Rastreamento da sensibilidade dos isolados clínicos bacterianos planctônicos à PVA

Para triagem de sensibilidade dos isolados clínicos ao NPVA, selecionou-se 10

cepas que foram reativadas em meios seletivos e semisseletivos (BHI, Ágar MacConkey e Manitol Salgado), sendo 8 bactérias Gram-negativas multirresistentes, produtoras ou não de carbapenemase representadas por 2 cepas de *Acinetobacter baumannii*, 2 de *Klebsiella pneumoniae*, 1 de *Pseudomonas aeruginosa*, 1 de *Escherichia coli*, 1 de *Proteus mirabilis*, 1 de *Serratia marcescens*, além de 2 bactérias Gram-positivas multirresistentes representadas por estafilococos resistentes à meticilina (MRS). Após a padronização dos inóculos por espectrofotometria (Abs= 600 nm) com densidade óptica de 0,03 à 0,13, alíquotas de 20 µL dos inóculos bacterianos na forma planctônica foram inoculadas em microplacas de poliestireno contendo 180 µL de NPVA diluída serialmente em caldo BHI, em triplicata, nas concentrações seriadas 0,15; 0,31; 0,625; 1,25; 2,5; 5 mg/mL. Controles à base de Clorexidina 0,12% (positivo) ou veículo (negativo). Realizou-se a leitura da densidade celular com o leitor de Elisa (560 nm) no pré e pós-tratamento (após 24 horas de tratamento à 36°C). A Concentração Inibitória Mínima (CIM) foi definida como a menor faixa de concentração do NPVA capaz de inibir de 30 a 100% do crescimento planctônico em comparação com o veículo controle (HAKIMIHA *et al*, 2014).

4. Teste de pré-formação de biofilme *in vitro*

O biofilme é uma comunidade microbiana complexa com múltiplas camadas de células bacterianas, embebidas por uma matriz exopolissacarídica, o qual promove a resistência circunstancial dos microrganismos aos agentes terapêuticos. Devido a importância epidemiológica do biofilme bacteriano dental como reservatório de patógenos associados a infecções de alta morbidade, foi realizado o teste de capacidade de formação de biofilme bacteriano, em superfície de micropoços de poliestireno. Os micropoços de poliestireno com fundo em U foram tratados previamente com saliva artificial por 30 min a 36°C, para a formação de uma película adquirida (PA), que é uma importante camada para a pré-formação de biofilme dental. Após a formação da película adquirida, a saliva artificial foi removida assepticamente e cerca de 10⁶ células/mL de inóculos padrões dos isolados foram inoculados em microplacas contendo caldo de BHI + 0,5% Glicose. Os biofilmes maduros foram formados após 48 horas de incubação, 36°C e aerofilia. A quantificação da formação do biofilme foi realizada após a evidenciação de densidade celular por colorimetria com cristal violeta 0,1% e densitometria óptica em leitor de Elisa (Abs= 495 nm).

5. Avaliação do potencial antibiofilme do nanoproduto da PVA

Os isolados clínicos multirresistentes formadores de biofilme de alta densidade celular foram selecionados para o teste antibiofilme com NPVA. Após pré-formação de biofilme monoespécie maduro com cerca de 10⁹⁻¹⁰ células/mL, por 48 horas de incubação em aerofilia, o sobrenadante de cultura foi removido assepticamente dos micropoços e foram substituídas por suspensão da NPVA a 7,5 e 15 mg/mL, em triplicata, e tratamento por 24 horas com incubação à 36°C. Clorexidina 0,12% ou veículo controle foram utilizados

como controles positivos e negativos. Após o tratamento, realizou-se a diluição seriada e plaqueamento para a quantificação microbiana (UFC/mL) de células viáveis (KOO *et al*, 2002), comparando-se com o grupo tratado com veículo controle. A CIM sobre biofilmes foi definida como a menor concentração do NPVA capaz de inibir mais de 99% de células em biofilme em relação ao controle negativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 01. Caracterização dos isolados clínicos quanto ao perfil de resistência aos antibióticos, determinação da Concentração Inibitória Mínima de NPVA (espectro e % de inibição) sobre células planctônicas, fenótipo de formação de biofilmes em superfície com Película Adquirida (PA) e CIM do NPVA sobre biofilme maduro.

**Azul= Bactérias Gram-negativas/Laranja= Gram-positivas.*

Isolados Clínicos microbianos (n = 10)	Perfil de Resistência aos Antibióticos*	CIM da NPVA (mg/mL)**(CIM%) Planctônicos	Fenótipo de formação de Biofilmes in vitro*** (Em superfície de PA)	CIM da NPVA (mg/mL)****(CIM%) Células do Biofilme (10 ⁸ células/mL)
<i>Acinetobacter baumannii</i> 1	PC/MDR	0,15 – 0,31 (100%)	BBDC	-
<i>Pseudomonas aeruginosa</i> 3	PC/MDR	0,62 – 1,25 (50%)	NFB	-
<i>Klebsiella pneumoniae</i> 14	PC/MDR	0,62 – 1,25 (100%)	BADC	15 (100 %)
<i>Klebsiella pneumoniae</i> 20	PC/MDR	0,31 – 0,62 (100%)	BBDC	-
<i>Escherichia coli</i> 7	MDR	1,25-2,5 (30 %)	NFB	-
<i>Acinetobacter baumannii</i> 15	MDR	0,31-0,62 (100 %)	BBDC	-
<i>Proteus mirabilis</i> 12	MDR	1,25-2,5 (100%)	BADC	15 (100 %)
<i>Serratia marcescens</i> 8	MDR	2,5 – 5 (50%)	BADC	15 (100%)
<i>Staphylococcus haemolyticus</i> 17	MRS/MDR	0,62 – 1,25 (100%)	BADC	15 (100 %)
<i>Staphylococcus aureus</i> 21	MRS/MDR	2,5 – 5 (50%)	BADC	15 (100 %)

Legenda: Perfis de resistência aos antibióticos: PC/MDR (cepas multirresistentes produtoras de carbanemases); MDR (cepas resistentes a mais de 3 tipos de grupos de antibióticos, porém não produtoras de carbanemases); MRS/MDR (estafilococos resistentes à meticilina). Fenótipos de formação de biofilmes: NFB: não formadoras de biofilmes; BBDC: biofilmes de baixa densidade celular; BADC: biofilmes de alta densidade celular.

FONTE: Laboratório de Bacteriologia Molecular e Clínica (LBMC-ICBS/UFAL)

O NPVA apresentou inibição de 30 a 100 % (CIM 30-100%), em relação ao veículo controle, no espectro de concentração entre 0,15 a 5 mg/mL, sobre todos os isolados clínicos testados (n=10) sob a forma planctônica, incluindo 8 bactérias Gram-negativas multirresistentes produtoras de carbapenemase (PC/MDR) e não produtora de carbapenemase (MDR), além de 2 estafilococos multirresistentes a meticilina (MRS/MDR), revelando potencial promissor da formulação de PVA no uso profilático e terapêutico em infecções persistentes. Cerca de 50 % (5/10) dos isolados clínicos formaram biofilme de alta densidade celular (BADC) e foram selecionados para o teste antibiofilme, em superfície com substrato de película adquirida salivar. Com o NPVA a 15 mg/mL, houve inibição de 100% (CIM 100%) das células do biofilme, comparando-se com o controle não tratado. O antisséptico à base de Clorexidina a 0,12% inibiu 100% dos isolados planctônicos e das

células de biofilme maduro em relação ao veículo não tratado, à semelhança do NPVA à 15 mg/ml. O NPVA não suprimiu 100% do crescimento planctônico, logo, a CBM foi maior que as maiores concentrações testadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NPVA apresenta potencial antimicrobiano sobre bactérias multirresistentes de origem nosocomial associadas a infecções persistentes, sendo uma alternativa de produto biotecnológico promissor para o uso adjuvante ou profilático no controle de biofilmes orais ou infecções em feridas, sobretudo para pacientes internados em ambiente hospitalar. Mais estudos serão necessários para validar essa aplicabilidade. Agradecimentos a: HUPAA-EBSERH, UFAL, CNPQ.

REFERÊNCIAS

SAXENA, S. et al. Antimicrobial consumption and bacterial resistance pattern in patients admitted in ICU at a tertiary care center. *Journal of infection and public health*, v. 12, n. 5, p. 695-699, 2019.

GIMA, M. B. et al. Características microbiológicas e perfil de resistência de microrganismos causadores de infecções hospitalares em uma UTI para pacientes pediátricos de um hospital referência em infectologia do Amazonas. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 4, p. 8663-8678, 2020.

Hakimiha, N. et al. The susceptibility of *Streptococcus mutans* to antibacterial photodynamic therapy: a comparison of two different photosensitizers and light sources. *J Appl Oral Sci*, v. 22, n.2, p. 80-4, Apr 2014. ISSN 1678-7765.

FLAVONOIDES E ISOFLAVONOIDES ISOLADOS: ATIVIDADE ANTIBACTERIANA, ANTIFÚNGICA E CITOTOXICIDADE EPITELIAL

Natanael Lemos de Albuquerque¹; Wesley Soares Holanda Silva²; Jhuly Carolynne Freitas Silva Teodosio³; Breno Matheus Pinto Duarte⁴; Rafael Inácio de Almeida⁵; Ticiano Gomes do Nascimento⁶; Regianne Umeko Kamiya⁷.

¹Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL-UFAL), Maceió, Alagoas.

²Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL-UFAL), Maceió, Alagoas.

³Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁴Universidade Federal de Alagoas (FANUT-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁵Universidade Federal de Alagoas (FANUT-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁶Universidade Federal de Alagoas (ICF-UFAL), Maceió, Alagoas.

⁷Universidade Federal de Alagoas (ICBS-UFAL), Maceió, Alagoas.

PALAVRAS - CHAVE: Própolis. Antimicrobiano. Polifenóis

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

INTRODUÇÃO

A própolis, produto apícola rico em polifenóis (flavonoides e isoflavonas), apresenta potencial terapêutico amplamente documentado. Entretanto, sua composição química varia conforme fatores regionais e ambientais - incluindo flora local, clima, sazonalidade e condições de estresse das colônias - o que dificulta a padronização de extratos e limita a reprodutibilidade dos resultados entre estudos (Sforcin, 2016; Fianco *et al.*, 2013). Essa heterogeneidade compõe a principal lacuna que este trabalho busca minimizar através da avaliação de compostos isolados: identificar quais flavonoides concentram a atividade antimicrobiana e qual a sua relação eficácia/segurança, de modo a fornecer dados mais previsíveis para desenvolvimento de bioprodutos tópicos.

Nesse contexto, estudar compostos fenólicos isolados permite atribuir efeitos biológicos a moléculas específicas, distinguir atividades inerentes de possíveis sinergismos no extrato bruto e subsidiar estratégias de padronização e formulação (por exemplo, sistemas de inclusão ou nanoencapsulamento) visando aplicações odontológicas e médicas.

Assim, este estudo avaliou o efeito antimicrobiano isolado de 8 tipos de flavonoides e isoflavonoides sobre espécies de bactérias e fungos de importância médica e odontológica, como *Streptococcus mutans*, *Lactobacillus acidophilus*, *Enterococcus faecalis*,

Staphylococcus aureus, *Pseudomonas aeruginosa* e *Candida albicans*. Em adição, testou-se a citotoxicidade dos padrões isolados sobre uma linhagem de célula epitelial *in vitro*.

OBJETIVO

Avaliar, *in vitro*, o espectro antimicrobiano e a citotoxicidade de flavonoides e isoflavonas identificados em maiores concentrações na Própolis Vermelha de Alagoas (PVA) sobre microrganismos de importância médico-odontológica e células epiteliais, respectivamente, visando identificar padrões da PVA com melhor relação eficácia/segurança para aplicabilidade tópica.

METODOLOGIA

Foram utilizados oito padrões de flavonoides e isoflavonas, previamente identificados na Própolis Vermelha de Alagoas (PVA) por HPLC/UPLC-DAD. Os padrões isolados: Biochanina A, Daidzeína, Formononetina, Isoliquiritigenina, Medicarpina, Naringenina, Pinocembrina e Vestitol foram solubilizados em PBS contendo 1% de DMSO na concentração de 1 mg/mL.

As análises antimicrobianas foram realizadas contra dez cepas de referência: *Streptococcus mutans* ATCC 3440, *Streptococcus salivarius* ATCC 27975, *Streptococcus gordonii* DL1, *Streptococcus pyogenes* ATCC 19615, *Enterococcus faecalis* ATCC 29212, *Lactobacillus acidophilus* ATCC 4356, *Staphylococcus aureus* ATCC 276649, *Pseudomonas aeruginosa* ATCC 25619, *Candida albicans* ATCC 36802 e SC 5314. Os inóculos foram padronizados espectrofotometricamente ($OD_{600} \approx 0,08-0,13$; $\sim 1,6 \times 10^8$ UFC/mL) e diluídas até concentrações de trabalho entre 10^6 e 10^7 UFC/mL.

A atividade antimicrobiana foi avaliada pela determinação da Concentração Inibitória Mínima (CIM), obtida pelo método de microdiluição em placas de 96 poços, contendo 90 μ L de meio BHI e 10 μ L de inóculo. As leituras espectrofotométricas (540-560 nm) foram realizadas antes e após incubação a 36-37 °C por 24 horas, permitindo estabelecer os valores de CIM50 e CIM100. A Concentração Microbicida Mínima (CMM) foi determinada a partir do plaqueamento de 5 μ L dos poços incubados em meio sólido apropriado, mantido por 24 horas nas mesmas condições.

As faixas de concentração testadas variaram de acordo com os compostos: Grupo 1 (Formononetina e Pinocembrina), 7,8-250 μ g/mL; Grupo 2 (Isoliquiritigenina, Daidzeína, Biochanina A e Medicarpina), 7,8-125 μ g/mL; Grupo 3 (Naringenina e Vestitol), 3,12-100 μ g/mL. Todos os ensaios foram conduzidos em triplicata, em três experimentos independentes.

Para a avaliação da citotoxicidade, foram utilizadas células epiteliais humanas da linhagem A549, cultivadas em meio RPMI 1640 suplementado com 10% de SFB e L-glutamina. As células foram expostas aos padrões nas concentrações de 125, 250 e 500

µg/mL durante 24 horas, sendo a viabilidade celular determinada pelo ensaio MTT (560 nm). Foram utilizados como controles a clorexidina 0,12% e 2% (controle clínico), Triton X (controle de morte) e veículo (PBS+1% DMSO). Os resultados da viabilidade celular foram expressos como média ± desvio-padrão e submetidos à análise estatística por ANOVA, considerando-se significância de $p < 0,05$. Todos os procedimentos seguiram as normas de biossegurança aplicáveis às pesquisas *in vitro*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos ensaios antimicrobianos em células planctônicas, Naringenina e Vestitol apresentaram os menores valores de CIM (aproximadamente 25-100 µg/mL), indicando maior potencial inibitório frente à maioria das cepas avaliadas. Esses resultados estão alinhados com estudos que já demonstraram a eficácia de isoflavonas da própolis contra *Streptococcus mutans* e *Staphylococcus aureus*, microrganismos de alta relevância para a cárie e infecções oportunistas. Em contraste, Formononetina, Pinocembrina, Isoliquiritigenina, Daidzeína, Biochanina A e Medicarpina apresentaram perfis mais variáveis, com faixas de CIM mais elevadas, sugerindo que seu efeito isolado é menos evidente. O extrato bruto da própolis, por sua vez, demandou concentrações superiores às observadas para os padrões isolados, reforçando a hipótese de que a atividade antimicrobiana é concentrada em determinados constituintes.

A avaliação da CMM demonstrou que, para a maioria dos compostos, não houve erradicação microbiana nas concentrações testadas, evidenciando predomínio de um efeito bacteriostático. Esse dado é relevante, pois antimicrobianos de ação estática podem ser valiosos em terapias de suporte, limitando a proliferação bacteriana até que mecanismos de defesa do hospedeiro ou terapias combinadas atuem de forma sinérgica. Ensaios futuros de cinética de morte microbiana (*time-kill*) e de interação entre compostos (*checkerboard* e cálculo de FICI) se fazem necessários para esclarecer se esses flavonoides podem atuar em sinergismo, aumentando a eficácia em combinações.

Tabela 1. Concentração Inibitória Mínima (CIM) dos flavonoides isolados frente às cepas testadas (faixas em µg/mL).

CEPAS MICROBIANAS	Formononectina	Pinocembrina	Isoliquiritigenina	Daidzeína	Biochanina	Medicarpina	Naringina	Vestitol
<i>Streptococcus mutans</i> CCT 3440	62-125	125-250	≥125	62,5-125	62,5-125*	62,5-125	50-100	25-50
<i>Streptococcus salivarius</i> ATCC 27875	62-125	125-250	62,5-125	62,5-125	≥125	62,5-125	50-100	25-50
<i>Streptococcus gordonii</i> DL1	62-125	≥250	62,5-125	s/r	≥125	≥125	50-100	25-50
<i>Streptococcus pyogenes</i> ATCC 19615	62-125	125-250*	≥125	s/r	≥125	62,5-125*	50-100	50-100
<i>Enterococcus faecalis</i> ATCC 29212	125-250	125-250	62,5-125	s/r	31,25-62,5	≥125	50-100	25-50
<i>Lactobacillus acidophilus</i> ATCC 4356	125-250	≥250	62,5-125	125-250	62,5-125	62,5-125*	50-100	25-50
<i>Staphylococcus aureus</i> ATCC 276649	125-250	s/r	62,5-125	s/r	62,5-125*	62,5-125	50-100	25-50
<i>Pseudomonas aeruginosa</i> ATCC 25619	62,5-125*	62,5-125*	62,5-125*	62,5-125*	62,5-125*	62,5-125*	50-100	50-100
<i>Candida albicans</i> ATCC 36802	125-250	125-250*	62,5-125	125-250	62,5-125	62,5-125	50-100	50-100
<i>Candida albicans</i> SC 5314	62-125	62-125	62,5-125	s/r	s/r	s/r	50-100	50-100

* indica CIM50 (inibição de 50%); 's/r' = sem registro/sem crescimento observado no plaqueamento; 'não cresceu' indica ausência de recuperação. Valores apresentados em µg/mL.

Fonte: Laboratório de Bacteriologia Molecular e Clínica (LBMC), elaboração própria.

Quanto à citotoxicidade, observou-se a preservação da viabilidade celular em concentrações de até 250 µg/mL, com valores superiores aos obtidos para a clorexidina, controle clínico de referência. Em concentrações mais elevadas (500 µg/mL), Vestitol e Naringenina apresentaram queda na viabilidade, indicando um efeito dose-dependente. Já a Pinocembrina, em determinadas condições, mostrou resultados compatíveis com estímulo proliferativo, sugerindo possível atividade moduladora em células epiteliais. Esses achados reforçam que concentrações mais baixas dos flavonoides podem ser seguras para uso tópico, ampliando sua aplicabilidade como agentes coadjuvantes no controle microbiano

em odontologia.

Tabela 1 - Atividade antimicrobiana e perfil de citotoxicidade dos padrões presentes na própolis.

Composto	Faixa de CIM (µg/mL)	Efeito predominante	Citotoxicidade em células epiteliais (A549)
Naringenina	25–100	Bacteriostático	Mantém alta viabilidade em 125-250 µg/mL; em 500 µg/mL observa-se redução significativa da viabilidade celular.
Vestitol	25–100	Bacteriostático	Resposta celular preservada até 250 µg/mL; queda acentuada na viabilidade em 500 µg/mL.
Formononetina	62,5–250	Bacteriostático	Viabilidade próxima ao controle em 125-250 µg/mL; discreta redução observada em 500 µg/mL.
Pinocembrina	62,5–250	Bacteriostático	Resposta compatível com manutenção da viabilidade até 250 µg/mL; em alguns cenários, sinais de estímulo proliferativo; discreta redução em 500 µg/mL.
Isoliquiritigenina	62,5–250	Bacteriostático	Preserva viabilidade em concentrações de 125-250 µg/mL; redução moderada em 500 µg/mL.
Daidzeína	62,5–250	Bacteriostático	Manutenção parcial da viabilidade até 250 µg/mL; queda progressiva em 500 µg/mL.
Biochanina A	62,5–250	Bacteriostático	Viabilidade preservada em concentrações intermediárias; discreta redução em 500 µg/mL.
Medicarpina	62,5–250	Bacteriostático	Sem alterações relevantes até 250 µg/mL; em 500 µg/mL observou-se redução discreta.

Fonte: Laboratório de Bacteriologia Molecular e Clínica (LBMC), elaboração própria.

De forma geral, os resultados indicam que Naringenina e Vestitol são os compostos mais promissores para aplicações futuras, tanto pela eficácia antimicrobiana em cepas orais e oportunistas quanto pelo perfil citotóxico favorável em células epiteliais. Tais evidências sugerem que estudos subsequentes devem incluir ensaios antibiofilme, formulações nanoestruturadas e análises pré-clínicas, visando transformar essas moléculas em alternativas viáveis à terapêutica convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente estudo demonstrou que os flavonoides naringenina e vestitol, presentes na própolis, exibem a atividade antimicrobiana mais proeminente contra uma gama de microrganismos patogênicos orais e associados a IRAS em sua forma planctônica, apresentando valores de CIM entre 25-100 µg/mL. Embora a maioria dos compostos tenha revelado um efeito predominantemente bacteriostático, a avaliação da citotoxicidade em células epiteliais humanas revelou um perfil de segurança favorável para testes em

concentrações maiores a 500 µg/mL e com potencial para uso tópico, especialmente para naringenina e vestitol. As limitações orçamentárias impediram ensaios com biofilme, no entanto, os achados reforçam o potencial desses compostos como agentes antimicrobianos promissores, sugerindo a necessidade de futuras investigações sobre suas atividades em biofilmes, sinergismo, formulações nanoestruturadas e estudos pré-clínicos para o desenvolvimento de bioprodutos inovadores na odontologia e medicina.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ARAUJO, B. T.; PEREIRA, D. C. R. Políticas Para Controle De Infecções Relacionadas À Assistência À Saúde (IRAS) No Brasil, 2017. **Com. Ciência Da Saúde**, v. 28, n. 3/4, p. 333–342, 2017.

BUENO-SILVA, B. et al. Anti-Inflammatory and Antimicrobial Evaluation of Neovestitol and Vestitol Isolated from Brazilian Red Propolis. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 61, n. 19, p. 4546–4550, 3 maio 2013.

BÚFALO, M. C. et al. Propolis and Its Constituent Caffeic Acid Suppress LPS-stimulated pro-inflammatory Response by Blocking NF-κB and MAPK Activation in Macrophages. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 149, n. 1, p. 84–92, 26 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874113004078>>. Acesso em: 5 jul. 2025.

CLSI. **M100: Antimicrobial Susceptibility Testing Standards**. Disponível em: <<https://clsi.org/standards/products/microbiology/documents/m100/>>. Acesso em: 28 set. 2023.

DUARTE, B. M. P. et al. Potencial antimicrobiano de própolis vermelha nanoencapsulada, com ou sem laserterapia, sobre biofilmes de bactérias de origem bucal e iras. **V Congresso Norte-Nordeste De Saúde Pública**, v. 1, n. 978-65-6036-511-7, 1 ago. 2024.

HAKIMIHA, N. et al. The susceptibility of Streptococcus mutans to antibacterial photodynamic therapy: a comparison of two different photosensitizers and light sources. **Journal of Applied Oral Science**, v. 22, n. 2, p. 80–84, abr. 2014.

LE MOS, N. et al. Inibição de biofilmes de bactérias cariogênicas usando sistemas de própolis vermelha em nanopartículas com e sem fototerapia (PDT). **V congresso norte-nordeste de saúde pública**, v. 1, 16 jun. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387755669_INIBICAO_DE_BIOFILMES_DE_BACTERIAS_CARIOGENICAS_USANDO_SISTEMAS_DE_PROPOLIS_VERMELHA_EM_NANOPARTICULAS_COM_E_SEM_FOTOTERAPIA_PDT

PEREIRA, A. DOS S.; SEIXAS, F. R. M. S.; AQUINO NETO, F. R. DE. Própolis: 100 anos de pesquisa e suas perspectivas futuras. **Química Nova**, v. 25, n. 2, p. 321–326, maio 2002.

PIBITI/PIBIC (LBMC). Relatórios institucionais e apresentações 2022-2024 sobre nanopartículas e interação com terapia fotodinâmica (PDT). 2023-2024.

RUFATTO, L. C.; et al. Brazilian red propolis: Chemical composition and antibacterial activity

determined using bioguided fractionation. **Microbiological Research**, v. 214, p. 74–82, 2018.

SFORCIN, J. M. Biological properties and therapeutic applications of propolis. **Phytotherapy Research**, v. 30, n. 6, p. 894–905, 2016.

SOARES, W. et al. **Ação antibiofilme de diferentes sistemas de própolis vermelha nanoencapsuladas, com e sem laserterapia**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/387759398_ACAO_ANTIBIOFILME_DE_DIFERENTES_SISTEMAS_DE_PROPOLIS_VERMELHA_NA-NOENCAPSULADAS_COM_E_SEM_LASERTERAPIA_PDT_SOBRE_Candida_albicans>.

YAMASHITA, Y.; TAKESHITA, T. The oral microbiome and human health. **Journal of Oral Science**, v. 59, n. 2, p. 201–206, 2017.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA - PERNAMBUCO (2017- 2021)

Mariana Rosália de Alencar Araripe Wanderley¹.

¹Universidade De Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento Vegetativo. Natalidade. Mortalidade.

ÁREA TEMÁTICA: Outras.

INTRODUÇÃO

Os indicadores demográficos são essenciais para entender o crescimento e a distribuição da população em uma determinada área. Eles fornecem informações cruciais para a formulação de políticas públicas, investimentos em saúde, educação e infraestrutura (PEREIRA, 2018).

Entre esses indicadores, destacam-se as taxas de natalidade e de mortalidade, que permitem analisar o crescimento populacional natural. Enquanto a natalidade reflete a dinâmica de renovação da sociedade, a mortalidade está diretamente associada às condições de saúde e à qualidade de vida da população. Em conjunto, esses fatores possibilitam o cálculo do crescimento vegetativo, expressando a evolução demográfica de um município ao longo do tempo (BRASIL, 2025a; BRASIL, 2025b).

Iremos abordar essas taxas no município de Água Preta situado na região da Mata Sul de Pernambuco e sua evolução no período de 2017 a 2022. Está inserida na bacia hidrográfica dos rios Una e Sirinhaém. Economia baseada em pequenos comércios, agricultura familiar e atividades canavieiras. Parque natural municipal, trilhas ecológicas, reserva biológica de saltinho fazem parte da sua estrutura natural.

OBJETIVO

Evolução do crescimento populacional natural do município de Água Preta ao longo de cinco anos, destacando as nuances observadas nesse período.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e quantitativo que consistiu na escolha do município já citado, localizado no estado de Pernambuco, como unidade de análise. Foram utilizados dados provenientes do SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) e do

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para analisar e comparar as taxas de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo ao longo de um período de cinco anos, de 2017 a 2021.

O processo metodológico teve início com a coleta dos dados, seguida pelo cálculo das taxas anuais. Por fim, foi realizada a comparação entre os anos analisados, com o objetivo de avaliar o crescimento vegetativo, bem como aspectos relacionados às condições de saúde e qualidade de vida da população local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indicadores Demográficos: Taxas de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Vegetativo do Município de Pernambuco, Água Preta, no período de cinco anos.

Tabela 1: Cálculo da Taxa de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Vegetativo.

Ano	Nascidos Vivos	Óbitos por residência	População	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Vegetativo
2017	486	179	36371	13,36	4,92	307
2018	451	164	36454	12,37	4,49	287
2019	425	200	36771	11,55	5,43	225
2020	395	251	37082	10,65	6,76	144
2021	408	222	37386	10,91	5,93	186

Fonte: MS/SVSA/CGIAE-Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos-SINASC; IBGE-Estimativas de população.

Fonte: MS/SVS/CGIAE-Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM; IBGE-Estimativas de população.

Observa-se uma tendência de queda nas taxas de natalidade ao longo do período analisado, o que pode estar relacionado a mudanças socioeconômicas, maior acesso à educação e à informação, uso de métodos contraceptivos e políticas de planejamento familiar.

A taxa de mortalidade apresentou oscilações, com pico em 2020 - possivelmente associado ao impacto da pandemia de COVID-19. Ainda assim, os valores permanecem relativamente estáveis, o que reflete certa consistência nos determinantes sociais da saúde da região.

Já o crescimento vegetativo também mostra uma tendência de queda contínua. Esse comportamento confirma o padrão observado na taxa de natalidade e reforça a influência de fatores como o maior acesso a contraceptivos, práticas de planejamento familiar e elevação da escolaridade, ao passo que a mortalidade se manteve relativamente estável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores demográficos de Água Preta no período de 2017 a 2021 revela uma redução gradual na taxa de natalidade junto ao crescimento vegetativo e variações na mortalidade. Esses dados refletem transformações econômicas, sociais e estruturais que influenciam diretamente o perfil populacional.

A taxa de natalidade mostra-se sensível a variáveis como o nível de desenvolvimento econômico, acesso à educação e à informação, disponibilidade de métodos contraceptivos, influências culturais e religiosas, bem como políticas públicas direcionadas ao planejamento familiar. Por sua vez, a mortalidade é influenciada pela qualidade do sistema de saúde, saneamento básico, alimentação, condições de habitação e trabalho, além de eventos extremos como pandemias.

O crescimento vegetativo, por sua vez, assume papel central para a realização de projeções populacionais, possibilitando observar tendências e compreender o comportamento dos índices de crescimento ao longo do tempo.

Dessa forma dados reforçam a importância de políticas públicas integradas que promovam o desenvolvimento social e econômico, assegurando condições de vida dignas, acesso à saúde, à educação e à informação, visando à melhoria contínua dos indicadores demográficos e à promoção da qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS - DATASUS. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvpe.def>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS - DATASUS. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10pe.def>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Estimativas da população residente**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptpe.def>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia: teoria e prática**. 21.^a reimpressão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

GUIARRARA, Paloma. Crescimento vegetativo. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/crescimento-vegetativo.htm>. Acesso em: 18 set. 2025.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE BUCAL**

EVIDÊNCIAS RECENTES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE LÍQUIDOS MODELADORES ASSOCIADOS ÀS RESINAS COMPOSTAS NA ODONTOLOGIA RESTAURADORA

Igor Ferreira Borba de Almeida¹.

¹Centro Universitário Anísio Teixeira (UNIFAT), Feira de Santana, Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Dentística. Materiais restauradores. Manipulação clínica.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde bucal.

INTRODUÇÃO

A odontologia restauradora tem passado por avanços expressivos com a introdução de novos materiais e técnicas voltadas à obtenção de restaurações estéticas e funcionais mais previsíveis. Entre os materiais disponíveis, as resinas compostas tornaram-se padrão nas reabilitações diretas e indiretas devido à sua resistência mecânica, estabilidade cromática e versatilidade clínica. Entretanto, a adequada manipulação ainda representa um desafio para os profissionais, especialmente pela viscosidade elevada e pela aderência aos instrumentos clínicos. Nesse cenário, os líquidos modeladores surgem como alternativa para facilitar a escultura e o acabamento, embora sua eficácia e segurança permaneçam em debate na literatura científica.

OBJETIVO

Analisar criticamente as evidências mais recentes sobre a aplicabilidade e os efeitos dos líquidos modeladores associados às resinas compostas, destacando benefícios, limitações e impactos clínicos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura conduzida nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Foram incluídos artigos publicados entre 2008 e 2024, em português e inglês, que abordassem direta ou indiretamente o uso de líquidos modeladores em associação às resinas compostas. Foram excluídos estudos duplicados, relatos de caso, trabalhos de conclusão de curso e publicações não relacionadas ao tema. Os dados extraídos foram sistematizados de forma descritiva e analisados qualitativamente, considerando efeitos mecânicos, estéticos e clínicos dos líquidos modeladores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise identificou que os líquidos modeladores proporcionam benefícios na prática clínica ao reduzir a aderência da resina aos instrumentos e facilitar sua adaptação às cavidades. Estudos apontam que formulações hidrofóbicas apresentam melhor desempenho, assegurando maior estabilidade dimensional, menor sorção de água e maior durabilidade das restaurações. Em contrapartida, produtos hidrofílicos podem elevar a solubilidade do material e comprometer propriedades como microdureza e integridade marginal.

Também foram observados impactos estéticos: enquanto alguns líquidos favorecem acabamento liso e brilho superficial, outros aumentam a rugosidade e a suscetibilidade ao manchamento. Contudo, a literatura ainda carece de ensaios clínicos de longo prazo e de padronização de protocolos de aplicação, o que limita a generalização dos achados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os líquidos modeladores representam recurso auxiliar relevante na odontologia restauradora, especialmente quando aplicados de maneira criteriosa. Seu uso pode contribuir para maior controle durante a escultura das resinas compostas e melhorar a qualidade final das restaurações. Entretanto, a ausência de diretrizes clínicas padronizadas e a predominância de estudos laboratoriais reforçam a necessidade de mais pesquisas longitudinais e controladas que validem sua eficácia e segurança em diferentes contextos clínicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, D. et al. Effects of resinous monomers used in restorative dental modeling on the cohesive strength of composite resin. *Journal of Adhesive Dentistry*, v. 10, n. 5, p. 347-352, 2008.
- BAYRAKTAR, E. et al. Effect of modeling resins on microhardness of resin composites. *European Journal of Dentistry*, v. 15, n. 3, p. 481-487, 2021.
- DIAS, S. et al. Efeito dos líquidos modeladores na superfície da resina composta - uma revisão de literatura. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 5, n. 2, p. e524899, 2024.
- HERNANDES, L. et al. Efeito de diferentes líquidos modeladores na sorção e solubilidade das resinas compostas: estudo in vitro. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 4, p. 2036-2057, 2023.
- MÜNCHOW, E. et al. Use of dental adhesives as modeler liquid of resin composites. *Dental Materials*, v. 32, n. 4, p. 570–577, 2016.
- PAOLONE, G. et al. Modeling liquids and resin-based dental composite materials — A scoping review. *Materials*, v. 15, n. 11, p. 3759, 2022.

PROJETO UNIVERSIDADE NAS COMUNIDADES: O IMPACTO DOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A POPULAÇÃO ASSISTIDA

Giovana Veloso Souza¹; Daniele das Graças Silva¹; Augusto José Alves¹; Karen Laíssa da Silva Araújo¹; Maria Eduarda Gonçalves Peres¹; Matheus Tavares Reis França¹; Diêgo de Oliveira Camargos¹; Paula Cristina Pelli Paiva¹.

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Coletiva. Promoção De Saúde. Intervenção Comunitária.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde bucal.

INTRODUÇÃO

Apesar de ser reconhecida a importância da saúde bucal, com impactos que podem interferir na saúde sistêmica do indivíduo, uma grande parte da população brasileira não possui acesso a serviços odontológicos (Barros, 2002). Neste sentido, a promoção de saúde se faz importante, sendo necessário considerar as iniquidades que impactam diretamente o bem-estar, abrangendo esforços coletivos e individuais (Abreu *et al.*, 2021).

O atendimento odontológico em comunidades por meio de Unidades Móveis é uma estratégia adotada para garantir o acesso à saúde bucal e reduzir a desigualdade social, com a oferta de ações em diversas cidades, sendo possível propagar o atendimento à população, executando diferentes procedimentos essenciais para a saúde bucal (Almeida *et al.*, 2018).

Neste sentido, o projeto Saúde Digital Móvel, inserido no Programa Institucional “Universidade nas Comunidades”, vinculado a Faculdade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), desenvolve suas atividades de promoção e prevenção de saúde para os residentes das cidades dos Vales do Jequitinhonha, levando cuidado de qualidade para essa população, a qual historicamente sofre com variadas vulnerabilidades. Nas suas ações, são ofertados cuidados nas áreas de enfermagem, medicina e odontologia, sendo que este trabalho objetiva apresentar o levantamento dos atendimentos odontológicos realizados nas atividades do projeto ao longo do primeiro semestre de 2025.

OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo descrever o levantamento dos atendimentos odontológicos realizados pelos discentes do curso de odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, que participaram do Projeto Saúde Digital

Móvel inserido no programa Institucional “Universidade nas Comunidades” até junho de 2025.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de dados das fichas dos pacientes atendidos nas atividades do Programa Universidade nas Comunidades, no período de janeiro a julho de 2025 nas cidades de José Gonçalves de Minas, Teófilo Otoni, Rio Vermelho, Monjolos, Araçuaí e Carbonita, com a realização de 482 atendimentos. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa de levantamento, com a coleta de dados realizados a partir dos relatórios de cada cidade.

Esse estudo foi realizado de forma cega para preservar a identidade de cada paciente, realizando a contagem de quantos pacientes e quais procedimentos foram realizados em cada atividade do programa. As informações foram organizadas e sistematizadas em plataforma digital para contabilizar o número de pacientes atendidos em cada cidade, e quais procedimentos foram realizados no geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as ações, foram realizadas diferentes procedimentos odontológicos, sendo procedimentos tais como exames clínicos, restaurações em amálgama, resina, cimento de lonômero de vidro (CIV), provisórias, selantes, profilaxia, raspagem, cirurgias de dentes permanentes e decíduos, ulectomias, polimento de restaurações, ajuste oclusal, contornos, neutralização, aplicação de dessensibilizantes, aplicação tópica de flúor (ATF), exame radiográfico e rastreamento de lesões, atingindo no total 482 pacientes dentre as seis cidades citadas.

Em Carbonita, foram realizados 208 procedimentos, sendo essas 88 radiografias, 6 profilaxias, 5 raspagens supragengivais, 4 ATF, 6 restaurações com CIV, 10 restaurações de resina, 15 cirurgias de dentes permanentes, 2 neutralizações, 36 rastreamentos de lesões, 25 prescrições medicamentosas e 6 encaminhamentos.

Na cidade de José Gonçalves de Minas foram realizados 179 procedimentos no total, contabilizando 37 Exame clínico, 17 restauração de resina, 6 profilaxia, 5 raspagem, 6 ATF, 1 restauração provisória, 6 cirurgias de dentes permanentes, 9 prescrições medicamentosas, 2 ulectomias, 4 encaminhamentos, 3 cirurgias de dentes decíduos, 5 contornos, polimento de restauração e ajuste oclusal, 1 neutralização, 25 aplicação de dessensibilizante por dente e 52 exames radiográficos.

Em Rio Vermelho foram realizados 345 procedimentos no total, sendo eles 129 exames clínicos, 8 restauração de resina, 1 ajuste oclusal 8 profilaxias, 7 raspagens, 7 ATF, 1 Ulectomia, 1 restauração em CIV, 1 restauração provisória, 16 cirurgias de dentes

permanentes, 5 prescrições medicamentosas, 7 encaminhamentos, 1 recontorno, polimento de restauração e ajuste oclusal, 2 neutralização, 3 OHB, 5 aplicação de dessensibilizante por dente e 145 exames radiográficos.

No município de Araçuaí, dentre os procedimentos em consultório foram realizados no total 73 procedimentos, sendo eles 24 radiografias, 11 profilaxias, 07 raspagens supragengivais, 1 ATF, 2 restaurações com CIV, 6 restaurações com resina, 1 restauração provisória, 5 cirurgias de dentes permanentes, 2 selantes, 1 neutralização, 2 prescrições medicamentosas, 4 OHB, 1 dessensibilizante, 1 polimento, 1 restauração com Óxido de Zinco (IRM), 3 tratamento restaurador atraumático (ART) e 1 pulpotomia.

Em Monjolos, foram realizados 96 procedimentos, sendo 51 radiografias, 10 profilaxias, 8 raspagens supragengivais, 1 raspagem subgengival, 06 ATF, 03 restaurações de resina, 11 cirurgias de dentes permanentes, 1 prescrição medicamentosa, 3 OHB, 1 aplicação de dessensibilizante e 1 recontorno.

Na cidade de Teófilo Otoni, foram realizados 191 procedimentos no total, contabilizando 50 exames clínicos, 7 restaurações de resina, 19 profilaxias, 16 raspagens, 12 ATF, 9 restaurações com CIV, 1 restauração provisória, 1 cirurgias de dentes permanentes, 10 encaminhamentos, 3 polimento de restauração e ajuste oclusal e 63 exames radiográficos.

A análise dos procedimentos odontológicos realizados pelo projeto evidencia variações significativas. Com os resultados obtidos em Rio Vermelho apresenta maior volume de atendimentos, destacando-se em exame clínico (129) e radiográfico (145), demonstrando uma boa atuação diagnóstica dos voluntários da atividade, Teófilo Otoni se destacou em números de profilaxias (19) e raspagens (16), demonstrando um cuidado com a saúde periodontal dos pacientes que ali precisavam. Em Carbonita e Monjolos, tivemos um alto índice em diagnósticos e cirurgias. Já no município de Araçuaí, mesmo com número inferior de atendimentos comparado com as demais localidades, obteve uma diversidade maior de atendimentos, dentre eles, ART e pulpotomia.

Figura 1: Tabela com números de procedimentos executados.

Cidades	Número de Procedimentos
José Gonçalves de Minas	179
Teófilo Otoni	191
Rio vermelho	345
Monjolos	96
Araçuaí	73
Carbonita	208

Fonte: autores, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados evidencia a relevância da atuação da carreta, possibilitando realizar diferentes procedimentos em diversos municípios, aumentando assim o acesso da população aos serviços de saúde, consequentemente diminuindo a desigualdade no acesso a tratamentos odontológicos, com ações de diagnóstico, prevenção e tratamento, fortalecendo a atenção primária em saúde bucal e levando apoio às cidades por meio de atendimentos.

Dessa forma, a experiência analisada confirma a importância do fortalecimento da atenção à saúde básica e da relevância para promoção de saúde pública, pois amplia os serviços odontológicos em municípios que, muitas vezes, não possuem estruturas para atender toda a demanda.

A atuação da carreta levando procedimentos desde os mais simples aos mais complexos para diferentes cidades, além do impacto na população local, apresenta um impacto com os voluntários, que são estudantes da graduação da UFVJM, levando assim conhecimento aos universitários e atendimentos de qualidade para os pacientes.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ABREU, Mauro *et al.* **Perspectives on social and environmental determinants of oral health**. Belo Horizonte: Int. J. Environ. Res. Saúde Pública, 2021.

ALMEIDA, Beth, VILARIM, André. **Carreta oferece assistência odontológica de média complexidade em aldeia do Maranhão**. SESAI agosto de 2018. Disponível em [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2018/agosto/carreta-oferta-assistencia-odontologica-de-media-complexidade-em-aldeia-do-maranhao#:~:text=A%20Unidade%20Odontol%C3%B3gica%20M%C3%B3vel%20\(Carreta,dispon%C3%ADvel%20em%20qualquer%20consult%C3%B3rio%20fixo](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2018/agosto/carreta-oferta-assistencia-odontologica-de-media-complexidade-em-aldeia-do-maranhao#:~:text=A%20Unidade%20Odontol%C3%B3gica%20M%C3%B3vel%20(Carreta,dispon%C3%ADvel%20em%20qualquer%20consult%C3%B3rio%20fixo). Acesso em 19 de agosto de 2025.

BARROS, Aluísio, BERTOLDI, Andréa. **Desigualdades na utilização e no acesso a serviços odontológicos**: uma avaliação em nível nacional. Pelotas: Ciênc. Saúde Colet., 2002.

O IMPACTO CAUSADO NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES QUILOMBOLAS ATRAVÉS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Augusto José Alves¹; Diêgo de Oliveira Camargos¹; Daniele das Graças Silva¹; Giovana Veloso Souza¹; Karen Laíssa da Silva Araújo¹; Maria Eduarda Peres Gonçalves¹; Matheus Tavares Reis França¹; Paula Cristina Pelli Paiva¹.

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Impacto social. Cuidado Humanizado.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde bucal

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi um marco que garantiu à população brasileira a democratização de diversos direitos inerentes à qualidade de vida e ao bem-estar social, tais como educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, alimentação e saúde (BRASIL, 1988). Entretanto, diferentes grupos sociais e étnicos se encontram historicamente em vulnerabilidade no Brasil, uma vez que enfrentam obstáculos adicionais na sua inclusão aos serviços de saúde do país (Feresin et al., 2025).

Dentre esses grupos, é possível destacar a comunidade Quilombola, que desde o período escravocrata enfrenta o racismo e a desigualdade social. Esta população é assolada com condições precárias de vida, que refletem a insegurança do acesso ao saneamento básico, à coleta de lixo e até à água encanada (Ministério da Saúde, 2017). Aplicando esta ótica no Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais, a vulnerabilidade geral é ampliada, tendo em vista os problemas atribuídos à falta de profissionais de saúde destinados rotineiramente à essas comunidades e a dificuldade no acesso à assistência prestada pelos serviços de saúde (Barbosa et al., 2019; Lopes et al., 2024).

Nesse sentido, as universidades públicas desempenham um papel crucial na democratização da assistência, especialmente a partir de projetos de extensão que trabalham com comunidades em situações vulneráveis, com a finalidade de garantir o seu acesso à direitos inerentes à qualidade de vida assegurados pela Constituição Brasileira (Marcelino et al., 2022). Diante do exposto, o projeto “Integração dialógica entre os discentes do curso de odontologia e as mulheres do Vale do Jequitinhonha no cuidado integral à saúde”, conhecido como Intercâmbio da Saúde (IS), foi criado em uma associação entre Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Programa de Educação Tutorial Odontologia no Vale (PET Odontologia no Vale) e Associação Tingui, o qual tem a finalidade de promover saúde bucal das mulheres residentes no Vale do Jequitinhonha que

se encontram em situação de vulnerabilidade social, a partir de um atendimento humanizado promovido pelos discentes do curso de graduação em Odontologia da UFVJM.

Logo, o objetivo deste trabalho é apresentar o impacto positivo que o projeto causa na saúde de pacientes residentes em comunidades quilombolas da região dos Vales do Jequitinhonha através dos cuidados em saúde bucal.

OBJETIVO

Discorrer sobre as atividades do projeto IS no primeiro semestre de 2025 e o impacto na saúde bucal de mulheres do Vale do Jequitinhonha.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, com abordagem descritiva e de caráter quantitativo, desenvolvido a partir das ações do Intercâmbio da Saúde realizadas no primeiro semestre de 2025. As ações referidas foram desenvolvidas nos dias 11/04, 09/05, 06/06, 08/08 e 12/09. As pacientes atendidas, residentes em Jenipapo de Minas, Chapada do Norte e Francisco Badaró, foram acolhidas na clínica escola do curso de graduação em Odontologia da UFVJM, em Diamantina-MG, e receberam atendimento gratuito efetuado pelos discentes voluntários do projeto de extensão. Para a análise e levantamento dos dados, foram consultados os registros internos do projeto, como fichas clínicas, prontuários, cronogramas, documentos de planejamento e observações feitas pela equipe durante a execução das atividades.

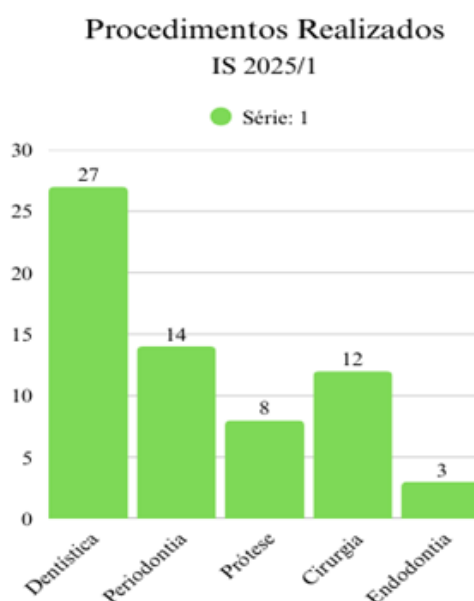
O Intercâmbio da Saúde conta com a participação voluntária dos demais discentes do curso de Odontologia. Os voluntários têm a oportunidade de realizar atendimentos odontológicos, como operadores e/ou auxiliares, supervisionados pelos professores responsáveis. Antes das ações, os alunos voluntários novatos recebem uma capacitação, a fim de informá-los sobre o funcionamento do projeto e a condução dos atendimentos. Dessa maneira, os discentes exercitam a prática clínica não somente para complementar a sua formação técnica, mas também com a finalidade de desenvolver um atendimento humanizado, pautado na comunicação e nas trocas culturais.

As atividades do projeto são planejadas e organizadas pelos membros do PET Odontologia no Vale, com colaboração da representante da Associação Tinguí. Essa parceria atua no alinhamento com as pacientes que serão atendidas e, a partir disso, realiza-se a organização das demandas e das informações necessárias para que os alunos responsáveis pelos atendimentos se preparem da melhor forma a fim de garantir um tratamento de qualidade, tanto em eficiência clínica quanto em acolhimento. A cada atividade, os procedimentos realizados são detalhadamente registrados, possibilitando a análise do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise e consulta dos registros internos do projeto foi possível constatar que um total de 20 pacientes foram atendidas pelo Intercâmbio da Saúde no período mencionado. Além disso, contou com 85 voluntários, entre estes estão os alunos que atuaram como operadores, auxiliares, assistentes da ilha de materiais dentários e professores supervisores. Foram realizados um total de 64 procedimentos, estes foram distribuídos por área de atuação no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade de atendimentos por área de atuação.



Dados obtidos a partir de prontuários clínicos dos atendimentos do primeiro semestre de 2025 do Intercâmbio da Saúde

Fonte: autores, 2025

A partir do zelo promovido pelos atendimentos e o acolhimento do Intercâmbio da Saúde, é possível avaliar que a assistência à saúde bucal é fundamental para garantir não só uma saúde sistêmica de qualidade, mas também um bem-estar social e emocional, promovendo a atenção integral à comunidades em situações de vulnerabilidade social, sendo este um tema que precisa ser mais explorado na literatura brasileira (Ferreira et al., 2020).

Além disso, os dados complementam a importância das atividades extensionistas na formação humanitária dos discentes, onde a partir das experiências vivenciadas nas atividades, são formados profissionais que compreendam o complexo processo saúde-doença e como o mesmo está relacionado com as desigualdades sociais (Santos *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o Intercâmbio da Saúde reforça o papel dos projetos de extensão universitários como iniciativas que conectam instituições e comunidade. Sugere-se esse projeto como fundamental para garantir a democratização e o acesso à saúde pública para comunidades em situações de vulnerabilidade social, a exemplo das mulheres residentes no Vale do Jequitinhonha atendidas pelo IS.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARBOSA, Thânia Aparecida Gomes da Silva; COELHO, Kellen Rosa; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de. Mortality infantil evitável e vulnerabilidade social no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. **REME - Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte**, v. 23, e1246, 2019. DOI: 10.5935/1415-2762.20190094. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. (2017). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, 3ª ed.

FERESIN, L. P. et al. Disparities in Healthcare Utilization Among Vulnerable Populations During the COVID-19 Pandemic in Brazil: An Intersectional Analysis. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, Ribeirão Preto, v.22, n.6, p.831, fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph22060831>. Acesso em: 19 set. 2025.

LOPES, Carolyne Brito; SANTOS, Pedro Henrique Barros dos; MOIMAZ, Suzely Adas Saliba; SALIBA, Tânia Adas Saliba. Condições de saúde bucal e acesso aos serviços odontológicos dos quilombolas: uma revisão integrativa. **Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, SP, v. 15, n. 1, p. 1071-1083, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i1.3406. Acesso em: 19 set. 2025.

MARCELINO, Karina; GONÇALVES, Monica; HAMERSKI, Bruna; MORAES, Mário. Projetos de extensão e políticas de inclusão social nas universidades federais brasileiras. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, 2022. DOI: 10.26512/lc28202241341. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, Larissa *et al.* CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA UMA REFLEXÃO SOBRE SAÚDE, DESIGUALDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. **Revista Extensão em Ação**, Fortaleza, v.1, n.17, p. 49-60, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32356/exta.v1.n17.40745>. Acesso em: 19 set. 2025.

ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO ENTRE MÁ OCLUSÃO E ALTERAÇÕES POSTURAIS EM DIFERENTES ESTÁGIOS DA DENTIÇÃO - UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Rita Lima Lopes¹; Thiago Fonseca Silva¹.

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Mordida. Postura. Dentição mista. Dentição permanente.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Bucal

INTRODUÇÃO

A postura humana corresponde à organização espacial dos segmentos corporais, responsável por garantir o equilíbrio em situações estáticas e dinâmicas, de acordo com as demandas do ambiente e dos objetivos motores. A literatura aponta que diferentes fatores podem influenciar esse equilíbrio postural, incluindo aspectos emocionais, como humor e ansiedade, a posição da cabeça e do pescoço, a função da língua, atividades orais como respiração e deglutição, além da atuação dos sistemas visual e oculomotor. Nesse contexto, a possível correlação entre o sistema estomatognático e o equilíbrio corporal tem sido amplamente discutida. Embora historicamente controversa, essa relação vem sendo reconhecida pela comunidade científica, especialmente após a publicação das diretrizes nacionais em estudos de postura humana, que destacam a relevância dessa interação (BARDELLINI et al., 2022).

A diversidade de más oclusões existentes pode dificultar o estabelecimento de associações diretas entre um tipo específico de alteração dentária e a postura corporal. Nesse sentido, acompanhar as mudanças posturais decorrentes da correção das más oclusões ao longo do tempo pode oferecer informações relevantes sobre a influência da oclusão dentária na postura. Considerando o impacto clínico que essa relação pode representar, o tema justifica a realização de novas investigações. Assim, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura, analisando os artigos disponíveis que indiquem possíveis associações entre a má oclusão dentária e a postura corporal.

OBJETIVO

Realizar uma revisão integrativa da literatura com o propósito de analisar os artigos disponíveis que investigam a possível relação entre as más oclusões dentárias e a postura corporal nos diferentes estágios da dentição.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados PUBMED®, contemplando publicações dos últimos 10 anos. Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores: (*“Malocclusion”[MeSH] OR malocclusion*) AND (*“Posture”[MeSH] OR posture OR “postural alterations” OR “head posture” OR “cervical posture” OR “spinal posture”*) AND (*“Dentition, Mixed”[MeSH] OR “Dentition, Permanent”[MeSH] OR “mixed dentition” OR “permanent dentition”*). Foram aplicados filtros para restringir os resultados a estudos realizados em humanos e publicados nos idiomas inglês e português.

A pesquisa resultou em 12 artigos. Após leitura criteriosa dos títulos, resumos e textos completos, foram adotados como critérios de exclusão: trabalhos que não se enquadravam diretamente na temática proposta, publicações que, embora abordassem más oclusões ou postura, não estabeleciam relação entre essas variáveis, e artigos duplicados ou sem acesso ao conteúdo integral. Ao final do processo de seleção, 4 artigos foram considerados elegíveis e incluídos na revisão integrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca identificou quatro estudos que investigaram a relação entre más oclusões dentárias e postura corporal em crianças. Os resultados sugerem que o tratamento ortodôntico pode promover melhorias em alguns parâmetros posturais, embora os efeitos observados apresentem certa heterogeneidade, indicando a necessidade de estudos longitudinais para avaliar a persistência dessas alterações (BARDELLINI et al., 2022). De forma complementar, revisões sistemáticas apontam que a variedade de métodos utilizados para análise postural em associação ao sistema estomatognático dificulta comparações entre pesquisas, evidenciando a importância da padronização metodológica (IONIȚĂ et al., 2023).

Além disso, algumas pesquisas indicam que más oclusões podem se relacionar não apenas à postura estática, mas também a aspectos funcionais dinâmicos, como parâmetros do sistema podal e da marcha em crianças em dentição mista (RÓŽAŇSKA-PERLIŇSKA et al., 2023). Há ainda evidências de associações entre más oclusões e anomalias posturais, embora não seja possível estabelecer relações causais diretas (SAMBATARO et al., 2019).

Em síntese, a literatura sugere que a má oclusão pode influenciar a postura corporal, mas os achados permanecem divergentes quanto à intensidade e consistência dessa correlação. A heterogeneidade metodológica e a diversidade de más oclusões estudadas limitam a generalização dos resultados, reforçando a necessidade de pesquisas futuras com protocolos mais uniformes e acompanhamento em longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados indicam que a má oclusão dentária pode influenciar a postura corporal, embora as evidências sejam ainda limitadas e heterogêneas. A padronização metodológica e estudos longitudinais são necessários para confirmar essa relação. Intervenções ortodônticas apresentam potencial impacto na postura, reforçando a importância de novas pesquisas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDELLINI, E. et al. Can the treatment of dental malocclusions affect the posture in children? **Journal of Clinical Pediatric Dentistry**, v. 46, n. 3, p. 241-248, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17796/1053-4625-46.3.11>.

IONIȚĂ, C. et al. Methods of postural analysis in connection with the stomatognathic system: a systematic review. **Journal of Medicine and Life**, v. 16, n. 4, p. 507-514, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25122/jml-2022-0327>.

RÓŻAŃSKA-PERLIŃSKA, D. et al. Dental malocclusion in mixed dentition children and its relation to podal system and gait parameters. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 3, p. 2716, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph20032716>.

SAMBATARO, S. et al. Correlations between malocclusion and postural anomalies in children with mixed dentition. **Journal of Functional Morphology and Kinesiology**, v. 4, n. 3, p. 45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/jfmk4030045>

UNIVERSIDADE NAS COMUNIDADES: AÇÕES EDUCATIVAS PARA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE SAÚDE BUCAL NA PRIMEIRA E SEGUNDA INFÂNCIA

Maria Eduarda Peres Gonçalves¹; Diêgo de Oliveira Camargos¹; Augusto José Alves¹; Daniele das Graças Silva¹; Giovana Veloso Souza¹; Karen Laíssa da Silva Araújo¹; Matheus Tavares Reis França¹; Paula Cristina Pelli Paiva¹.

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde bucal. Ações educativas. Primeira e Segunda Infância.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde bucal

INTRODUÇÃO

A atuação do cirurgião-dentista (CD), orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Odontologia, deve aliar parâmetros éticos e técnicos no cuidado de pacientes de diferentes contextos, promovendo, desde a graduação, práticas educativas em saúde voltadas à transformação social (Brasil, 2021). Destaca-se, nesse contexto, o papel do CD como agente promotor de saúde, sobretudo no desenvolvimento de ações voltadas para crianças na primeira e segunda infância. Tais períodos são cruciais para a formação de hábitos saudáveis e prevenção de agravos na saúde bucal (Valarelli et al., 2011).

Vale ressaltar, ainda, que estudos recentes evidenciam que a ausência de serviços odontológicos no ambiente escolar é um fator comprometedor para a saúde bucal infantil e perpetua hábitos não saudáveis ao decorrer da vida (Lin et al., 2023). Logo, a implementação de programas de educação para saúde bucal em escolas proporciona às crianças o conhecimento necessário para prevenir doenças bucais, como a cárie dentária, e as torna multiplicadoras para suas famílias e comunidades (Valarelli et al., 2011; Lin et al., 2023).

OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo relatar as atividades de educação, promoção e prevenção em saúde bucal para crianças na primeira e segunda infância de diversos municípios do estado de Minas Gerais mediante iniciativa conjunta do Projeto Universidade nas Comunidades, promovido pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em colaboração com o grupo PET Odontologia no Vale e avaliar seu impacto.

METODOLOGIA

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri coordena o programa de Extensão Institucional denominado Universidade nas Comunidades. Este programa tem como foco o atendimento integral à saúde das comunidades do Vale do Jequitinhonha, área de abrangência da Universidade, e atua de forma inter-multiprofissional. O programa conta com atividades educativas, preventivas, de promoção de saúde e intervencionista com a participação dos cursos de Odontologia, Enfermagem e Medicina. Dentre as ações educativas, destaca-se a abordagem dos cuidados em saúde bucal para crianças em idade pré-escolar e do ensino fundamental. O Programa atua mensalmente nos Municípios, onde são pactuados as atividades de forma dialógica. Após o contato das prefeituras com a Universidade, é definido o público alvo, bem como o número de participantes. Após esta solicitação são realizadas captação de voluntários do Curso de Odontologia e sua capacitação para abordar temas relevantes para o cuidado em saúde bucal de acordo com o ciclo de vida, utilizando vocabulário próprio para o público a ser assistido. Os discentes são transportados até as escolas pelo veículo da prefeitura e vão às salas indicadas pela gestão onde são realizadas as palestras educativas utilizando macro modelos, fantoches e teatro para trabalhar os conceitos de cuidado em saúde e suas técnicas. Após a palestra, os alunos são levados aos pátio, em pequenos grupos, onde ocorre a distribuição de kits de higiene bucal, contendo escova, creme dental, fio dental e uma cartilha educativa, e realizam a escovação de forma supervisionada. No final da atividade, são recolhidos *feedbacks* das crianças, professores e da gestão escolar. Os dados são armazenados em planilha para o relatório final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2025, ações educativas foram realizadas em unidades escolares municipais para crianças na primeira e segunda infância (0-12 anos) nas cidades de José Gonçalves de Minas, Teófilo Otoni, Rio Vermelho, Araçuaí e Carbonita, situadas nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais. As atividades foram executadas conforme o planejamento, com a participação dos discentes do curso de Odontologia e apoio das prefeituras e equipes escolares. O levantamento dos dados quantitativos relacionados às ações estão apresentados no Quadro 1.

Os resultados observados indicam que a abordagem lúdica, através de teatros educativos e músicas infantis, contribui para o aumento do interesse das crianças pela higiene bucal, facilitando a compreensão de conceitos como cárie, placa bacteriana, escovação e uso do fio dental. Além disso, a repetição das atividades e o envolvimento com os materiais favorece o estabelecimento e consolidação de hábitos mais saudáveis.

Dessa forma, percebe maior adesão dos escolares às práticas de higiene bucal apresentadas, o que reforça a efetividade das ações desenvolvidas. O *feedback* recebido tanto da equipe pedagógica quanto da Secretaria de Educação confirma a relevância e a

satisfação com as atividades, destacando que já é possível perceber a incorporação de hábitos e práticas mais adequados de saúde bucal após as intervenções.

Cabe salientar que a extensão universitária no curso de Odontologia possibilita uma formação integrativa ao favorecer o contato direto dos discentes com a comunidade em que estão inseridos e viabilizar a humanização desses futuros profissionais (Brito, 2021). Ademais, tais ações educativas dentro de projetos de extensão transformam o meio social onde são desenvolvidas, de forma a fomentar o acesso à informação em saúde bucal para o público infantil (Stromberg, et al., 2020). Nesse sentido, essas iniciativas reafirmam o compromisso social da Universidade e seu papel transformador nos territórios onde atua.

Quadro 1 - Análise Quantitativa das Ações em Educação em Saúde Bucal do Programa Universidade nas Comunidades.

Mês	Município	Local	Escolares	Kits de Higiene Oral distribuídos
Fevereiro	José Gonçalves de Minas	Escolas Municipais	325	325
Março	Teófilo Otoni	Escola Municipal Teodolino Pereira	283	283
Abril	Rio Vermelho	Escola Municipal do distrito de Macaúbas, Matão	270	270
Julho	Araçuaí	Escolas Municipais	364	364
Agosto	Carbonita	Escolas Municipais	553	350

Fonte: Autores, 2025.

Figura 1: Escovação supervisionada para crianças realizada na cidade de José Gonçalves de Minas, Minas Gerais.



Fonte: Autores, 2025.

Figura 2: Teatro educativo sobre saúde bucal realizado na cidade de Carbonita, Minas Gerais.



Fonte: Autores, 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, o projeto de extensão “Universidade nas Comunidades” tem sido bem-sucedido em aproximar os estudantes de graduação das populações dos municípios que recebem as ações, possibilitando a troca de saberes, a valorização da educação em saúde e a construção de vínculos com a comunidade, sendo esta iniciativa fundamental tanto para a transformação social das comunidades atendidas, quanto para a consolidação do compromisso social da Universidade, reafirmando seu papel como agente de mudança e promotora de saúde em territórios marcados por vulnerabilidades.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3, de 21 de junho de 2021.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2021.

BRITO, H. R. do N. G. et al. **Extensão universitária e ensino em saúde:** impactos na formação discente e na comunidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 29895-29918, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-622>.

LIN, Ying-Chun et al. **Comparing individual-, family-, and community-level effects on the oral health of preschool children:** a multilevel analysis of national survey data. *BMC Oral Health*, v. 23, n. 1, p. 353, 2023.

STROMBERG, A. et al. **A contribuição das ações extensionistas do Projeto Rondon na formação do estudante de odontologia.** *Revista Conexão UEPG*, v. 16, n. 1, 2020.

VALARELLI, F. P.; FRANCO, R. M.; SAMPAIO, C. C.; MAUAD, C.; PASSOS, V. A.; VITOR, L. L. R. **Importância dos programas de educação e motivação para saúde bucal em escolas:** relato de experiência. *Odontologia Clínica-Científica*, Recife, v. 10, n. 2, p. 173-176, abr./jun. 2011.

UNIVERSIDADE NAS COMUNIDADES: UMA ANÁLISE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA GESTANTES

Karen Laíssa da Silva Araújo¹; Daniele das Graças Silva¹; Diego de Oliveira Camargos¹; Giovana Veloso Souza¹; Matheus Tavares Reis França¹; Augusto José Alves¹; Maria Eduarda Peres Gonçalves¹; Paula Cristina Pelli Paiva¹.

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Curso de Graduação em Odontologia, Diamantina, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez. Cárie. Orientação.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde bucal

INTRODUÇÃO

O período gestacional representa uma fase de elevada sensibilidade para a saúde da mulher, caracterizada por mudanças físicas, emocionais e sociais que exigem cuidados específicos para a manutenção da saúde materna e o adequado desenvolvimento fetal. Nesse cenário, crenças e mitos relacionados à suposta nocividade do atendimento odontológico durante a gravidez ainda persistem no senso comum, configurando barreiras à adesão ao pré-natal odontológico e à adoção de práticas preventivas de saúde bucal (SANTOS et.al., 2021).

Embora as doenças bucais não sejam, isoladamente, responsáveis por desfechos adversos na gestação, fatores como baixa escolaridade, idade materna e renda podem potencializar más condições de saúde (MARTINELLI et.al.,2020). Além disso, hábitos comuns nesse período, como regurgitação frequente, aumento do consumo de açúcares e redução da frequência de escovação, favorecem a instalação da cárie dentária e de outras alterações bucais (SANTOS FILHO et.al., 2022).

Diante desse contexto, o PET Odontologia nos Vales da UFVJM reconhece a importância da educação em saúde bucal direcionada a gestantes, por meio de estratégias que promovam hábitos saudáveis e a valorização do atendimento odontológico no pré-natal. Assim, entende-se que grande parte das doenças bucais na gravidez pode ser prevenida a partir da implementação de medidas primárias de promoção da saúde.

OBJETIVO

Relatar as atividades de promoção de saúde para as gestantes através de práticas educacionais voltadas para a saúde bucal, a partir da integração entre universidade e

comunidade, por meio da atuação dos acadêmicos do Curso de Odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que atuaram como multiplicadores de informações baseadas em evidências científicas.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido após o contato das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios solicitando a atividade de promoção de saúde bucal para as gestantes cadastradas nas Estratégias da Saúde da Família (ESF). Após o contato, ajuste das datas e dos temas a serem abordados, O Grupo Pet Odontologia do Vale, juntamente com o Programa Universidade nas Comunidades, organizou toda a logística para realização da atividade.

Foram convidados discentes voluntários, e estes foram capacitados sobre o tema através de aulas expositivas e grupos de discussão. Neste momento também foi desenvolvido material educativo, através de cartilhas e apresentação em Power Point, com informações sobre gravidez, principais alterações bucais, cuidados preventivos, mitos e verdades sobre o atendimento odontológico na gestação, entre outros.

O evento foi criado no Even3 para divulgação da ação e inscrição do público alvo. A divulgação ficou a cargo das ESFs e do grupo Pet nas suas mídias sociais. Em local e data indicada pela Secretaria foi realizado o encontro tendo como público alvo as gestantes.

Em uma roda de conversa descontraída foram abordados os temas relativos à gestação e saúde bucal, priorizando a desmistificação do atendimento odontológico durante a gestação e a abordagem pedagógica sobre a importância dos cuidados e da higiene bucal nesse período. Como material de apoio, foram distribuídas cartilhas com um resumo das principais informações sobre saúde bucal na gestação e de kits de higiene bucal.

Além disso, o projeto também contou com a colaboração multiprofissional de alunos dos cursos da Enfermagem e da Fisioterapia que promoveram medidas de saúde geral, como realização de ultrassons e desenho de feto e ensaio fotográfico das gestantes.

Para avaliação do impacto da atividade foi solicitado às participantes o preenchimento do questionário de satisfação. Também foi disponibilizado contato com a equipe e o link do Instagram do projeto para manter um canal ativo de comunicação e tirar eventuais dúvidas que possam ocorrer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2025, foram realizadas duas atividades conjuntas, sendo contemplados os municípios de José Gonçalves de Minas e Datas, localizados no Vale do Jequitinhonha. As ações ocorreram nos meses de fevereiro e março, e contaram com a participação de 38 gestantes. Em José Gonçalves de Minas, a palestra ocorreu no Centro de Convenções, com

a participação de 15 gestantes, enquanto em Datas, foi no Laboratório de Literatura Infantil “Sítio do Pica-pau Amarelo”, centro de lazer local, com a participação de 23 gestantes.

Durante os encontros, foram abordados temas relevantes à saúde bucal no período gestacional, incluindo a realização de radiografias, segurança do uso de anestésicos, medicamentos indicados e contraindicados, e o período mais adequado para procedimentos odontológicos. Também foram discutidas as principais alterações bucais associadas à gestação, destacando-se o aumento do risco de periodontite e a elevação dos marcadores inflamatórios sistêmicos.

Durante a atividade foi possível observar o grande interesse das gestantes pelo assunto, expressiva participação e uma integração dialógica que favoreceu a troca de informações, o rompimento com o senso comum e a conscientização sobre a importância do atendimento odontológico no pré-natal, bem como sobre hábitos preventivos para a manutenção da saúde bucal e sistêmica durante a gravidez. O questionário de satisfação indicou alta satisfação sobre os temas abordados, o tempo de atividade e a metodologia adotada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades extensionistas, principalmente aquelas ligadas à educação em saúde bucal, demonstram a relevância da integração entre ensino, serviço e comunidade na promoção da saúde materno-infantil. A abordagem educativa direcionada às gestantes possibilitou a desconstrução de mitos enraizados no senso comum, ao mesmo tempo em que reforçou a importância do atendimento odontológico durante o pré-natal e da adoção de hábitos saudáveis como fator de proteção tanto para a mãe quanto para o bebê.

Observou-se que a participação ativa das gestantes nas palestras e nas discussões favoreceu o esclarecimento de dúvidas, ampliou o acesso a informações científicas de forma acessível e contribuiu para maior conscientização sobre a prevenção de doenças bucais. Além disso, a atuação multiprofissional e interdisciplinar entre estudantes de Odontologia, Enfermagem e Fisioterapia enriqueceu a prática extensionista, fortalecendo a visão integral da saúde da gestante.

Dessa forma, conclui-se que projetos de extensão universitária como este exercem papel fundamental na democratização do conhecimento em saúde, impactando positivamente a qualidade de vida das gestantes atendidas e contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas sociais. Recomenda-se a continuidade e ampliação dessas ações em diferentes comunidades, de modo a consolidar a educação em saúde como ferramenta transformadora para a redução das desigualdades em saúde bucal no contexto materno-fetal.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

MARTINELLI, Katrini Guidolini; BELOTTI, Lorryne; POLETO, Yara Martins; SANTOS NETO, Edson Theodoro dos; OLIVEIRA, Adauto Emmerich. Fatores associados ao cuidado de saúde bucal durante a gravidez. **Arquivos em Odontologia**, v. 56, e16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7308/aodontol/2020.56.e16>.

SANTOS, Isis Cardoso Benício dos; FERREIRA, Suelem Maria Santana Pinheiro; SILVA, Rogério Vieira; SANTOS, Carla Maria Lima; PEREIRA, Rejane Marques; FERNANDES, Jinária Silva; ALMEIDA, Carla Santos. O cuidado em saúde bucal na gestação: conhecimentos e atitudes de agentes comunitários de saúde. **Revista Rede Cuidados em Saúde**, v. 15, n. 1, jul. 2021. ISSN 1982-6451.

SANTOS FILHO, Luiz Adalberto Farias dos; SILVA, Alana Milena Honorato; FREITAS, Nathalia Matias de; SILVA, Wanessa de França; FRANÇA, Talita Ribeiro Tenório de. Oral health promotion during pregnancy: a literature review = Promoção de saúde bucal na gestação: uma revisão da literatura. **Revista Uningá**, v. 59, eUJ4271, 2022. DOI: 10.46311/2318-0579.59.eUJ4271.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE COLETIVA**

BARREIRAS DE ACESSO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE INFECÇÕES POR HPV EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Giovana de Oliveira Araújo¹; Júlia Borges de Sá Guimarães²; Giovana Netto Pinheiro³; Gabriel Borges Dal Bosco⁴; Neide Márjore Santos Almeida⁵.

¹Escola de Ciências Médicas e da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (ECMV-PUC-GO), Goiânia, GO.

²Escola de Ciências Médicas e da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (ECMV-PUC-GO), Goiânia, GO.

³Escola de Ciências Médicas e da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (ECMV-PUC-GO), Goiânia, GO.

⁴Escola de Ciências Médicas e da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (ECMV-PUC-GO), Goiânia, GO.

⁵Escola de Ciências Médicas e da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (ECMV-PUC-GO), Goiânia, GO.

PALAVRAS- CHAVE: Câncer do colo do útero. Desigualdade social. Papanicolau.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde coletiva

INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero representa um grave problema de saúde pública global, com impacto desproporcional sobre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Apesar de ser evitável por meio do rastreamento regular com o exame citopatológico de Papanicolau e prevenível com a vacinação contra o papilomavírus humano (HPV), essa neoplasia ainda ocupa uma das principais causas de mortalidade feminina em países de baixa e média renda. A infecção persistente por HPV de alto risco oncogênico é o principal fator etiológico associado ao desenvolvimento da doença, e seu controle está diretamente relacionado à implementação de políticas públicas de prevenção, diagnóstico precoce e acesso ao tratamento adequado. No entanto, desigualdades socioeconômicas, barreiras estruturais no sistema de saúde, estigma e desinformação dificultam o acesso de populações vulneráveis, como mulheres negras, indígenas, privadas de liberdade, em situação de rua ou vivendo em regiões periféricas, aos serviços de saúde essenciais para o rastreio e controle do câncer cervical. Estudos recentes apontam que tais grupos apresentam taxas mais baixas de realização do exame de Papanicolau, menor cobertura vacinal contra o HPV e maior incidência de lesões intraepiteliais e câncer invasivo diagnosticado em estágios avançados.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo analisar quais os fatores que dificultam o acesso do diagnóstico e do tratamento da doença causada pelo papilomavírus humano. Além disso, é necessário identificar os grupos mais vulneráveis que são prejudicados por essas barreiras na atualidade. Busca-se compreender essa relação para evidenciar essa problemática contemporânea e possibilitar medidas reparatórias.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão de literatura na base PubMed, utilizando os descritores “Papillomavirus Infections”, “Health Services Accessibility” e “Uterine Cervical Neoplasms”, combinados pelo operador AND. Foram considerados os artigos com texto completo gratuito, publicados nos últimos cinco anos. Foram encontrados 20 artigos, mas somente 17 foram incluídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou que o câncer do colo do útero ainda representa um importante problema de saúde pública em muitos países, principalmente em regiões de baixa e média renda. A infecção pelo HPV, principal causa da doença, permanece altamente prevalente entre mulheres em contextos vulneráveis, como aquelas vivendo com HIV, migrantes, indígenas e populações negras. A cobertura vacinal contra o HPV é geralmente baixa, mesmo onde a vacina foi incorporada a programas nacionais. Barreiras como desinformação, medo de efeitos adversos, resistência cultural e religiosa, além da ausência de políticas públicas obrigatórias, comprometem a adesão. No entanto, estratégias de vacinação em ambiente escolar mostraram-se eficazes, sobretudo quando acompanhadas de ações educativas e envolvimento da comunidade escolar e dos profissionais de saúde. Além disso, o rastreamento apresenta baixa cobertura, dificultando o diagnóstico precoce. Em muitos locais, exames mais sofisticados como o teste de DNA do HPV ou o Papanicolaou são pouco acessíveis, sendo substituídos por métodos mais simples como a inspeção visual com ácido acético (VIA). Em áreas remotas, a autocoleta se mostrou uma alternativa viável para ampliar o alcance, embora ainda exista insegurança quanto à sua realização. Estratégias do tipo “screen-and-treat” também se destacaram por facilitar o tratamento imediato e reduzir perdas de seguimento.

Diversos fatores estruturais comprometem a qualidade do atendimento, como a escassez de recursos, infraestrutura inadequada, tempo de espera elevado, ausência de prontuário eletrônico e baixa capacitação contínua dos profissionais de saúde. Além disso, o seguimento das mulheres após exames positivos é prejudicado por sistemas de informação ineficientes e pela falta de comunicação ativa com as pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento do câncer do colo do útero exige mais do que intervenções biomédicas isoladas: demanda ações integradas e equitativas que reconheçam as vulnerabilidades sociais e estruturais que limitam o acesso à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado. A revisão evidencia que a persistência de barreiras socioeconômicas, culturais e institucionais prejudica, de forma desproporcional, grupos já historicamente marginalizados, ampliando as desigualdades em saúde. É fundamental fortalecer políticas públicas que garantam a cobertura vacinal contra o HPV e ampliem o acesso ao rastreamento, sobretudo por meio de estratégias culturalmente sensíveis, comunitárias e baseadas em evidências. Investir na capacitação dos profissionais de saúde, na melhoria da infraestrutura dos serviços e na informatização dos sistemas de acompanhamento também se mostra essencial. Por fim, ações educativas e o empoderamento das mulheres sobre seus direitos reprodutivos e de saúde devem ser pilares de qualquer programa que vise à eliminação do câncer cervical como problema de saúde pública.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- ADEGBOYEGA, A. et al. HPV vaccination and cervical cancer screening promotion among Black individuals: social ecological perspectives from key informants interviews. **Ethnicity & Health**, v. 28, n. 7, 2023, p. 1026-1040.
- ALLALI, M. et al. Cervical cancer in Morocco: a literature review on risk factors, prevalence, and healthcare challenges. **The Pan African Medical Journal**, v. 50, 7 jan. 2025, n. 11.
- ANJOS, E. F. dos et al. Quality of Actions to Control Cervical Cancer in Bahia, Brazil. **Asian Pacific Journal of Cancer Prevention**, v. 22, n. 8, 1 ago. 2021, p. 2343-2349.
- CERNUSCHI, T. et al. Improving access to human papillomavirus vaccines: A case study in the IA2030 core principle of partnership. **Vaccine**, v. 42, supl. 1, 2024, p. S118-S123.
- CHARGARI, C. et al. Increasing global accessibility to high-level treatments for cervical cancers. **Gynecologic Oncology**, v. 164, n. 1, p. 231–241, 1 jan. 2022.
- DZINAMARIRA, T. et al. Cervical cancer in sub-Saharan Africa: an urgent call for improving accessibility and use of preventive services. **International Journal of Gynecologic Cancer**, v. 33, n. 4, 1 abr. 2023.
- HUSSEIN, K. et al. Assessing the influence of the health system on access to cervical cancer prevention, screening, and treatment services at public health centers in Addis Ababa, Ethiopia. **PloS one**, v. 19, n. 5, p. e0300152–e0300152, 31 maio 2024.
- MORSE, R. M. et al. Challenges associated with follow-up care after implementation of an HPV screen-and-treat program with ablative therapy for cervical cancer prevention. **BMC Public Health**, v. 24, n. 1, 6 ago. 2024.
- SERRA, L. A. et al. Cervical cancer prevention and care in HIV clinics across sub-Saharan

Africa: results of a facility-based survey. **Journal of the International AIDS Society**, v. 27, n. 7, 1 jul. 2024.

SHPENDI, S. et al. Identifying the key barriers, facilitators and factors associated with cervical cancer screening attendance in young women: A systematic review. **Women's Health** (London, England), v. 21, 2025.

TAN, C. S. et al. Self-sampling in Human Papillomavirus screening during and post-COVID-19 pandemic. **The Medical Journal of Malaysia**, v. 76, n. 3, 2021, p. 298-303.

TEKPOR, E. et al. Prevalence of high-risk human papillomavirus infection and cervical lesions among female migrant head porters (kayayei) in Accra, Ghana: a pilot cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 24, n. 1, 1 mar. 2024.

WU, D. et al. Implementing the free HPV vaccination for adolescent girls aged below 14 in Shenzhen, Guangdong Province of China: experience, challenges, and lessons. **Infectious Diseases of Poverty**, v. 12, n. 1, 30 out. 2023.

ANÁLISE PSICOMÉTRICA DE QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA APLICADO A DESORDENS ORAIS POTENCIALMENTE MALIGNAS NO BRASIL

Igor Ferreira Borba de Almeida¹.

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Validação de instrumentos. Leucoplasia. Eritroplasia

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Coletiva

INTRODUÇÃO

As desordens orais potencialmente malignas (DOPM) correspondem a alterações da mucosa oral que apresentam risco aumentado de transformação maligna. Entre elas destacam-se: leucoplasia, eritroplasia, líquen plano oral, leucoplasia verrucosa proliferativa, queilite actínica, lúpus eritematoso oral, fibrose submucosa, doença do enxerto contra hospedeiro, entre outras. As prevalências reportadas variam de 2,6% a 31,2%, sendo a leucoplasia a mais recorrente e a eritroplasia a menos frequente (Warnakulasuriya et al., 2021; Gondivkar et al., 2018).

Estudos recentes demonstram que essas condições afetam negativamente a qualidade de vida (QV), gerando dor, limitações funcionais, prejuízos na fala, dificuldades alimentares e repercussões psicossociais. Diante disso, foi desenvolvido na Índia o *Quality-of-life questionnaire for patients with oral potentially malignant disorders* (QQV-DOPM), composto por 20 itens distribuídos em quatro domínios, com boas evidências de validade e confiabilidade (Tadakamadla et al., 2017; Ferreira et al., 2016).

No Brasil, a adaptação transcultural do instrumento apresentou equivalência semântica e operacional satisfatória, mas faltava comprovação de validade de construto e confiabilidade psicométrica, etapas essenciais para seu uso. (Almeida et al., 2020; Almeida et al., 2021).

OBJETIVO

Assim, o presente estudo buscou verificar tais propriedades no contexto brasileiro.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Pesquisa transversal de natureza psicométrica, conduzida entre fevereiro de 2021 e dezembro de 2023. Aprovada pelo CEP, sob o número: CAAE: 46614221.3.0000.0053 e número de parecer: 4.832.436.

Local

O estudo ocorreu no Centro de Referência de Lesões Bucais da UEFS, em Feira de Santana (Bahia).

Instrumento

A versão brasileira do QQV-DOPM contém 20 itens distribuídos em quatro domínios, avaliados em escala Likert de 5 pontos (0 a 4). Também foram coletadas informações sociodemográficas por ficha clínica.

Amostra

A amostragem foi não probabilística, por conveniência. O cálculo mínimo considerou 20 participantes por item, totalizando 401 indivíduos com DOPM. Critérios de inclusão: diagnóstico clínico confirmado por especialistas, com ou sem confirmação histopatológica de displasia leve, moderada ou severa. Foram excluídos casos de carcinoma in situ e portadores de síndromes metabólicas descompensadas.

Análise dos dados

Os dados foram organizados no REDCap. Realizou-se análise fatorial exploratória (AFE) no software Factor e, posteriormente, análise confirmatória (AFC) no Mplus. Foram adotados índices de ajuste como KMO, Bartlett, CFI, TLI e RMSEA. A consistência interna foi avaliada por confiabilidade composta, α de Cronbach e ômega de McDonald.

RESULTADOS

A amostra final incluiu 401 indivíduos, majoritariamente homens (55,6%), com média etária de 58,8 anos. A queilite actínica foi a lesão mais prevalente (48,6%), seguida da leucoplasia oral (25,7%).

Na AFE inicial, verificou-se necessidade de exclusão dos itens 10 e 19 devido a cargas fatoriais e adequação amostral insatisfatórias. A análise paralela recomendou três fatores, com índices de ajuste aceitáveis (KMO=0,82; Bartlett=3571; $p<0,001$).

AAFC com 18 itens apresentou ajustes razoáveis, mas indicou redundância entre os itens 15 e 16, levando à exclusão do item 16. O modelo final, com 17 itens e três domínios, apresentou bons índices: RMSEA=0,07; CFI=0,97; TLI=0,97; WRMR=1,11. As cargas fatoriais variaram entre 0,57 e 0,97. A confiabilidade composta (0,91), α de Cronbach (0,91) e ômega de McDonald (0,91) foram consistentes tanto no geral quanto por domínio, confirmando a robustez do instrumento.

DISCUSSÃO

O estudo reforça a necessidade de instrumentos específicos para avaliar a QV de pessoas com DOPM, já que os questionários existentes são escassos e pouco abrangentes. O QQV-DOPM, além de contemplar sintomas físicos, incorpora aspectos emocionais e sociais, além de dificuldades ligadas ao diagnóstico tardio e efeitos do tratamento.

No contexto brasileiro, a análise revelou três fatores, diferentemente do modelo original indiano, que previa quatro. Essa diferença pode ser atribuída ao uso de técnicas estatísticas mais robustas (análise paralela e método ULS), bem como ao maior tamanho amostral da presente pesquisa.

A confiabilidade obtida foi elevada em todos os índices utilizados (CC, α de Cronbach e ômega), reforçando a adequação do instrumento. Limitações incluem a predominância de queilite actínica na amostra e atrasos na coleta em função da pandemia de COVID-19.

Entre os pontos fortes, destacam-se o tamanho amostral expressivo, o baixo índice de dados faltantes e a aplicação de métodos estatísticos atuais, o que garante maior consistência aos achados.

CONCLUSÃO

O QQV-DOPM, em sua versão brasileira, apresenta evidências sólidas de validade e confiabilidade, configurando-se como ferramenta inédita no país para avaliar o impacto das desordens orais potencialmente malignas na qualidade de vida.

O instrumento final, com 17 itens distribuídos em três domínios, é de aplicação simples e rápida, podendo ser incorporado à prática clínica odontológica, ao ensino e a investigações epidemiológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

WARNKULASURIYA, S.; KUJAN, O.; AGUIRRE-URIZAR, J. M.; BAGAN, J. V.; GONZÁLEZ-MOLES, M. Á.; KERR, A. R. et al. Oral potentially malignant disorders: a consensus report from an international seminar on nomenclature and classification, convened by the WHO Collaborating Centre for Oral Cancer. *Oral Diseases*, v. 27, n. 8, p. 1862-1880, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.1111/odi.13704>.

FERREIRA, A. M.; LUCENA, E. E.; OLIVEIRA, T. C.; SILVEIRA, É.; OLIVEIRA, P. T.; LIMA, K. C. Prevalence and factors associated with oral potentially malignant disorders in Brazil's rural workers. *Oral Diseases*, v. 22, n. 6, p. 536-542, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/odi.12488>.

TADAKAMADLA, J.; KUMAR, S.; LALOO, R.; JOHNSON, N. W. Development and validation of a quality of life questionnaire for patients with potentially malignant oral disorders. *Oral Surgery, Oral Medicine, Oral Pathology and Oral Radiology*, v. 123, n. 3, p. 38-49, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.oooo.2016.10.025>.

GONDIVKAR, S. M.; BHOWATE, R. R.; GADBAIL, A. R.; GAIKWAD, R. N.; GONDIVKAR, R. S.; SARODE, S. C. et al. Development and validation of oral health-related quality of life measure in oral submucous fibrosis. *Oral Diseases*, v. 24, n. 6, p. 1020-1028, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/odi.12857>.

ALMEIDA, I. F. B.; FREITAS, K. S.; ALMEIDA, D. B.; LISBOA, L. J.; OLIVEIRA, M. C. Instrumento de avaliação da qualidade de vida em indivíduos com desordens orais potencialmente malignas: revisão integrativa da literatura. *Revista da Faculdade de Odontologia da UFBA*, v. 50, n. 3, p. 91-100, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/revfo.v50i3.43110>.

ALMEIDA, I. F. B.; FREITAS, K. S.; ALMEIDA, D. B.; BASTOS, A. O.; FARIAS, M. T. D.; OLIVEIRA, M. C. Cross-cultural adaptation of a quality of life questionnaire for individuals with oral potentially malignant disorders in the Brazilian context. *Acta Odontologica Latinoamericana*, v. 34, n. 1, p. 71-80, 2021. DOI: <https://doi.org/10.54589/aol.34/1/071>.

TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA NO QUESITO ETNIA EM ITAMARACÁ (2018-2022)

Edian Carlos de Lima Souza¹.

¹Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Óbitos. Etnia. Desigualdade.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Coletiva

INTRODUÇÃO

Numa determinada população, averiguar o desenvolvimento social da mesma, exige não somente analisar indicadores demográficos, financeiros ou ambientais, mas também, os indicadores de mortalidade, sondá-los permite perceber condições únicas e especiais que levam indivíduos específicos a óbito. **Indicadores de mortalidade** são medidas estatísticas utilizadas para descrever e analisar os padrões de morte em uma população, permitindo a atuação mais adequada e direcionada para os grupos populacionais por parte do governo.

Dentre os indicadores de mortalidade, temos a **Taxa de Mortalidade específica**, que calcula as mortes levando em consideração grupos específicos. A taxa de mortalidade específica abordada nesse resumo expandido terá por especificidade o quesito raça/cor, dividindo-se em negros (pretos e pardos) e brancos.

Para que seja calculada a Taxa de Mortalidade específica por raça/cor, basta saber o número de indivíduos de determinada etnia presentes na região que está sendo feito o estudo, e descobrir quantas mortes houveram dos indivíduos dessa etnia nesse mesmo local estudado. Com essas informações em mãos, basta fazer uma divisão do número de mortes específicas desta raça numa determinada população pelo número desses indivíduos residentes nela, o resultado será multiplicado por 1000. O resultado obtido pode ser associado a diversos contextos sociais, como desigualdade social, racismo, estresse por busca de ascensão social, falta de oportunidades de emprego e educacionais, etc.

O município da **Ilha de Itamaracá** possui uma população estimada de cerca de 25.529 pessoas segundo o IBGE, com sua economia voltada ao turismo, pesca e comércio. Constitui-se também em um município integrante da Região Metropolitana do Recife - A Ilha é ligada ao continente pela ponte Presidente Getúlio Vargas. O canal de Santa Cruz a separa do continente ("Ilha de Itamaracá (PE) | Cidades e Estados | IBGE", [S.d.J]).

OBJETIVO

Esse resumo expandido tem a finalidade de trazer à tona a taxa de mortalidade específica entre as raças: pretos, pardos e brancos em Itamaracá. Através desse cálculo busca-se fazer um comparativo e buscar compreender as causas dos resultados dessas taxas (“Ilha de Itamaracá (PE): Síntese das Informações - Dados econômicos, estatísticos e políticos”, [S.d.])

METODOLOGIA

Esse estudo quantitativo, de natureza aplicada, de objetivo explicativo, utilizou como método de pesquisa o uso de sites de sistema de informação em saúde e de pesquisa demográfica como o TABNET (“Mortalidade – desde 1996 pela CID-10 – DATASUS”, [S.d.]), GOV.BR, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e demais informações socioeconômicas e de saúde do município da Ilha de Itamaracá durante o período de tempo de 2018 à 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Num município de pequeno porte como a Ilha de Itamaracá, há uma certa negligência em alimentar os Sistemas de Informação em Saúde, devido a isso, o valor de população residente durante os 5 anos permanece o mesmo, porém, usufruindo do que se tem, com os dados de mortalidade específicos por raça/cor, temos mortes por eventos epidemiológicos maior na população negra do que branca, com casos chegando até mesmo a ter o dobro de mortes. Os casos analisados são com causas de óbitos que em sua maioria envolvem condições socioeconômicas baixas e grupos com maiores dificuldades de ter um acesso a higiene adequada, alimentos saudáveis ou até mesmo alimentos em si.

Vejamos as mortes registradas por essas causas no município entre os anos de 2018 à 2022

Causa - CID-BR-10	BRANCA	PRETA	PARDA
DOENÇAS ENDÓCRINAS, NUTRICIONAIS E METABÓLICAS	12	5	25
DIABETES MELLITUS	10	3	27
DESNUTRIÇÃO	2	-	3
TOTAL	24	8	55

Tendo isso em vista, importa calcularmos a taxa de mortalidade específica por raça/cor (“Ipeadata”, [S.d.]).

Cálculo: óbitos de pessoas brancas ou negras /população branca ou negra residente na região X 1000 = mortalidade específica por raça/cor

	BRANCOS	2018	2019	2020	2021	2022
População Residente		5946	5946	5946	5946	5946
Óbitos por Residência		2	6	5	1	8
Taxa de Mortalidade		0,336	1,009	0,840	0,168	1,345
	PRETOS					
População Residente		3795	3795	3795	3795	3795
Óbitos por Residência		2	3	1	1	1
Taxa de Mortalidade		0,527	0,790	0,263	0,263	0,263
	PARDOS					
População Residente		14732	14732	14732	14732	14732
Óbitos por Residência		8	4	4	24	10
Taxa de Mortalidade		0,543	0,271	0,271	1,629	0,678

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os cálculos feitos e comparando-os, torna-se perceptível a disparidade entre as mortes da população branca e negra, na qual, muitas vezes é negligenciada. Ao vermos em específico os casos de morte que se relacionam a doenças e condições de vida precária, se torna aparente como esses fatores afetam absurdamente mais os pretos e pardos em detrimento aos brancos. Isso se dá pelo fato de que a comunidade negra vem sendo afetada desde o considerado início da história do Brasil, em que o racismo estrutural, cultural e ambiental oprimia e ainda oprime esse grupo étnico, tentando os deixar à um ponto em que suas condições econômicas, de moradia, de saúde e até mesmo de convívio social sejam as menores possíveis. Graças a isso, os pardos conseguem ter o dobro de mortes envolvendo desnutrição, doenças endócrinas e metabólicas, comparado aos brancos.

A desigualdade racial traz à tona não só a dificuldade de ascensão social, como vemos nos dados, mas também gera dificuldades para alcançar maiores graus de estudo, além do fato que há maiores casos de violência contra a população afrodescendente, ainda que, infelizmente, o sistema do DATASUS não tenha sido alimentado quanto ao número dessas violências no município. Todos esses aspectos correspondem a favor do aumento da mortalidade da comunidade negra, não só na Ilha de Itamaracá, mas em todo o Brasil. É preciso que a população brasileira se conscientize desses problemas sociais e lute contra essa desigualdade de raça.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Ilha de Itamaracá (PE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/ilha-de-itamaraca.html>>. Acesso em: 18 set. 2025.

Ilha de Itamaracá (PE): Síntese das Informações - Dados econômicos, estatísticos e

políticos. Disponível em: <https://informacoesdobrasil.com.br/dados/pernambuco/ilha-de-itamaraca/#google_vignette>. Acesso em: 19 set. 2025.

Ipeadata. Disponível em: <<https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 19 set. 2025.

Mortalidade – desde 1996 pela CID-10 – DATASUS. , [S.d.]. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/mortalidade-desde-1996-pela-cid-10/>>. Acesso em: 19 set. 2025

ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

UMA ABORDAGEM SOBRE TRANSTORNOS ALIMENTARES NO AMBIENTE ESCOLAR

Maria Raquel da Silva Lima¹; Marcus Levy de Oliveira Mouta²; Fernanda Pimentel de Oliveira³; Ana Soraya Santos⁴; Francinalda Machado Stasczak⁵; Francisca Kátia Bezerra⁶; Ana Angélica Romeiro Cardoso⁷.

¹Universidade Estácio de Sá (Estácio do Ceará), Fortaleza, Ceará.

²Centro Universitário Estácio (Estácio do Ceará), Fortaleza, Ceará.

³Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará.

⁴Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará.

⁵Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

⁶Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará

⁷Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Educação em saúde. Promoção da saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Os Transtornos Alimentares (TA) envolvem fatores psíquicos e, na maioria das vezes, aparecem na adolescência ou no início da vida adulta, embora possam ocorrer em outras fases, inclusive na infância (AGOSTINO *et al.*, 2021). Entre os transtornos alimentares mais comuns estão a anorexia (AN) e a bulimia (BN).

Os TA têm múltiplas causas, incluindo fatores genéticos, psicológicos, sociais, familiares e culturais. Na AN, características como perfeccionismo, sentimento de frustração e baixa autoestima são comuns (BOHON, 2019; RIVA *et al.*, 2022). Esse transtorno caracteriza-se pela restrição alimentar severa, motivada pelo medo intenso de engordar e pela distorção da imagem corporal. Classifica-se em dois subtipos: o restritivo, que envolve restrição alimentar sem comportamentos compensatórios; e o purgativo, que inclui métodos como indução de vômitos, uso de laxantes e exercícios físicos extenuantes (JAMES *et al.*, 2020).

Na BN, predomina a compulsão alimentar seguida de comportamentos compensatórios para perda de peso. Indivíduos com bulimia podem apresentar peso normal ou até acima do ideal, o que dificulta o diagnóstico. A compulsão alimentar consiste no consumo de grande quantidade de alimentos em curto período, acompanhado de sensação de perda de

controle (BOHON, 2019).

Compreender os TA, seus tipos e características, faz-se fundamental para evitar o agravamento dos casos, especialmente na adolescência, período marcado por intensas transformações físicas e psicológicas.

OBJETIVO

Relatar uma abordagem sobre transtorno alimentar no ambiente escolar. Essa abordagem torna-se relevante porque os transtornos alimentares, como anorexia e bulimia, frequentemente se manifestam na adolescência, período em que os indivíduos passam por profundas mudanças físicas e emocionais. O ambiente escolar, por ser um espaço de convivência diária e formação social, pode contribuir tanto para detecção precoce de sinais desses transtornos quanto para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, acolhimento e encaminhamento para tratamento adequado.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa (Flick, 2009), uma vez que leva em consideração a subjetividade dos participantes. Assim, este estudo configura-se como um relato de experiência sobre transtornos alimentares com adolescentes do 7º ano do ensino fundamental em duas escolas participantes do Programa Gente Adolescente, uma no Bairro Dias Macedo e a outra na Boa Vista em Fortaleza-CE, totalizando 47 participantes. A atividade foi realizada no mês de agosto de 2025 com o apoio da supervisora escolar, professora e nutricionista da Unidade de Atenção Primária à saúde vinculada ao território das escolas

A ação baseou-se em mitos e verdades sobre transtornos alimentares, incluindo oito questionamentos, a saber: Os TA afetam apenas mulheres; Podemos afirmar se alguém tem TA somente pela aparência; Pessoas magras são mais saudáveis; Uma pessoa recupera-se de TA quando atinge um peso saudável; Não há recuperação para quem sofre com TA; TA só ocorre na adolescência; Dietas da moda são perigosas; A recuperação depende do acompanhamento de vários profissionais. Para o desenvolvimento desses questionamentos, foram entregues cartões com as palavras Mito ou Verdade para que os alunos pudessem expor sua opinião.

Também foi utilizada uma escala de figuras para a percepção da própria imagem corporal, específicas para cada gênero que aumentam conforme a quantidade de gordura corporal, devendo o participante marcar como se enxerga e como gostaria de ser.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se pouca familiaridade dos alunos com o tema, embora alguns mencionaram sintomas e que conheciam casos próximos. A maioria acertou as respostas dos mitos ou verdades, mas não conseguiram contextualizar, evidenciando a escassez de discussões sobre o tema no ambiente escolar.

Sobre percepção corporal predominou o desejo de ser mais magro, especialmente entre as meninas, o que corrobora com achados recentes. A prevalência de TA varia de 5,5% a 11,7% entre mulheres jovens e de 0,6% a 2,4% entre homens, sendo a anorexia nervosa a mais destacada (SILÉN; KESKI-RAHKONEN, 2022). Os meninos apresentam menor prevalência, pois enquanto as meninas desejam emagrecer, eles preferem aumentar a musculatura (Riva et al., 2022).

Os meios de comunicação influenciam no aumento da prevalência dos TA ao propagar um padrão de beleza baseado na magreza, incompatível com a maioria das estruturas corporais, levando à frustração e desencadeando transtornos, especialmente em mulheres (Plaza et al., 2022).

Uma revisão sistemática apontou o aumento na prevalência de anorexia no Brasil, passando de 3,5% (2000-2006) para 7,8% (2013-2018) (GÁLMICHE *et al.*, 2019). Práticas esportivas que exigem baixo percentual de gordura e disciplina rígida, como fisiculturismo e ginástica artística, também favorecem o desenvolvimento dos TA (HOLM-DENOMA *et al.*, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Principalmente no período da adolescência a abordagem dos transtornos alimentares deve ser incorporada ao cotidiano dos jovens, não apenas como forma de conscientização, mas também como instrumento de orientação a pais e professores, possibilitando a identificação precoce de possíveis casos, os quais frequentemente permanecem despercebidos. A detecção antecipada mostra-se fundamental para prevenir a evolução e o agravamento do quadro, que, em situações extremas pode culminar em desfechos fatais. Nesse sentido, a inserção dessa temática no ambiente escolar é de elevada relevância, tornando-se necessária sua ampliação para outras turmas pertencentes à mesma faixa etária.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AGOSTINO, H.; BURSTEIN, B.; MOUBAYED, D.; TADDEO, D.; GRADY, R.; VYVER, E.; COELHO, J. S. Tendências na incidência de anorexia nervosa de início recente e anorexia nervosa atípica entre jovens durante a pandemia de COVID-19 no Canadá. **JAMA Network Open**, v. 4, n. 12, p. e2137395-e2137395, 2021.

BOHON, C. Transtorno da compulsão alimentar periódica em crianças e adolescentes. **Clínicas psiquiátricas infantis e adolescentes da América do Norte**, v. 28, n. 4, p. 549, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOLM-DENOMA, J. M.; SCARINGI, V.; GORDON, K. H.; VAN ORDEN, K. A.; JOINER JR, T. E. Eating disorder symptoms among undergraduate varsity athletes, club athletes, independent exercisers, and nonexercisers. **International Journal of Eating Disorders**, v. 42, n. 1, p. 47–53, jan. 2009.

RIVA, A.; PIGNI, M.; ALBANESE, N. D.; FALBO, M.; DI GUARDO, S.; BRASOLA, E.; NACINOVICH, R. Transtornos alimentares em crianças e adolescentes do sexo masculino: um perfil psicopatológico peculiar. **Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, v. 19, n. 18, p. 11449, 2022.

JAMES, E. M.; CAROL, B.; PETERSON, P. H.D. **New England Journal of Medicine**, v. 382, p. 1343-1351, 2020.

GALMICHE, M.; DÉCHELOTTE, P.; LAMBERT, G.; TAVOLACCI, M. P. Prevalence of eating disorders over the 2000-2018 period: a systematic literature review. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 109, n. 5, p.1402–1413, 26 abr. 2019.

SILÉN, Y.; KESKI-RAHKONEN, A. Worldwide prevalence of DSM-5 eating disorders among young people. **Current Opinion in Psychiatry**, v. 35, n. 6, p. 362–371, 13 set. 2022.

PLAZA, M. D. D.; NOVALBOS, J. P. R.; SANTI, M. J. C. Social media and cyberbullying in eating disorders. **Nutrición Hospitalaria**, v. 39, n. Spec No2, p. 62-67, 2022.

CONTRIBUIÇÕES DA CADERNETA DA CRIANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Layssa Karen Melo dos Anjos Silva¹; Geisla Maria Araújo Silva²; Jennifer Rharissa de Lima Santos³.

^{1, 2, 3}Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Registro. Avaliação.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o Ministério da Saúde tem formulado políticas públicas com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida à população infantil brasileira. Nesse contexto, em 2015, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) foi instituída, com base em programas estratégicos da década de 80, para ampliar a proteção à saúde na infância, diminuir a incidência de doenças e óbitos e assegurar o desenvolvimento adequado (Souza, 2024).

Essa política estrutura-se em sete eixos destinados a fornecer: atenção de qualidade e humanizada durante a gestação, no momento do parto, no nascimento e ao recém-nascido; incentivo à amamentação e à alimentação saudável; assistência a crianças acometidas por doenças comuns na infância, com deficiência e em situações de violência e vulnerabilidade; além de supervisão e controle dos óbitos maternos, fetais e infantis. Destaca-se, ainda, a promoção e a fiscalização do crescimento e do desenvolvimento integral, sendo realizado de forma sistemática por meio da Caderneta da Criança (CC) para o monitoramento do bem-estar infantil desde o nascimento até os 9 anos de idade (BRASIL, 2015).

A Caderneta da Criança, cuja última atualização impressa ocorreu em 2024, deve ser distribuída gratuitamente no momento da alta hospitalar e é dividida em duas partes. A primeira, direcionada à família/cuidadores, aborda temas como amamentação; alimentação; direitos e garantias sociais; saúde visual, auditiva e bucal; desenvolvimento infantil e prevenção de acidentes. O segundo segmento, designado aos profissionais de saúde, apresenta espaços para o registro de informações em gráficos e tabelas que mensuram o peso, altura e perímetro cefálico, notificam o esquema vacinal e avaliam os marcos de evolução mediante a análise da capacidade da criança em realizar atividades cada vez mais complexas (Paulo, 2023).

Portanto, ao contemplar grande parte dos eixos estratégicos da política pública formulada em 2015, a Caderneta da Criança ganha força como uma ferramenta essencial para acompanhamento de medidas antropométricas e do aprimoramento das habilidades infantis, contribuindo para a promoção, prevenção e proteção da saúde na infância.

OBJETIVO

Analisar as contribuições da Caderneta da Criança como instrumento de vigilância do crescimento e desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivo exploratório-descritivo, com foco em analisar as contribuições do uso da Caderneta da Criança no acompanhamento da saúde infantil.

A pesquisa foi realizada no dia 18 de Setembro de 2025 nas bases de dados BVS, Scielo e LILACS. Foram incluídos estudos originais na íntegra, no idioma português, publicados nos últimos cinco anos.

Adicionalmente, foram consultadas diretrizes nacionais que abordam o tema do estudo, como publicações oficiais do Ministério da Saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e exemplares atualizados da Caderneta da Criança, a fim de compreender sua estrutura e aplicação prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das literaturas e dos exemplares da Caderneta da Criança evidencia que este instrumento desempenha funções significativas de promoção, prevenção e proteção à saúde na infância. Essa ferramenta promove o bem-estar infantil através de orientações didáticas sobre hábitos saudáveis destinadas aos familiares e cuidadores; contribui com a prevenção ao buscar evitar o surgimento de doenças e agravos por meio do registro do esquema vacinal, do estímulo à imunização nos períodos adequados e de anotações sobre o uso de suplementos como vitamina A, prevenindo deficiências nutricionais; e colabora com a proteção ao identificar situações de vulnerabilidade e orientar medidas tomadas diante de condições de violência (BRASIL, 2024).

Constata-se, ainda, que o acompanhamento registrado neste instrumento é fundamental para conhecer antecipadamente os fatores que interferem na dinâmica de crescimento; identificar as alterações na normalidade e detectar problemas, a fim de fornecer intervenções oportunas, evitar medidas desnecessárias, tranquilizar responsáveis e minimizar o sofrimento da criança (Paulo, 2023).

A Caderneta também se configura como um recurso norteador das condutas profissionais, visto que facilita a escolha das atividades assistenciais e o planejamento de intervenções de acordo com os dados registrados. Paralelo a isso, seu caráter multiprofissional e intersetorial, viabiliza a continuidade do cuidado por diferentes membros da equipe de saúde, como médicos, enfermeiros, agentes comunitários e nutricionistas, garantindo que os mesmos parâmetros sejam compartilhados por entre as especialidades e proporcionando tomadas de decisões mais eficazes (Soares, et al., 2022).

Além disso, esse dispositivo favorece a participação ativa da família, ao oferecer acesso contínuo e de fácil compreensão às informações sobre o crescimento e desenvolvimento da criança. Essa abordagem está em consonância com o princípio estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhece ser dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança a efetivação dos direitos referentes à vida, como a saúde (BRASIL, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Caderneta da Criança contribui de maneira significativa no processo de vigilância do crescimento e desenvolvimento infantil. Constitui-se como um instrumento essencial de promoção, prevenção e proteção da saúde, ao fortalecer a participação ativa da família, apoiar o trabalho multiprofissional e consolidar a efetivação das políticas públicas voltadas à infância.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Criança: menina - passaporte da cidadania**. 7. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Criança**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/caderneta>. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/pnaisc>. Acesso em: 18 de Setembro. 2025.

COELHO, Isadora Íris de Almeida et al. **Mapping the use of the child health handbook by parents and professionals: a descriptive study / Mapeamento do uso da caderneta de saúde da criança por pais e profissionais: um estudo descritivo**. Revista de Pesquisa

Cuidado é Fundamental Online, v. 13, p. 768-773, 1 maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.9199>. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

PAULO, Geziel Muniz de. **A vigilância do crescimento e desenvolvimento infantil na atenção primária à saúde do município de Juquiá, São Paulo**. 2023. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde, Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, São Paulo, 2023. Acesso em: 18 de Setembro de 2025

SOARES, Anniely Rodrigues et al. **Caderneta da Criança na Atenção Primária: olhar dos profissionais de saúde da família e das mães**. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 46, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2025.20240022.pt>. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

SOARES, Anniely Rodrigues; GUEDES, Anna Tereza Alves; VIEIRA, Daniele de Souza; PEDROSA, Rafaella Karolina Bezerra; TOSO, Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira; COLLET, Neusa; REICHERT, Altamira Pereira da Silva. **Percepção e utilização da Caderneta da Criança por profissionais e mães: uma abordagem interacionista**. Revista Rene, v. 23, e 81191, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20222381191>. Acesso em 18 de Setembro de 2025.

SOUZA, Livia Silveira. **Caderneta da criança na atenção primária à saúde: estudo sobre uso e preenchimento**. 2024. Monografia (Bacharelado em Nutrição) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2024. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

TEIXEIRA, Juliana Araújo et al. **Estudos sobre a Caderneta da Criança no Brasil: uma revisão de escopo**. Revista de Saúde Pública, v. 57, n. 1, p. 48, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004733>. Acesso em: 18 de Setembro de 2025.

SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO EM UM MUNDO CONECTADO

Auricélia Gomes Tavares¹; Antônio Paulo Tavares²; Antônio Alberto Nicodemos Felinto³; Avanesa Madeiro Lucena⁴; Elizângela Paulo Tavares⁵; Kátia Eliane Santos Avelar⁶.

¹Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ. Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima (CSNSF), Brejo Santo, CE.

²Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

³Médico Pediatra. Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima (CSNSF), Brejo Santo, CE.

⁴Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), Brejo Santo, CE. Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima (CSNSF), Brejo Santo, CE.

⁵Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

⁶Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Psicossocial. Conectividade digital. Integração Escolar.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da criança e do adolescente

INTRODUÇÃO

A adolescência representa uma fase do ciclo vital marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, nas quais se constroem identidades e se consolidam vínculos sociais. Esse período, embora natural, é acompanhado de vulnerabilidades significativas que podem repercutir em quadros de ansiedade, depressão, automutilação e ideação suicida. A conectividade digital, cada vez mais presente, intensifica esse quadro ao expor adolescentes a novos riscos, como cyberbullying, dependência tecnológica e isolamento social. Tais fatores exigem respostas de saúde pública, educação e assistência, já que 20% dos adolescentes enfrentam algum problema de saúde mental não tratado de forma adequada (OMS, 2018; WHO, 2020). O modelo biopsicossocial (Engel, 1977) oferece uma lente para compreender essas questões, integrando fatores biológicos (e.g., mudanças hormonais), psicológicos (e.g., autoestima) e sociais (e.g., pressões digitais).

No Brasil, estudos recentes apontam que fatores como a pressão acadêmica, os conflitos familiares e o uso desregulado de mídias digitais são preditores de sofrimento psíquico entre adolescentes (Santos; Gondim, 2021). A literatura também revela que 50% dos transtornos mentais iniciam-se antes dos 14 anos de idade, o que torna a intervenção

precoce essencial (Correia, 2024). A IACAPAP (2017) reforça que a prevenção primária (e.g., educação em saúde mental), secundária (e.g., triagem precoce) e terciária (e.g., tratamento) são cruciais para mitigar riscos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei nº 13.819/2019) estabelecem bases legais para a proteção e prevenção, impondo aos setores responsáveis a adoção de campanhas educativas, acompanhamento psicossocial e integração com a rede escolar e familiar.

Este artigo discute a saúde mental na adolescência em um mundo hiperconectado, enfatizando estratégias preventivas e interventivas para promover o bem-estar e reduzir os impactos negativos da tecnologia.

OBJETIVOS

Analisar os fatores de risco e proteção relacionados à saúde mental dos adolescentes em um mundo conectado, com foco em estratégias preventivas e interventivas. Busca-se também destacar como a legislação vigente e os programas educativos nacionais podem promover ambientes digitais e sociais mais saudáveis.

METODOLOGIA

Esta pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, analisou 25 publicações nacionais e internacionais (2021-2025), selecionadas em bases como SciELO, LILACS e repositórios acadêmicos. Foram incluídos artigos empíricos, revisões sistemáticas e documentos institucionais com foco em saúde mental adolescente no contexto digital, revisado aos pares, e, excluindo estudos sem validação metodológica clara. A análise temática seguiu três eixos com codificação manual para identificar convergências e divergências: fatores de risco, estratégias de prevenção e políticas públicas. O recorte temporal buscou garantir atualidade e pertinência às discussões, privilegiando estudos aplicados ao contexto brasileiro. A tabela abaixo resume as fontes selecionadas:

Autor / Ano	Tipo de Estudo	Eixo Temático
Monteiro et al., 2024	Artigo empírico	Fatores de risco
Sakuma e Vitalle, 2020	Artigo empírico	Prevenção
Correia, 2024	Dissertação	Prevenção
Santos & Gondim, 2021	Artigo empírico	Fatores de risco
Teixeira & Tessaro, 2021	Artigo empírico	Prevenção

Fonte da Tabela (própria): O recorte temporal garantiu atualidade, priorizando o contexto brasileiro, com análise comparativa de experiências internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a saúde mental dos adolescentes é impactada por múltiplos determinantes que interagem de maneira complexa. O uso prolongado de telas e a exposição a redes sociais mostraram-se associados ao aumento de ansiedade, estresse e distúrbios do sono, comprometendo tanto o desempenho escolar quanto a regulação emocional. Estudos como o de Monteiro et al. (2024) reforçam que adolescentes que passam mais de seis horas diárias conectados apresentam maior predisposição a sintomas depressivos. Além disso, a violência virtual e o cyberbullying foram identificados como gatilhos de ideação suicida, confirmando a necessidade de políticas de monitoramento e prevenção nesse ambiente.

Ao mesmo tempo, a literatura destaca que a tecnologia pode ter papel positivo, quando mediada de forma consciente. Programas educativos digitais e espaços virtuais de apoio emocional mostraram-se eficazes em aproximar jovens de serviços de saúde, reduzir estigmas e promover autocuidado (Teixeira; Tessaro, 2021). Nesse sentido, o ambiente digital não deve ser entendido apenas como risco, mas também como recurso a ser utilizado estrategicamente para fortalecer redes de cuidado.

Outro achado relevante refere-se à importância da escola como espaço privilegiado de prevenção. Experiências relatadas no Brasil, como programas de resiliência aplicados em ambientes escolares, revelaram redução de sintomas de ansiedade e melhora na autoestima dos adolescentes (Sakuma; Vitale, 2020). A integração entre professores, famílias e profissionais de saúde foi considerada essencial para criar um ambiente de acolhimento e suporte, diminuindo barreiras associadas ao estigma e à baixa literacia em saúde mental (Correia, 2024).

A legislação brasileira, por sua vez, oferece base sólida para apoiar intervenções. O ECA assegura a proteção integral e a prioridade absoluta à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente, enquanto a Lei nº 13.819/2019 obriga instituições a notificarem casos de automutilação e suicídio, além de promover campanhas preventivas. Entretanto, os estudos analisados apontam que a efetividade dessas políticas ainda é limitada pela falta de recursos humanos e pela carência de integração entre os setores de saúde, educação e assistência social.

Comparando-se experiências internacionais, observa-se que modelos de prevenção primária, secundária e terciária, conforme descritos pela IACAPAP (2017), ampliam o escopo de atuação para além do tratamento de casos já instalados. Essa perspectiva sugere que políticas públicas brasileiras devem evoluir para contemplar a promoção de saúde mental desde a infância, integrando fatores sociais, educacionais e comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental na adolescência em um mundo conectado apresenta riscos (e.g., cyberbullying, ansiedade) e oportunidades (e.g., redes de apoio digitais). Programas de resiliência, literacia em saúde mental e integração escola-família-saúde são essenciais, apoiados pelo ECA e pela Lei nº 13.819/2019. Estudos longitudinais sobre o impacto das redes sociais e a avaliação de programas de prevenção no Brasil são necessários para fortalecer políticas públicas.

Enquanto o uso excessivo da tecnologia se relaciona a ansiedade, depressão e isolamento, seu uso consciente pode promover educação em saúde e fortalecimento de redes de apoio. A prevenção e a intervenção, portanto, devem ser pautadas em programas educativos de resiliência, fortalecimento da literacia em saúde mental e integração das redes escolares e familiares.

É imprescindível que políticas públicas brasileiras avancem na implementação efetiva da legislação já existente, garantindo campanhas contínuas, capacitação de profissionais e investimentos em serviços especializados. Além disso, recomenda-se que escolas incorporem a saúde mental em seus currículos de forma transversal, estimulando o protagonismo juvenil e reduzindo estigmas.

A saúde mental dos adolescentes é um direito assegurado por lei e uma prioridade social. A construção de um ambiente digital saudável, associado à atuação integrada de escola, família e serviços de saúde, constitui condição essencial para promover o bem-estar e assegurar trajetórias de vida mais saudáveis e produtivas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Diário Oficial da União, Brasília, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

CORREIA, Dalila Cristina. Desenvolvimento de estratégias para promoção de literacia em saúde mental do público adolescente. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - USP, Ribeirão Preto, 2024.

ENGEL, George L. The need for a new medical model: a challenge for biomedicine. Science, v. 196, n. 4286, p. 129-136, 1977.

MARTINS, Rita. Percepções sobre saúde mental na adolescência: estudo com adolescentes de 13 a 17 anos em Jijoca de Jericoacoara. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Portalegre, 2025.

MONTEIRO, Ana Paula; CARVALHO, Luiz; FARIAS, Bruna. Uso excessivo de telas e saúde mental de adolescentes brasileiros. Revista Brasileira de Saúde Escolar, v. 8, n. 2, p. 45-59,

2024.

O'LOUGHLIN, Kerry; ALTHOFF, Robert; HUDZIAK, James. Promoção e prevenção em saúde mental da infância e adolescência. In: IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health. Genebra: IACAPAP, 2017.

SAKUMA, Tânia Higa; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Programa de resiliência: práticas educativas para prevenção do bullying e promoção da saúde mental na adolescência. Revista Educação, v. 15, n. 1, p. 53-65, 2020.

SANTOS, Fernanda; GONDIM, Antonio. Determinantes de saúde mental em adolescentes brasileiros. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 4, 2021.

TEIXEIRA, Patrícia Espíndola de Lima; TESSARO, Luiz Gustavo Santos. Promoção da saúde mental de adolescentes e jovens em contextos educativos: elaboração de um guia de cuidado humano. Cadernos do Aplicação, v. 34, n. 1, p. 473-488, 2021.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DA FAMÍLIA**

EXPERIENCIA DE UMA RESIDENTE FARMACÊUTICA EM SAÚDE DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE EM VISITAS DOMICILIARES

Jéssika Silva Carvalho¹; Ricardo Alves de Olinda².

¹Universidade Federal da Paraíba UFPB, João Pessoa, Paraíba.

²Universidade Estadual da Paraíba UEPB. Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Residência multiprofissional. Uso racional de medicamentos.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Família

INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), a visita domiciliar no âmbito da Atenção Básica constitui uma estratégia importante para ampliar o acesso da população e garantir a continuidade e integralidade do cuidado. Essa prática possibilita ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento de condições crônicas e orientação terapêutica, além de favorecer a identificação de fatores sociais, culturais e ambientais que influenciam o processo saúde-doença. Ao atuar diretamente no domicílio, a equipe fortalece o vínculo com a família e realiza intervenções mais direcionadas às necessidades reais dos indivíduos em seu cotidiano.

A visita domiciliar permite à equipe de Saúde da Família conhecer de forma direta a realidade dos pacientes, possibilitando um planejamento de assistência mais personalizado e contextualizado. Esse contato ajuda a identificar fatores ambientais, sociais e comportamentais que podem interferir na saúde e no tratamento, muitas vezes não evidenciados em consultas ambulatoriais. Além disso, a atuação no domicílio promove uma abordagem humanizada, centrada no paciente, fortalecendo vínculos e contribuindo para a melhoria da adesão ao tratamento e da qualidade do cuidado (CUNHA, 2013).

A presença do farmacêutico nas visitas domiciliares representa um avanço na Atenção Primária à Saúde, contribuindo para a redução de erros terapêuticos, uso inadequado de medicamentos e práticas de automedicação, além de promover o descarte correto de fármacos e a segurança ambiental (BRASIL, 2014). O profissional orienta sobre armazenamento, administração e uso racional de medicamentos, fortalecendo o vínculo com pacientes e familiares e integrando a assistência farmacêutica ao cuidado multiprofissional. Apesar desses benefícios, a literatura ainda apresenta lacunas sobre os desafios, estratégias e impactos da atuação do farmacêutico, evidenciando a necessidade

de aprofundar pesquisas para consolidar protocolos e fortalecer a prática na APS.

OBJETIVO

O presente relato tem como objetivo descrever a experiência de uma residente farmacêutica em Saúde da Família e da Comunidade durante visitas domiciliares realizadas no âmbito da APS.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em um relato de experiência, modalidade de pesquisa qualitativa que descreve e analisa criticamente práticas desenvolvidas em contextos reais de atuação profissional. Esse tipo de abordagem possibilita compartilhar aprendizados, refletir sobre estratégias adotadas e evidenciar os impactos da inserção do farmacêutico nas visitas domiciliares realizadas pela Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente no que se refere à promoção do uso racional de medicamentos e à segurança do paciente.

A experiência foi desenvolvida em uma Unidade de Saúde da Família (USF), localizada em João Pessoa, PB, no período de março de 2024 a agosto de 2025, envolvendo famílias acompanhadas por equipe multiprofissional. As visitas domiciliares foram realizadas por uma residente farmacêutica, com ênfase na orientação sobre armazenamento, administração e descarte de medicamentos, avaliação da adesão terapêutica e ações de educação em saúde voltadas para o uso racional de fármacos.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo descritivo-exploratório e procedimento caracterizado como pesquisa participante, uma vez que o pesquisador integrou diretamente o contexto investigado. A população contemplou famílias cadastradas e acompanhadas pela equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF). O processo de análise fundamentou-se na observação sistemática das visitas, no registro em diário de campo e na interpretação crítica das experiências vivenciadas.

Quanto às normas éticas, por se tratar de um estudo com seres humanos, foram observados os princípios éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o respeito à autonomia, ao sigilo e à confidencialidade das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as visitas domiciliares realizadas pela residente farmacêutica, foi possível observar que a maioria das famílias apresentava dificuldades relacionadas ao armazenamento correto dos medicamentos, como exposição à umidade, calor ou à presença de crianças, o que poderia comprometer a eficácia e a segurança das terapias. A orientação direta, realizada no domicílio, permitiu esclarecer dúvidas sobre horários de

administração, combinações de medicamentos e técnicas corretas de uso, resultando em melhor adesão ao tratamento e maior compreensão sobre a importância do uso racional de fármacos. Esses achados corroboram estudos que apontam a visita domiciliar como uma estratégia eficaz para reduzir erros de medicação e promover a saúde da população.

Além disso, a avaliação da adesão terapêutica mostrou que muitos pacientes não seguiam corretamente os regimes prescritos, seja por esquecimento, confusão com horários ou dificuldade financeira para aquisição de medicamentos. A intervenção do farmacêutico contribuiu para identificar essas barreiras e propor estratégias individualizadas, como a organização de caixas de medicação, orientações escritas e explicações simplificadas. Esses resultados indicam que a presença do farmacêutico no contexto domiciliar vai além da dispensação de medicamentos, pois promove o engajamento do paciente no cuidado e fortalece a educação em saúde voltada para o uso seguro dos fármacos.

Por fim, a discussão das visitas domiciliares evidenciou que o acompanhamento no ambiente familiar permite uma compreensão mais completa das condições socioambientais que influenciam o processo saúde-doença. Aspectos como hábitos alimentares, rotinas de administração de medicamentos, apoio familiar e limitações físicas foram observados diretamente, permitindo intervenções mais assertivas. Esses achados reforçam a importância do farmacêutico como membro integrante da equipe multiprofissional da Atenção Primária, contribuindo para a promoção do uso racional de medicamentos, prevenção de complicações e melhoria da qualidade de vida dos pacientes acompanhados.

Figura 1: Visita domiciliar com produção de caixa organizadora de medicamentos



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

Figura 2: Visita domiciliar com orientação sobre medicamentos para paciente acamada



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, este estudo evidencia que a atuação do farmacêutico nas visitas domiciliares realizadas no âmbito da Atenção Primária à Saúde contribui significativamente para a promoção do uso racional de medicamentos, a melhoria da adesão terapêutica e a segurança do paciente. A presença do profissional no domicílio permite identificar barreiras relacionadas ao armazenamento, administração e descarte de fármacos, bem como fatores socioambientais que influenciam o cuidado, favorecendo intervenções mais contextualizadas e humanizadas. Assim, a experiência relatada reforça a importância da integração do farmacêutico às equipes multiprofissionais da Atenção Básica e demonstra que suas ações podem impactar positivamente a qualidade do cuidado prestado.

Ao submeter este trabalho, os autores concordam que a publicação tem caráter exclusivamente científico e profissional, sem expectativa de qualquer ganho financeiro, garantindo apenas a divulgação das experiências e conhecimentos compartilhados.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Domiciliar. Volume 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 108 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cuidado farmacêutico na atenção básica: caderno 1 - serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CUNHA, M.S.; SÁ, M.C. A visita domiciliar na Estratégia de Saúde da Família: os desafios de se mover no território. Interface Comunic., Saude, Educ., v.17, n.44, p.61-73, jan./mar. 2013

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DA MULHER**

CITOLOGIA ONCÓTICA E COLPOSCOPIA COMO FERRAMENTAS ESSENCIAIS NO PRÉ-NATAL: RELATO DE CASO DE NEOPLASIA INTRAEPITELIAL CERVICAL.

Andrea Gonçalves de Lima¹; Lúcia de Fátima Silva de Oliveira²; Gracielle Fin³.

^{1,2,3,4}Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Joaçaba, SC.

PALAVRAS-CHAVE: Gestação. Carcinoma. Colo uterino.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

O carcinoma do colo uterino é a neoplasia mais frequente durante a gestação (Dong; Xu; Wang, 2025), e a incidência situa-se entre 1,4 e 4,6 casos por 100.000 gestações, evidenciando tratar-se de uma condição relativamente rara, porém de elevada relevância clínica e epidemiológica, dada a sobreposição entre um agravo oncológico de grande impacto e um momento de especial vulnerabilidade materno-fetal (He et al., 2022). Diretrizes recomendam que gestantes com citologia alterada sejam submetidas à colposcopia, para melhor visualização e avaliação da zona de transformação, bem como para a coleta de biópsia, quando necessária (Miszczyk et al., 2025). Além disso, o referido exame apresenta maior acurácia do que a citologia isolada quando comparada ao padrão-ouro histológico, especialmente na detecção de lesões de alto grau (Ples et al., 2022). Ressalta-se, ainda, que a colpocitologia oncótica é eficaz na detecção de lesões precursoras e invasoras da cérvix uterina, sendo o carcinoma do colo uterino a neoplasia mais frequente durante a gestação e a colpocitologia é mais eficaz em detectar as lesões precursoras e invasoras da cérvix uterina. (FEBRASGO, 2018).

A Lesão Intraepitelial cervical de alto grau apresenta íntima relação com a infecção pelo Papiloma Vírus Humano-HPV de alto risco, que acomete cerca de 25% das mulheres em idade fértil. Os tipos de HPV 16 e 18 são considerados os mais agressivos, em detrimento aos tipos 31, 33, 35, 39, 40, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 58, dos quais o HPV 16 é responsável por aproximadamente 50% dos cânceres do colo uterino (Piórecka A, et al, 2025). Sendo o diagnóstico e tratamento da Lesão Intraepitelial Cervical de alto grau ou do câncer invasivo durante a gravidez, o cuidado essencial, para o prognóstico de cura, além da necessidade de acompanhamento pré-natal, e cuidados maternos individualizados através de uma equipe multidisciplinar.

OBJETIVO

Demonstrar, por meio de um caso clínico, a importância da citologia oncológica e da colposcopia no pré-natal para o diagnóstico precoce da Neoplasia Intraepitelial Cervical (NIC).

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de caso, baseado na análise clínica de uma paciente de 34 anos, gestante G2P0A1 (um aborto espontâneo prévio). A data da última menstruação foi 15/08/2024, correspondendo a idade gestacional de 7 semanas pela DUM e 6 semanas e 5 dias pelo ultrassom de 1º trimestre (03/10/2024), com data provável do parto em 22/05/2025.

Durante a primeira consulta de pré-natal (03/10/2024), a paciente apresentou resultado prévio de citologia oncológica (10/09/2024), compatível com ASC-US (células escamosas atípicas de significado indeterminado). Foi realizada nova coleta citológica, colposcopia e biópsia dirigida do colo uterino, além de painel molecular para detecção e genotipagem de HPV de alto e baixo risco. A consulta subsequente (31/10/2024), a nova citologia confirmou ASC-US, a biópsia evidenciou Lesão Intraepitelial de Alto Grau (NIC II) e a genotipagem identificou a presença do HPV 16. Optou-se por conduta expectante, conforme recomendações da literatura para gestantes (FEBRASGO, 2018).

O período de 27 semanas e 1 dia (20/02/2025), a citologia manteve o achado de ASC-US. A gestação evoluiu com acompanhamento em 10 consultas pré-natais. O parto ocorreu em 04/05/2025, via cesariana, indicado por rotura prematura de membranas (RUPREME), com recém-nascido pesando 2.790 g e medindo 47,5 cm, ambos recebendo alta após 24 horas.

A consulta puerperal (20/06/2025, 42 dias pós-parto), a citologia oncológica evidenciou ASGUS (células glandulares atípicas de significado indeterminado), sendo indicada conização por cirurgia de alta frequência (CAF). O procedimento foi realizado em 20/08/2025, sem intercorrências, e o exame anatomopatológico da peça revelou cervicite crônica moderada, inespecífica, com metaplasia escamosa, sem neoplasia residual.

Este relato de caso respeita os princípios éticos da pesquisa em seres humanos, garantindo o anonimato e a confidencialidade da paciente. Todas as informações foram apresentadas de forma a preservar sua identidade, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e com os princípios da Declaração de Helsinque.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incidência de neoplasia intraepitelial cervical apresenta-se semelhante entre pacientes gestantes e não gestantes, assim como a ocorrência da infecção pelo HPV (Petri et al., 2009). Gestantes que apresentam exame colpocitológico alterado devem ser

conduzidas da mesma forma que mulheres fora do período gestacional. Atipias citológicas, como células atípicas de significado indeterminado que não excluem lesão de alto grau (ASC-US), lesão intraepitelial de alto grau e lesão de alto grau que não exclui invasão, necessitam ser avaliadas por meio da colposcopia (FEBRASGO, 2018).

O diagnóstico e o tratamento da lesão intraepitelial cervical de alto grau durante a gravidez sofreram mudanças relevantes nas últimas duas décadas. Evidências científicas demonstram que a conização realizada na gestação aumenta as taxas de trabalho de parto prematuro, baixo peso ao nascimento e ruptura prematura de membranas. O consenso atual indica que, na presença de lesão intraepitelial cervical de alto grau durante a gestação, a conduta mais adequada consiste no acompanhamento com citologia e colposcopia a cada 8 a 12 semanas (Petri et al., 2009).

O período pós-parto considerado ideal para a realização de colpocitologia e colposcopia situa-se entre 6 e 18 semanas após o parto. Persistindo a lesão, recomenda-se a realização da conização entre 8 e 12 semanas pós-parto. Estudos indicam que a taxa de regressão espontânea das lesões intraepiteliais de alto grau não tratadas durante a gestação varia de 25% a 70% (Petri et al., 2009).

A presença de lesão intraepitelial de alto grau não constitui contraindicação para o parto vaginal. A cesariana permanece indicada apenas em situações com indicação obstétrica (FEBRASGO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neoplasia intraepitelial cervical durante a gestação apresenta incidência semelhante à de mulheres não gestantes. O rastreamento por citologia oncológica e colposcopia é fundamental para o diagnóstico precoce, e a conduta expectante, com acompanhamento periódico, mostra-se a mais segura diante das lesões de alto grau. A conização deve ser postergada para o pós-parto, período em que há menor risco de complicações, sendo a via de parto definida por critérios obstétricos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DONG, Xiaoyu; XU, Li; WANG, Jing. **Cervical cancer in pregnancy**. Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology, [S. l.], v. 97, p. 102–115, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2025.03.009>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1521693425000305>. Acesso em: 13 set. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (FEBRASGO). **A infecção pelo HPV na gestação**. São Paulo: FEBRASGO, fev. 2018. Disponível em: https://www.febRASGO.org.br/media/k2/attachments/Infecao_HPV_na_gestacao.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

HE, Zuoxi; XIE, Chuan; QI, Xiaorong; HU, Zhengjun; HE, Yuedong. **The effect of preserving pregnancy in cervical cancer diagnosed during pregnancy: a retrospective study.** BMC Women's Health, [S. l.], v. 22, art. 314, 25 jul. 2022. DOI: 10.1186/s12905-022-01885-w. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-022-01885-w>. Acesso em: 13 set. 2025.

MISZCZYK, Izabela; KUBICKA, Magdalena; BUKOWSKA, Anna; SZYMAŃSKI, Wojciech. **Cervical screening during pregnancy: challenges, opportunities, and recommendations for clinical practice.** Ginekologia Polska, [S. l.], v. 96, n. 12, p. 846-852, 2025. DOI: 10.5603/GP.a2025.XXXX. Disponível em: https://journals.viamedica.pl/ginekologia_polska/article/view/102254. Acesso em: 13 set. 2025.

PETRI, Vanessa B. M.; HATSCHBACH, Silvia B. B.; TSUNODA, Angelica T.; TRISTÃO, Eliane G.; PANICHI, Rosana M.; RIVOIRE, Waldemar A. **Conduta diante da neoplasia intraepitelial cervical na gestação.** Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Rio de Janeiro, v. 31, n. 12, p. 627-633, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-72032009001200005>. Acesso em: 13 set. 2025.

PIÓRECKA, Aleksandra; MARCINKOWSKA, Weronika; GAĞOROWSKI, Filip; GAŚSIOR, Magdalena; KAZIMIERCZUK, Katarzyna; ŻALIŃSKA, Agnieszka; OSZUKOWSKI, Przemysław; PIĘTA-DOLIŃSKA, Agnieszka. **Cervical Dysplasia and Cervical Cancer During Pregnancy: From Pathogenesis to Clinical Management.** Journal of Clinical Medicine, v. 14, n. 11, 2025, art. 3784. DOI: <https://doi.org/10.3390/jcm14113784>. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jcm14113784>. Acesso em: 15 set. 2025.

PLES, Lorena; MIHALACHE, Carmen; COJOCARU, Dan Cristian; DUMITRASCU, Magdalena. **The accuracy of cytology, colposcopy and pathology in evaluating precancerous cervical lesions.** Diagnostics, Basel, v. 12, n. 8, p. 1947, 2022. DOI: 10.3390/diagnostics12081947. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-4418/12/8/1947>. Acesso em: 13 set. 2025.

PLANEJAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jennifer Rharissa Santos de Lima¹; Sheila Milena Pessoa dos Santos²; Juliana Andréia de Souza Fernades³; Geisla Maria Araújo Silva⁴; Layssa Karen Melo dos Anjos⁵; Maryanna Nascimento de Santana⁶.

^{1,2,3,4,5,6}Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia reprodutiva. Saúde sexual. Promoção de saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

Os direitos sexuais e reprodutivos representam uma conquista fundamental, pois asseguram às pessoas a possibilidade de decidir livremente sobre a maternidade ou paternidade, incluindo o número de filhos desejado e o momento em que pretendem tê-los (Paixão, 2020).

No Brasil, marcos legais como a Lei nº 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) formalizam essas garantias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, a implementação prática desses direitos ainda enfrenta obstáculos, relacionados tanto às limitações estruturais do sistema quanto às desigualdades sociais que atravessam o acesso (Justino et al., 2021).

Para que esses direitos sejam efetivos, é de suma importância que o profissional de saúde da atenção básica conheça a comunidade local, seus determinantes sociais e biológicos, para que a assistência à saúde seja integral durante o planejamento familiar (Schuler et al., 2023). Nesse cenário, o planejamento familiar associa-se, ao direito reprodutivo e sexual do indivíduo, considerando os aspectos morais e culturais, além de evitar a eventualidade de uma possível gravidez não planejada (Sousa et al., 2021).

Considerando tais aspectos, compreender os fatores que influenciam a escolha da contracepção hormonal e as condições que orientam essa decisão entre mulheres atendidas na APS torna-se essencial para fortalecer o planejamento familiar e ampliar a autonomia reprodutiva (Monçalves et al., 2023).

OBJETIVO

Identificar os métodos contraceptivos utilizados pelas mulheres sob a ótica dos fatores que influenciam a escolha e o acesso na Atenção Primária à Saúde.

METODOLOGIA

Refere-se a um estudo delineado a partir de procedimentos bibliográficos e documentais, com enfoque integrativo, desenvolvido para identificar os principais métodos contraceptivos abordados na literatura e compreender os fatores associados à sua utilização no âmbito da APS.

Trata-se de um resumo expandido realizado entre agosto e setembro de 2025. A busca foi conduzida nas bases SciELO, BVS, PubMed e Periódicos CAPES, utilizando os descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Anticoncepção”, “Planejamento familiar” e “Atenção Primária à Saúde”, combinados com o operador booleano OR e AND. A estratégia final de busca foi: (“Anticoncepção” OR “Contracepção”) AND (“Planejamento familiar”) AND (“Atenção Primária à Saúde”). Foram identificados 106 artigos, dos quais 18 duplicados foram eliminados com auxílio do software Rayyan e 78 excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, que resultou em apenas dez estudos para análise. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, em português, disponíveis na íntegra, que abordassem o tema do planejamento familiar e contracepção no âmbito da APS. Excluíram-se teses, dissertações e estudos duplicados.

Os resultados foram discutidos à luz dos estudos que versam sobre a temática dos direitos reprodutivos, gênero e acesso aos serviços de saúde na APS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A contracepção pode ser entendida como o conjunto de estratégias voltadas à prevenção da gravidez, abrangendo tanto recursos farmacológicos e dispositivos quanto intervenções médicas e comportamentais. Nesse contexto, o planejamento familiar se configura como fruto da escolha consciente e informada, possibilitando não apenas o controle da fecundidade, mas também a organização da vida reprodutiva dos casais (Oliveira et al., 2021).

No Brasil, os métodos mais utilizados por mulheres em idade fértil são os anticoncepcionais orais hormonais e a ligadura tubária, evidenciando uma predominância de estratégias de caráter individual e definitivo. Contudo, ainda persistem obstáculos relacionados às desigualdades sociais e ao acesso limitado a métodos contraceptivos modernos, sobretudo entre populações vulneráveis (Monçalves et al., 2023).

Entre os métodos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, destacam-se o preservativo masculino, que possui a dupla função de evitar gestações e prevenir infecções

sexualmente transmissíveis, além do diafragma, anticoncepcionais orais, injetáveis, minipílula, contraceptivo de emergência e o dispositivo intrauterino (DIU) de cobre. Cada recurso apresenta vantagens e limitações, exigindo orientação profissional individualizada para garantir adesão e uso adequado (Oliveira et al., 2021). Métodos baseados na percepção da fertilidade, como a tabelinha, mostram baixa eficácia quando usados sem orientação adequada, enquanto o coito interrompido, devido à elevada taxa de falha, não deve ser considerado como alternativa exclusiva (Paixão, 2020).

Apesar dessa variedade, a inserção do DIU de cobre ainda é pouco incorporada às práticas da Atenção Primária. As barreiras incluem desde a escassez de profissionais treinados até a influência de crenças e desinformações que alimentam resistência ao método (CONITEC, 2021). Situação semelhante ocorre com o uso de anticoncepcionais orais e injetáveis: muitas mulheres relatam falhas na orientação recebida, gerando dúvidas, insegurança e até uso inadequado. Em certos casos, a ausência de diálogo efetivo com a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) perpetua o uso de métodos sem plena concordância da usuária, revelando lacunas na comunicação entre serviço e comunidade (Monçalves et al., 2023).

Segundo RIOS et al. (2023), apesar da disponibilidade de métodos contraceptivos pelo SUS, usuários relatam dificuldades relacionadas ao acesso e à ausência de ações educativas efetivas. Em estudo qualitativo realizado com usuárias da APS em Fortaleza (CE), jovens mulheres e homens apontaram que o planejamento familiar ainda é marcado por falhas na gestão, pela ausência de atividades educativas e pelo desinteresse tanto de gestores quanto da própria comunidade. As falas destacam que os serviços de saúde, muitas vezes, “deixam a desejar”, sobretudo no acolhimento e na orientação de adolescentes, reforçando a necessidade de maior empatia e paciência por parte dos profissionais de saúde.

Além da disponibilidade material, a decisão sobre o método contraceptivo é atravessada por múltiplos fatores sociais, culturais e de gênero. A autonomia da mulher nesse processo pode ser limitada por relações de poder nos vínculos conjugais, pela influência de normas sociais e pela pressão exercida em determinados contextos familiares e comunitários. A negociação com parceiros ainda representa um obstáculo para muitas mulheres, que se veem obrigadas a aceitar ou rejeitar métodos conforme a aceitação masculina (Coelho et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada confirma que a contracepção constitui elemento essencial da saúde sexual e reprodutiva, pois permite às mulheres exercerem maior controle sobre sua vida reprodutiva e planejar gestações de forma consciente.

Entretanto, apesar da ampla disponibilidade de métodos, tanto no âmbito individual quanto nos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, persistem desafios significativos relacionados ao acesso e à adesão, pois muitas mulheres não recebem orientações claras sobre o uso adequado, o que compromete a eficácia contraceptiva.

A Atenção Primária à Saúde desempenha papel estratégico nesse processo, pois reúne condições para orientar, acompanhar e apoiar a escolha dos métodos contraceptivos, contribuindo para reduzir gestações não planejadas e fortalecer a saúde integral da mulher. No entanto, a escolha das mulheres pelos métodos contraceptivos ainda é influenciada por barreiras de ordem estrutural, social, cultural e de gênero, que podem limitar sua autonomia e impactar a efetividade das estratégias de planejamento familiar

Diante desse cenário, os resultados indicam que muitas mulheres não recebem informações claras ou individualizadas sobre métodos contraceptivos, e a comunicação com a equipe da APS nem sempre é eficaz. Diante disso, evidencia-se a necessidade de investir em educação sexual contínua, orientações personalizadas e fortalecimento da comunicação entre profissionais e usuárias.

Assim, uma abordagem integrada, que articule oferta de métodos, informação de qualidade e acolhimento, configura-se como caminho essencial para consolidar o planejamento familiar no âmbito da APS, promovendo equidade, autonomia e cuidado centrado na mulher.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

COELHO, Renilma da Silva. **O papel do enfermeiro frente à saúde sexual e reprodutiva de mulheres: uma análise de publicações científicas**. Contemporânea - Contemporary Journal, 3(2): 779-794, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N2-010. Acesso em: 10 set. 2025.

CONITEC - Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Relatório de recomendação: Inserção de dispositivo intrauterino (DIU) de cobre**. Brasília: CONITEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/tecnologias-em-saude/conitec>. Acesso em: 29 ago. 2025.

JUSTINO, G. B. S.; STOFEL, N. S.; GERVASIO, M. G.; TEIXEIRA, I. M. C.; SALIM, N. R. **Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde**. Interface (Botucatu), v. 25, e200711, 2021. DOI: 10.1590/interface.200711. Acesso em: 05 set. 2025.

MONÇALVES, K. L. M.; WILHELM, L. A.; SILVEIRA, A.; FERREIRA, C. L. L.; SILVA, S. C.; SOLIZ, P. P.; SOCCOL, K. L. S. **Escolha da contracepção hormonal por mulheres assistidas na Atenção Primária: fatores limitantes e medo**. Ciência, Cuidado e Saúde, v. 22, e65836, 2023. DOI: 10.4025/ciencuidsaude.v22i0.65836. Acesso em: 30 ago. 2025.

OLIVEIRA, B. B. G.; ALMEIDA, B. G. D.; ARAÚJO, M. I. F.; CARMO, M. S. do. **Métodos**

contraceptivos. São Luís: Universidade CEUMA, 2021.

PAIXÃO, T. T. **A vivência da gestante em planejamento reprodutivo na Atenção Primária à saúde.** Curitiba, 2020. Recurso eletrônico.

SOUSA, F. L. L. DE et al. Assistência de enfermagem frente ao planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e45710110506, 24 jan. 2021.

MANEJO DA DOR NA INSERÇÃO DO DIU: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS DISPONÍVEIS

Geisla Maria Araújo Silva¹; Sheila Milena Pessoa dos Santos²; Alice Pereira de Lucena³; Jennifer Rharissa de Lima Santos⁴; Layssa Karen Melo dos Anjos Silva⁵; Maryanna Nascimento de Santana⁶.

^{1,2,3,4,5,6}Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivo intrauterino. Contraceptivo. Analgesia.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

O Dispositivo Intrauterino (DIU) é um contraceptivo que possui diferentes composições, podendo ser hormonal e não hormonal, como, o dispositivo composto por cobre. Esse tipo de contraceptivo possui características relevantes que trazem destaque ao método, como: longa duração, reversibilidade e alta eficácia (Cezimbra, et al., 2021)

Entretanto, apesar deste dispositivo apresentar alta eficácia nos resultados, o desconforto e o receio ainda são empecilhos para o aumento da aderência ao contraceptivo. Essas reações emocionais, podem contribuir para o desencadeamento de respostas corporais que dificultam a sua implementação, como a contração muscular, que aumenta a percepção da dor durante o procedimento. Por essa razão, alguns estudos dedicam-se à identificação de intervenções farmacológicas, com a finalidade de minimizar a dor e a ansiedade durante o processo de aplicação do DIU (Eriç; Purut; Harmanci, 2019).

OBJETIVO

Esse estudo teve como objetivo identificar o manejo medicamentoso utilizado para promover maior conforto para as pacientes durante a inserção do DIU.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivo exploratório-descritivo, com foco em identificar intervenções farmacológicas para controle da dor durante a inserção do DIU.

A pergunta norteadora foi estruturada pela estratégia PCC (população: mulheres; conceito: inserção do DIU; contexto: alívio da dor). A busca foi realizada no dia 10 de maio de

2025 nas bases PubMed, BVS, LILACS Plus e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “pain”, “intrauterine devices” e “analgesia”.

Foram incluídos estudos originais disponíveis na íntegra, nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados nos últimos seis anos, que abordassem as intervenções antes ou durante a inserção do DIU. Foram excluídos estudos sobre dor pós-inserção, remoção do dispositivo, sangramento anormal, doenças ginecológicas específicas e facilitação mecânica da inserção.

Adicionalmente, foram incluídos protocolos nacionais e internacionais que abordaram o tema do estudo.

A seleção dos documentos foi realizada com auxílio do aplicativo web e móvel para revisão sistemática Rayyan. A busca resultou em 63 artigos, dos quais 21 duplicados foram removidos. Após triagem de títulos, resumos e textos completos, 30 estudos foram excluídos, restando 12 artigos para análise. O estudo considerou as recomendações descritas nas diretrizes internacionais de melhores práticas para redução da dor na inserção do DIU (AJOG, 2025) e da cartilha nacional, Desmistificando o DIU, do Ministério da Saúde (CEZIMBRA et al., 2025).

Foi utilizado um instrumento estruturado pelas autoras para extração das características das publicações e das informações sobre o manejo da dor (medicação, via e duração).

As informações foram organizadas em quadros e tabelas e a análise foi realizada por meio da análise descritiva simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O dispositivo intrauterino (DIU) é um método contraceptivo de longa duração, reversível, eficaz e seguro, oferecido gratuitamente pelo SUS, (Cezimbra et al., 2021). Apesar disso, seu uso no Brasil é reduzido: apenas 4,4% das mulheres em idade reprodutiva utilizam o método, frente a 50,4% que recorrem aos métodos hormonais (IBGE, 2019). O medo da dor na inserção é uma das principais barreiras, pois influencia a escolha e intensifica sua percepção (Hunter et al., 2020). Assim, destacam-se intervenções farmacológicas para manejo da dor, como os anti-inflamatórios não esteróides (AINEs), lidocaína, tramadol e agentes de amadurecimento cervical, como misoprostol e dinoprostona (Blumenfeld, 2020).

Entre os manejos medicamentosos utilizadas, os AINEs são amplamente empregados na prática clínica por sua ação inibitória sobre as enzimas responsáveis pela produção de prostaglandinas, mediadoras do processo inflamatório e da dor. Dito isso, em uma revisão de escopo, Mukenschnabl et. al., 2024 mostra evidências recentes sobre o fármaco naproxeno sódico (550 mg), que se tomado antes do procedimento para aplicação do DIU leva a uma redução clinicamente significativa na dor no pós-inserção. Entretanto, essa intervenção não mostra eficácia no alívio da dor durante o procedimento propriamente dito.

Diferentemente do naproxeno, o AINE cetorolaco tem um potencial analgésico superior devido ao seu perfil de maior potência. No entanto, os resultados sobre sua eficácia na inserção do DIU ainda são contraditórios. Em um ensaio randomizado duplo cego, Marcelino et al., 2024 mostra que o cetorolaco (20 mg) juntamente com comprimidos contendo 300 mg de dipirona, 6,5 µg de escopolamina, 104 µg de hiosciamina e 1 mg de homatropina administrados por via oral, de 40 a 60 minutos antes do procedimento, demonstram ineficácia na redução do desconforto durante o procedimento. Desse modo, não houve diferença na pontuação média do score de dor entre o grupo que utilizou as medicações e o do placebo durante a colocação do tenáculo, da sondagem uterina e da inserção do dispositivo, não demonstrando resultados clínicos significativos.

Dentre os anestésicos locais, a lidocaína tem sido estudada em diferentes formas farmacêuticas para reduzir a dor. Posto isso, a lidocaína usada de forma tópica é bem tolerada e segura, essa via de uso demonstrou reduções expressivas no desconforto durante o procedimento (Altamimi et al., 2025). Portanto, em uma revisão sistemática o spray de lidocaína a 10% (40mg) mostrou uma redução relevante do desconforto geral durante o procedimento, os escores de dor do grupo medicado em comparação ao placebo foram de $1,01 \pm 1,20$ vs. $3,23 \pm 1,60$. Ademais, o gel a 2% apresentou resultados clinicamente significativo, reduzindo os escores de dor da escala visual analógica (EVA) (Estevez et al., 2024). Dessa maneira, apesar de resultados positivos, observa-se que a maioria dos estudos disponíveis não avaliam as formas da lidocaína de maneira isolada, mas em associação ou comparação com outras intervenções, o que limita a compreensão de seus efeitos específicos.

O bloqueio intracervical com lidocaína 2% também demonstrou eficácia, com estudo randomizado envolvendo 300 mulheres nulíparas, mostrando redução significativa da dor e menor frequência de reações vaso vagais (De Nadai et al., 2020). Embora realizado com o DIU hormonal, esse método pode ser promissor para o DIU de cobre, porém, mais estudos são necessários para confirmar sua eficácia específica nesse modelo. Portanto, a forma farmacêutica utilizada da lidocaína deve considerar o perfil da paciente, a experiência do profissional e a estrutura do serviço, reforçando a necessidade de protocolos adaptáveis na atenção primária (Estevez et al., 2024)

Ademais, no grupo de medicamentos para manejo da dor, o tramadol tem sido alvo de estudos clínicos devido ao seu potencial efeito analgésico. Em ensaio clínico randomizado, Daykan et al. (2020) compararam 50 mg de tramadol oral à analgesia verbal estruturada em nulíparas e não observaram diferença estatisticamente significativa na intensidade da dor. Em contrapartida, Hem-Lee-Forsyth et al. (2024) relataram redução significativa com tramadol 50 mg em relação ao naproxeno 550 mg ($2,31 \pm 0,60$ vs. $4,88 \pm 1,0$), além de vantagem frente ao placebo.

Entre os agentes utilizados para o preparo cervical, destacam-se o misoprostol e a dinoprostona, ambos análogos das prostaglandinas que promovem dilatação cervical.

Um ensaio clínico avaliou a dinoprostona (10 mg) e observou escores de dor menores em comparação ao controle ($3,7 \pm 2,3$ vs. $5,0 \pm 2,8$), sem significância clínica (Samy et al., 2020). A revisão sistemática confirmou que a dinoprostona facilita a inserção, mas não reduz de forma significativa a dor (Abu-Zaid et al., 2021). O misoprostol também não demonstrou eficácia clínica relevante, com escores de $3,1 \pm 2,3$ no grupo intervenção e $4,4 \pm 2,2$ no controle. Apesar de a comparação indicar menor dor e menos efeitos adversos com a dinoprostona, ambas as substâncias não apresentam impacto clínico substancial no alívio da dor (Blumenfeld, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dor durante a inserção do DIU é multifatorial e desafiadora de ser mensurada. Nenhuma das intervenções analisadas, isoladamente, demonstrou eficácia clínica consistente. A maioria dos métodos, apresentou apenas reduções discretas na dor. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias combinadas, que considerem tanto o manejo farmacológico quanto intervenções humanizadas e de acolhimento, para tornar o procedimento mais tolerável e ampliar a adesão ao método.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ABU-ZAID, Ahmed et al. **Vaginal dinoprostone versus placebo for pain relief during intrauterine device insertion: a systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials**. The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care, p. 1-13, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13625187.2021.1891411>. Acesso em: 12 maio 2025.

ALTAMIMI, Reem et al. **Use of Local Anesthetic Agents and Conscious Sedation in Intrauterine Device Insertion: A Systematic Review**. Women, v. 5, n. 1, p. 2, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/women5010002>. Acesso em: 12 maio 2025.

BAYER, L. L. et al. **Melhores práticas para reduzir a dor associada à colocação de dispositivos intrauterinos**. American Journal of Obstetrics and Gynecology, v. 232, maio de 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2025.01.039>. Acesso em: 12 maio 2025.

BLUMENFELD, Zeev. **Which medication and when should it be administered for reducing pain in intrauterine device insertion?** Fertility and Sterility, v. 114, n. 4, p. 760-761, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.fertnstert.2020.05.016>. Acesso em: 12 maio 2025.

CEZIMBRA, Giani Schwengber et al. **Desmistificando o DIU Cartilha para profissionais da saúde**. Ministério da Saúde. Brasília - DF, 2025. Disponível em: Acesso em: 12 maio 2025.

DAYKAN, Y. et al. **A analgesia verbal é tão boa quanto o tramadol oral antes do dispositivo intrauterino (DIU) inserção, entre mulheres nulíparas: Um ensaio clínico randomizado.** European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejogrb.2020.09.019>. Acesso em: 12 maio 2025.

DE NADAI, Mariane N. et al. **Intracervical block for levonorgestrel-releasing intrauterine system placement among nulligravid women: a randomized double-blind controlled trial.** American Journal of Obstetrics and Gynecology, v. 222, n. 3, p. 245.e1-245.e10, 2020. DOI: 10.1016/j.ajog.2019.09.013. Acesso em: 12 maio 2025.

ERIÇ, Jule; PURUT, Yunus Emre; HARMANCI, Hatice. **The Effect of Video Assisted Information on Anxiety and Pain Associated with Intrauterine Device Insertion.** Gynecologic and Obstetric Investigation, v. 85, n. 1, p. 82-87, 25 out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1159/000503819>. Acesso em: 12 maio 2025.

ESTEVEZ, Eden et al. **Avanço nos protocolos de gerenciamento da dor para dispositivos intrauterinos (DIU): Integrando estratégias baseadas em evidências na prática clínica.** Cureus, v. 16, n. 6, p. e63125, 2024. Acesso em: 11 maio 2025.

MARCELINO, Ana C. et al. **Pain relief during intrauterine device placement in nulligravid women with both oral ketorolac and an analgesic: a double-blinded randomised trial.** The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care, v. 29, n. 6, p. 276–281, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/13625187.2024.2398440>. Acesso em: 11 maio 2025.

MUKENSCHNABL, Kami; INA, Emily A.; BACONAT-JONES, Toni. **Pain Management During Intrauterine Device Insertion in Nulliparous Women: A Scoping Review.** Cureus, 18 out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7759/cureus.71774>. Acesso em: 16 set. 2025.

SAMY, Ahmed et al. **Pharmacologic interventions for pain during intrauterine device insertion: a systematic review and network meta-analysis.** Fertility and Sterility, v. 118, n. 2, p. 260–272, 2022. Acesso em: 11 maio 2025.

ESTRATÉGIAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA MANEJO DA DOR DURANTE A INSERÇÃO DO DIU: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Geisla Maria Araújo Silva¹; Sheila Milena Pessoa dos Santos²; Alice Pereira de Lucena³; Jennifer Rharissa de Lima Santos⁴; Layssa Karen Melo dos Anjos Silva⁵; Maryanna Nascimento de Santana⁶.

^{1,2,3,4,5,6}Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivo intrauterino. Contraceptivo. Analgesia.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

O dispositivo intrauterino (DIU) é um contraceptivo que atua por meio de diferentes mecanismos, como espessamento do muco cervical e resposta inflamatória local, que juntos criam um ambiente hostil para fecundação, suas ações variam conforme o tipo de dispositivo, podendo ser hormonal ou não. Dessa maneira, eles se destacam por apresentar longa duração, alta eficácia e reversibilidade. (Cezimbra et al., 2021).

Entretanto, apesar dos diversos benefícios, é válido destacar que, no Brasil, há pouca adesão ao método, o que pode ser observado através de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais afirmam que apenas 4,4% das mulheres aderiram ao dispositivo intrauterino (IBGE, 2019). Nesse sentido, é notório que a baixa utilização desse mecanismo se justifica por meio de alguns aspectos como: a falta de acesso ao planejamento reprodutivo; a carência de informação e as sensações de medo e ansiedade referentes à presença da dor durante o procedimento (Cezimbra, et al., 2021). O último pode ser considerado uma das principais barreiras para a aderência das mulheres brasileiras à colocação do DIU.

Apesar de apresentar alta eficácia, o desconforto e o receio ainda limitam a adesão ao dispositivo, pois reações emocionais podem desencadear respostas corporais, como a contração muscular, intensificando a percepção da dor durante o procedimento (Eriç; Purut; Harmanci, 2019). Por isso, estudos buscam identificar intervenções que reduzam a dor e a ansiedade associadas ao procedimento. Nesse contexto, torna-se essencial que os profissionais lidem com as inseguranças dos pacientes por meio de estratégias eficazes, incluindo a educação em saúde para esclarecer o processo de inserção do contraceptivo, promovendo uma experiência mais segura e acolhedora (Estevez et al., 2024).

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar intervenções não farmacológicas que podem proporcionar maior conforto às pacientes durante a inserção do DIU, com foco na redução da dor.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como estudo qualitativo, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório-descritivo, com foco em identificar medidas não farmacológicas para controle da dor durante a inserção do DIU.

A pergunta norteadora foi estruturada a partir da estratégia PCC: população - mulheres; conceito - inserção do DIU; contexto - alívio da dor. A busca ocorreu nas bases PubMed, BVS, LILACS Plus e Periódicos CAPES no dia 10 de maio de 2025, com os descritores “pain”, “intrauterine devices” e “analgesia”.

Foram selecionados estudos originais, disponíveis na íntegra, nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados nos últimos seis anos, que tratassem de intervenções realizadas antes ou durante a inserção do DIU. Foram excluídas pesquisas referentes à dor pós-inserção, à remoção do dispositivo, a sangramentos anormais, a doenças ginecológicas específicas e à facilitação mecânica da inserção.

Adicionalmente, foram incluídos protocolos nacionais e internacionais que abordaram o tema do estudo.

A seleção dos documentos foi realizada com auxílio do aplicativo web e móvel para revisão sistemática Rayyan. Foram identificados 63 artigos, dos quais 21 duplicados foram removidos via Rayyan e 31 excluídos por não atenderem aos critérios, restando 11 estudos para análise. Foram adotadas, como base metodológica, as recomendações presentes nas diretrizes internacionais de melhores práticas para manejo da dor na inserção do DIU (AJOG, 2025), bem como as orientações da cartilha nacional Desmistificando o DIU, do Ministério da Saúde (CEZIMBRA et al., 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos incluídos foram publicados entre 2020 e 2024, contemplando diferentes contextos internacionais. Daykan et al. (2020), realizado em Israel, corresponde a um ensaio clínico randomizado controlado que comparou analgesia verbal ao uso de tramadol oral em nulíparas. Erdoğan e Yardımcı (2023), na Turquia, conduziram também um ensaio clínico randomizado, aplicando acupuntura bilateral no ponto LI4. No mesmo país, Akin e Ozcan (2022) avaliaram, em um ensaio clínico randomizado, o impacto da informação audiovisual na ansiedade e dor durante a inserção do DIU, enquanto Öz e Demirci (2024) investigaram, por meio de estudo randomizado controlado, a efetividade do uso de óculos

de realidade virtual. Além desses, documentos de caráter normativo, como o protocolo de Bayer (2025) e a cartilha do Ministério da Saúde (Cezimbra et al., 2021), foram utilizados para contextualizar recomendações e práticas clínicas sobre o manejo da dor e a inserção do DIU.

O dispositivo intrauterino (DIU) é um método contraceptivo de longa duração, reversível, altamente eficaz e seguro, disponibilizado gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente o modelo de cobre (Cezimbra et al., 2021). Apesar de suas vantagens, seu uso no Brasil ainda é limitado, essa baixa adesão está associada a barreiras como o medo da dor na inserção, que pode intensificar a percepção de desconforto durante o procedimento (Hunter et al., 2020). Nesse contexto, destacam-se a importância de intervenções que controlem a dor e de estratégias que desmistificam o procedimento, proporcionando aos pacientes uma experiência mais segura e acolhedora (Blumenfeld, 2020).

Diante disso, existem intervenções não farmacológicas que visam tornar a experiência da inserção do DIU mais tranquila e menos dolorosa. Estratégias como anestesia verbal, acupuntura, momentos informativos e uso de óculos de realidade virtual são algumas das intervenções que podem agir na redução do estresse e da ansiedade do paciente, promovendo relaxamento corporal e diminuição da dor. Dessa forma, o uso de técnicas não medicamentosas no manejo da dor durante a inserção do DIU não só reduzem as angústias quanto ao procedimento, como também melhoram a tolerância a ele, contribuindo para uma experiência mais positiva para as mulheres. (Öz; Demirci, 2024)

Entre as intervenções existentes, destaca-se a analgesia verbal. Esse termo refere-se à prática de fornecer explicações detalhadas e incentivo à paciente durante todas as etapas do procedimento, combinada com o uso de um tom de voz calmo, baixo e em ritmo lento, com o objetivo de tranquilizá-la e reduzir o desconforto. Em um estudo randomizado, Daykan et. al., 2020 comparou a eficácia da analgesia verbal com a administração oral de tramadol 50 mg, observou-se que os escores médios de dor foram semelhantes entre os grupos — 4,5 para o grupo com analgesia verbal e 5,0 para o grupo com tramadol. evidenciando que a abordagem verbal pode ser tão eficaz quanto a farmacológica nesse contexto.

A acupuntura também tem se mostrado uma estratégia eficaz para o controle da dor durante a inserção do DIU. O efeito analgésico é atribuído à ativação do sistema opióide endógeno, com liberação de beta endorfinas e modulação das vias inibitórias descendentes. Posto isso, em um ensaio clínico randomizado, Erdogan e Yardimci (2023) aplicaram acupuntura bilateral no ponto LI4 antes do procedimento e observaram redução significativa da dor em comparação ao grupo controle, os escores médios na Escala Visual Analógica (EVA) foram menores no grupo intervenção tanto no 3º minuto ($1,93 \pm 1,68$ vs. $3,81 \pm 1,95$) quanto no 10º minuto após o procedimento ($0,53 \pm 0,84$ vs. $1,64 \pm 1,10$). Entretanto, essa intervenção não demonstrou resultados relevantes para alívio da dor

durante o procedimento.

Outras intervenções não medicamentosas vêm sendo estudadas como estratégias para aumentar o conforto das pacientes durante a inserção do DIU de cobre. Entre elas, destaca-se o uso de óculos de realidade virtual, que demonstrou eficácia na redução da dor e da ansiedade através da distração da paciente, proporcionando maior satisfação com o procedimento (Öz; Demirci, 2024).

Ademais, outra estratégia relevante é a informação assistida por vídeo, aplicada antes do procedimento, que resultou em redução significativa da dor, mesmo sem alterar os níveis de ansiedade, sugerindo que o medo do desconhecido é um fator importante na dor percebida (Akin; Ozcan, 2022). Por fim, destaca-se a importância de um ambiente acolhedor e uma comunicação empática entre profissional e paciente, que são medidas simples, porém fundamentais para reduzir a ansiedade e influenciar positivamente a experiência do paciente com o DIU (Hunter et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dor durante o procedimento de inserção do DIU conta com diversos fatores e é de difícil mensuração. Assim, as técnicas não farmacológicas isoladas demonstram efeitos mais limitados, proporcionando reduções discretas na dor. Contudo, entende-se que combinações de abordagens personalizadas ao indivíduo, considerando idade, histórico obstétrico e níveis de ansiedade, mostraram maiores benefícios, como a educação em saúde, aconselhamento e preparo psicológico, que contribuem para reduzir o desconforto, aumentar a satisfação da paciente e favorecer a adesão ao método. Portanto, condutas mais humanizadas, que incluem o fornecimento de informações claras, o uso de métodos distrativos e o acolhimento durante o procedimento, representam estratégias fundamentais para garantir uma experiência mais positiva e respeitosa às mulheres.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AKIN, A.; OZCAN, H. **Effect of audiovisual information on pain and anxiety in intrauterine device insertion: a randomized controlled trial**. *Women & Health*, v. 62, n. 7, p. 659–670, 2022. DOI: 10.1080/03630242.2022.2079343. Acesso em: 11 maio 2025

BAYER, L. L. et al. **Melhores práticas para reduzir a dor associada à colocação de dispositivos intrauterinos**. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, v. 232, maio de 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2025.01.039>. Acesso em: 12 maio 2025.

BLUMENFELD, Zeev. **Which medication and when should it be administered for reducing pain in intrauterine device insertion?** *Fertility and Sterility*, v. 114, n. 4, p. 760-761, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.fertnstert.2020.05.016>. Acesso em: 12 maio 2025.

CEZIMBRA, Giani Schwengber et al. **Desmistificando o DIU Cartilha para profissionais da saúde**. Ministério da Saúde. Brasília - DF, 2021. Disponível em: Acesso em: 12 maio 2025

DAYKAN, Y. et al. **A analgesia verbal é tão boa quanto o tramadol oral antes do dispositivo intrauterino (DIU) inserção, entre mulheres nulíparas: Um ensaio clínico randomizado**. European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejogrb.2020.09.019>. Acesso em: 12 maio 2025.

ERDOĞAN, Pınar; YARDIMCI, Harun. **Analgesic effects of LI4 acupuncture during intrauterine device insertion: a randomized controlled clinical trial**. Archives of Gynecology and Obstetrics, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00404-023-07106-5>. Acesso em: 12 maio 2025.

ERIÇ, Jule; PURUT, Yunus Emre; HARMANCI, Hatice. **The Effect of Video Assisted Information on Anxiety and Pain Associated with Intrauterine Device Insertion**. Gynecologic and Obstetric Investigation, v. 85, n. 1, p. 82-87, 25 out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1159/000503819>. Acesso em: 12 maio 2025.

ESTEVEZ, Eden et al. **Avanço nos protocolos de gerenciamento da dor para dispositivos intrauterinos (DIU): Integrando estratégias baseadas em evidências na prática clínica**. Cureus, v. 16, n. 6, p. e63125, 2024. Acesso em: 11 maio 2025

HUNTER, K. S. et al. **Patient-centered strategies to reduce pain during intrauterine device insertion**. Contraception, v. 101, n. 2, p. 77–81, 2020. DOI: 10.1016/j.contraception.2019.10.006. Acesso em: 11 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil / IBGE**, Coordenação de Trabalho e Rendimento, [Ministério da Saúde]. Rio de Janeiro, IBGE, 2021 Acesso em: 11 maio 2025

ÖZ, Tuğba; DEMIRCI, Nurdan. **The effect of virtual reality glasses applied during intrauterine device insertion on pain, anxiety and satisfaction: Randomized controlled study**. Scottish Medical Journal, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00369330241234688>. Acesso em: 12 maio 2025.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM SERIOUS GAME PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM SOBRE O DIU: NOTA PRÉVIA

Maryanna Nascimento de Santana¹; Geisla Maria Araújo Silva²; Jennifer Rharissa Santos de Lima³; Sheila Milena Pessoa dos Santos⁴; Juliana Andréia de Souza Fernandes⁵.

^{1,2,3,4,5}Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento reprodutivo. Dispositivo intrauterino. Jogos experimentais.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Mulher

INTRODUÇÃO

Segundo Souto e Moreira (2021), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher garante direitos como acesso ao planejamento reprodutivo, promoção da saúde e redução da mortalidade materna e infantil. Para Narvaes et al. (2024) disponibilizar métodos contraceptivos e orientações seguras é essencial para garantir esses direitos, sendo oferecido pelo SUS os métodos hormonais, de barreira, cirúrgicos, injetáveis, pílulas orais e dispositivo intrauterino.

Apesar da ampla oferta de métodos contraceptivos no SUS, cerca de 20% das mulheres não usam nenhum método e 33% interrompem o uso devido à falta de informações confiáveis e mitos, levando a interrupção do método escolhido (Pedro et al., 2021). Tais achados reforçam a importância de ampliar ações de educação em saúde na atenção básica com informações fundamentadas (Borges et al, 2020).

No contexto do DIU, o enfermeiro fortalece a aceitação do método e oferece maior custo-benefício no treinamento para inserção devido à sua competência e vínculo com as pacientes (Barreto et al., 2021). Além disso, ele deve lidar com aspectos emocionais das clientes, e o *Serious Game* ajuda na aprendizagem e desconstrução de mitos sobre o DIU (Chiavone et al., 2020).

Portanto, o *Serious Game* aproxima o aprendizado de conteúdos específicos por meio de jogos, aumentando o engajamento, adesão, fortalecendo a comunicação e o vínculo terapêutico (Deguirmendjian et al., 2016).

OBJETIVO

O estudo busca desenvolver e validar um protótipo de jogo educativo sobre o dispositivo intrauterino, fundamentado em evidências para apoiar o ensino e a aprendizagem das usuárias.

METODOLOGIA

Este subprojeto está vinculado ao projeto intitulado *Construção e validação de tecnologias cuidativo-educacionais para promoção da saúde e prevenção de agravos*, realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Saúde e Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande.

Trata-se de um estudo metodológico para criar e validar um Serious Game, envolvendo três etapas: criação do conteúdo, construção do protótipo e validação. Para Polit e Beck (2018), as pesquisas de caráter metodológico têm como objetivo central a criação, validação e análise de produtos, utilizando métodos criteriosos para obter dados confiáveis.

O *Serious Game* é uma tecnologia digital que difunde conhecimentos, oferecendo inovação no ensino tradicional, promovendo o desenvolvimento do raciocínio clínico e apoio a tomada de decisão nas áreas de Medicina e Enfermagem (Moraes; Ferraz, 2021).

O estudo do projeto “*Construção e Validação de um Serious Game para o Ensino e Aprendizagem sobre DIU*” será realizado em unidades de saúde de Campina Grande-PB, onde enfermeiros realizam a inserção do DIU de cobre, no período de setembro de 2025 a outubro de 2026.

O município é um importante polo industrial do Nordeste e de destaque tecnológico na América Latina, com aproximadamente 420 mil habitantes (IBGE, 2022). De acordo com a Prefeitura de Campina Grande, a cidade conta com cerca de 88 unidades básicas de saúde e 7 policlínicas.

O público-alvo será de 20 mulheres, entre 18 a 49 anos, interessadas na utilização do DIU de cobre pelo SUS e capazes de compreender e avaliar o protótipo. Serão excluídas mulheres que não demonstrem interesse pelo método contraceptivo ou que não possuam a capacidade necessária para participar da atividade educativa.

Segundo Catunda et al. (2017), os estudos metodológicos em enfermagem seguem etapas como revisão da literatura, construção e validação do instrumento e teste piloto, garantindo que o produto atenda às necessidades dos usuários e às práticas em saúde.

Na etapa de avaliação, o produto será testado pelo público-alvo através do Instrumento IVATES, essencial para avaliar a estética e adequação visual de materiais educativos, garantindo um material visualmente atrativo e que facilite o aprendizado (Souza; Moreira; Borges, 2020). Os dados do IVATES serão analisados por estatística descritiva simples e apresentadas em tabelas para interpretar o desempenho do *Serious Game* e da

percepção do público.

O estudo seguiu às normas éticas para pesquisas com humanos, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro, vinculado à Universidade Federal de Campina Grande, sob o parecer número 5.654.700. A participação voluntária será mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando uma participação consciente e livre de influência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa, será conduzida uma análise de documentos oficiais de órgãos governamentais de saúde sobre o uso do DIU, como diretrizes, manuais e publicações oficiais, garantindo informações atualizadas e precisão científica. A utilização dos materiais pretende aumentar a confiança do jogo junto a profissionais e instituições, favorecer a aceitação e o impacto educativo, além de garantir alinhamento às políticas públicas e protocolos atuais, promovendo condutas padronizadas e educação em saúde baseada em evidências.

Na segunda e terceira etapa, o *Serious Game* será criado e validado com base na abordagem de *User-Centered Design* (UCD) (Souza; Savi, 2015), que coloca o usuário no centro do processo de criação, compreendendo suas necessidades para oferecer soluções funcionais e acessíveis. Dentro dessa abordagem, a primeira fase consiste na discussão do conteúdo inicial do protótipo, elaborado a partir da análise de documentos governamentais realizada na etapa anterior.

Na análise, serão identificadas as necessidades do público, compreendendo de forma aprofundada as demandas. Na fase de projeto, serão definidas as especificações da solução, como a forma de interação entre o usuário e o protótipo. Na construção, ocorrerá a criação efetiva do protótipo, focando na usabilidade e na experiência do usuário. Nessa fase, será elaborada a primeira versão do *Serious Game*, utilizando a plataforma Canva para a criação do jogo em formato de tabuleiro.

Na avaliação, o protótipo será testado pelo público-alvo quanto à aparência, usabilidade e efetividade. A avaliação da aparência será pelo instrumento IVATES, específico para validação de tecnologias em saúde. Os feedbacks coletados servirão para aprimorar as especificações do produto, implementar melhorias e definir se há necessidade de uma nova rodada de avaliação ou se o protótipo poderá ser considerado validado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e validação do *Serious Game* sobre o DIU representam uma estratégia promissora para a aprendizagem das usuárias e a educação em saúde baseada em evidências. A metodologia escolhida além de garantir um protótipo confiável, atrativo

e adequado às necessidades do público, pretende aprimorar a capacitação profissional e auxiliar no processo de decisão na assistência. Os resultados obtidos serão divulgados produções científicas posteriores.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARRETO, Danyella da Silva *et al.* Dispositivo Intrauterino na Atenção Primária a Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 2821, 2021. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2821>. Acesso em: 15 set. 2025.

BORGES, Ana Luiza Vilela *et al.* Conhecimento e interesse em usar o dispositivo intrauterino entre mulheres em idade fértil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/MBdtsctXQTtVZhMX6rmyQzB/?lang=en>. Acesso em: 15 set. 2025.

CAMPINA GRANDE (PB). Prefeitura Municipal. Unidades Básicas de Saúde. [s.d.]. Disponível em: <https://saude.campinagrande.pb.gov.br/ubs-policlinicas-e-centros-de-saude/unidades-basicas-de-saude/page/11/>. Acesso em: 16 set. 2025.

CATUNDA, Hellen Livia Oliveira *et al.* Percurso metodológico em pesquisas de enfermagem para construção e validação de protocolos. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 2, p. 1-10, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/XNPJGWGp6Y6vcT8RWXQWv6x/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 set 2025.

CHIAVONE, Flávia Barreto Tavares *et al.* Serious games no ensino da enfermagem: revisão de escopo. **Enfermagem Global**, v. 19, n. 4, p. 573-602, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/eglobal.410841>. Acesso em: 15 set. 2025.

DEGUIRMENDJIAN, Samira Candalaft *et al.* Serious Game desenvolvidos na Saúde: Revisão Integrativa da Literatura. **Journal of Health Informatics**, Brasil, v. 8, n. 3, 2016. Disponível em: <https://jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/410>. Acesso em: 16 set. 2025.

MORAES, Vanessa Correa de; FERRAZ, Lucimare. Acesso aberto tecnologia educacional na extração do leite materno: desenvolvimento e validação de um jogo sério. **Revista Brasileira de Saude Materno Infantil**, v. 21, n. 3, p. 845-55, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042021000300007>. Acesso em: 16 set. 2025.

NARVAES, João Victor Rodrigues *et al.* Uma revisão integrativa a respeito de métodos contraceptivos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 412-434, 2024. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/10947>. Acesso em: 15 set. 2025.

PEDRO, Camilla Barbosa *et al.* Fatores relacionados ao planejamento familiar em região

de fronteira. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/5ZsymDyKJxPnyLQn5XkwRFB/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

POLIT, Denise; BECK, Cheryl Tatano. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. Porto Alegre: Artmed, 2018. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUTO, Kátia; MOREIRA, Marcelo Rasga. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. **Saúde e Debate**, São Paulo, v. 45, n. 131, p. 97-110, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4JncpcMDZ7TQ9Hd7dkMPMpt/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

SOUZA, Ana Célia Caetano de; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães; BORGES, José Wicto Pereira. Desenvolvimento de instrumento para validar aparência de tecnologia educacional em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0559>. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUZA, Caroline Battistello Cavalheiro de; SAVI, Rafael. Design centrado no usuário e o projeto de soluções educacionais. **Revista e-TECH: Tecnologias para Competitividade Industrial - ISSN - 1983-1838**, [S. l.], p. 33-52, 2015. Disponível em: <https://etech.sc.senai.br/revista-cientifica/article/view/615>. Acesso em: 16 set. 2025.

PREVALÊNCIA DE PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO POR GESTANTES: UMA REVISÃO NARRATIVA

Bruno Palma da Silva¹; Euler Fernando Ribeiro e Silva Filho¹; Fernanda Maria Resende¹; Karina Arruda Nascimento¹; Letícia Silva de Andrade¹; Matheus Francisco Lopes Giarola¹; Sarah Assunção de Oliveira¹; Samyra Giarola Cecílio².

¹Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Afya São João del Rei, São João del-Rei, MG.

²Doutora em Bioengenharia Neuronal (UFSJ). Docente dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Medicina e Nutrição do Centro Universitário Afya São João del Rei, São João del-Rei, MG

PALAVRAS-CHAVE: Saúde bucal na gestação. Saúde materno-infantil. Gravidez.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da mulher

INTRODUÇÃO

A gestação é um período marcado por intensas alterações fisiológicas e hormonais que podem repercutir na saúde bucal da mulher, favorecendo o surgimento de doenças como gengivite, periodontite e cárie dentária (Amorim, 2022). Nesse contexto, o pré-natal odontológico assume papel essencial na prevenção e promoção da saúde, embora sua procura ainda seja limitada, muitas vezes pela falta de orientação adequada dos profissionais de saúde e pela insegurança em relação aos procedimentos odontológicos durante a gravidez (Galvan *et al.*, 2021). Considerando que os cuidados maternos refletem diretamente na saúde do bebê e que a amamentação exclusiva até os seis meses contribui para o bem-estar bucal e sistêmico do binômio mãe-filho, torna-se indispensável que esses temas sejam discutidos nas consultas odontológicas.

OBJETIVO

Identificar a prevalência da adesão ao pré-natal odontológico, ressaltando sua relevância durante a gestação e os principais fatores que influenciam sua realização.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e quantitativa, com natureza aplicada, uma vez que busca analisar a realidade e propor reflexões para a prática odontológica no contexto do pré-natal. Nessa perspectiva, quanto aos objetivos, enquadra-se como exploratória e descritiva, pois visa levantar,

organizar e interpretar dados provenientes da literatura científica sobre prevalência e adesão ao pré-natal odontológico.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados científicos SCIELO, LILACS, MEDLINE e Pubmed englobando estudos realizados entre 2020 e 2025. Inicialmente, foram identificados 31 artigos relacionados ao tema, dos quais 11 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Desse modo, a amostra final foi composta por 20 artigos, sendo 14 selecionados especificamente para análise da prevalência e adesão ao pré-natal odontológico, cujos resultados foram organizados e apresentados em forma de gráfico para melhor visualização comparativa.

A análise dos dados foi feita de forma descritiva, enfatizando a porcentagem de prevalência encontrada nos diferentes estudos e a interpretação qualitativa acerca dos fatores que influenciam a adesão ao pré-natal odontológico. Portanto, a combinação de dados quantitativos e qualitativos possibilitou uma compreensão mais ampla sobre o fenômeno estudado.

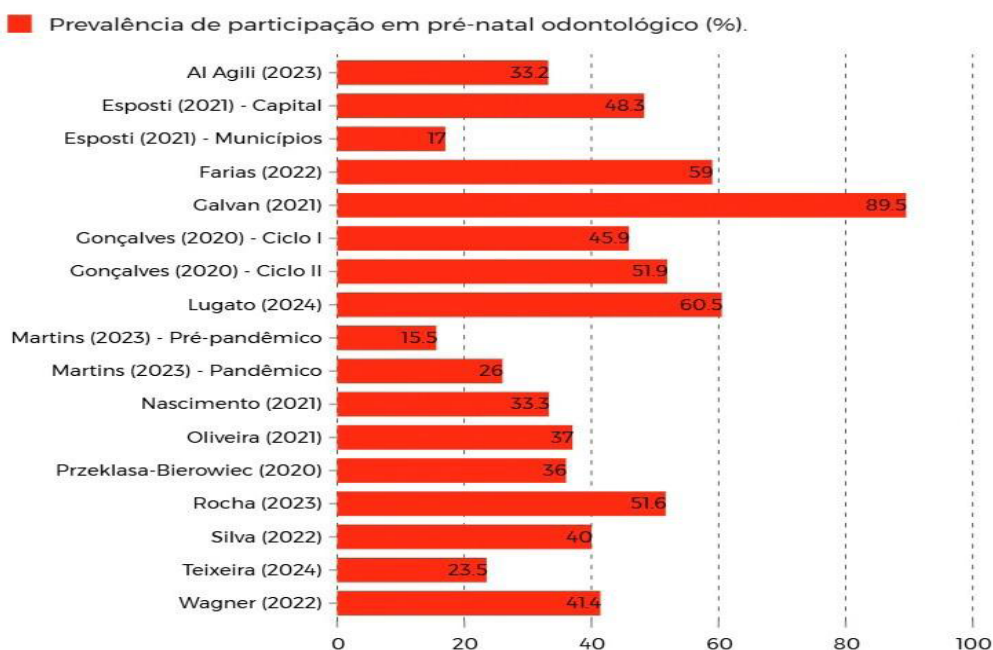
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na leitura dos resumos, com base nos critérios de elegibilidade adotados pelo estudo, foram selecionados 31 artigos, de modo que 11 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos e a amostra final foi composta por 20 artigos.

Dentro dos 20 artigos, foram selecionados 14 para relatar sobre a prevalência e adesão ao pré-natal odontológico, assim como demonstrado no gráfico abaixo.

Figura 1 - Prevalência e adesão ao pré-natal odontológico em diferentes estudos.

Prevalência e adesão ao pré-natal odontológico em diferentes estudos



Fonte: os autores (2025).

Os estudos mostram que a saúde bucal ainda não está devidamente integrada ao pré-natal. Sendo recorrente a falta de informação durante a gravidez; baixa adesão a consultas odontológicas no período gestacional; insegurança de profissionais em oferecer atendimento; repercussões clínicas na saúde bucal da gestante. Em suma, vê-se a necessidade de ampliar a integração da odontologia no cuidado pré-natal, tanto pelo lado dos profissionais e do sistema de saúde, quanto pela conscientização e adesão das gestantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As prevalências de pré-natal odontológico encontradas apresentaram taxas aquém do recomendado. Com base na literatura científica, foi possível identificar que, embora muitas mulheres reconheçam a importância desse acompanhamento, não existe interesse em realizá-lo. Ademais, existem impasses como o acesso limitado aos serviços, a falta de encaminhamento, o medo relacionado ao atendimento odontológico, além da falta de conhecimento acerca da saúde bucal, que uma vez comprometida, pode afetar a saúde do bebê.

Mediante os resultados obtidos, práticas de incentivo e acompanhamento de gestantes, além de ampla divulgação sobre os benefícios e a importância do Pré-Natal Odontológico tornam-se urgentes e fazem-se necessárias.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AMORIM, L. de M. C. Saúde bucal das gestantes: a importância da realização do pré-natal odontológico no município de Guapimirim. *Cadernos de Odontologia do UNIFESO*, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosodontologiaunifeso/article/view/2689>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DE FARIAS, L. G. *et al.* Avaliação dos conhecimentos sobre saúde bucal por gestantes em atendimento pré-natal. *Archives of Health Investigation*, v. 11, n. 3, p. 476-481, 2022. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ARCHI/article/view/5491/7362>. Acesso em: 22 mai. 2025.

GALVAN, J. *et al.* Factors related to orientation of search for dental care in high risk pregnancy. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, n. 4, p. 1143-1153, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/tNYS3bZH8dKKYtjkCZxYBJK/>. Acesso em: 19 maio 2025.

GONÇALVES, K. F. *et al.* Utilização de serviço de saúde bucal no pré-natal e seus fatores associados, a partir dos dados dos ciclos I e II do PMAQ-AB. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3501-3512, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7gvtsKvRSPhbXcGYQgcjG8M/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MARCANTONIO, R. A. C.; STEFFENS, J. P. Classificação das Doenças e Condições Periodontais e Peri-implantares: guia prático e pontos-chave, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rounesp/a/F9F6gnVnNm6hFt6MBrJ6dHC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2025.

NANTES, H. B. G. B. *et al.* Pré-natal odontológico e a incidência de doenças bucais nas gestantes: revisão de literatura integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 6, n.4,p.18815-18826,jul./aug., 2023 Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/62500/44971>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA EM SAÚDE DA MULHER NO ENSINO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Patrícia Cavalcante de Sá Florêncio¹; Paulyanne Karla Araújo Magalhães²; Larissa Bruno Ferreira de Oliveira Florêncio³; Roberta Carozo Torres⁴; Roseanne de Sousa Nobre⁵.

¹Instituto Federal de alagoas (IFAL), Maceió, Alagoas.

²Instituto Federal de alagoas (IFAL), Maceió, Alagoas.

³Instituto Federal de alagoas (IFAL), Maceió, Alagoas.

⁴Instituto Federal de alagoas (IFAL), Maceió, Alagoas.

⁵Instituto Federal de alagoas (IFAL), Maceió, Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Mulher. Enfermagem.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Mulher

INTRODUÇÃO

O cuidado com a saúde da mulher é uma das ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o Projeto Político pedagógico do curso Técnico em Enfermagem em um Instituto Federal em Alagoas, traz em seu componente curricular de Estudos Aplicados à Saúde da Mulher a seguinte ementa: “Execução de estudos aplicados em saúde para a prestação de assistência de enfermagem humanizada e terapêutica a mulher”... Visando com isso, desenvolver habilidades técnicas e relacionais ao manejo do cuidado a saúde da mulher, nas diferentes fases da vida (Brasil, 2019).

A partir disso, foram utilizadas estratégias de metodologias ativas de ensino, onde os alunos eram estimulados, incentivados a aprenderem de forma participativa, por meio de análise e acompanhamento de situações reais, realizando tarefas que estimulassem o pensar crítico, a iniciativa, o debate e a tomada resolutive de decisão (Sasseron, 2013), tornando-se responsáveis pela construção da assistência de enfermagem em seus diferentes setores de atuação, assim como consolidação do conhecimento teórico aliado com a prática.

As mulheres, enquanto principais usuárias SUS (Brasil, 2010), requerem enfoque de gênero, especialmente, porque fatores como sua relação com o meio ambiente, lazer, alimentação e condições de trabalho, moradia e renda são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades com o trabalho doméstico,

causando um forte impacto em sua saúde (Rodrigues *et al.*, 2020).

Em busca de uma atenção integral, equânime e resolutiva, é importante executar uma análise minuciosa, das necessidades de cada mulher assistida pelos estudantes do Curso Técnico em Enfermagem. Assim, é importante analisar criticamente a melhor estratégia de ensino, dentro do conjunto de ações fornecidas, nas instituições visitadas e públicos atendidos, para oferecer um atendimento de maior qualidade e uma atenção mais humanizada para estas clientes.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi analisar a realização de uma abordagem metodológica participativa no componente curricular Estudos Aplicados à Saúde da Mulher para a melhoria da qualidade da assistência prestada.

METODOLOGIA

Este relato de experiência é de abordagem qualitativa, aplicada, experiencial. Quanto aos procedimentos, foi um estudo de caso, realizado em um Instituto Federal, no Curso de Técnico em Enfermagem, com dez alunos regularmente matriculados no componente curricular de Estudos Aplicados a saúde da mulher, durante o módulo IV, semestre letivo 2024.1, pelas professoras regentes. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, enfatizando as etapas das atividades desenvolvidas.

No componente curricular de Estudos Aplicados a saúde da mulher, optou-se por uma abordagem metodológica que favorecesse a responsabilidade, a independência, a proatividade, a ética e a aplicação dos conhecimentos teóricos, oferecendo ferramentas e ambientes que pudessem lidar com as mais diversas situações na assistência à saúde da mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante que durante sua formação, os estudantes tenham experiências práticas de atenção de saúde para poder desenvolver os conceitos aprendidos durante o curso. Isso inclui metodologias diversificadas e antenadas com o contexto atual.

Nesse sentido, a abordagem metodológica desenvolvida nesse componente curricular, priorizou a proatividade e protagonismo dos estudantes, através de uma aprendizagem significativa, a partir de seus conhecimentos prévios (Sasseron, 2013; Ferreira *et al.*, 2018).

Durante o semestre, as aulas foram divididas em:

- Aulas práticas no Hospital Universitário: na maternidade, sala de parto, centro obstétrico, enfermarias, alojamento conjunto (ALCON). Foram desenvolvidas

atividades como: administração de medicações, assistência ao parto e puerpério, cuidados com o Recém-nascido RN, e cuidados de enfermagem em geral;

- Ações de saúde, no Campus, com as mulheres em idade fértil (15 mulheres), com dicas de saúde reprodutiva, com idosas sobre climatério e menopausa (12 idosas) e com gestantes sobre saúde mental na gravidez (10 gestantes) com o tema: Empodere-se. Com abordagem das respectivas temáticas de forma lúdica e acessível para as mulheres;
- Apresentação em sala, de estudos de casos reais vivenciados pelos alunos no Hospital Universitário;
- Apresentação de Portfólio de todas as atividades realizadas durante o semestre letivo ao final do componente curricular.

Procurou-se dessa forma trabalhar a assistência de enfermagem nas diversas fases da vida da mulher, com suas características próprias e ações particulares de intervenção. Isso é essencial para que o aluno desenvolva um raciocínio crítico para a tomada de decisões na assistência à saúde da mulher.

Também foram utilizadas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), para a realização de atividades pelos alunos, como por exemplo a plataforma Canva, para confecção dos portfólios digitais, a ferramenta digital Padlet, um quadro virtual para registrar as atividades, o que contribuiu para a autonomia e o engajamento (Camargo; Daros, 2021).

As atividades desenvolvidas durante todo o semestre contaram com a participação efetiva dos alunos, mostradas na Figura 1. Foi desenvolvida uma autonomia e protagonismo o qual levou os alunos a crescerem em construção de conhecimentos e ações.

Figura 1: atividades realizadas pelos estudantes



Fonte: As autoras (2025).

A participação da comunidade também é essencial para o aprendizado dos alunos e é uma devolução para a sociedade do que a Instituição pode oferecer para a comunidade externa. Alguns relatos espontâneos da participação das mulheres convidadas nas ações em nosso campus e no Hospital Universitário:

“Me senti valorizada, me senti mulher. As vezes esqueço e penso que sou só mãe.”
(mulher assistida na ação de gestantes);

“Ela não me deixou sozinha, eu estava com medo, mais me senti segura porque ela não saiu do meu lado”. (mulher assistida durante o trabalho de parto no Hospital Universitário);

“Me sinto jovem de novo” (idosa assistida na ação com idosas).

O contato direto com as mulheres atendidas é decisivo para o estabelecimento da confiança e da empatia durante a assistência de enfermagem. É necessário, portanto, garantir uma assistência de enfermagem humanizada e resolutiva por meio de técnicas e métodos científicos adequados e de relações interpessoais de acolhimento (Brasil, 2019).

Nesse sentido, a parceria comunidade/escola, nas atividades, é importante para que se efetivem as ações para melhoria da saúde da população, bem como o retorno dos investimentos em educação, para aqueles que mais precisam e estão no entorno da instituição. Mas principalmente, desenvolver nos alunos o respeito ao próximo e um atendimento humanizado na enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante orientar os alunos, futuros profissionais, para a função que cada um deve executar dentro da assistência integral a saúde da mulher, comparando experiências, proporcionando momentos de reflexão, aprendizado, cuidado e discutindo estratégias eficazes e cientificamente adequadas de possibilidades assistenciais.

A metodologia trabalhada no componente curricular despertou nos alunos a necessidade de trabalhar de forma harmoniosa com todos os membros da equipe, além de ampliar o vislumbre de atuação da equipe de enfermagem na assistência à saúde da mulher, revelando o papel de educação em saúde e assistência de qualidade como deveres primordiais para uma assistência humanizada e resolutiva.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ASSIS, M. **Promoção da saúde e envelhecimento**: avaliação de uma experiência no ambulatório do núcleo de atenção ao idoso da UnATi/UERJ. 2004. Tese (Doutorado) -

Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da educação. Instituto Federal de Alagoas. **Plano de curso técnico de nível médio subsequente em enfermagem**. Maceió, 2019.

CAMARGO, F.; DAROS, T. **A sala de aula digital**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Penso Editora, 2021.

FERREIRA, M. *et al.* Calorimetria no ensino fundamental: potencialidades de uma sequência de ensino investigativa. **Revista do Professor De Física**, v. 2, n. 3, p. 31–42, 2018. doi:10.26512/rpf.v2i3.19686

RODRIGUES, A. H. F. *et al.* Saúde da mulher na atenção básica: relato de experiência. **Revista Extensão & Sociedade**, vol. 11, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/download/19219/14948/89636>. Acesso em 13 outubro 2024.

SASSERON, L. H. Interações discursivas e investigação em sala de aula: o papel do professor. **Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, p. 41-62, 2013.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

SAÚDE PARA TODOS: O DESAFIO DA ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Maria Gabriella Fernandes de Oliveira Souza¹.

¹Centro Universitário São Miguel (UNISÃO MIGUEL), Recife, Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso. Barreiras. Inclusão.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da pessoa com deficiência

INTRODUÇÃO

O direito a saúde no Brasil é assegurado através da Constituição de 1988 que incluiu no Art. 196 que a saúde é um direito de todos e dever do estado. Entretanto, ao relacionar o contexto atual com a saúde como direito de todos percebe-se fragilidades que dificultam a garantia desse direito. “O cuidado à saúde das PCD esteve por anos restrito a serviços de reabilitação da Atenção Especializada (AE), o que é insuficiente para as demandas dessa população” (CASTRO, 2021, p.3). A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também assegura a pessoa com deficiência uma saúde integral fornecida pelo SUS independentemente do nível de complexidade.

O princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) garante o direito de todas as pessoas ao acesso integral aos serviços de saúde. No entanto, pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras que comprometem esse direito, evidenciando uma lacuna entre o que preconiza a legislação e a realidade prática.

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, isso representa 7,3% da população. Apesar das normas e regulamentações brasileiras defenderem a inclusão de pessoas com deficiência, no âmbito da saúde pode acontecer desses serviços serem ofertados sem as condições necessárias para que a assistência em saúde aconteça.

A dificuldade enfrentada por pessoas com deficiência persiste e se estende ao acesso à saúde que ainda continua criando muros através de barreiras de acessibilidade. Esse é um desafio diário no atendimento aos serviços de saúde para pessoas com deficiência, entre os principais obstáculos, destacam-se a precariedade da infraestrutura física nas unidades de saúde, como ausência de rampas, sanitários adaptados, cadeiras de rodas disponíveis e espaços acessíveis para circulação.

OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo analisar as principais barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso aos serviços públicos de saúde oferecidos pelo SUS, destacando os impactos dessas limitações na garantia do direito à saúde e na efetivação do princípio da equidade.

METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se como uma pesquisa quantitativa, fundamentada em revisão de literatura. A investigação foi realizada por meio da busca bibliográfica e análise de artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais reconhecidas, como SciELO, LILACS, Google Acadêmico e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram adotados como critérios de inclusão: artigos publicados entre 2015 e 2025, com enfoque nas barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso aos serviços de saúde no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos apontam que a acessibilidade física é o primeiro obstáculo. A maioria das unidades de saúde brasileiras, especialmente as mais antigas, não foram projetadas para receber pessoas com deficiência. A ausência de rampas, banheiros adaptados, elevadores acessíveis e a sinalização inadequada demonstram um planejamento que ignora as necessidades de um grupo significativo da população, dificultando seu acesso inicial aos serviços.

Além da barreira física, as barreiras atitudinais se mostram como um dos maiores desafios. Os artigos ressaltam que o preconceito e o despreparo dos profissionais de saúde são generalizados. A infantilização da pessoa com deficiência é uma atitude comum, na qual o paciente é tratado como incapaz de tomar decisões ou de entender seu próprio tratamento. Essa visão estigmatizada leva à comunicação exclusiva com o acompanhante, negando a autonomia e a dignidade do indivíduo.

A comunicação emerge como outra barreira crítica. A falta de recursos como intérpretes de Libras para pessoas com deficiência auditiva e materiais em Braille para pessoas com deficiência visual impede o diálogo efetivo entre paciente e profissional. A ausência de uma comunicação clara e adaptada compromete a compreensão do diagnóstico e a adesão ao tratamento, o que pode levar ao agravamento de condições de saúde.

Por fim, as barreiras institucionais são a base para os demais problemas. A falta de políticas públicas efetivas e de capacitação continuada para os profissionais de saúde demonstra que a acessibilidade ainda não é uma prioridade sistêmica. A dificuldade de agendar consultas e o tempo de espera prolongado, que afetam desproporcionalmente as

pessoas com deficiência, são reflexos diretos dessa negligência institucional.

Estudos indicam que pessoas com deficiência tem uma expectativa de vida menor e que a desigualdade no acesso aos serviços de saúde está relacionada a essas mortes prematuras ou ao agravamento de condições de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ao explorar as barreiras de acessibilidade da pessoa com deficiência aos serviços de saúde no Brasil, demonstrou que o desafio vai muito além de uma questão de infraestrutura física. A análise da literatura permitiu concluir que a exclusão desse grupo é um fenômeno complexo, enraizado em uma teia de obstáculos arquitetônicos, atitudinais, comunicacionais e institucionais.

Os resultados evidenciaram que, embora a falta de rampas, banheiros adaptados e sinalização acessível seja um impedimento visível e recorrente, as barreiras atitudinais emergem como o ponto mais crítico e de difícil superação. O preconceito, o despreparo e a infantilização da pessoa com deficiência por parte dos profissionais de saúde revelam uma lacuna profunda na formação e na humanização do cuidado, comprometendo a dignidade e a autonomia do paciente.

A pesquisa também ressaltou que a falta de recursos comunicacionais, como intérpretes de Libras e materiais em Braille, impede o diálogo efetivo e, conseqüentemente, a adesão a tratamentos e a compreensão de diagnósticos. Por fim, a ineficácia das políticas públicas e a fragilidade na sua fiscalização atuam como barreiras institucionais que perpetuam os demais problemas, evidenciando um abismo entre o que está previsto em lei e a realidade vivenciada no cotidiano do Sistema Único de Saúde (SUS).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CASTRO, A. M. M. et al. Barreiras ao acesso a serviços de saúde à pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1541-1551, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n4/1541-1551/pt/>. Acesso em: 13 set. 2025.

CLEMENTE, K. A. P. et al. O acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: a percepção de profissionais e gestores da atenção primária à saúde. **Revista de Pesquisa em Saúde**, v. 19, n. 3, p. 116-120, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistasauade/article/view/12111>. Acesso em: 16 set. 2025.

GUEDES, N. F. B. et al. Discriminação e acesso à saúde de pessoas com deficiência: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, Supl. 2, e20220671, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/5n85BqzQ2N6m67GqVpC5JgF/>. Acesso em: 16 set. 2025.

GUIMARÃES, A. V. S.; MOREIRA, A. F. M.; MARTINS, S. T. F. M.; SANTANA, V. E. A. P. Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro (RECOM)**, v. 13, e5143, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v13i0.5143>. Acesso em: 16 set. 2025.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DO IDOSO**

BARREIRAS PERCEBIDAS POR IDOSOS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER: UM ESTUDO OBSERVACIONAL

Lara Cristine Ribeiro dos Santos¹; Cíntia Ehlers Botton².

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará.

²Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Envelhecimento. Exercícios.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do Idoso

INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano traz consigo transformações físicas, psicológicas e sociais ao longo do tempo, caracterizando-se como um fenômeno natural e contínuo (CORTEZ et al., 2019). O número crescente de idosos no Brasil, que já ultrapassa 14% da população total (BRASIL, 2022), tem implicações urgentes para o planejamento dos serviços em saúde (FREITAS JR, 2018). A prática de atividades físicas no tempo livre é reconhecida como fator de proteção contra doenças crônicas e de promoção da autonomia funcional (MACIEL, 2010). O Ministério da Saúde sugere que idosos pratiquem no mínimo 150 minutos de exercícios moderados ou 75 minutos de exercícios intensos semanalmente (BRASIL, 2021). No entanto, informações recentes do VIGITEL (2023) revelam que mais de 30% desse público permanece fisicamente inativo. Fatores que inibem a prática regular de exercícios podem estar relacionados a questões individuais, sociais ou ambientais (REICHERT, 2004), e sua identificação torna-se ainda mais relevante em regiões como o Nordeste, que carecem de investigações aprofundadas (SOCOLOSKI et al., 2021).

OBJETIVO

Este trabalho teve como propósito identificar as barreiras percebidas por idosos residentes em Fortaleza para a prática de atividades físicas durante o lazer. Entre os objetivos específicos estão: analisar os obstáculos percebidos nos âmbitos intrapessoal, interpessoal e ambiental; comparar tais barreiras entre idosos que cumprem ou não as recomendações semanais de atividade física; e verificar se há distinções nas barreiras percebidas entre homens e mulheres.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa transversal, de caráter descritivo, aprovada pelo Comitê de Ética sob parecer nº 6.753.566. Participaram do estudo idosos com 60 anos ou mais, a amostra foi não estatística (por conveniência), e o recrutamento ocorreu em um templo religioso, instituição social e na vizinhança da pesquisadora. Para a participação foi necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta de dados foi realizada na residência dos participantes e contou com a aplicação de quatro instrumentos: um questionário sociodemográfico e de saúde; o Mini Exame do Estado Mental (MEEM); a versão curta do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ); e o Questionário de Barreiras para Prática de Atividade Física em Idosos (QBPAFI). As variáveis quantitativas foram descritas por médias, desvios padrão ou medidas de dispersão; as qualitativas, por frequências absolutas e relativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 21 idosos, com idade média de $68,81 \pm 5,64$ anos, sendo 11 homens e 10 mulheres. A maioria era casada (66,7%), aposentada (71,4%), com renda de até um salário mínimo (52,4%) e escolaridade predominante entre 5 e 8 anos (42,85%). Em relação à saúde, 85,7% relataram alguma condição clínica, como hipertensão, diabetes ou doenças osteoarticulares. Nenhum dos participantes apresentou sinais de comprometimento cognitivo (mediana MEEM = 27). Segundo o IPAQ, 61,9% atingiram os níveis recomendados de atividade física. Quanto às barreiras, predominaram aquelas de natureza intrapessoal, como acreditar já ser suficientemente ativo, apresentar problemas de saúde, sentir cansaço, receio de se machucar ou simplesmente não gostar de se exercitar. As mulheres relataram mais obstáculos do que os homens, principalmente em relação ao tempo disponível, medo e falta de companhia. Tais achados são consistentes com pesquisas anteriores (BRAZÃO et al., 2009; GOBBI et al., 2012; SANTOS et al., 2020). Vale destacar que o maior número de itens intrapessoais no QBPAFI pode ter influenciado os resultados, e a baixa menção a barreiras ambientais e interpessoais sugere uma percepção positiva do ambiente social e físico por parte dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que barreiras intrapessoais foram percebidas em maioria pelos idosos, o que denota a necessidade de estratégias focadas nesse domínio. Recomenda-se a ampliação da amostra em estudos futuros para permitir maior generalização dos resultados. A expectativa é de que esta pesquisa contribua para iniciativas de incentivo à atividade física entre idosos na região Nordeste do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia de atividade física para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *VIGITEL Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2022: características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- BRAZÃO, M. L. et al. Barreiras à prática de atividade física por idosos. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 14, n. 3, p. 179-184, 2009.
- CORTEZ, D. N. et al. Envelhecimento populacional e as demandas sociais e de saúde do idoso: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 22, n. 1, p. e180196, 2019.
- FREITAS JR., W. R. F. de. Envelhecimento populacional e as demandas sociais e de saúde do idoso: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 21, n. 2, p. 244-253, 2018.
- GOBBI, S. et al. Atividade física e funcionalidade em idosos: intervenções com enfoque multidimensional. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, n. 4, p. 643-652, 2012.
- MACIEL, M. G. Envelhecimento e atividade física. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 3, n. 1, p. 19-29, 2000.
- REICHERT, F. F. et al. Barriers to physical activity in a population-based sample in Brazil. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, n. 2, p. 209-217, 2004.
- SANTOS, D. A. et al. Barreiras percebidas para a prática de atividade física em idosos: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, n. 6, p. e200156, 2020.
- SOCOLOSKI, T. B. et al. Barreiras para a prática de atividade física em idosos do nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 26, p. 1-8.2021.

VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO SOB A ÓTICA DO PROFISSIONAL DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Denilson de Queiroz Cerdeira¹; Natália de Oliveira Alves⁵; Rose Lídice Holanda³; Aaron Macena da Silva⁴; Leonardo Lobo Saraiva Barros⁵; Raimunda Hermelinda Macena Maia⁶.

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.

²Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Fortaleza, CE.

³Escola de Saúde Pública do Ceará (ESPCE), Fortaleza, CE.

⁴Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.

⁵Centro Universitário Estácio (ESTÁCIO), Fortaleza, CE.

⁶Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra idoso. Profissionais de saúde. Saúde pública.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do Idoso

INTRODUÇÃO

A violência contra a pessoa idosa, considerada uma grave violação dos direitos humanos, constitui um problema de saúde pública em ascensão. Estimativas da Organização Mundial da Saúde indicam que aproximadamente um em cada seis idosos já foi vítima de algum tipo de violência em contextos comunitários. Em instituições, a situação é ainda mais preocupante: até dois em cada três profissionais relatam ter vivenciado algum tipo de abuso nos últimos 12 meses (OMS, 2024).

Diversos fatores estão associados ao risco de violência nessa população, como baixa escolaridade, limitações funcionais, deficiências sensoriais, isolamento social, histórico de violência familiar e dificuldades no acesso aos serviços de saúde (SANTOS et al., 2022). A identificação precoce dessas situações é essencial para o rompimento dos ciclos de abuso, e os profissionais de saúde ocupam posição estratégica nesse processo.

Por estarem em contato direto com os idosos, podem reconhecer sinais físicos, emocionais e comportamentais indicativos de maus-tratos. No entanto, a atuação desses profissionais ainda é limitada, seja pela ausência de protocolos clínicos sistematizados, seja pela fragilidade na articulação com os serviços da rede de proteção (BRASIL, 2022).

Diante desse panorama, esta revisão integrativa tem como objetivo analisar a produção científica acerca da atuação dos profissionais de saúde na identificação da

violência contra a pessoa idosa. Assim, a presente investigação justifica-se pela relevância teórica, técnica e prática da temática, e pela necessidade urgente de ampliar a produção científica voltada ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

OBJETIVO

Analisar a produção científica acerca da atuação dos profissionais de saúde na identificação da violência contra a pessoa idosa.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida com abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar as percepções, vivências e representações sociais de profissionais de saúde diante da violência contra a pessoa idosa.

A coleta de dados ocorreu no mês de julho de 2025. O recorte temporal compreendeu publicações entre janeiro de 2015 e dezembro de 2024, com base na constatação da escassez de publicações nos últimos cinco anos sobre o tema. As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online - Brasil (SciELO-BR), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE via PubMed), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para a estratégia de busca, foram utilizados descritores controlados e livres, com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), combinados por operadores booleanos. A estratégia de busca foi adaptada a cada base. No PubMed, por exemplo, utilizou-se a seguinte string: ("Aged"[MeSH] OR "Elder Abuse"[MeSH]) AND ("Health Personnel"[MeSH] OR "Health Professionals") AND ("Identification" OR "Detection"). Nas bases SciELO e LILACS, os termos em português foram: ("violência contra o idoso" AND "profissionais de saúde").

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos brasileiros indexados, no período 2015-2024; Publicados em língua portuguesa, inglesa ou espanhol; artigos disponíveis na íntegra; em que apresentem os descritores selecionados. Foram excluídos estudos duplicados e estudos cujo foco estivesse apenas na prevenção da violência, sem abordar a atuação profissional na identificação e que não estivessem disponíveis na íntegra.

Asíntese dos dados foi conduzida por meio de análise temática qualitativa, identificando categorias emergentes sobre a atuação dos profissionais de saúde na identificação de casos de violência. A interpretação seguiu os pressupostos da análise de conteúdo de Bardin (2011), permitindo organizar os dados em eixos temáticos que respondem à pergunta de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico nas bases de dados SciELO, MEDLINE, LILACS e no Portal de Periódicos da CAPES, sem restrição de período, resultou em 91 produções científicas e/ou técnicas, entre as quais se encontravam artigos científicos, dissertações, teses e documentos técnicos elaborados por órgãos públicos. Após a leitura criteriosa dos materiais, foram selecionados 11 artigos científicos para compor o corpus desta revisão integrativa.

Observou-se que todos os estudos incluídos contaram com a participação de fisioterapeutas. No entanto, também houve a presença de terapeuta ocupacional, enfermeiro, médico, nutricionista, educador físico e psicólogo, além de sociólogos, historiadores, advogados, pedagogos e assistentes sociais. Tal diversidade de formações evidencia o caráter multidisciplinar da temática.

Sobre a distribuição geográfica das instituições de origem dos autores, identificou-se que três publicações da região Nordeste, três do Sul e cinco do Sudeste do Brasil. Não foram encontrados estudos das regiões Norte e Centro-Oeste, o que evidencia desigualdades regionais na produção do conhecimento sobre a temática da pesquisa. Foram identificados três artigos em 2015, um em 2018, um em 2019, três em 2020 e quatro em 2021, indicando uma ligeira intensificação recente, ainda que insuficiente diante da relevância e da urgência da temática.

A maioria dos estudos foi de natureza qualitativa, quatro artigos (36,6%). Também foram identificadas pesquisas com delineamentos descritivo, exploratório, retrospectivo, epidemiológico, além de relato de experiência, revisão bibliográfica e revisão de escopo, o que reforça a pluralidade de abordagens metodológicas aplicadas ao tema. Em relação ao cenário e aos sujeitos dos estudos, constatou-se que, com exceção da revisão bibliográfica, todos os trabalhos empíricos foram conduzidos com profissionais que atuam diretamente no atendimento à pessoa idosa.

Os estudos analisados convergem quanto à predominância de violência física e psicológica, seguidas da negligência e abandono. A maioria das agressões ocorre no ambiente domiciliar, geralmente praticadas por familiares próximos, em especial filhos, mas também genros, noras e cônjuges (MINAYO; SOUZA; PAULA, 2010).

Os dados apontam ainda para a feminização da velhice, o que contribui para o predomínio de vítimas do sexo feminino. Essa maior exposição também se relaciona ao fato de que mulheres vivem mais, têm maior prevalência de limitações funcionais e acessam com mais frequência os serviços de saúde, o que aumenta tanto sua longevidade quanto sua visibilidade estatística nos registros de violência (NATAN; LOWENSTEIN; EISIKOVITS, 2010).

A baixa escolaridade aparece como fator de risco associado à violência, especialmente à negligência e à dependência socioeconômica. Estudos mostram que

quanto menor o nível de instrução, maior a probabilidade de exposição à violência (MAIA et al., 2019).

Dentre os meios utilizados nas agressões, observa-se o uso de força corporal, objetos contundentes e até mesmo envenenamento, com aumento desses registros entre 2016 e 2018 (AVANCI; PINTO; ASSIS, 2017). Esses dados revelam a gravidade de muitos episódios e reforçam a urgência de estratégias de intervenção mais eficazes. A figura do agressor familiar é central nos estudos, refletindo o caráter intrafamiliar da maioria dos casos. A convivência com agressores dependentes emocional, social ou financeiramente, agrava o risco de violência (GRILO; JUNIOR, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção científica permitiu descrever aspectos de enfrentamento relacionadas à violência contra o idoso, evidenciando a multiplicidade de fatores envolvidos e os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no cotidiano assistencial. Apesar das limitações de escopo e da reduzida quantidade de evidências disponíveis, os achados reforçam a importância de compreender a violência contra o idoso não apenas como evento isolado, mas como fenômeno estrutural, multifatorial e de elevada complexidade social, antropológica e epidemiológica. Dessa forma, a atuação do profissional de saúde deve transcender a aplicação de instrumentos de avaliação, buscando ações intersetoriais, educativas, preventivas e acolhedoras. Torna-se imperativo o investimento em pesquisa, formação continuada e inovação tecnológica, visando subsidiar a construção de novas evidências científicas diante de situações de violência contra o idoso.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AVANCI, J.Q.; PINTO, L.W.; ASSIS, S.G. Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. **Ciênc. saúde coletiva [Internet]**. 22(9): 2825-2840, 2017. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13352017>. Acesso em : 12 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Curso de Capacitação sobre Violência Contra Idosos**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

GRILO, P.M.S.; JÚNIOR, I.L. Maus-tratos a idosos: perfil das vítimas, vínculo com o agressor e atuação dos profissionais. **Estud. Interdiscipl. Envelhec.**, Porto Alegre. 20(2): 611-624, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.50955>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MAIA, P.H.S.; FERREIRA, E.F.; MELO, E.M.; VARGAS, A.M.D. A ocorrência da violência em idosos e seus fatores associados. **Rev. Bras. Enferm. [Internet]** 72(Supl 2): 64-70, 2019.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0014>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; PAULA, D. R. Revisão sistemática da produção acadêmica sobre causas externas e violência contra a pessoa idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**. 15(6): 2179-2718, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000600010>. Acesso em: 13 de jul. 2025.

NATAN, M.B.; LOWENSTEIN, A.; EISIKOVITS, Z. Psycho-social Factors Affecting Elder's Maltreatment in Long-term Care Facilities. **International Nursing Review**. 57(1):113-120, 2010. Disponível em: doi: 10.1111/j.1466-7657.2009.00771. Acesso em: 22 jul. 2025.

SANTOS, T.D.; VIEIRA, G.B.; MACHADO, A.S.; TAVARES, D.I.; SANTOS, S.B.A.; BRAZ, M.M.; PIVETTA, H.M.F. Casos notificados de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em idosos no município de Santa Maria-RS. **Revista Saúde (Sta Maria)**. 44(2):1-12,2022. Disponível em: DOI: 10.5902/2236583433036. Acesso: Acesso em 07 fev. 2025.

WHO (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). **Violence against older people: a global health concern**. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/projects/violence/en/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS NO ESTADO DO CEARÁ SOB A ÓTICA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO - SINAN

**Natália de Oliveira Alves¹; Denilson de Queiroz Cerdeira²; Raimunda Hermelinda
Maia Macena³; Rose Lídice Holanda⁴; Aaron Macena da Silva⁵; Leonardo Lobo
Saraiva Barros⁶.**

¹UNINASSAU PARANGABA, Fortaleza, Ceará.

²UFC, Fortaleza, Ceará.

³ UFC, Fortaleza, Ceará.

⁴ESPCE Fortaleza, Ceará.

⁵UFC, Fortaleza, Ceará.

⁶ESTÁCIO, Fortaleza, Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção integral à saúde do idoso. Violência contra a pessoa idosa. Educação para a saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do idoso

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um fenômeno natural que afeta todas as dimensões da vida do ser humano, trazendo consigo uma série de desafios físicos, psicológicos e sociais. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), à medida que a população envelhece, ocorrem transformações biológicas que reduzem a capacidade regenerativa do organismo, tornando os idosos mais suscetíveis a doenças crônicas, degenerativas e outras condições que impactam sua qualidade de vida. Esse processo resulta em um aumento da vulnerabilidade, tornando essencial a adoção de estratégias voltadas para o cuidado e a proteção dessa população.

A vulnerabilidade do idoso pode ser analisada em diversas perspectivas. No aspecto físico, o envelhecimento está associado à diminuição da força muscular, redução da densidade óssea, comprometimento do sistema imunológico e declínio da função cognitiva, o que aumenta os riscos de quedas, fraturas e outras complicações de saúde.

No âmbito emocional, o isolamento social, a perda de familiares e a aposentadoria podem desencadear sentimentos de depressão e ansiedade, tornando o idoso ainda mais fragilizado (PINQUART; SÖRENSEN, 2001). Além disso, a instabilidade financeira, muitas

vezes resultante da aposentadoria e do aumento de despesas médicas, contribui para uma maior dependência e, conseqüentemente, para a exposição a diferentes formas de exploração e violência (SCHNEIDER; CAVALCANTE, 2020).

A violência contra a pessoa idosa é uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública crescente. Segundo a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 16% dos idosos em todo o mundo sofrem algum tipo de violência, seja física, psicológica, financeira ou por negligência.

Diante dessa problemática, o presente trabalho objetivou traçar um perfil epidemiológico dos idosos notificados, mapeando os padrões de subnotificação e identificar os tipos mais frequentes de violência contra idosos, visando estabelecer uma cultura de paz, contribuindo para a obtenção de direitos sociais, como o direito à informação, a saúde e a dignidade humana.

OBJETIVO

Traçar um perfil epidemiológico dos idosos notificados, mapeando os padrões de subnotificação e identificar os tipos mais frequentes de violência contra idosos.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, ecológico, com estratégia de análise quantitativa dos dados apresentados. A presente pesquisa foi realizada no período entre Fevereiro a Setembro de 2025, sendo a população de estudo constituída pelo universo finito de notificações e subnotificações de violência contra o idoso que estejam cadastrados no SINAN durante o período de 2015 a 2024. A amostra correspondeu conforme os critérios de inclusão e exclusão.

Foram incluídos na pesquisa, as notificações e subnotificações acometidas em indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, independente do sexo, cadastradas no SINAN explicitando os aspectos da pesquisa. Foram excluídos os cadastros que apresentem dados incompletos.

Os dados obtidos na pesquisa foram organizados, tabulados e analisados e os resultados foram apresentados na forma de gráfico e tabelas, sendo os mesmos confrontados com a literatura existente no âmbito nacional e internacional sobre os assuntos vigentes no inquérito científico.

Por se tratar de pesquisa com dados públicos de fonte secundária, o estudo não foi submetido a apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, entretanto atendeu aos princípios vigentes da resolução nº. 466 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Reiterou-se que os dados não possuem identificadores pessoais dos casos, contendo apenas informações de interesse à saúde pública.

Sobre o levantamento da tipologia de violência contra idosos, os dados secundários do SINAN foram solicitados às autoridades competentes, respeitando as diretrizes de proteção de informações sensíveis, garantindo que sua utilização seja exclusivamente científica e que não houve identificação de vítimas ou profissionais envolvidos.

Além disso, os resultados do estudo foram divulgados de forma coletiva, garantindo a privacidade e a confidencialidade das informações. Dessa forma, o estudo foi conduzido com total transparência, compromisso com a ética científica e respeito aos princípios da bioética e dos direitos humanos, garantindo um processo de pesquisa seguro e alinhado às boas práticas acadêmicas e profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta dos dados sobre o assunto em questão do inquérito foram feitas as classificações necessárias baseadas nos objetivos da pesquisa sobre a violência contra o idoso. A amostra foi composta por 3.797 notificações no SINAN no período de 2015 a 2024. Dentre as notificações, 2,742 (72,22%) eram de violência vinculada ao sexo feminino.

Os dados apontam ainda para a feminização da velhice, o que contribui para o predomínio de vítimas do sexo feminino. Essa maior exposição também se relaciona ao fato de que mulheres vivem mais, têm maior prevalência de limitações funcionais e acessam com mais frequência os serviços de saúde, o que aumenta tanto sua longevidade quanto sua visibilidade estatística nos registros de violência (NATAN; LOWENSTEIN; EISIKOVITS, 2010).

Chama-se atenção para o número expressivo de notificações quando referenciado o período do estudo. Percebe-se que 64,87% dos casos de violência contra a pessoa idosa aconteceram nos anos de 2022 a 2024, confirmando que existe uma problemática no âmbito da saúde pública em crescente ascensão. A maioria das agressões ocorre no ambiente domiciliar, geralmente praticadas por familiares próximos, em especial filhos, mas também genros, noras e cônjuges (MINAYO; SOUZA; PAULA, 2010).

Baseando-se na nomenclatura referenciada pelo SINAN à pessoa idosa, é dita como categoria a faixa etária 60 e mais, apresentou grande destaque nos últimos anos do estudo (2022 a 2024) com 10.574 notificações, representando 71,65% da amostragem total.

Esses dados revelam a gravidade de muitos episódios e reforçam a urgência de estratégias de intervenção mais eficazes. A figura do agressor familiar é central nos estudos, refletindo o caráter intrafamiliar da maioria dos casos. A convivência com agressores dependentes emocional, social ou financeiramente, agrava o risco de violência (GRILO; JUNIOR, 2015).

Através da obtenção dos dados coletados no SINAN, foi possível observar que foram referenciados como tipologia de violência contra o idoso, as notificações, tais como: negligência e abandono (8137), em destaque, violência física (5180), violência psicológica

e moral (2470), violência por lesão autoprovocada (1326), violência financeira e econômica (875), violência sexual (192) e a violência por tortura (174).

Os estudos analisados convergem quanto à predominância de violência física e psicológica, seguidas da negligência e abandono. Dentre os meios utilizados nas agressões, observa-se o uso de força corporal, objetos contundentes e até mesmo envenenamento, com aumento desses registros entre 2016 e 2018 (AVANCI; PINTO; ASSIS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se com os dados coletados, que o acometimento da pessoa idosa por violência vem aumentando desde a última década. A quantidade de evidências disponíveis, através dos achados, reforçam a importância de compreender a violência contra o idoso não apenas como evento isolado, mas como fenômeno estrutural, multifatorial e de elevada complexidade social, antropológica e epidemiológica. É importante que as notificações junto aos órgãos e plataformas oficiais venham sensibilizar na busca de medidas imediatas e políticas públicas buscando ações intersetoriais, educativas, preventivas e acolhedoras. Com base nesse panorama, conclui-se que este estudo conseguiu sistematizar informações sobre o tema, oferecendo subsídios relevantes à prática clínica, à formação profissional e ao desenvolvimento de novas investigações. Recomenda-se, portanto, o fomento de estudos interdisciplinares e regionais, que considerem a singularidade da população idosa brasileira e favoreçam o fortalecimento de políticas públicas de promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia dos direitos humanos da pessoa idosa.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AVANCI, J.Q.; PINTO, L.W.; ASSIS, S.G. **Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. Ciênc. saúde coletiva [Internet].** 22(9): 2825-2840, 2017. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13352017>. Acesso em : 12 abr. 2025.

GRILO, P.M.S.; JÚNIOR, I.L. **Maus-tratos a idosos: perfil das vítimas, vínculo com o agressor e atuação dos profissionais.** Estud. Interdiscipl. Envelhec., Porto Alegre. 20(2): 611-624, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.50955>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; PAULA, D. R. **Revisão sistemática da produção acadêmica sobre causas externas e violência contra a pessoa idosa.** Ciência & Saúde Coletiva. 15(6): 2179-2718, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000600010>. Acesso em: 13 de jul. 2025.

NATAN, M.B.; LOWENSTEIN, A.; ESIKOVITS, Z. **Psyco-social Factors Affecting Elder's Maltreatment in Long-term Care Facilities.** International Nursing Review. 57(1):113-120,

2010. Disponível em: doi: 10.1111/j.1466-7657.2009.00771. Acesso em: 22 jul. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. Agenda 2030, c2105. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 07 fev. 2025.

PINQUART, M.; & SORENSEN, S. **Influences on loneliness in older adults: A Meta-Analysis**. Basic and Applied Social Psychology, 23(4), 245-266, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1207/S15324834BASP2304_2. Acesso em: 17 jul. 2025.

SCHENKER, M.; CAVALCANTE, F.G. **Violência, família e sociedade**. NJAINE, K.; ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J.Q. (Orgs.) **Impactos da Violência na Saúde**. 4. ed. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, p. 57- 76, 2020.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE DO TRABALHADOR**

SAÚDE LABORAL DAS MARISQUEIRAS DA REGIÃO COSTEIRA CENTRAL DE PERNAMBUCO

Thaís Xavier Cabral¹; Simone Ferreira Teixeira².

¹Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco.

²Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho manual. Doença ocupacional. Pesca artesanal.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do trabalhador.

INTRODUÇÃO

A mariscagem é uma prática que representa a diversidade de conhecimentos das populações tradicionais, acumulados através da pesca de moluscos. A pesca de moluscos bivalves se baseia nesses saberes, transmitidos de geração em geração, refletindo a riqueza cultural das comunidades (Silva, 2024). Durante a atividade pesqueira, os(as) pescadores(as) precisam lidar com condições extremas no seu ambiente de trabalho, que variam desde as condições climáticas, o contato com água contaminada até a necessidade de realizar grande esforço físico (Teixeira; Campos, 2019). Apesar das adversidades, a atividade pesqueira é considerada uma fonte essencial de subsistência para 55% das famílias de pescadores artesanais na bacia do Pina, em Recife (Souza, 2011).

A mariscagem é uma atividade caracterizada, em grande parte, pela sua invisibilidade aos olhares da sociedade e de políticas públicas, o que resulta em condições precárias de trabalho, jornadas extensas e em uma renda mensal baixa. Estas trabalhadoras enfrentam vulnerabilidade a posturas nocivas, águas contaminadas por esgoto ou outro agente, animais perigosos, enfrentam também uma sobrecarga de trabalho manual, levantamento de peso e de movimentos repetitivos. Tais condições favorecem o desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho (Brasil, 2018). Segundo Falcão et.al (2015), foi analisado que cerca de 97,6% das marisqueiras entrevistadas apresentavam prevalência de dor nos membros superiores, inferiores e na coluna. Segundo Pena *et.al* (2011), foi observado que durante uma jornada padrão de trabalho, uma marisqueira pode realizar, em média, 75.000 movimentos repetitivos, o que acarreta em enfermidades que afetam este grupo com frequência, sendo a principal delas a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), que causa dores extremas ao realizar o trabalho manual com os mariscos. No estudo de Lopes et.al (2021), as marisqueiras passam longos períodos de tempo em posições desconfortáveis, como de cócoras ou agachadas, o que contribui para o desenvolvimento de DMEs (Distúrbios Musculoesqueléticos). Contudo, neste trabalho, a maioria das entrevistadas relataram que

não reconhecem essa sobrecarga física como um fator de risco ocupacional, o que deixa claro a necessidade de conscientizar sobre os impactos da jornada de trabalho na saúde dos trabalhadores.

OBJETIVO

Este trabalho buscou avaliar a atividade pesqueira e seu impacto na saúde laboral de marisqueiras da região costeira central de Pernambuco, identificando os principais relatos de doenças relacionadas à atividade pesqueira.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas realizadas com pescadores e marisqueiras em regiões costeiras de Recife-PE, como Brasília Teimosa, Imbiribeira e Pina. Os questionários semi estruturados apresentavam uma abordagem quali-quantitativa, buscando compreender os impactos do período laboral na saúde dos(as) pescadores(as). Os questionários apresentavam perguntas socioeconômicas, relacionadas ao trabalho, às condições físicas e mentais e ao acesso a serviços públicos de saúde.

As entrevistas foram realizadas entre o período de 2022 a 2025 e contemplou trabalhadores de diferentes idades e condições sociais, com prevalência de mulheres marisqueiras, consideradas o público principal deste trabalho. Para este trabalho foram selecionados os dados abordando a saúde laboral e o acesso a atendimentos médicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 20 pescadores (as) de molusco, sendo 60% mulheres e 40% homens, com tempo de atuação na atividade de 2 a 40 anos. A atividade da pesca de moluscos é executada através de instrumentos rudimentares e que requerem uma intensa atividade e força física, o que acaba por expor os trabalhadores a riscos ocupacionais. Nos relatos, verificou-se que aproximadamente 30% dos(as) entrevistados(as) apresentaram agravos de saúde como tendinite, acidentes por queda, queda de cabelo, manchas na pele, cansaço e falta de ar. No que se refere a saúde mental, 75% dos(as) entrevistados(as) indicaram possuir depressão, ansiedade e estresse, questões estas que estão relacionadas ao medo de adoecer devido a jornada de trabalho e não conseguir levar a subsistência para casa, a insegurança econômica e também devido às sequelas provenientes da pandemia do COVID-19.

Foi observado que apenas 30% dos entrevistados procuravam por algum meio de atendimento médico público, através de policlínicas e de postos de saúde. Essa procura ocorria apenas em situações de extrema urgência, o que destaca como o acesso à saúde é limitado e insuficiente para populações vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca do marisco é considerada a principal fonte de renda de 55% das famílias de pescadores artesanais na bacia do Pina, em Recife (Souza, 2011). Conforme Souza (2011), se o trabalho das marisqueiras for interrompido devido a alguma doença ocupacional, isso irá acarretar diretamente a renda mensal da família. Silva (2021) cita que, a exposição diária aos riscos e ao esforço relacionados ao trabalho podem resultar em doenças ocupacionais crônicas, podendo dificultar que o (a) pescador (a) siga com seu ritmo habitual de trabalho, visto que necessitam de um condicionamento físico em boas condições para realizar suas atividades.

Com base nos resultados apresentados, observou-se que a pesca de marisco é uma atividade que possui predominância feminina (60%), com várias doenças ocupacionais devido à alta demanda por esforço físico. E, que as mesmas apresentam problemas de saúde física e de saúde mental. A baixa procura por atendimento médico destaca que existem barreiras ao acesso à saúde para estes trabalhadores.

Portanto, pode-se observar que há impactos da jornada de trabalho na saúde das marisqueiras e que é importante buscar ajuda médica. Também há a necessidade de ampliar políticas públicas específicas para esta população, a fim de que as mesmas tenham seus direitos reconhecidos e possam alcançar melhores condições de trabalho.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALINDNA DA SILVA, Lays. **Conhecimento Tradicional Sobre as Etnoespécies de Peixes, Moluscos E Crustáceos Na Zona Costeira de Pernambuco**. 2024. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade de Pernambuco, Recife, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A saúde das pescadoras artesanais - atividades de pesca: rios, lagos e lagoas**. Bahia, BA, 2018. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_pescadoras_artesanais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LOPES, Isabelle Bernardina da Silva et al. Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, e5, 2021.

NASCIMENTO, Alyne Maria da Silva. **A relação trabalho-saúde das marisqueiras na atividade da pesca artesanal: revisão integrativa da literatura**. 2022. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA, Rafaela Almeida da et al. Sintomas musculoesqueléticos em catadoras de marisco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Bahia, v. 46, p. e4, 2021.

SOUZA, Anna Carla Feitosa Ferreira de. **Dinâmica Socioambiental da Pesca de Mariscos**

em um estuário urbano nordestino: Um estudo Etnoecológico dos Pescadores da Bacia do Pina, Recife/PE. 2011. Dissertação (Mestrado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, S. S. **Mollusc gathering in tropical regions of Brazil.** In: DIARTE-PLATA, G. (*org.*). Molluses. London: IntechOpen, 2019. Cap. 2, p. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.5772/intechopen.83588>.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE MENTAL**

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM ADOLESCENTES TRABALHADORES: A POTÊNCIA DOS ESPAÇOS INTERACIONAIS

João Victor Borges Gonçalves¹; Mariana Rizziere Silva²; Ailton de Souza Aragão³.

¹Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.

²Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.

³Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações coletivas. Protagonismo juvenil. Bem-estar psíquico.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde mental.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), o período do adolecer restringe-se à faixa etária dos 10 aos 19 anos, entretanto, para além das idades, o conceito de adolescência transforma-se junto às mudanças da sociedade, em um interjogo entre as formas do indivíduo compreender seu contexto social e em meio às pressões advindas do mesmo panorama cultural (OZELLA, 2002). Neste sentido, frente à diversidade de “realidades possíveis que atuam como referências para a constituição dos sujeitos” (ROSSI et al., 2019, p. 02) constroem-se adolescências, no plural, caracterizadas por sua multiplicidade de vivências e como uma etapa decisiva e de muitas mudanças biopsicossociais (FREITAS, 2005). Sendo assim, frente ao processo complexo do Adolecer o/a torna-se vulnerável para o desenvolvimento de problemas relacionados, por exemplo, à saúde mental, tendo em vista que, historicamente, as ações brasileiras de cuidado nesse âmbito da saúde, voltadas para crianças e adolescentes, repousaram na omissão, na exclusão e na assistência institucionalizada (TAÑO, 2017).

Pautando-se na concepção de saúde mental enquanto uma condição interna de bem-estar construída na relação do sujeito com o meio social (YOSHIDA; GIGLIO, 2000), o processo de socialização e o valor das relações interpessoais é um fator relevante para a promoção da saúde mental com o público juvenil (SUDARIO; MORENO, 2022). Dessa forma, os contextos interacionais dos adolescentes são marcados por seu ambiente familiar e, principalmente, pela transição para um sistema de apego centrado nos pares, os quais são de suma importância para a construção da identidade, a adaptação social e acadêmica, a aprendizagem da reciprocidade nas relações e o desenvolvimento de competências para a constituição de vínculos mais íntimos e afetivos (PIAGET, 1932). Assim, a natureza das relações de amizade associa-se com a maior disposição mental do adolescente, sua

integração social e representações mais estruturadas sobre si, expressas no autoconceito (GADELHA et al., 2022).

Ao considerar os ambientes de sociabilidade como imprescindíveis nesta fase do desenvolvimento, outro contexto relevante e que influencia no comportamento, nos projetos de vida, na afetividade, desenvolvimento psicossocial e, especialmente, na vida psíquica do adolescente é o mundo do trabalho (FRAGA; BUENO, 2023). A atividade profissional, para além de viabilizar uma oportunidade de expressão de habilidades e construção de uma autonomia individual, também traz obstáculos substanciais, como a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, menor participação em atividades extra-escolares e de lazer, aspirações acadêmicas mais baixas e menos tempo de qualidade e interação com a família e os pares (SILVA; OLIVEIRA, 2025). Diante desse cenário, o estabelecimento de espaços de socialização e a realização de atividades interacionais tornam-se fundamentais para a promoção da saúde mental com adolescentes trabalhadores, pois propiciam momentos de distração, escuta e reconhecimento.

OBJETIVO

Investigar o modo como as atividades temáticas interacionais promovem contextos dialógicos que fornecem voz e a promoção da saúde mental com adolescentes trabalhadores de uma instituição de Uberaba, MG.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência apresenta estratégias qualitativas, de natureza básica, além de os objetivos serem de caráter descritivo, buscando retratar, registrar e detalhar as características da situação-problema, por meio de uma pesquisa de campo.

Dessa forma, as ações extensionistas propostas pelo Programa “Laços entre nós”: potências de encontros de adolescentes com jovens universitárias/os”, sob a coordenação do Prof. Dr. Ailton de Souza Aragão, em parceria com a Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam”, foram desenvolvidas durante o ano de 2024, quinzenalmente, com grupos de adolescentes aprendizes, entre 14 e 24 anos. Os encontros estruturavam-se em três etapas dinâmicas: a quebra-gelo, a atividade temática e o encerramento, prática que tinha duração de 1 hora e meia. As atividades propostas resultaram em rodas de conversas interativas, que possibilitaram a reflexão e a discussão de temas que reconhecem o Adolescer como processo.

O registro das atividades se deu por meio de observação sistemática, do registro nos diários de campo e de fotografias elaboradas durante as atividades, sem a identificação dos participantes. Os registros textuais e iconográficos foram analisados com base em textos da literatura científica e seguindo os critérios éticos de pesquisas que envolvem seres humanos, como a não divulgação dos nomes dos participantes, e zelo pela dignidade,

segurança e bem-estar dos adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir das práticas realizadas dentro da instituição, cria-se um ambiente de socialização e também de debate acerca de temas escolhidos pelo Coletivo, ou seja, pré-definidos pelos participantes. As dinâmicas e demais atividades primaram pela utilização de recursos audiovisuais (trechos de filmes/séries e exposição de músicas e vídeos) e desdobraram-se nas rodas de conversa que oportunizaram a expressão, a voz para os interesses e assuntos de cunho pessoal dos jovens aprendizes. Diálogo que permite a abertura para uma comunicação intragrupo, fundamental para que se promova o bem-estar e um bom desenvolvimento do indivíduo (PINTO, 2009). Esse auxílio demonstrase, principalmente, com a procura por discussões acerca de temáticas como ansiedade e saúde mental.

Neste sentido, através dessas práticas interacionais, cria-se a abertura de contextos dialógicos entre o Coletivo. No encontro realizado sobre a temática da “ansiedade”, utilizouse, além de um trecho representativo sobre o que é uma crise de ansiedade retirado da obra audiovisual “Divertidamente 2”, um debate sobre “Mitos X Verdades” sobre ela. Assim, como dito por Carneiro (2012, p.119) “o diálogo é um exercício de autonomia (...), opera como instigação mútua”. Essa perspectiva se apresenta no contexto da extensão, pois mediado por um material o debate sobre o que é “ansiedade” proporciona um espaço para a voz, para exporem o entendimento sobre esse e outros temas. E ainda, a se identificarem e se complementarem uns nos relatos de seus pares.

O jogo “Gartic” foi adotado como potencial promotor de saúde mental: os/as adolescentes desenharam o que consideravam o significado desse termo. Após essa interação, houve uma conversa com o grupo sobre o desenho e o que queriam compartilhar a partir dele. Isso demonstra a importância de um espaço de expressão que promova e fale de saúde.

Isso posto, reconhecemos, conforme Parker (2000), que o adolescente possui a necessidade de vocalizar, de se comunicar por si mesmo, pois é dessa forma que se torna possível a expressão da subjetividade de cada um deles, a fim de que não ocultem os sofrimentos que se processam no Adolescer e que construam estratégias de defesa pautados nos direitos que possuem. Subjetividade essa que, aliás, está em franca metamorfose e que é atravessada pelos contextos sociais e familiares em que se inserem (CASTRO; LEÃO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no projeto demonstrou que a construção de coletivos de socialização abrem portas para vínculos identificatórios e espaços de escuta ativa e de acolhimento,

principalmente a partir da aproximação de indivíduos que pertencem à mesma fase do desenvolvimento e compartilham experiências semelhantes, como as vivências profissionais.

Constata-se que o incentivo a realização de atividades de significado pessoal, em meio a relações interpessoais de amizade com os pares, apresenta-se como fatores relevantes para a promoção da saúde mental em adolescentes trabalhadores, considerando as vulnerabilidades desta etapa do desenvolvimento que se somam aos desafios enfrentados por esse público, de forma tão precoce, no mercado de trabalho.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CARNEIRO, A. C. L. L. et al. Educação para a promoção da saúde no contexto da atenção primária. **Revista panamericana de saúde pública**, 31 (2), 115-120, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1020-49892012000200004>

CASTRO, A. DE C.; LEÃO, L. H. DA C.. A metamorfose e o campo da saúde mental de trabalhadores: uma análise bakhtiniana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3615–3624, set. 2020.

PIAGET, J. **Le jugement morale chez l'enfant**. Paris: PUF, 1932.

PARKER, Richard. **Na contramão da aids: sexualidade, intervenção, política**. São Paulo: Editora 34, 2000.

PINTO DE ALMEIDA, A.F. Comunicação, saúde mental e psicopatologia. **Cadernos de Comunicação e Linguagem**, n13, p. 13-32, 2009. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2884/3/13-32.pdf?utm_source=chatgpt.com

ROSSI, L. M.; MARCOLINO, T. Q.; SPERANZA, M.; CID, M. F. B. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos De Saúde Pública**, 35(3), e00125018, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00125018>

SILVA, L. M.; DE OLIVEIRA, J. A INSERÇÃO DO JOVEM APRENDIZ NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Facit Business and Technology Journal**, 2(63), 2025. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3588>

SUDARIO, M. V. B.; MORENO, G. L. CRIANÇA, ESCOLA E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: a escola como espaço de socialização. **Revista Teias**, 23(68), 29-41, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.60916>

TAÑO, B. L. A constituição de ações intersetoriais de atenção às crianças e adolescentes em sofrimento psíquico [Tese de Doutorado]. São Carlos: **Universidade Federal de São Carlos**; 2017.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE PARA PESSOAS LGBTQIA+**

TUM TÁ TRANS: EFEITOS ADVERSOS CARDIOMETABÓLICOS ASSOCIADOS À HORMONIOTERAPIA EM POPULAÇÃO TRANS

Cristhiano Charles de Castro bezerra Filho¹; Ary Wittor Freire Miranda Angelim Agra²; César Augusto da Silva³.

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco.

²Centro Universitário FTC (UniFTC), Petrolina, Pernambuco.

³Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas Transgênero. Hormônios Esteroides Gonadais.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde para pessoas LGBTQIA+

INTRODUÇÃO

A transgeneridade representa um campo identitário que rompe com o paradigma da corporalidade e da associação direta entre o sexo biológico e o gênero. Ao desafiar a leitura binária de homem e mulher, a vivência trans revela múltiplas possibilidades de existência e afirmação do ser. Nesse percurso, a busca por modificações que alinhem o corpo à identidade de gênero é uma etapa fundamental para muitos indivíduos, sendo a terapia hormonal, ou hormonização cruzada, um dos recursos mais centrais nesse processo de transição (Vieira; Goldberg; Bermúdez, 2025).

Contudo, a jornada para a afirmação de gênero frequentemente encontra barreiras, como a dificuldade de acesso a serviços de saúde especializados, o que pode levar parte dessa população a práticas de risco, como a automedicação. Embora essencial para o bem-estar de muitas pessoas trans, a hormonização não é isenta de efeitos adversos, envolvendo riscos cardiovasculares, trombóticos e impactos metabólicos, que demandam acompanhamento profissional. Este trabalho explora essa dualidade, abordando os conceitos de transgeneridade, a hormonização como ferramenta de afirmação e seus riscos, reforçando a importância do cuidado em saúde para a redução de danos (Ahmad, 2024).

OBJETIVO

Descrever os efeitos adversos cardiometabólicos a longo prazo associado a Hormonioterapia na População Trans, para práticas de cuidado mais seguras e uma tomada de decisão informada por parte de profissionais e dos próprios pacientes.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. O levantamento bibliográfico foi realizado no mês de setembro de 2025 nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e PubMed, utilizando os descritores “Hormônios Esteroides Gonadais” e “Pessoas Transgênero” e os seguintes filtros: Data de publicação nos últimos 10 anos e texto completo gratuito. A busca inicial totalizou em corpus de 265 publicações e, após a leitura de títulos e resumos, foram selecionados 6 artigos, os quais coadunaram com o objetivo do estudo. A análise do material pautou-se em uma abordagem crítica e interpretativa, focada na discussão dos principais conceitos e debates da literatura. Por se tratar de uma pesquisa com fontes de domínio público, dispensa-se a aprovação por Comitê de Ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Síntese do Resultados.

Título do Artigo	Autores	Principais Resultados
The cardiovascular subtleties of testosterone on gender-affirming hormone therapy	SANTOS, J. D.; OLIVEIRA-NETO, J. T.; TOSTES, R. C.	O impacto cardiovascular da testosterona é debatível e preliminar. Efeitos adversos incluem aumento da pressão arterial, rigidez arterial, dislipidemia, hipertrofia cardíaca mal adaptativa e marcadores inflamatórios.
Arrhythmias in transgender individuals	BERNI, A. C.; WAMBOLDT, R.; BARANCHUK, A.	A terapia hormonal predispõe ao surgimento de arritmias (ventriculares e fibrilação atrial) e distúrbios de repolarização.
Cross-sex Hormones and Acute Cardiovascular Events in Transgender Persons	GETAHUN, D. et al.	A terapia com estrogênio em mulheres trans é um fator de risco para tromboembolismo venoso (TEV) e acidente vascular cerebral isquêmico.
Gender-Affirming Hormone Therapy, Vascular Health and Cardiovascular Disease in Transgender Adults	CONNELLY, P. J. et al.	Evidências sugerem que o uso de estrogênio por mulheres trans aumenta o risco de infarto do miocárdio e AVC isquêmico. Para homens trans, não há evidências consistentes de aumento do risco cardiovascular, apesar de alterações na pressão e lipídios.
Cardiovascular disease in transgender individuals	MURPHY, C. N. et al.	A terapia hormonal masculina pode promover disfunção endotelial e inflamação. A alta carga de doenças cardiovasculares na população trans também é influenciada por estressores psicossociais, disparidades socioeconômicas e tabagismo.
Gender-affirming Hormone Therapy and Risk of Diabetes in Transgender Persons	TANGPRICHA, V.	Grandes estudos não encontraram evidências de que a terapia hormonal aumente diretamente o risco de diabetes. No entanto, a prevalência pode ser maior em mulheres trans por fatores não hormonais, como estresse de minoria e barreiras no acesso a cuidados preventivos

Fonte: Autores

Considerando o risco associado à terapia com estrogênio, os trabalhos de Getahun et al. (2018) e Connelly et al. (2019) apontam diretamente para um aumento no risco de eventos tromboembólicos (TEV), acidente vascular cerebral e infarto do miocárdio em mulheres trans. Em contrapartida, os riscos para homens trans parecem menos definidos. Enquanto Santos et al. (2023) e Murphy et al. (2023) descrevem mecanismos de risco (como aumento da pressão, inflamação e disfunção endotelial), Connelly et al. (2019) ressalta que ainda não há evidências consistentes de um aumento em eventos cardiovasculares concretos. Nesse sentido, pode haver marcadores de risco estejam se elevando, mas outros fatores (ainda desconhecidos ou não estudados) podem estar protegendo essa população, ou talvez o tempo dos estudos ainda não seja suficiente para ver o desfecho final.

Ademais, os riscos não podem ser atribuídos unicamente aos hormônios. Os achados de Murphy et al. (2023) e Tangpricha (2022) são essenciais aqui. Eles argumentam que estressores psicossociais, o estresse de minoria, disparidades socioeconômicas e barreiras de acesso a cuidados preventivos contribuem significativamente para a carga de doenças cardiovasculares e metabólicas, como o diabetes. Diante deste quadro, a importância do acompanhamento multidisciplinar se torna inquestionável. Os resultados reforçam a necessidade, como apontado por Berni et al. (2023), de criar protocolos específicos de estratificação de risco para a população trans, que considerem não apenas os efeitos hormonais, mas também os fatores psicossociais. A vigilância de arritmias, o monitoramento do intervalo QT, o controle da pressão arterial e o rastreamento de diabetes não devem ser negligenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que, embora a hormonização seja crucial para o bem-estar dessa população, ela introduz variáveis de risco que precisam ser cuidadosamente gerenciadas, com distinções importantes entre as terapias feminilizantes e masculinizantes. Por fim, todos os artigos, de forma direta ou indireta, apontam para a mesma conclusão: a necessidade urgente de mais estudos sobre o tema.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AHMAD, Andréa Felizardo et al. Conhecimento de pessoas transgênero sobre os efeitos adversos da hormonização cruzada: desafios para a enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, p. e20230346, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/sf55xHmJq7srq94HG5hYzSL/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2025

BERNI, Ana C.; WAMBOLDT, Rachel; BARANCHUK, Adrián. Arritmias en personas transgénero. **Archivos de cardiología de México**, v. 93, p. 18-22, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10665108>. Acesso em: 8 set. 2025

CONNELLY, Paul J. et al. Gender-affirming hormone therapy, vascular health and

cardiovascular disease in transgender adults. **Hypertension**, v. 74, n. 6, p. 1266-1274, 2019. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6887638/>. Acesso em: 8 set. 2025

GETAHUN, Darios et al. Cross-sex hormones and acute cardiovascular events in transgender persons: a cohort study. **Annals of internal medicine**, v. 169, n. 4, p. 205-213, 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6636681/>. Acesso em: 8 set. 2025

MURPHY, Charlotte N. et al. Cardiovascular disease in transgender individuals. **Atherosclerosis**, v. 384, p. 117282, 2023. Disponível em: [https://www.atherosclerosis-journal.com/article/S0021-9150\(23\)05203-6/fulltext](https://www.atherosclerosis-journal.com/article/S0021-9150(23)05203-6/fulltext). Acesso em: 8 set. 2025

SANTOS, Jeimison D.; OLIVEIRA-NETO, José T.; TOSTES, Rita C. The cardiovascular subtleties of testosterone on gender-affirming hormone therapy. **American Journal of Physiology-Heart and Circulatory Physiology**, v. 325, n. 1, p. H30-H53, 2023. Disponível em: <https://journals.physiology.org/doi/full/10.1152/ajpheart.00015.2023>. Acesso em: 8 set. 2025.

TANGPRICHA, Vin. Gender-affirming hormone therapy and risk of diabetes in transgender persons. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 107, n. 6, p. e2632-e2633, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcem/article/107/6/e2632/6519593>. Acesso em: 8 set. 2025.

VIEIRA, Victor Fonseca; GOLDBERG, Alejandro; BERMÚDEZ, Ximena Pamela Cláudia Díaz. Transexualidade e assistência à saúde no Brasil: uma discussão teórico-conceitual sobre a influência do binarismo de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, p. e08942023, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2025.v30n4/e08942023/>. Acesso em: 8 set. 2025.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE PÚBLICA**

ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE NUTRICIONISTA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA UBS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Nilziano José da Silva Santos¹.

¹Centro Universitário Internacional Uninter (UNINTER), Gama, Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Colaboração. Promoção da saúde. Estratégias interprofissionais.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

A articulação entre distintas áreas na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para fomentar a saúde e prevenir enfermidades. A colaboração sinérgica de nutricionistas e agentes comunitários de saúde (ACS) reforça a conexão entre a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a população, tornando o atendimento mais acolhedor e eficaz (Silva; Motta; Casemiro, 2021; Alberto *et al.*, 2022). Na APS, essa estratégia tem demonstrado ser cada vez mais pertinente, especialmente em relação a grupos em situação de vulnerabilidade (De Lima *et al.*, 2021; De Oliveira; Teixeira, 2023).

Essa abordagem integra conhecimentos e práticas de diferentes áreas, proporcionando um cuidado mais abrangente e eficaz, fundamentado na colaboração entre nutricionistas e ACS. Essa conexão fortalece os vínculos entre UBS e a comunidade, favorecendo tanto a disseminação de informações quanto a construção de relacionamentos pautados na escuta, confiança e corresponsabilidade (Bleyer *et al.*, 2022; Silva; Motta; Casemiro, 2021).

A cooperação interprofissional amplia a capacidade das equipes em responder de maneira integrada às necessidades da população. Enquanto os ACSs funcionam como intermediários entre serviços básico e usuários, os nutricionistas oferecem suporte técnico fundamental sobre alimentação e nutrição adequada e individualizada (Kanno *et al.*, 2023; De Oliveira; Teixeira, 2023).

OBJETIVO

Relatar a vivência de cooperação entre especialistas da UBS na implementação de intervenções educativas e preventivas direcionadas à saúde nutricional, salientando o planejamento, a execução e os impactos das práticas interprofissionais junto à comunidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo do tipo relato de experiência, baseado em entrevistas semiestruturadas com uma nutricionista e dois ACSs atuantes na UBS Gama Oeste, em Brasília-DF, no período de abril de 2024. A coleta foi feita em visitas presenciais e a análise foi realizada por categorização temática. A partir da proposta de articulação entre nutricionista e ACSs na UBS, desenvolveu-se uma fase investigativa para compreender, sob a perspectiva dos ACSs, como se manifesta a prática interprofissional na APS. Empregou-se um questionário semiestruturado, focado em quatro eixos: percepção da atuação conjunta, qualidade da comunicação, impactos nas ações educativas e visitas domiciliares, e desafios na continuidade do trabalho colaborativo. Os eixos foram fundamentados em referenciais que valorizam o diálogo entre saberes como base para a integralidade do cuidado (Silva; Motta; Casemiro, 2021; Kanno *et al.*, 2023; Alberto *et al.*, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários aplicados aos Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Básica de Saúde Gama Oeste revelaram que a colaboração com a nutricionista tem produzido impactos positivos nas práticas profissionais e na adesão da comunidade às orientações em saúde. Os participantes informaram que a atuação conjunta facilita ações coletivas, aprimora visitas domiciliares e consolida campanhas educativas, uma vez que os ACS reforçam as recomendações da nutricionista no cotidiano da comunidade (De Lima *et al.*, 2021).

Essa articulação contribui para a compreensão de hábitos alimentares saudáveis e fortalece o vínculo entre equipe e usuários, promovendo um cuidado mais humanizado (De Oliveira; Teixeira, 2023). A adoção de metodologias ativas pelas nutricionistas estimulou o engajamento familiar e facilitou a aprendizagem nutricional. A atuação integrada, especialmente em casos de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, permitiu monitoramento mais eficaz e intervenções adaptadas à realidade das famílias (Lopes; Carvalho, 2022).

A colaboração fortaleceu vínculos terapêuticos, favoreceu o cuidado contínuo e melhorou os desfechos em saúde. Os ACSs demonstraram satisfação com a parceria, destacando o fortalecimento da equipe, a valorização do saber compartilhado e o impacto positivo na qualidade do atendimento (Bleyer *et al.*, 2022; Kanno *et al.*, 2023). A escuta ativa, o respeito às diferentes expertises e a construção conjunta das ações foram apontados como pilares da efetividade do trabalho coletivo na APS (De Lima *et al.*, 2021; De Paiva Lima, 2023).

Outro aspecto pertinente observado foi a ampliação do alcance das iniciativas educativas por meio da articulação entre diferentes canais de comunicação com a comunidade. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) relataram que a presença da

nutricionista nas reuniões com lideranças locais, escolas e instituições religiosas fortaleceu o engajamento da população nas atividades da Unidade Básica de Saúde (UBS). Essa aproximação sociocomunitária reforça a percepção de pertencimento e legitima as práticas de cuidado no território.

A atuação em rede, ao integrar diversos espaços sociais, potencializa a promoção da saúde e contribui para a criação de ambientes mais propensos a hábitos alimentares saudáveis, conforme assinalam estudos sobre promoção intersectorial da saúde na atenção básica (Alberto *et al.*, 2022; Bleyer *et al.*, 2022).

Ademais, a experiência evidenciou que a escuta ativa e o acolhimento, promovidos em ações colaborativas entre nutricionista e ACS, aumentaram a confiança dos usuários nas orientações recebidas. Os relatos indicam que a criação de vínculos afetivos e o reconhecimento das necessidades individuais foram determinantes para a adesão às recomendações alimentares. A sensibilidade da equipe em adaptar linguagem, ritmo e formatos das orientações ao perfil sociocultural da população foi imprescindível para assegurar a efetividade nas práticas educativas.

Esses resultados reforçam a importância da empatia e da comunicação humanizada como estratégias centrais no cuidado nutricional (Silva; Motta; Casemiro, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na UBS Gama Oeste demonstrou que a colaboração entre nutricionista e Agente Comunitário de Saúde (ACS) é uma estratégia viável e imprescindível para aprimorar a promoção da saúde nutricional na Atenção Primária. A atuação integrada possibilita iniciativas educativas mais sintonizadas com a realidade local, fortalecendo vínculos e favorecendo a adesão da comunidade.

Apesar de obstáculos como a carga excessiva de trabalho e a carência de profissionais, os resultados indicam progressos significativos no cuidado multiprofissional. Neste contexto, torna-se vital o investimento constante em capacitação, valorização das equipes e apoio institucional para sustentar práticas colaborativas. A criação de espaços permanentes para diálogo e planejamento é essencial para assegurar a equidade e a eficácia dos serviços. Portanto, reafirma-se que a interdisciplinaridade deve ser um princípio orientador das ações em saúde, especialmente no campo da alimentação e nutrição, que é central para o bem-estar das populações atendidas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALBERTO, Norma Sueli Marques da Costa et al. Disponibilidade de estrutura e das atividades profissionais da Atenção Primária à Saúde correspondentes à Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade no estado do Piauí. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n.

133, p. 405-420, jul./set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213311>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BLEYER, Perla Silveira et al. *Promoção da saúde das pessoas com diabetes: processo de ação x reflexão no contexto da atenção primária à saúde*. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236398>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DE LIMA, Cláudia Moreira et al. O agente comunitário de saúde na promoção da saúde do homem: possibilidades e desafios. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 7, p. 1272-1283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1777>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DE OLIVEIRA, Taiane Pereira; TEIXEIRA, Fernanda Pereira. A importância do nutricionista para a promoção da saúde na atenção básica: uma revisão integrativa. *RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar*, v. 4, n. 2, p. e422765, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2765>. Acesso em: 14 jul. 2025.

KANNO, Natália de Paula et al. Interprofessional collaboration in primary health care from the perspective of implementation science. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00213322, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN213322>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LOPES, Wellington Pereira; CARVALHO, Brígida Giménez. Práticas colaborativas em unidades básicas de saúde e o papel da gestão. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social (REFACS)*, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/refacs.v10i2.5414>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, Ana Carolina Feldenheimer da; MOTTA, Ana Laura Brandão; CASEMIRO, Juliana Pereira. *Alimentação e nutrição na atenção básica: reflexões cotidianas e contribuições para prática do cuidado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786587949116>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA IMUNIZAÇÃO CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO (HPV) NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA EM NOVA IGUAÇU

Antonio Carlos de Freitas da Silva¹; Victor de Almeida Ribeiro¹; Nathalia Barbosa Araujo Trindade¹; Juliana Rosa Vicini¹; Solange da Silva Malfacini¹.

¹Universidade Nova Iguaçu (UNIG), Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Vacinação. Papilomavírus Humano. Atenção Primária.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde pública.

INTRODUÇÃO

O Papilomavírus Humano (HPV) é caracterizada por uma infecção sexualmente transmissível (IST) de alta prevalência global, em especial entre indivíduos não vacinados ou que não utilizam preservativos. Com mais de 150 sorotipos identificados, os tipos 6, 11, 16 e 18 estão associados ao desenvolvimento de verrugas anogenitais e diversos tipos de câncer, incluindo o de colo do útero, responsável por até 99% dos casos. A transmissão ocorre, em sua maioria, por contato sexual, mas também pode ocorrer no parto, sendo agravada pelo fato de muitos portadores serem assintomáticos, o que dificulta o controle da infecção.

Estima-se que cerca de 630 milhões de pessoas no mundo estejam infectadas pelo HPV, sendo o Brasil representado por 9 a 10 milhões desses casos. A prevalência entre jovens é elevada, e estudos demonstram que a maioria dos adultos sexualmente ativos já apresentou contato com o vírus. Para conter o avanço das infecções e seus desdobramentos, como o câncer de colo do útero, o Ministério da Saúde incluiu, desde 2014, a vacina quadrivalente contra o HPV no Programa Nacional de Imunização (PNI), oferecendo cobertura contra os quatro tipos mais prevalentes do vírus. A imunização, de início oferecida em duas doses, passou a ser administrada em dose única a partir de abril de 2024, com o objetivo de aumentar a adesão.

Apesar da eficácia da vacina, a cobertura vacinal ainda é baixa no país. Fatores como desinformação, medo de efeitos adversos, disseminação de fake news e resistência cultural dificultam a adesão ao esquema vacinal, especialmente entre adolescentes, que na maioria das vezes não percebem o risco da infecção. A baixa percepção de risco e a falta de informação confiável existente comprometem os esforços de saúde pública, impedindo que a população atinja os níveis ideais de proteção contra o HPV e suas complicações no território nacional.

OBJETIVO

O objetivo do presente estudo visa compreender o olhar dos profissionais de saúde da atenção primária acerca da adesão e processo de imunização da população contra o HPV no município de Nova Iguaçu, identificando as estratégias das equipes de saúde para o processo de imunização contra o HPV entre a população do município e discutindo os principais desafios enfrentados para uma maior cobertura vacinal do HPV.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão é de natureza qualitativa e se baseia em entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de dados, com base em um roteiro previamente definido. As entrevistas são gravadas, transcritas e analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade temática, conforme proposta por Laurence Bardin. O estudo busca compreender os desafios enfrentados pelos profissionais da atenção básica no processo de imunização contra o HPV, possibilitando uma comparação entre as respostas dos participantes por meio de perguntas padronizadas e objetivas.

O campo da pesquisa é constituído por unidades de Atenção Primária à Saúde do município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, com início na Clínica da Família Odiceia Moraes. A amostra é composta por profissionais de saúde que atuam em equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), incluindo enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos e agentes comunitários de saúde. A pesquisa segue rigorosamente os aspectos éticos previstos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato dos participantes por meio do uso de codinomes e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O estudo segue três etapas principais em relação à análise de dados: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Essas etapas envolvem a leitura aprofundada das entrevistas, categorização temática, interpretação crítica e discussão dos dados obtidos. Apesar de não oferecer benefícios diretos aos participantes, o estudo visa gerar conhecimento científico que possa subsidiar políticas públicas mais eficazes de imunização contra o HPV no território nacional. Assim, busca-se não apenas entender os desafios enfrentados na prática cotidiana, mas também contribuir para o aprimoramento das estratégias de saúde pública voltadas à prevenção do vírus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de 11 entrevistas com profissionais da atenção primária à saúde em Nova Iguaçu revelou três categorias temáticas centrais sobre a imunização contra o HPV: barreiras à adesão vacinal, fragilidades institucionais e propostas para fortalecimento da cobertura contra o HPV. A metodologia de análise seguiu a abordagem temática proposta por Bardin, considerando todas as etapas da análise qualitativa. As falas dos entrevistados forneceram

subsídios importantes para entender os desafios vivenciados nas unidades de saúde e os caminhos possíveis para ampliar o acesso e adesão à vacina contra o HPV.

Na primeira categoria, os profissionais identificaram como principais barreiras à vacinação o desconhecimento da população, a desinformação propagada por fake news, o estigma em torno da vacina e o descaso de responsáveis pelos adolescentes. A chamada “hesitação vacinal” foi fortemente mencionada, com fatores individuais, sociais e estruturais dificultando o alcance da cobertura vacinal. A carência de pediatras nas unidades também foi citada como um entrave, uma vez que esses profissionais desempenham papel relevante na orientação das famílias sobre a importância da vacina.

A segunda categoria abordou a fragilidade das estratégias institucionais e a limitação da atuação das equipes de saúde. Muitos profissionais relataram que não existem ações sistemáticas ou campanhas voltadas especificamente para o HPV em suas unidades, e que a vacinação costuma ser abordada apenas em atendimentos individuais. A ausência de planejamento estratégico, de ações coletivas e da articulação com espaços como escolas e comunidades compromete o impacto das ações de imunização.

Apesar dos obstáculos, os profissionais entrevistados discutiram alternativas para fortalecer a vacinação contra o HPV. A principal sugestão foi a realização de campanhas educativas e informativas, especialmente no ambiente escolar, considerado um espaço estratégico para alcançar adolescentes e seus responsáveis. Também foram sugeridas ações em igrejas, associações e unidades de saúde, com horários ampliados e busca ativa, valorizando o papel dos agentes comunitários de saúde como mediadores entre serviço e população.

Por fim, diversos profissionais avaliaram positivamente a recente mudança para o esquema de dose única da vacina, destacando que a simplificação facilita a adesão e reduz o risco de abandono do esquema vacinal. Tal mudança, juntamente com ações permanentes de educação em saúde e maior articulação entre unidades de saúde e comunidade, foi considerada relevante para a superação dos desafios identificados. A pesquisa reforça que campanhas pontuais não são suficientes e que é necessário um trabalho contínuo, integrado e sensível às realidades locais para alcançar melhores índices de cobertura vacinal contra o HPV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das entrevistas entre os profissionais da saúde de Nova Iguaçu revelou um cenário desafiador para a imunização contra o HPV, caracterizado por baixa adesão vacinal, desinformação, resistência cultural e ausência de estratégias institucionais eficazes na atenção básica. Apesar desses achados, os profissionais de saúde demonstraram clareza sobre os caminhos possíveis para reverter essa realidade, como o fortalecimento da educação em saúde, a articulação com escolas, campanhas informativas e a capacitação

das equipes. A adoção do esquema de dose única representa uma oportunidade relevante para ampliar a cobertura vacinal e superar esses desafios exige um trabalho intersetorial, contínuo e comprometido, conduzido por equipes multiprofissionais preparadas para promover a saúde integral de crianças, adolescentes e suas famílias no âmbito da Atenção Primária no município.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALVES, T. J. P. et al. HPV: Estratégias de prevenção e controle. Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 16, n. 2, 2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde adota esquema de vacinação em dose única contra o HPV. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/ministerio-da-saude-adota-esquema-de-vacinacao-em-dose-unica-contra-o-hpv>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coberturas vacinais no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 04 maio 2025.

DA SILVA CUNHA, M.; DA SILVA, A. R. A. Conhecimento dos jovens sobre HPV e adesão à sua imunização. Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem, v. 13, n. 41, p. 792-799, 2023.

DE ALMEIDA, A. A. F. et al. Educação em saúde para a prevenção de câncer do colo de útero decorrente do HPV. REVISA, v. 11, n. 3, p. 302-313, 2022.

FERNANDES, L.; DA SILVA, P. Impactos da fake news sobre a vacinação do HPV em meninas de 9 a 14 anos. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 4, n. 4, p. 29-34, 2023

PEREIRA, I. S. D.; FARIAS, C. R. G. Papiloma vírus Humano-HPV: Prevenção e Vacinação. Interagir: pensando a extensão, n. 31, p. 53-61, 2021.

SANTOS, L. V. et al. Conhecimento, percepção e adesão à vacina contra o HPV entre adolescentes. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 28, n. 4, p. 531-539, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Human papillomavirus (HPV) and cervical cancer. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/human-papillomavirus-\(hpv\)-and-cervical-cancer](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/human-papillomavirus-(hpv)-and-cervical-cancer). Acesso em: 04 maio 2025.

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE

Larissa Macedo Costa¹; Amanda de Sousa Matos¹; Natália Arrunategui Miranda¹; Aniely dos Anjos Rodrigues¹; César Augusto da Silva¹.

¹UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina - PE

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção. Comportamento sexual. Educação em saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde pública

INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) configuram um importante desafio para a saúde pública, especialmente entre jovens universitários, grupo frequentemente exposto a intensas interações sociais e práticas sexuais que podem envolver situações de risco. Embora exista ampla divulgação de informações sobre prevenção, ainda persistem lacunas tanto no conhecimento quanto na adoção de medidas protetivas, como o uso adequado de preservativos e a realização regular de exames. Nesse contexto, torna-se essencial investigar o nível de conhecimento e os comportamentos de risco entre estudantes da área da saúde, a fim de orientar estratégias de educação sexual e prevenção mais efetivas.

OBJETIVO

Avaliar o nível de conhecimento e os comportamentos de risco relacionados às ISTs entre estudantes universitários da área da saúde na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, descritivo e transversal, realizado com 206 estudantes universitários dos cursos de Medicina, Psicologia, Enfermagem e Educação Física da UNIVASF, selecionados por amostragem aleatória estratificada proporcional. Os dados foram coletados por meio de questionários estruturados abordando conhecimento sobre ISTs, práticas sexuais, prevenção e percepção sobre o tema. As análises foram realizadas utilizando estatística descritiva. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da UNIVASF (CAAE nº 81469224.6.0000.0282),

respeitando a Resolução nº 466/2012.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os participantes do estudo, a maioria era do sexo feminino (66,5%), 41,3% do curso de Medicina e a maioria (56,8%) tinha entre 21 e 25 anos. Quanto ao conhecimento das infecções, 99,5% já ouviram falar de ISTs, sendo as mais reconhecidas a Sífilis (98,5%), HIV/AIDS (98,1%) e HPV (94,7%). Apesar do alto nível de conhecimento, foram identificadas lacunas importantes: 46,6% nunca realizaram exames para detecção de ISTs e apenas 65,1% relataram usar preservativo sempre ou às vezes. Além disso, 75,2% já tiveram relações sexuais, e parte significativa manteve múltiplos parceiros no último ano. Esses achados demonstram uma contradição entre o conhecimento teórico e as práticas preventivas, evidenciando a necessidade de intensificação de ações educativas e programas de saúde voltados para jovens em formação acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, embora os estudantes da área da saúde da UNIVASF demonstrem elevado nível de conhecimento acerca das ISTs, ainda permanecem práticas de risco, sobretudo relacionadas ao uso inconsistente de preservativos e à testagem pouco frequente. Tais achados ressaltam a necessidade de estratégias educativas permanentes e alinhadas à realidade universitária, com o intuito de fomentar comportamentos sexuais mais seguros e minimizar a vulnerabilidade desse grupo.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ABREU, M. N. S. et al. Conhecimento e percepção sobre o HPV na população com mais de 18 anos da cidade de Ipatinga, MG, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 849-860, 2018.

RODRIGUES FERNANDES DA FONTE, V. et al. Jovens universitários e o conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis. *Escola Anna Nery*, v. 22, n. 2, 2018.

SPINDOLA, T. et al. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2683-2692, 2021.

IMPACTOS DE ONDAS DE FRIO E CALOR EM BELÉM (PA) ENTRE 2022 E 2023 E SAZONALIDADE DA PRECIPITAÇÃO SOBRE INTERNAÇÕES HOSPITALARES

Mayana Vitória Oliveira e Sousa¹; Fabiana da Rocha Bartolomei¹.

¹Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Cachoeira Paulista, SP.

PALAVRAS-CHAVE: Índices de extremos climáticos. Saúde pública. Chuvas acumuladas.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

Ondas de frio e de calor representam eventos climáticos extremos que podem se prolongar por dias (Serrano-Notivoli et al., 2022; Aspinwall et al. 2019), intensificando significativamente a variabilidade térmica em uma determinada região. Esses fenômenos não apenas afetam o conforto térmico da população, mas também têm implicações diretas na infraestrutura urbana, no consumo energético e na produtividade econômica (Li et al., 2019). A magnitude de seus efeitos depende da intensidade e duração do evento, bem como da capacidade de adaptação da população local e da preparação das autoridades de saúde e gestão ambiental.

Os impactos sobre a saúde humana são amplos e variados. Durante ondas de calor, observa-se aumento do risco de desidratação, insolação e agravamento de condições cardiovasculares e respiratórias, principalmente entre idosos, crianças e indivíduos com doenças crônicas (Ebi et al., 2021). Por outro lado, ondas de frio podem levar a hipotermia, exacerbação de doenças respiratórias como asma e pneumonia, e maior incidência de acidentes cardiovasculares (Wang et al., 2016; Fan et al., 2023). Estes efeitos traduzem-se em maior demanda por serviços de saúde, hospitalizações e, em casos extremos, mortalidade.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar, de forma qualitativa, comparativa e descritiva, os impactos de extremos térmicos sobre a saúde em Belém (PA) e como esses impactos podem ser modulados pela condição pluviométrica dos meses, classificados como chuvosos ou secos. Foram avaliadas ondas de frio em 2022 e ondas de calor em 2023, considerando os totais mensais de internações hospitalares por doenças respiratórias, cardiovasculares e renais, com ênfase em compreender como meses secos e chuvosos diferenciam a magnitude desses efeitos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida para Belém (PA), na região Norte do Brasil, caracterizada por clima equatorial úmido, alta pluviosidade anual e pequena amplitude térmica. Extremos térmicos são particularmente relevantes para a saúde em regiões tropicais, onde a população apresenta menor adaptação a variações de temperatura (Alves et al., 2017; Fante e Armond, 2016).

Foram utilizados dados diários de temperatura mínima (2022) e máxima (2023) do BR-DWGD, com resolução de $0,25^\circ \times 0,25^\circ$, obtidos por interpolação de estações do INMET e outras fontes (Xavier et al., 2022). Eventos de frio em 2022 foram identificados pelo CSDI (Cold Spell Duration Index), considerando períodos com seis ou mais dias consecutivos abaixo do percentil 10 da climatologia (2001-2022) (Zhang, Yang e Santos, 2004). Para ondas de calor em 2023, utilizou-se o WSDI (Warm Spell Duration Index), destacando sequências de seis ou mais dias acima do percentil 90 (2001-2023) (Zhang, Yang e Santos, 2004).

Asazonalidade da chuva foi caracterizada com base no intervalo anual de precipitação do próprio conjunto de dados, definindo meses secos e chuvosos conforme a metade do intervalo (INMET, 2025). A integração com dados de internações hospitalares do DATASUS permitiu analisar os impactos dos extremos térmicos na saúde. Em 2022, foram analisadas doenças respiratórias (J04-J05, J09-J18, J20, J45) e, em 2023, condições cardiovasculares e renais (N17-N19, I10-I21, I44-I49, I63-I64).

A análise foi descritiva, sem controle de fatores de confusão ou testes estatísticos. Estudos futuros poderiam utilizar modelos DLNM para investigar efeitos defasados e não lineares entre extremos térmicos e internações (Gasparrini; Armstrong; Kenward, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2022, o índice CSDI identificou um evento de frio extremo em Belém em janeiro, com duração de 8 dias consecutivos abaixo do limiar da T_{min} , além de outros 3 dias espaçados abaixo do limiar e 5 dias próximos ao limite. O total de chuva acumulada no mês foi de 304,8 mm, caracterizando janeiro como um mês seco. Nesse período, foram registradas 597 internações por doenças respiratórias, sendo o terceiro maior valor do ano.

Em maio, o índice não foi acionado, contudo, o mês se destacou pelo total de internações, que chegou a 653 casos, o maior do ano. Durante esse mês, foram registrados 6 dias acima da $T_{máx}$ espaçados e 8 dias próximos ao limiar. O total de chuva acumulada foi de 452,6 mm (chuvoso). Ao longo de 2022, o total anual de chuva acumulada foi de 3682,6 mm, e o total de internações por doenças respiratórias somou 5785 casos.

Em 2023, o índice WSDI identificou múltiplos eventos de calor em Belém. Em janeiro, ocorreu uma onda de calor de 8 dias consecutivos, com 10 dias próximos ao limiar e um acumulado mensal de 359,6 mm de chuva, caracterizando o mês como chuvoso, período

em que foram registradas 503 internações. Em julho, o índice registrou 9 dias consecutivos de onda de calor, 10 dias espaçados acima da T_{máx} e 12 dias próximos ao limiar, com 133,8 mm de chuva (seco), associado a 695 casos. Em agosto, foram 8 dias consecutivos de calor e 17 dias próximos ao limiar, com 26,2 mm de chuva (seco), destacando-se como o mês com maior número de casos, 716 internações. Setembro apresentou 8 dias de onda de calor e 17 dias espaçados acima do limiar, com 38,6 mm de chuva (seco), registrando 711 internações.

Outubro teve duas ondas de calor de 6 dias consecutivos cada, além de 13 dias espaçados acima da T_{máx}, com 13 mm de chuva (seco), período em que ocorreram 528 casos. Novembro registrou 12 dias de onda de calor, 8 dias espaçados acima da T_{máx} e 7 dias próximos ao limiar, com 30,2 mm de chuva (seco), totalizando 751 internações. Ao longo de 2023, o total anual de chuva acumulada foi de 2395,8 mm e o total de internações por doenças cardiovasculares analisadas somou 7312 casos.

Meses sem extremos térmicos apresentaram menores taxas de internação: em 2022, fevereiro (seco) registrou 256 internações e dezembro (chuvoso) 164 internações; em 2023, fevereiro (chuvoso) apresentou 447 internações totais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Extremos térmicos, tanto de frio quanto de calor, influenciam significativamente as internações em Belém, com efeitos modulados pela precipitação mensal. Meses chuvosos ou secos podem alterar a magnitude dos impactos sobre a saúde, destacando a necessidade de considerar temperatura e chuva de forma integrada em sistemas de alerta e vigilância em saúde.

A análise foi descritiva, sem controle de fatores de confusão ou testes estatísticos, o que limita a quantificação precisa da interação chuva × temperatura. Estudos futuros podem utilizar DLNM (Distributed Lag Nonlinear Models) para avaliar efeitos defasados e não-lineares, identificando janelas críticas de exposição e subsidiando políticas públicas mais eficazes.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALVES, M. P. A.; SILVEIRA, R. B.; BITENCOURT, D. **Onda de Frio? Análise De Diferentes Métodos De Identificação**. Revista Brasileira De Climatologia, [S. L.], V. 21, 2017. DOI: 10.5380/Abclima.V21i0.54821.

ASPINWALL, M. J. et al. **Range size and growth temperature influence Eucalyptus species responses to an experimental heatwave**. Global Change Biology, [S.I.], v. 25, n. 5, p. 1665-1684, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS - Sistema de Informações Hospitalares do**

SUS (SIH/SUS). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nipa.def>. Acesso em: 28 jun. 2025.

EBI, K.; CAPON, A.; BERRY, P.; BRODERICK, C.; DEAR, R.; HAVENITH, G.; HONDA, Y.; KOVATS, W.; MALIK, A.; MORRIS, N.; NYBO, L.; SENEVIRATNE, S.; VANOS, J.; JAY, O. **Hot weather and heat extremes: health risks.** The Lancet, [S.l.], v. 398, p. 698-708, 2021. DOI: 10.1016/S0140-6736(21)01208-3.

FAN, J.; XIAO, Y.; FENG, Y.; NIU, L.; TAN, X.; SUN, J.; LENG, Y.; LI, W.; WANG, W.; WANG, Y. **A systematic review and meta-analysis of cold exposure and cardiovascular disease outcomes.** Frontiers in Cardiovascular Medicine, [S.l.], v. 10, 2023. DOI: 10.3389/fcvm.2023.1084611.

FANTE, K. P.; ARMOND, N. B. **Ondas de frio e enfermidades respiratórias: análise na perspectiva da vulnerabilidade climática.** Revista do Departamento de Geografia (USP), Especial “40 anos de Teoria e Clima Urbano”, p. 145–159, out. 2016. DOI: 10.11606/rdg.v0ispe.118949.

GASPARRINI, A.; ARMSTRONG, B.; KENWARD, M. G. **Distributed lag non-linear models.** Statistics in Medicine, v. 29, n. 21, p. 2224–2234, 2010. DOI: 10.1002/sim.3940.

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. **Gráficos diários da estação de Belém (PA).** Disponível em: <https://tempo.inmet.gov.br/Graficos/A001>. Acesso em: 18 set. 2025.

LI, X.; ZHOU, Y.; YU, S.; JIA, G.; LI, H.; LI, W. **Urban heat island impacts on building energy consumption: a review of approaches and findings.** Energy, [S.l.], v. 180, p. 1-15, 2019. DOI: 10.1016/J.ENERGY.2019.02.183.

SERRANO-NOTIVOLI, R.; LEMUS-CANOVAS, M.; BARRAO, S.; SARRICOLEA, P.; MESEGUER-RUIZ, O.; TEJEDOR, E. **Heat and cold waves in mainland Spain: origins, characteristics, and trends.** Weather and Climate Extremes, [S.l.], v. 37, p. 100471, 2022. DOI: 10.1016/j.wace.2022.100471.

WANG, Y.; SHI, L.; ZANOBBETTI, A.; SCHWARTZ, J. **Estimating and projecting the effect of cold waves on mortality in 209 US cities.** Environment International, [S.l.], v. 94, p. 141-149, 2016. DOI: 10.1016/j.envint.2016.05.008.

XAVIER, A. C. et al. **New improved Brazilian daily weather gridded data (1961–2020).** International Journal of Climatology, v. 42, n. 16, p. 8390–8404, 2022. DOI: 10.1002/joc.7731.

ZHANG, X.; YANG, F.; SANTOS, J. L. **RClimDex (1.0): manual del usuario.** Climate Research Branch, Environment Canada; Versão em espanhol: Santos, J. L., CIIFEN, 2004.

DOENÇAS EMERGENTES E REEMERGENTES NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alex Gonçalves Feitosa¹; Guilherme da Costa Sampaio²; Aretha Feitosa de Araújo³.

¹Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Ceará.

²Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Ceará.

³Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública. Arboviroses. Vigilância epidemiológica.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde pública.

INTRODUÇÃO

As doenças infecciosas emergentes e reemergentes constituem-se como um dos maiores desafios da saúde pública, tanto no Brasil quanto em escala mundial. Doenças emergentes são aquelas que surgem em uma população ou apresentam rápido aumento de incidência ou expansão geográfica. Já as reemergentes correspondem às enfermidades previamente controladas, mas que voltaram a ameaçar populações devido a fatores ambientais, sociais ou biológicos (Morais et al., 2020).

No cenário brasileiro, destacam-se inicialmente as arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*, vetor de ampla adaptação ao ambiente urbano. A dengue é a mais prevalente, responsável por surtos cíclicos que sobrecarregam o sistema de saúde e podem evoluir para formas graves e fatais (Donalisio; Freitas; Zuben, 2017). O zika vírus, identificado em 2015, provocou forte impacto social em função de complicações neurológicas, como a síndrome de Guillain-Barré e a síndrome congênita do Zika (Fernandes et al., 2024). Já a chikungunya destaca-se pela elevada morbidade, devido às dores articulares crônicas que comprometem a qualidade de vida (Rezende, 2021).

Além das arboviroses, outras enfermidades também figuram como reemergentes no Brasil. A leptospirose é uma antroponose causada pela *Leptospira interrogans*, transmitida principalmente pelo contato com água ou solo contaminados por urina de roedores. Sua ocorrência é favorecida por enchentes e precariedade de saneamento, apresentando letalidade média de 10% e impacto social relevante (Ministério da Saúde, 2014; Nunes et al., 2025).

O sarampo, infecção viral causada por um *Morbillivirus*, foi declarado eliminado no Brasil em 2016, mas ressurgiu nos anos seguintes, devido à queda da cobertura vacinal e à importação de casos. A doença é altamente contagiosa e pode levar a complicações

graves, como pneumonia, encefalite e óbito, reforçando a importância da manutenção de elevadas taxas de imunização (Carvalho et al., 2019).

A tuberculose, por sua vez, permanece como um dos maiores desafios da saúde pública. Causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, é transmitida por aerossóis expelidos por pessoas infectadas. Apesar dos avanços terapêuticos, o Brasil ainda figura entre os países com maior carga da doença, com mais de 96 mil casos confirmados em 2019. Globalmente, a tuberculose é a segunda principal causa de morte por doenças infecciosas, atrás apenas da COVID-19, exigindo esforços contínuos de controle (Otoni et al., 2024).

Assim, compreender a dinâmica de disseminação das arboviroses, leptospirose, sarampo e tuberculose, bem como os fatores sociais e ambientais que condicionam sua persistência, é essencial para subsidiar políticas públicas eficazes de prevenção e controle.

OBJETIVO

Analisar a literatura científica sobre as principais doenças emergentes e reemergentes no Brasil, destacando determinantes ambientais e sociais, formas de disseminação e estratégias de prevenção e controle.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter descritivo, realizada nas bases SciELO, PubMed, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os descritores: “doenças emergentes”, “doenças reemergentes”, “arboviroses”, “Brasil” e “saúde pública”. Foram contemplados artigos publicados entre 2017 e 2025, em português e inglês.

Foram identificados 68 artigos, dos quais 31 atenderam aos critérios de inclusão: estudos completos, relacionados à realidade brasileira e que abordassem aspectos epidemiológicos, ambientais, sociais ou estratégias de controle. Foram excluídos trabalhos de revisão narrativa sem foco no Brasil, duplicados ou que não apresentaram relação direta com o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura revisada aponta que as arboviroses - principalmente dengue, zika e chikungunya - ainda figuram entre os principais desafios emergentes no Brasil. A densidade elevada do vetor, somada às mudanças climáticas e à resistência aos inseticidas, favorece a manutenção dessas doenças (Rezende, 2021; Sousa et al., 2023). Além disso, a subnotificação em áreas periféricas e rurais compromete a efetividade da vigilância epidemiológica (Santos et al., 2023).

A leptospirose mantém-se como importante zoonose endêmica, com maior incidência em períodos chuvosos e em regiões urbanas com infraestrutura precária. Apesar de ser de notificação compulsória, há subestimação dos casos em virtude da semelhança clínica com outras doenças febris agudas. O impacto socioeconômico é significativo, em função da elevada taxa de hospitalizações e da letalidade associada (Ministério da Saúde, 2014; Nunes et al., 2025).

O sarampo ressurge como um alerta diante da redução das coberturas vacinais. Apesar dos avanços obtidos com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), a queda nas taxas de vacinação e a circulação do vírus em países vizinhos têm favorecido surtos e aumentado a vulnerabilidade de populações suscetíveis (Carvalho et al., 2019).

A tuberculose, considerada uma das doenças reemergentes mais relevantes, evidencia forte relação com determinantes sociais, como pobreza, más condições habitacionais e aglomeração populacional. Apesar da redução em alguns indicadores, o Brasil permanece com elevados números de casos, e as metas da OMS para 2035 ainda representam um grande desafio (Otoni et al., 2024).

No campo das políticas públicas, destacam-se iniciativas específicas para cada agravo. Para as arboviroses, a Portaria GM/MS nº 3.140/2024 criou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, reforçando a vigilância e a resposta integrada (Brasil, 2024). Em relação à leptospirose, as ações previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e as estratégias de vigilância ambiental são fundamentais para reduzir riscos. No enfrentamento do sarampo, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) segue como principal instrumento, promovendo campanhas de vacinação periódicas. Para a tuberculose, destaca-se a Estratégia Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública, lançada em 2017, alinhada às metas da OMS de redução da incidência e mortalidade até 2035. Essas ações evidenciam que o controle das doenças emergentes e reemergentes requer articulação entre vigilância epidemiológica, políticas sociais, saneamento e imunização, além de cooperação internacional (Donalísio; Freitas; Zuben, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doenças emergentes e reemergentes representam desafios persistentes para a saúde pública brasileira. Tanto arboviroses quanto leptospirose, sarampo e tuberculose estão fortemente relacionados a determinantes sociais, ambientais e políticos, exigindo respostas integradas e sustentáveis. Investimentos em vigilância epidemiológica, ampliação da cobertura vacinal, saneamento básico e inovação em saúde são fundamentais para a redução da incidência, da mortalidade e dos impactos sociais e econômicos dessas doenças.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.140, de 2 de fevereiro de 2024.** Institui o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para Dengue e outras Arboviroses. Diário Oficial da União, Brasília, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.140-de-2-de-fevereiro-de-2024-541202389>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CARVALHO, Andrea Lucchesi de; DORABELA, Alexandre; ANDRADE, Júlia Gomes; DINIZ, Lilian Martins Oliveira; ROMANELLI, Roberta Maia de Castro. **Sarampo: atualizações e reemergência.** Revista Médica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 29, supl. 13, p. S80-S85, 2019.
- DE QUEIROZ, J. T. M.; SILVA, P. N.; HELLER, L. **New premises for sanitation in arbovirus infectious control in Brazil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223719>.
- DONALISIO, M. R.; FREITAS, A. R. R.; ZUBEN, A. P. B. Von. **Arboviruses emerging in Brazil: challenges for clinic and implications for public health.** Revista de Saúde Pública, v. 51, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006889>.
- FARIA, M. T. S. et al. **Health and sanitation: an evaluation of public policies for the prevention, control, and contingency of arboviruses in Brazil.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 28, n. 6, p. 1767-1776, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.07622022>.
- FERNANDES, C. O. S. et al. **Arboviroses emergentes e reemergentes no Brasil: dengue, chikungunya e zika.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 8, p. 5036–5048, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n8p5036-5048>.
- LOPES, E. R. N.; NUVOLONI, F. M.; MORENO, G. S. **Environmental influence on arboviruses emerging and reemerging infectious.** Revista do Departamento de Geografia, USP, v. 44, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/eissn.2236-2878.rdg.2024.227769>.
- MORAIS, K. V. R. et al. **As doenças emergentes e reemergentes e seus determinantes.** Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 4, p. 11227–11241, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-370>.
- NUNES, R. M. C. et al. **Tendência e distribuição da leptospirose no Brasil: análise epidemiológica por raça, gênero e escolaridade (2015-2024).** Brazilian Journal of Health Review, v. 8, n. 4, e80934, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv8n4-062>.
- OTONI, A. S. et al. **Perfil epidemiológico da tuberculose no Brasil - 2019 a 2023.** Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 5, e72710, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n5-134>.
- REZENDE, R. B. **Análise epidemiológica das arboviroses emergentes e reemergentes no Brasil entre os anos de 2019 e 2020.** Research, Society and Development, v. 10, n. 2, e33010212611, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12611>.

EVENTOS CLIMÁTICOS COMPOSTOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES EM BELÉM (PA) em 2022 e 2023

Mayana Vitória Oliveira e Sousa¹; Fabiana da Rocha Bartolomei¹.

¹Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Cachoeira Paulista, SP.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças respiratórias e cardiovasculares. Extremos térmicos. Precipitação.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

Os extremos térmicos, como ondas de calor e de frio, configuram-se entre os principais eventos climáticos que impactam a saúde pública (Ebi et al., 2021). As ondas de calor, por exemplo, estão associadas ao aumento da mortalidade e morbidade, devido ao estresse térmico e à sobrecarga cardiovascular e respiratória (Arsad et al., 2022). Já as ondas de frio podem intensificar doenças respiratórias, agravar quadros cardiovasculares e elevar o risco de mortalidade em grupos vulneráveis (Íñiguez, et al., 2020).

Esses efeitos tornam os extremos térmicos relevantes não apenas sob a perspectiva meteorológica, mas também como um importante desafio para os sistemas de saúde, principalmente em regiões tropicais e subtropicais, onde a população apresenta menor adaptação a variações bruscas de temperatura (Kephart et al, 2022).

A interação desses extremos com a precipitação potencializa os riscos à saúde, caracterizando o que se denomina eventos compostos. Chuvas intensas, quando ocorrem simultaneamente a extremos térmicos, podem agravar a vulnerabilidade das populações (Zhang e Zhou, 2020), seja pelo aumento da umidade relativa do ar que intensifica o desconforto térmico, seja pela ocorrência de inundações que favorecem a disseminação de doenças de veiculação hídrica e vetorial.

OBJETIVO

O trabalho tem como objetivo analisar o impacto de eventos climáticos compostos sobre as internações hospitalares em Belém. Esses eventos são definidos pela combinação de extremos térmicos (ondas de frio em 2022 e ondas de calor em 2023) com condições pluviométricas mensais classificadas como chuvosas ou secas. A análise considera a identificação e classificação dos eventos, a comparação entre meses com e sem ondas de frio ou calor dentro da mesma categoria pluviométrica, o número de meses em cada

grupo, a média de internações e a precipitação acumulada mensal. Além disso, busca-se quantificar a variação percentual das internações ($\%\Delta$), com foco em doenças respiratórias, cardiovasculares e renais, fornecendo uma visão descritiva dos efeitos dos eventos compostos e levantando hipóteses exploratórias sobre grupos específicos.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido para o município de Belém (PA), com o objetivo de avaliar o impacto de eventos compostos, ou seja, a combinação de extremos térmicos e condições pluviométricas, sobre internações hospitalares nos anos de 2022 e 2023. Em 2022, foram analisadas ondas de frio a partir da temperatura mínima diária, enquanto em 2023 o foco recaiu sobre ondas de calor, considerando a temperatura máxima diária. As séries de temperatura foram obtidas a partir do conjunto interpolado de Xavier et al. (2022) e de observações de estações meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

A identificação dos eventos extremos seguiu índices padronizados: para 2022, aplicou-se o Cold Spell Duration Index (CSDI), caracterizando períodos com seis ou mais dias consecutivos abaixo do percentil 10 da climatologia (2001-2022). Para 2023, utilizaram-se os critérios do Warm Spell Duration Index (WSDI), definido por sequências de seis ou mais dias consecutivos acima do percentil 90 da climatologia (2001-2023) (Zhang, Yang e Santos, 2004).

Cada mês foi classificado em categorias segundo a ocorrência ou ausência de eventos térmicos e condição pluviométrica, definida como chuvoso ou seco. Para 2022, as categorias adotadas foram: Frio+Chuvoso, Frio+Seco, SemFrio+Chuvoso, SemFrio+Seco. Para 2023, adotaram-se as categorias: Calor+Chuvoso, Calor+Seco, SemCalor+Chuvoso, SemCalor+Seco. A classificação pluviométrica baseou-se na precipitação acumulada mensal, considerando meses secos e chuvosos aqueles abaixo ou acima da metade do intervalo anual de precipitação do próprio conjunto de dados (INMET, 2025).

Os registros de internações hospitalares foram obtidos pelos dados do DATASUS (Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde). Para 2022, foram incluídas internações por doenças respiratórias (CID-10: J04-J05, J09-J18, J20, J45), e para 2023, por condições cardiovasculares e renais (CID-10: N17-N19, I10-I21, I44-I49, I63-I64) (Brasil, 2025).

Para cada categoria, calcularam-se o total de meses, a média das internações hospitalares e a média de precipitação acumulada mensal, permitindo uma análise descritiva detalhada das tendências observadas. Ressalta-se que esta abordagem não envolve testes de hipóteses estatísticas, mas evidencia padrões qualitativos de aumento ou redução das internações em meses com ou sem eventos em períodos chuvosos ou secos.

A noção de evento composto (compound event) refere-se à combinação de múltiplos fatores que ocorrem simultaneamente ou em sequência, aumentando os riscos

sociais e ambientais (Manning, 2018; Zscheischler, 2020). No contexto deste estudo, os fatores correspondem a extremos térmicos e condições pluviométricas. Analogamente ao cenário de múltiplas comorbidades na saúde pública, eventos compostos climáticos podem intensificar impactos, sendo considerados mais críticos em avaliações do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), por seu potencial de intensificar impactos. Por exemplo, Calor+Seco aumenta riscos de desidratação e agravos cardiovasculares, enquanto Frio+Chuvoso eleva a vulnerabilidade a doenças respiratórias (Lima et al., 2021; Silveira et al., 2023)

Além das estatísticas descritivas, calculou-se a variação percentual das internações (%Δ) entre meses com e sem eventos dentro da mesma condição pluviométrica, para quantificar o impacto relativo dos eventos compostos sobre a saúde. O cálculo foi definido como:

$$\% \Delta = \frac{\text{Média de internações (Evento+Pluviométrico)} - \text{Média de internações (SemEvento+Pluviométrico)}}{\text{Média de internações (SemEvento+Pluviométrico)}} \times 100$$

onde “Média de internações” corresponde à média total de internações dentro da categoria de análise; “Evento” e “SemEvento” indicam, respectivamente, a ativação ou não dos índices CSDI e WSDI; e “Pluviométrico” representa a condição chuvosa ou seca. Valores positivos de %Δ indicam aumento nas internações em meses com evento em comparação aos meses sem evento sob a mesma condição pluviométrica, enquanto valores negativos refletem redução (Gonzales, 2014). Esse procedimento permite quantificar de forma comparativa o impacto relativo dos eventos compostos sobre a saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os meses analisados foram organizados em categorias de acordo com a ocorrência ou ausência de eventos extremos e a condição pluviométrica, com base nos índices CSDI e WSDI. Para 2022, ano de análise das ondas de frio, não houve meses classificados como Frio+Chuvoso, enquanto janeiro foi categorizado como Frio+Seco, com média de internações de 597 e precipitação acumulada de 304,8 mm. Meses sem ondas de frio foram distribuídos em SemFrio+Chuvoso, incluindo março, abril, maio, novembro e dezembro, com média de internações de 482 e precipitação acumulada de 436,84 mm, e SemFrio+Seco, abrangendo fevereiro, junho, julho, agosto, setembro e outubro, com média de 463 internações e 198,93 mm de chuva acumulada.

Em 2023, ano de ondas de calor, janeiro foi classificado como Calor+Chuvoso, com média de 463 internações e 198,93 mm de chuva acumulada, enquanto julho, agosto, setembro, outubro e novembro se enquadraram em Calor+Seco, com média de 680,2

internações e 48,36 mm de chuva. Meses sem ondas de calor foram distribuídos em SemCalor+Chuvoso, incluindo fevereiro, março e abril, com média de 557,66 internações e 387,06 mm de chuva acumulada, e SemCalor+Seco, abrangendo maio, junho e dezembro, com média de 578,33 internações e 211,06 mm de precipitação.

Também foi calculada a variação percentual das internações ($\% \Delta$) entre meses com e sem eventos na mesma condição pluviométrica para quantificar o impacto dos eventos compostos sobre a saúde. Em 2022, a categoria Frio+Chuvoso não apresentou meses com evento, resultando em $\% \Delta$ de -100%, indicando que não houve internações durante meses com essa combinação, enquanto havia internações nos meses SemFrio+Chuvoso. Já a categoria Frio+Seco apresentou $\% \Delta$ de +28,94%, mostrando que os meses com ondas de frio em períodos secos tiveram quase 29% mais internações do que os meses sem evento na mesma condição pluviométrica. Em 2023, a categoria Calor+Chuvoso apresentou $\% \Delta$ de -9,8%, indicando uma leve redução nas internações em comparação aos meses SemCalor+Chuvoso. Por sua vez, a categoria Calor+Seco registrou $\% \Delta$ de +17,61%, evidenciando um aumento de aproximadamente 18% nas internações em relação aos meses sem evento sob a mesma classificação de seca.

De maneira geral, os meses com eventos compostos em condições secas apresentaram aumento mais consistente nas internações, enquanto eventos em meses chuvosos tiveram efeito menor ou até redução relativa, demonstrando como a combinação entre extremos térmicos e a condição pluviométrica modula o impacto sobre a saúde da população de Belém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que meses com eventos climáticos compostos apresentam maior número de internações em relação aos meses sem eventos. Observou-se maior incidência de doenças respiratórias em períodos de frio+chuva e de doenças cardiovasculares e renais em períodos de calor+seca. Esses achados fornecem subsídios para políticas públicas de alerta e vigilância e servem de base para estudos futuros que explorem efeitos não-lineares e defasados.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ARSAD, F.; HOD, R.; AHMAD, N.; ISMAIL, R.; MOHAMED, N.; BAHAROM, M.; OSMAN, Y.; RADI, M.; TANGANG, F. **The impact of heatwaves on mortality and morbidity and the associated vulnerability factors: a systematic review.** International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 19, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nipa.def>. Acesso em: 28 jun. 2025.

EBI, K.; CAPON, A.; BERRY, P.; BRODERICK, C.; DEAR, R.; HAVENITH, G.; HONDA, Y.; KOVATS, R.; MALIK, A.; MORRIS, N.; NYBO, L.; SENEVIRATNE, S.; VANOS, J.; JAY, O. **Hot weather and heat extremes: health risks**. The Lancet, v. 398, p. 698-708, 2021.

GONZALES, M. M. et al. **Central adiposity and the functional magnetic resonance imaging response to cognitive challenge**. International Journal of Obesity, v. 38, n. 9, p. 1193-1199, 2014.

ÍÑIGUEZ, C.; ROYÉ, D.; TOBÍAS, A. **Contrasting patterns of temperature related mortality and hospitalization by cardiovascular and respiratory diseases in 52 Spanish cities**. Environmental Research, v. 192, p. 110191, 2020.

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. **Gráficos diários da estação de Belém (PA)**. Disponível em: <https://tempo.inmet.gov.br/Graficos/A001>. Acesso em: 18 set. 2025.

KEPHART, J.L., SÁNCHEZ, B.N., MOORE, J. et al. **City-level impact of extreme temperatures and mortality in Latin America**. Nat Med 28, 1700–1705, 2022.

LIMA, R. C.; AVILA, A. M. H. de; FARIA, E. C. de; COSTA, P. D. P. **Impacto de ondas de frio e ondas de calor na saúde renal: um estudo exploratório baseado em resultados de clearance de creatinina**. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 29., 2021, Campinas. Anais [...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

MANNING, C. et al. **Soil moisture drought in Europe: a compound event of precipitation and potential evapotranspiration on multiple time scales**. Journal of Hydrometeorology, v. 19, n. 8, p. 1255-1271, 2018.

SILVEIRA, I. H. et al. **Heat waves and mortality in the Brazilian Amazon: Effect modification by heat wave characteristics, population subgroup, and cause of death**. International Journal of Hygiene and Environmental Health, v. 248, p. 114109, 2023.

XAVIER, A. C. et al. **New improved Brazilian daily weather gridded data (1961–2020)**. International Journal of Climatology, v. 42, n. 16, p. 8390–8404, 2022.

ZHANG, X.; YANG, F.; SANTOS, J. L. **RClimDex (1.0): manual del usuario**. Climate Research Branch, Environment Canada; Versão em espanhol: Santos, J. L., CIIFEN, 2004.

ZHANG, W.; ZHOU, T. **Increasing impacts from extreme precipitation on population over China with global warming**. Science Bulletin, v. 65, n. 3, p. 243-252, 2020.

ZSCHEISCHLER, J. et al. **A typology of compound weather and climate events**. Nature reviews earth & environment, v. 1, n. 7, p. 333-347, 2020.

FUNGOS ANEMÓFILOS NOS AMBIENTES DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS, MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL

Bruno Pitz da Silva¹; Beatriz Valgas Marques¹; Gabriela Elisa de Oliveira Chaves¹.

¹Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Lages, Santa Catarina.

PALAVRAS-CHAVE: Fungos. Saúde. Unidade Básica de Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Pública

INTRODUÇÃO

Os fungos dispersam-se no ambiente por diferentes vias, sendo que, quando transportados pelo ar, são denominados anemófilos, cujos esporos podem desencadear quadros alérgicos e infecções oportunistas, principalmente em indivíduos imunocomprometidos (TIAGO et al., 2018; LIMA; LIMA; SILVA, 2019; SILVA et al., 2021). A presença e disseminação destes fungos são influenciadas por fatores ambientais, mudanças climáticas e condições de qualidade do ar, favorecendo a adaptação a áreas urbanas e hospitalares (RÊGO; SANTOS, 2015; SEIDEL et al., 2024).

OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo identificar a presença de fungos anemófilos na Unidade Central de Saúde do município de Curitiba, localizado na região Meio Oeste de Santa Catarina, visando contribuir para a compreensão da diversidade fúngica em ambientes de saúde.

METODOLOGIA

O estudo é caracterizado como pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa, com caráter exploratório-descritivo, realizado por meio de pesquisa de campo na Unidade Central de Saúde de Curitiba, Meio Oeste do estado de Santa Catarina. As coletas foram realizadas em cinco ambientes da Unidade de Saúde: sala de Tratamento Fora de Domicílio, sala de Pronto Atendimento Materno Infantil, sala de exame preventivo, recepção do pronto atendimento e sala de troca de curativos cirúrgicos e de feridas. Em cada ambiente foram depositadas 10 placas de Petri contendo Ágar Sabouraud Dextrose (Kasvi®), totalizando 50 placas, mantidas entreabertas em locais elevados por até cinco dias, com registro da temperatura e da umidade relativa do ar (URA).

Após o período de exposição, as placas foram transportadas ao Laboratório de Microbiologia da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), em Lages-SC, para análise macroscópica e microscópica em até 24 horas. Colônias com características morfológicas distintas foram transferidas para lâminas com azul de lactofenol (50 µl) e observadas em microscópio com aumento de 400x, permitindo a identificação de estruturas fúngicas relevantes, como hifas e conídios, conforme Lacaz et al. (1998) e Minami (2003).

O estudo foi desenvolvido entre março e novembro de 2024, com aprovação da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 50 placas analisadas, 45 apresentaram crescimento fúngico, indicando elevada colonização do ar na Unidade Central de Saúde de Curitiba. As temperaturas médias variaram de 16 °C a 25 °C e a umidade relativa do ar de 66% a 75%. O exame macroscópico revelou colônias com diversidade de cores e texturas (Figura 1).

Figura 1: Diversidade macroscópica dos isolados de fungos anemófilos (com detalhes do micélio) de diferentes ambientes na Unidade Central de Saúde em Curitiba, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: Autores (2024)

Na análise microscópica, foi possível identificar três gêneros fúngicos e a Ordem Mucorales (Tabela 1), sendo que o crescimento mais expressivo ocorreu durante o outono e o inverno, estações em que também foram registradas maiores taxas de URA (Figura 2).

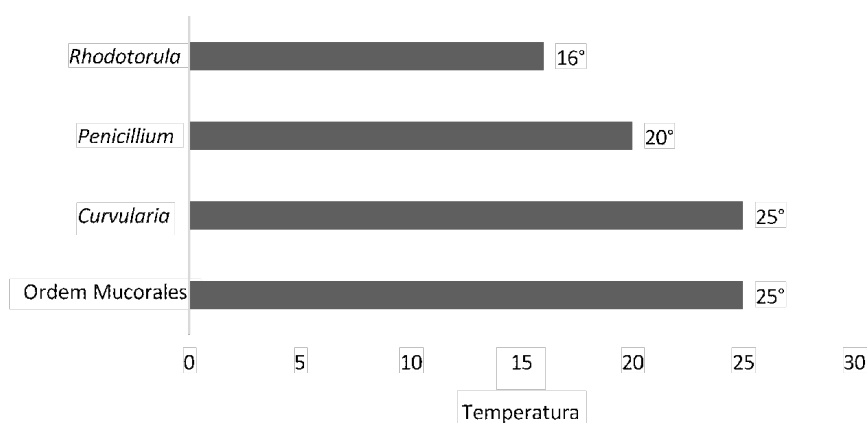
Tabela 1: Principais fungos anemófilos ocorrentes em cinco locais da Unidade Central de Saúde na cidade de Curitiba, Santa Catarina, Brasil.

Fungos	PAMI*	Sala de Preventivo	Pronto atendimento	Sala de curativos	TFD**
<i>Curvularia</i> spp.	01	03	02	01	01
<i>Penicillium</i> spp.	01	03	-	01	
Fungos da Ordem Mucorales	02	01	-	-	01
<i>Rhodotorula</i> spp.	-	02	-	-	01
Presença de Hifas	05	04	04	07	05
Total	09	13	06	09	08

*PAMI = sala de tratamento fora de domicílio; TFD** =sala de pronto atendimento materno infantil (PAMI).

Fonte: Autores (2024)

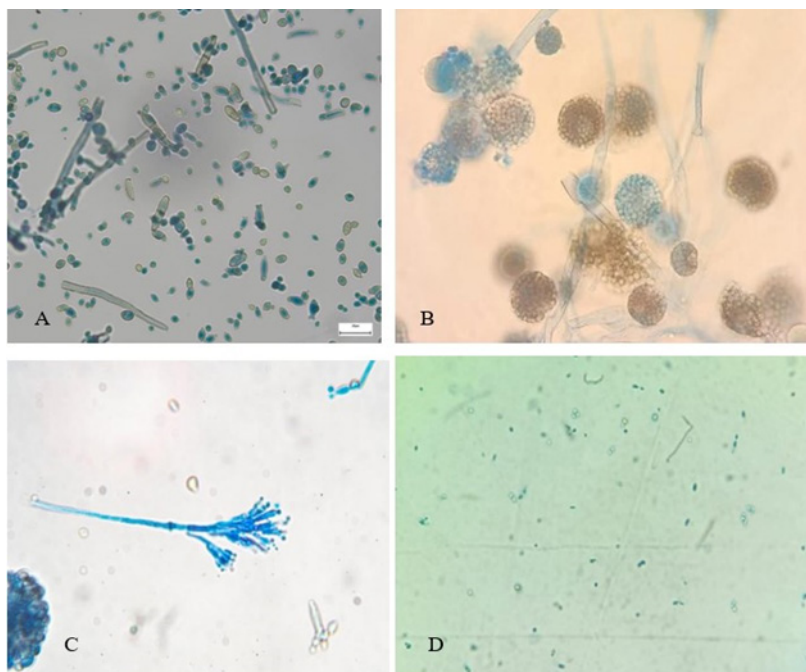
Figura 2: Ocorrência dos fungos anemófilos registrados em relação às temperaturas do ano na Unidade Básica de Saúde em Curitiba, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: Autores (2024)

Os principais gêneros de fungos anemófilos identificados estão representados na Figura 3.

Figura 3: Representação microscópica dos fungos na Unidade Central de Saúde, Curitiba, SC. A- *Curvularia* spp., B- Fungos da Ordem Mucorales, C- *Penicillium* spp., D- leveduras do gênero *Rhodotorula* spp.



Fonte: Autores (2024)

Os achados evidenciam a prevalência de *Cladosporium* spp., *Aspergillus* spp. e *Penicillium* spp., corroborando estudos em UTIs de outras regiões. *Penicillium* spp. apresentou maior ocorrência na sala de exame preventivo em reforma. Também foram identificados Mucorales e *Rhodotorula* spp. A presença desses fungos anemófilos está associada às condições climáticas locais e representa risco à saúde da população atendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia a presença de fungos anemófilos na Unidade Central de Saúde de Curitiba, destacando a relevância de avaliar a microbiota fúngica em ambientes de grande fluxo de pessoas. Os resultados reforçam a necessidade de estudos adicionais e de medidas de controle ambiental para reduzir possíveis riscos à saúde pública.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

LIMA, Mayara Lopes Freitas; LIMA, Josielma Silva; SILVA, Marcelo Teixeira. **Fungos anemófilos: avaliação da microbiota do ar em ambientes interno e externo.** Essentia, v. 20, n. 1, p. 88-95, 2019.

RÊGO, Camila Moraes; SANTOS, Florisvalda da Silva. **Ocorrência de fungos anemófilos e sua relação com fatores abióticos em Barreiras, Bahia.** Rev Bras Bioci., v. 13, n. 4, p.

265-271, 2015.

SEIDEL, Danina et al. **Impact of climate change and natural disasters on fungal infections.** Lancet, v. 5, e-594 – e605, 2024.

SILVA, Davi Porfírio et al. **Fungos anemófilos isolados de bibliotecas de instituições de ensino da Região Nordeste do Brasil.** Rev. Pan-Amazônica de Saúde, v. 12, p. 4-8, 2021.

TIAGO, Michael Rubem Miranda et al. **Airborne fungi isolated from different environments of a primary school in the city of Manaus, Amazonas, Brazil.** Arq Asma Alerg Imunol., v. 2, n. 2, p.264-269, 2018.



contato@editoraomnisscientia.com.br 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 87 99920-5762 



contato@editoraomnisscientia.com.br 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 87 99920-5762 